



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

**MUITO ALÉM DO DUPLO CHOMSKY:
O AUTOR ENTRE PARATEXTOS E PARATOPIAS**

SÃO CARLOS
2020



Universidade Federal de São Carlos

JÚLIO ANTONIO BONATTI SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**MUITO ALÉM DO DUPLO CHOMSKY:
O AUTOR ENTRE PARATEXTOS E PARATOPIAS**

JÚLIO ANTONIO BONATTI SANTOS
Bolsista: CAPES
Processo nº. 88887.465560/2019-00

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal de São Carlos,
como parte dos requisitos para a obtenção
do Título de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leiser
Baronas

São Carlos - São Paulo - Brasil
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Julio Antonio Bonatti Santos, realizada em 10/07/2020.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas (UFSCar)

Profa. Dra. Julia Lourenço Costa (USP)

Profa. Dra. Renata de Oliveira Carreon (UFSCar)

Prof. Dr. Carlos Felix Piovezani Filho (UFSCar)

Profa. Dra. Fernanda Mussalim (UFU)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Bonatti Santos, Júlio Antonio

MUITO ALÉM DO DUPLO CHOMSKY: O AUTOR ENTRE
PARATEXTOS E PARATOPIAS / Júlio Antonio Bonatti
Santos -- 2020.
209f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Roberto Leiser Baronas

Banca Examinadora: Roberto Leiser Baronas, Julia
Lourenço Costa, Renata de Oliveira Carreon, Carlos

Felix Piovezani Filho, Fernanda Mussalim

Bibliografia

1. Paratopia do texto. 2. Autoria. 3. Noam Chomsky. I.
Bonatti Santos, Júlio Antonio. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325

AGRADECIMENTOS

Sutil e direta, a arte de agradecer é acariciar com palavras. Há de se ter a fineza para não se olvidar em demasia e para não tornar os sentimentos sinceros um mero elogio.

De início, algo que deve constar pelas exigências institucionais: o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001.

Sou muito grato a todos que conheci durante esse doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar, funcionários e estudantes. Certamente, com a maior estima, agradeço às amigas e amigos do LEEDIM, por muitas vivências e aprendizados que vão além do saber acadêmico.

Queria dizer que minha pesquisa não seria possível sem o grande apoio do meu caro Roberto, gestor de ideias, que acreditou em mim desde o início e me resgatou para as engenharias da linguagem – sem ele esta tese não existiria.

Agradeço demais aos meus parceiros de vida das várias cidades que passei nesse período, noites a fio, principalmente ao núcleo duro francaforteano, onde pudemos experimentar grandes discussões metafísicas e mundanas, fazendo valer uma amizade gostosa e sincera.

Fortemente agradeço ao Professor Johannes e à Lílian, que estiveram comigo na jornada pelo Velho Mundo. E aqui dedico um carinho muito especial à minha querida Yolanda, grande companheira nesses tempos cambiantes.

À minha preciosa família também agradeço, meus tios, tias e primos, com quem compartilhei boas horas e conversas, especialmente a meu Tio Alziro, grande influência para o meu gosto pelos estudos.

A maior gratidão que tenho é aos meus pais que eu amo tanto e que sempre estiveram ao meu lado, Júlio César e Maria de Fátima, aos meus dois revolucionários Mário e Augusto, à Vanessa e à Paula. Obrigado por terem tido a leveza, a sabedoria e a paciência de me suportar e me incentivar durante os momentos mais difíceis!

Por fim, agradeço também imensamente ao Professor Chomsky, pela humildade em suas respostas e por ainda acreditar, mesmo próximo de um século de idade, que um mundo melhor é possível.

EPÍGRAFE

Borges y yo

Al otro, a Borges, es a quien le ocurren las cosas. Yo camino por Buenos Aires y me demoro, acaso ya mecánicamente, para mirar el arco de un zaguán y la puerta cancel; de Borges tengo noticias por el correo y veo su nombre en una terna de profesores o en un diccionario biográfico. Me gustan los relojes de arena, los mapas, la tipografía del siglo XVII, las etimologías, el sabor del café y la prosa de Stevenson; el otro comparte esas preferencias, pero de un modo vanidoso que las convierte en atributos de un actor. Sería exagerado afirmar que nuestra relación es hostil; yo vivo, yo me dejo vivir para que Borges pueda tramar su literatura y esa literatura me justifica. Nada me cuesta confesar que ha logrado ciertas páginas válidas, pero esas páginas no me pueden salvar, quizá porque lo bueno ya no es de nadie, ni siquiera del otro, sino del lenguaje o la tradición. Por lo demás, yo estoy destinado a perderme, definitivamente, y solo algún instante de mí podrá sobrevivir en el otro.

Poco a poco voy cediéndole todo, aunque me consta su perversa costumbre de falsear y magnificar. Spinoza entendió que todas las cosas quieren perseverar en su ser; la piedra eternamente quiere ser piedra y el tigre un tigre. Yo he de quedar en Borges, no en mí (si es que alguien soy), pero me reconozco menos en sus libros que en muchos otros o que en el laborioso rasgueo de una guitarra. Hace años yo traté de librarme de él y pasé de las mitologías del arrabal a los juegos con el tiempo y con lo infinito, pero esos juegos son de Borges ahora y tendré que idear otras cosas. Así mi vida es una fuga y todo lo pierdo y todo es del olvido, o del otro. No sé cuál de los dos escribe esta página.

Jorge Luis Borges, ***El hacedor***

RESUMO

O propósito desta tese consiste em analisar o problema discursivo da construção da autoria, tendo como objeto de estudos o autor Noam Chomsky, linguista e ativista político estadunidense. Buscando interpretar como a autoria se põe em funcionamento, partindo de alguns pressupostos teórico-conceituais, como das instâncias (pessoa, escritor e inscritor) e dimensões de regulação e figuração da autoria (MAINGUENEAU, 2006b), bem como da concepção de autor enquanto uma “função-autor” (FOUCAULT, 1997), intenta-se compreender os meios pelos quais se constroem determinadas imagens de autor para Chomsky, responsáveis por fazer emergir, através da cena genérica paratextual de seus livros, dois autores possíveis: um “Chomsky duplo” e um “Chomsky único”. Para isso, fez-se necessário adotar um *corpus* que refletisse a obra de Chomsky a partir de seus livros originados de textos compilados, circunscritos em suas duas principais esferas de atuação de escritura, a linguística e a política, definido de modo coerente com a interpretação que nos propomos desse autor, amparados metodologicamente no estudo dos paratextos editoriais (GENETTE, 2009). Objetiva-se mostrar, assim, que os modos que permeiam a criação das imagens de um “duplo autor Chomsky”, num primeiro momento, tomam caminhos distintos conforme os prefácios e os paratextos editoriais em geral que inscrevem seus textos em certos meios de circulação, ora privilegiando a face do “Chomsky linguista”, ora do “Chomsky ativista”, opondo-as numa disputa política de gestão editorial ou unindo-as sob uma mesma publicação, sustentada numa unidade paratópica dos seus textos; e, num segundo momento, vão além de uma divisão estanque das faces desse autor, construindo um sentido de “todo”, de uma teleologia que perpassa integralmente a obra de Chomsky: de um “racionalismo e universalismo” presentes em seus textos linguísticos que dão sustentação argumentativa para se mobilizar o *ethos* de “engajamento intelectual” nos seus textos de crítica política, criando-se a imagem de um “Chomsky linguista-ativista”. Destarte, intenta-se aqui, ao reposicionar o olhar sobre a problemática da autoria em Noam Chomsky à luz dos estudos discursivos, um debate mais aprofundado sobre a instabilidade de certas unidades como “livro”, “obra” e “autor”, com o intuito de mostrar que há um conjunto de relações que ultrapassam as fronteiras da escrita, desvinculando a ideia de autoria da seara da “criação” ou da “genialidade”, situando-a, logo, no eixo das condições que possibilitam a emergência material dos textos designados sob um nome de autor.

Palavras-chave: Imagem de autor. Função-autor. Paratopia do texto. Paratextos editoriais. Noam Chomsky.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the discursive problem of authorship, conceived as a construction, having as object of study the author Noam Chomsky, linguist and political activist from the United States. Seeking to interpret how an author is put into operation, based on some theoretical and conceptual principles such as the instances (person, writer and inscriber) and dimensions of regulation and figuration of authorship (MAINGUENEAU, 2006b), as well as the concept of author as a “function-author” (FOUCAULT, 1997), we intend here to understand the means by which certain author images are constructed for Chomsky, responsible for making two possible authors emerge, through the paratexts of his books: a “double Chomsky” and a “unique Chomsky”. For this, it was necessary to adopt a *corpus* that reflects Chomsky's work from his books originated from compiled texts, circumscribed in his two main spheres of writing activity, linguistics and politics, consistent with the interpretation that we propose from this author, supported methodologically on the study of editorial paratexts (GENETTE, 2009). The objective is to show, thus, that the modes that permeate the creation of the images of a “double Chomsky author”, at first, take different paths according to the prefaces and the editorial paratexts in general that inscribe their texts in certain means of circulation, sometimes privileging the face of the “linguist Chomsky”, sometimes the “activist Chomsky”, opposing them in a political dispute of editorial management or uniting them under the same publication, sustained in a paratopic unity of their texts; and, in a second moment, they go beyond an abrupt division of the faces of this author, building a sense of “whole”, of a teleology that completely permeates Chomsky's work: of a “rationalism and universalism” present in his linguistic texts that give argumentative support to mobilize the *ethos* of “intellectual engagement” in his texts of political criticism, creating the image of a “Chomsky linguist-activist”. Then, what we propose here, by repositioning some views at the problem of authorship in Noam Chomsky through the discursive studies, is a more in-depth debate about the instability of certain units such as “book”, “opus” and “author”, in order to show that there is a set of relationships that go beyond the frontiers of writing, detaching the idea of authorship from the field of “creation” or “genius”, placing it, therefore, on the axis of the conditions that allow the material emergence of texts designated under an author's name.

Keywords: Author image. Function-author. Paratopia of the text. Editorial paratexts. Noam Chomsky.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo analizar el problema discursivo de la autoría, concebido como una construcción, teniendo como objeto de estudio al autor Noam Chomsky, lingüista y activista político estadounidense. Buscamos interpretar cómo la autoría se pone en funcionamiento, con base en algunos principios teóricos y conceptuales, como las instancias (persona, escritor e inscriptor) y las dimensiones de regulación y figuración de la autoría (MAINGUENEAU, 2006b), así como el concepto de "función-autor" (FOUCAULT, 1997), pretendemos aquí comprender los medios por los cuales se construyen ciertas imágenes de autor para Chomsky, responsables de hacer emerger dos posibles autores, a través de los paratextos de sus libros: un "doble Chomsky" y un "Chomsky único". Para esto, fue necesario adoptar un *corpus* que refleje el trabajo de Chomsky de sus libros originados a partir de textos compilados, circunscritos en sus dos esferas principales de actividad de escritura, lingüística y política, de acuerdo con la interpretación que proponemos de este autor, apoyada metodológicamente en el estudio de los paratextos editoriales (GENETTE, 2009). El objetivo es mostrar, por lo tanto, que los modos que impregnan la creación de las imágenes de un "doble autor Chomsky", al principio, toman diferentes caminos de acuerdo con los prefacios y los paratextos editoriales en general que inscriben sus textos en ciertos medios de circulación, a veces privilegiando el rostro del "lingüista Chomsky", a veces el "activista Chomsky", oponiéndose a ellos en una disputa política de gestión editorial o uniéndolos bajo la misma publicación, sostenidos en una unidad paratópica de sus textos; y, en un segundo momento, van más allá de una división abrupta de de este autor, construyendo un sentido de "todo", de una teleología que impregna completamente el trabajo de Chomsky: de un "racionalismo y universalismo" presente en sus textos lingüísticos que sostienen la movilización del *ethos* del "compromiso intelectual" en sus textos de crítica política, creando la imagen de un "Chomsky lingüista activista". Por lo tanto, se pretende aquí, al reposicionar la mirada sobre el problema de la autoría en Noam Chomsky a través de los estudios discursivos, un debate más profundo sobre la inestabilidad de ciertas unidades como "libro", "obra" y "autor", para mostrar que existe un conjunto de relaciones que van más allá de las fronteras de la escritura, separando la idea de autoría del campo de la "creación" o de la "genialidad", colocándola, por lo tanto, en el eje de las condiciones que permiten el surgimiento material de textos designados bajo el nombre de un autor.

Palabras clave: Imagen autoral. Función-autor. Paratopia del texto. Paratextos editoriales. Noam Chomsky.

SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo 1 – Autores e livros: trajeto de permanências e rupturas	20
1.1 A autoria em movimento: percursos históricos	20
1.2 Unidades instáveis: livro, obra e autor	27
1.3 Autor e imagem de autor	40
1.4 A autoria diante do espelho: textos e paratextos na construção da imagem de autor	49
Capítulo 2 – O duplo Chomsky: entre a linguística e a política	57
2.1 A título de introdução	57
2.2 Um leitor de Chomsky?	62
2.2.1 Chomsky: Selected Readings	62
2.2.2 The Chomsky Reader	69
2.3 New Horizons in Study of Language and Mind	81
2.4 Managua Lectures: entre a linguagem, o poder e a ideologia.....	97
Capítulo 3 – Da paratopia do autor à paratopia do texto	105
3.1 Paratopias	105
3.2 On Nature and Language	109
3.3 Powers and Prospects	122
Capítulo 4 – O linguista ativista: o intelectual Noam Chomsky	137
4.1 Do engajamento intelectual	137
4.2 Interpretar para mudar o mundo: conhecimento e liberdade.....	144
4.3 Linguagem e Política	154
Considerações finais	184
Bibliografia	190
Anexos	198

INTRODUÇÃO

Existem diversos caminhos trilhados na história pelo que se convencionou chamar de “autor”. Certamente não se pode atribuir com o mesmo critério esse conceito às produções escritas na Antiguidade ou no medievo, tampouco a tudo o que é escrito atualmente. Os regimes de autoria assumiram diversas formas ao longo do tempo e ainda continuamos a vivenciar uma expansão das suas possibilidades e da própria ideia do que entendemos por “livro” ou “obra” de um autor.

Não apenas circunscrito em determinações históricas, o problema da autoria é permeado por um todo de relações que ultrapassa as interpretações que comumente circulam sobre os atos de escrita: o que leva um indivíduo a ser autor se deve também a razões de ordem econômica, sociais e políticas, mais que apenas um “capricho de genialidade”. Ademais, há processos que envolvem a publicação de textos que não permitem que todos indivíduos sejam autores – e que impõem, desde o início, condições de existência desiguais entre os autores, regulados por práticas de leitura que refletem um público, acima de tudo, de consumidores do objeto livro, virtual ou físico.

Passando através dessa inscrição do autor numa teia temporal e material, é possível consideramos mais detidamente os estudos discursivos que lidam com a ideia de “autoria”, levando adiante um olhar crítico sobre a trajetória desse termo e seus tratamentos variados para delimitar nosso objetivo de compreender a autoria como uma “construção”.

Com isso, na presente tese nos propomos a pensar em como o conceito de autoria entra em funcionamento, como se constrói no discurso, por que meios e por que chaves discursivas interpretá-lo. Partimos, basicamente, dos conceitos de gestão e regulação da obra de um autor, bem como as instâncias de autoria e as imagens de autor (MAINGUENEAU, 2006b); dos discursos que figuram no entorno da materialidade do objeto livro, como os paratextos editoriais (GENETTE, 2009), e do que torna possível a emergência do discurso autoral numa chamada “função-autor” (FOUCAULT, 1997). Assim, a noção de autoria ultrapassa definições estanques e se mostra mais como um processo: “autor” é um conceito como tantos outros que não é fixo, mas está inserido em estruturas

de poder que possibilitam a função dessa instância do texto que é a responsabilização por sua emergência no mundo.

Nesse sentido, temos o objetivo de analisar como se dá o processo de construção da autoria tendo como objeto de estudos o linguista e ativista político estadunidense Noam Chomsky. A primeira questão que se apresenta quando nos deparamos com o autor Chomsky é: há um duplo Chomsky? Instados por esse questionamento que circula em inúmeros meios acerca da obra de Chomsky, buscamos ir além de uma solução trivial e entender os caminhos que nos levam a distintas compreensões desse autor: simplificarmos o problema da autoria em Chomsky com a ideia corrente de “um autor de duas faces” seria ignorar que existem nuances que marcam uma divisão, um diálogo, uma comunhão, uma disputa, uma oposição e até silêncios em torno das imagens desse autor que, ao mesmo tempo, escrevia como professor em seu laboratório de pesquisas no MIT e como líder de movimentos pacifistas na luta contra as diversas formas de imperialismo moderno.

Tem-se, pois, como propósito principal desta tese, demonstrar a existência de um Noam Chomsky múltiplo, buscando entender de que forma imagens de autor são construídas por meio da gestão de sua obra, nas introduções, prefácios e paratextos em geral de seus livros, na criação de um autor Chomsky de faces ora opostas, ora apresentadas sob o signo de um autor único, onde seus textos linguísticos e políticos são parte de um todo interdependente, de um “intelectual engajado”. Essas construções de imagem vão além de um “duplo Chomsky” e não acontecem ao acaso ou espontaneamente: elas são dirigidas; existe uma função de poder em cada imagem que circula de Chomsky.

Para isso, ao longo dos capítulos desta tese intentamos, de uma modo geral, adentrar numa discussão sobre a esfera propriamente livreira, da materialidade da obra de um autor como Chomsky, ou seja, na dimensão que lida com a inserção desse autor num mundo editorial: tem-se o terreno da regulação da obra, meio de circulação e disputas de textos onde as decisões e posicionamentos de grupos editoriais determinam o que se pode ou não publicar, o que se deve cortar, suprimir, acrescentar e mudar nos textos – é uma dimensão que molda os textos e os une para haver a possibilidade que um objeto livro venha a público.

Imbricada nessa dimensão reguladora coexiste a dimensão da figuração do autor. No caso de Chomsky, isso se deixa transparecer em seus livros pelo fato de como ele comenta e reedita sua obra, como interage com as editoras e como se porta enquanto uma figura pública do meio escrito científico, na linguística, e do engajamento intelectual, no ativismo político. A dimensão da figuração desse autor vemos nas palestras, aulas, seminários e entrevistas de Chomsky em diversos lugares do mundo, algo bem claro que pauta suas ideias alocadas a diferentes tipos de discurso, que versa sobre seus textos e que aumenta sua obra com a publicação de novos livros a partir do que ele diz de novo ou revisa.

Ou seja, é possível enxergamos como o autor Chomsky, mesmo em momentos que aparentemente não têm relações com a escrita, está atuando diretamente em uma forma de gerir seus textos, produzindo enunciados em diversos formatos e gêneros que podem ser alçados ao espaço de sua obra. E, ancorados nos conceitos de “espaço associado” e de “espaço canônico” (MAINGUENEAU, 2006), vemos a alternância do *status* de um determinado texto de Chomsky em sua obra conforme o suporte que possibilita sua materialidade, inserido numa lógica editorial que tende a publicar praticamente todas as suas falas públicas.

Isso nos revela como as marcas de regulação e figuração, dos textos de Chomsky que reunimos no *corpus* da presente tese, comentado adiante, gerem o contexto da obra do autor: por exemplo, suas entrevistas transcritas, publicadas em coleções ou compiladas, tudo o que compõe os seus livros e possibilita que determinada imagem de autor circule em contextos distintos, nos leva a enxergar a autoria também pelo prisma da “periferia dos textos”, de como há um discurso que age diretamente sobre o autor presente nos títulos, epígrafes, aforizações, prefácios, posfácios, introduções, capas, contracapas, orelhas etc. Esses paratextos dos livros possibilitam algo a mais que apenas uma identificação de autor, mas sim uma imagem distinta a cada publicação, atualizando, produzindo um *aggiornamento* do autor, ou incidindo em outra marca condizente com os propósitos editoriais em questão.

Intentamos com isso adentrar na seara da “unidade” dos livros e da obra de Chomsky, mostrando que o que lhe garante uma “unidade discursiva” não é algo do texto, da natureza própria dos textos que ele produz, o que daria sustentação à

continuidade para formarem um livro – é, antes, um resultado de disputas que ultrapassam o domínio do texto, de práticas extra-textuais: daquilo que está no *métier* editorial, das decisões de publicação e viabilização do texto de um autor que não dizem respeito à escritura solitária deste, pela ideia de uma “genialidade” de Chomsky.

Isso posto, optamos metodologicamente por encontrar nesses registros de discursividade “menos notada” que o texto principal, nesses detalhes dispersos dos paratextos, indícios de uma reconstrução dos sentidos dos livros de Chomsky elencados para nosso *corpus*, pela análise das camadas, das linhas de continuidade e de rupturas que compõem uma “arqueologia do texto”. Nos paratextos vemos o que sobra, o que permanece das relações materiais que permitem que os textos existam em um suporte, como parte do objeto livro – e é exatamente por meio desses vestígios que podemos enxergar o autor como algo que não é permanente, mas o que está no caminho, como aquilo que se rompe, que é descontínuo, sempre dependente de um conjunto de condições que engendram seus textos, seus livros, sua obra.

Entendida essa problemática da construção do autor pela esfera, principalmente, da regulação da obra, vemos nos paratextos um ponto de partida para a definição do nosso *corpus*. A partir disso fizemos nossas escolhas e dividimos a própria organização dos capítulos da tese.

Tendo esses princípios como pano de fundo, selecionamos como *corpus* de análise os prefácios e demais paratextos de algumas obras de Chomsky organizadas por terceiros, os quais foram aqui divididos conforme a área em que se inscrevem denotando a opção por determinado “autor Chomsky”. Essa divisão adotada serve metodologicamente a este projeto da seguinte forma: livros com textos estritamente da linguística ou da política e livros com textos que circulam em ambas essas áreas. Os primeiros são: *Chomsky: Selected Readings*; *The Chomsky Reader*; *New Horizons in Study of Language and Mind* e as *Managua Lectures: Language and Problems of Knowledge* e *On Power and Ideology*, analisados no capítulo 2 desta tese e discriminados adiante ao comentarmos respectivamente cada capítulo; os outros são: *On Nature and Language*; *Powers and Prospects*; *Problems of Knowledge and Freedom* e *Language and Politics*, analisados nos capítulos 3 e 4, também descritos a seguir.

A opção por “livros compilados”, ou frutos da organização dos textos por um terceiro e não diretamente por Chomsky, se faz para problematizarmos a ideia prototípica do livro que surge como o resultado de um “projeto” do autor, daqueles que possuem um começo e um fim pensados por quem o escreve como um objeto completo, como os clássicos da linguística chomskyana: *Syntactic Structures*, *Aspects of Theory of Syntax* e *Cartesian Linguistics*, por exemplo. Essa escolha do *corpus* já demonstra uma opção que fizemos para demonstrar a fragmentação dos textos de um livro, o que nos leva a questionar os caminhos trilhados por esses textos, de entrevistas, aulas e palestras, para integrarem o espaço canônico (MAINGUENEAU, 2006b) da obra do autor Chomsky. Tais veredas nos conduzem às operações editoriais e seus rastros deixados no entorno dos livros: é isso que cria e garante a unidade da obra de um autor (FOUCAULT, 2008). Diante disso, a obra de um autor precisa ser pensada como fruto de um processo interpretativo.

Ademais, a opção pelos livros do *corpus* em inglês se deu por não desejarmos entrar nos problemas pertinentes ao universo textual das traduções; optar por um *corpus* no original nos dá segurança de não suscitar um debate maior sobre a recepção da imagem desse autor quando falamos em traduções – a tradução envolve outros procedimentos de criação de imagem de autor que demandariam diversos desdobramentos da pesquisa, ultrapassando nossos objetivos gerais e criando a possibilidade de uma outra tese.

Destarte, para analisarmos a constituição das imagens que circulam do autor Chomsky “múltiplo”, dividimos a estrutura da tese em quatro capítulos: capítulo 1 – Autores e livros: trajeto de permanências e rupturas; capítulo 2 – O duplo Chomsky: entre a linguística e a política; capítulo 3 – Da paratopia do autor à paratopia do texto: o Chomsky múltiplo; e capítulo 4 – O linguista ativista: o intelectual Noam Chomsky.

O primeiro capítulo consiste em um debate para fundamentação teórica sobre diversos conceitos que abrangem a ideia de “autor”, a relação entre autores e editoras, as dimensões e instâncias da autoria, o objeto livro, o *ethos* discursivo, os paratextos editoriais e a função-autor, mobilizando algumas contribuições pertinentes de Roger Chartier (1994; 1998b), Michel Foucault (1997; 2008), Henri-Jean Martin (2000), Gérard Genette (2009) e Dominique Maingueneau (2006b;

2010). Com isso, objetivamos adentrar na discussão sobre a consistência desses conceitos básicos, repensando seus fundamentos à luz das mudanças históricas que transformam e produzem novas formas discursivas de se compreender um mesmo/outro objeto.

Iniciando com um apanhado histórico a partir de alguns textos de Roger Chartier, buscamos lançar um olhar crítico sobre as descontinuidades do objeto “livro” no tempo, nosso estudo parte, portanto, dos livros e de suas condições de emergência conforme suas determinações de época e de lugar. Dentre os livros de Chartier adotados como aporte teórico, podemos destacar: *A aventura do livro* (CHARTIER, 1998a); *História da Leitura no Mundo Ocidental* (CHARTIER, 1998b); *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII* (CHARTIER, 1994) e *O que é um autor: revisão de uma genealogia* (CHARTIER, 2012).

No mesmo eixo temático, utilizaremos algumas contribuições sobre o estudo dos livros de Henri-Jean Martin e de Lucien Febvre em *O Aparecimento do Livro* (FEBVRE; MARTIN, 2000). Pensamos que, para compreender como se dá a construção das imagens de autor para Noam Chomsky, não podemos prescindir de um debate, ainda que breve, daquilo que torna possível o aparecimento e as mudanças dos e nos livros ao longo do tempo.

É nessa trilha teórica que seguiremos para a discussão dos livros *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2008) e *O que é um autor?* (FOUCAULT, 1997), para refletirmos sobre os princípios de “continuidade” e de “unidade” do que discursivamente se convencionou chamar de “autor” e de “obra”, e em que medida esse ferramental nos permite antever como isso funciona na formação da autoria em Chomsky. Ou seja, problematizamos o que Michel Foucault aborda criticamente nesses títulos sobre a “unidade dos textos” como possibilidade material dos livros, em que consiste a coerência dos objetos ou temas de certos textos como condições de um discurso autoral, da definição de uma obra. Com isso, tem-se um caminho para podermos enxergar as inconsistências dessas pretensas “continuidades” para se mostrar a instabilidade do que é uma “obra”, um “autor”, um “texto”, partindo do nosso objeto de análise.

Um dos pilares para se compreender essa volatilidade da condição do autor em Foucault está em haver certos percursos jurídicos que formam regimes

de autoria; que a noção de autor deve ser pensada sob a ótica da imputação de culpa e de responsabilidade, dentre outros exemplos de rarefação dos discursos na história: o “lugar do autor” é devedor desses processos, de relações de poder que possibilitam o surgimento da ideia de “função-autor”.

Tendo isso em mente, através de percursos históricos distintos, de condições materiais que possibilitam a emergência da figura do autor num momento dado, as atividades que põem em funcionamento o discurso e permitem o surgimento de um livro e de uma obra geram também uma “imagem de autor”: um autor constantemente atualizado, melhorado, ampliado e comentado. E, nesse ponto do primeiro capítulo, buscamos pensar a contribuição do linguista francês Dominique Maingueneau para as áreas dos estudos discursivos que lidam com a ideia de autoria, fundamentada num olhar crítico sobre a trajetória do termo e seus tratamentos possíveis para delimitar nosso objetivo de compreender a criação da imagem de autor.

A partir dos seguintes livros de Maingueneau: *Gênese dos discursos* (2005); *Cenas da Enunciação* (2006a); *O Discurso Literário* (2006b); *Doze Conceitos em Análise do Discurso* (2010) e *Discurso e Análise do Discurso* (2015), adentraremos na análise de alguns tópicos pertinentes ao desenvolvimento do nosso trabalho, como: “figuração do autor” e “regulação da obra”; “espaço associado” e “espaço canônico”; “cenas da enunciação”; *ethos*; “instâncias de autoria: pessoa, escritor e inscitor” e “paratopia do autor”. Em especial, o livro *Doze Conceitos em Análise do Discurso* foi adotado aqui como base teórica principalmente pelo seu capítulo VIII, intitulado “Imagem de autor: não há autor sem imagem”, onde vemos o delineamento de alguns conceitos fundamentais desta tese, como a ideia de “imagem de autor”. Ademais, esse livro traz as principais abordagens de Maingueneau sobre bases teóricas importantes que serviram à nossa pesquisa.

No intuito de enriquecer o ferramental teórico para analisar as relações materiais do autor com seus textos, tratamos das contribuições do crítico literário francês Gérard Genette (2009) sobre o conceito de “paratextos editoriais”, pontuando o que interessou à nossa pesquisa como fundamento para entendermos a criação das imagens de autor através dos prefácios, introduções,

excertos biográficos, capas, contracapas, subtítulos etc. dos livros que compõem nosso *corpus*.

É de suma importância metodológica para nosso trabalho o uso bem definido do termo “paratexto”, mormente no que compete aos prefácios e introduções, posto que desempenham uma função primordial nas diversas formas de construções e nos debates acerca das imagens que perpassam nosso objeto de estudo: o multifacetado autor Noam Chomsky. Assim, os lugares ocupados pelo título, pelo nome do autor, pela indicação dos editores, pela dedicatória, prefácio, capa, contracapa etc. nos mostram que a questão paratextual desempenha um papel-chave na definição do que vem a ser um livro e das fronteiras dos textos que o compõem.

Desse modo, intentamos embasar teoricamente as formas de encontrar nos registros da língua, ou seja, nos próprios textos do nosso *corpus* como se dá o processo de criação da autoria e definir as ferramentas que usamos para pôr a tese em funcionamento: por que meios e por que chaves discursivas interpretar o autor Noam Chomsky duplo e único. Em síntese, abordamos as formas pelas quais se constrói a imagem de um autor, principalmente pela gestão da obra, pela figuração do autor e pelas três instâncias de autoria – o escritor, a pessoa e o inscritor.

No segundo capítulo, procuramos analisar como se dá a criação da imagem de autor de um Chomsky duplo, de faces totalmente opostas, de um “linguista expert” e de um ativista político que não possuem relação de identidade um com o outro. Buscamos mostrar como constrói a ideia clara de um Chomsky autor duplo, de faces nitidamente separadas, impossibilitadas de um diálogo que as una numa coerência de autor e obra. A constituição das imagens que circulam desse duplo autor Chomsky vemos transparecer em seus livros adotados como *corpus* de análise desse capítulo, citados acima, que comentaremos individualmente e brevemente aqui.

Chomsky: Selected Readings é um livro organizado pelos linguistas J. P. B. Allen e Paul Van Buren e publicado pela editora Oxford em 1971; faz parte de uma coleção chamada “*Language and Language Learning*”, destinada a diferentes áreas do estudo e ensino de línguas. O livro é uma seleção de partes dos principais estudos de Chomsky sobre as ciências da linguagem; cada capítulo

é precedido de uma breve introdução dos organizadores, sendo que em nenhuma delas há referência ao autor “ativista político” – e é precisamente isso que nos interessa metodologicamente aqui, essa forma de gestão que identifica como Chomsky tornou-se “leitura obrigatória” para campos diferentes, como a filosofia e a psicologia, por exemplo, a partir da criação de um consenso sobre a sua contribuição teórica na linguística – consenso tal que pôde muito bem prescindir das polêmicas advindas dos seus escritos de crítica política.

The Chomsky Reader, publicado pela Pantheon Books em 1987, é uma seleção de artigos, de capítulos de livros e de uma entrevista de Chomsky organizada e prefaciada por James Peck, líder de movimentos pacifistas nos Estados Unidos. Embora a maioria dos textos selecionados sejam do Chomsky escritor da política, uma parte do livro reúne textos do Chomsky que poderiam figurar, embora de modo questionável, na estante dos textos chomskyanos de linguística, sob o nome “*Interpreting the World*”: onde se reúnem três textos de Chomsky sobre a relação entre “linguagem” e liberdade”, “psicologia e ideologia” e “linguagem e igualdade social” – ou seja, as contribuições linguísticas de Chomsky interessam na medida em que dialogam com uma proposta política maior, de “igualdade, liberdade e ideologia”. Esse livro serve ao presente trabalho pois entendemos que cada tipo de cena em que se inscrevem os textos de Chomsky aqui adotados faz emergir uma imagem de autor bem clara e oposta à de *Chomsky: Selected Readings*: o autor Chomsky que deve ser “leitura obrigatória” é o que escreve sobre a responsabilidade dos intelectuais, sobre o imperialismo estadunidense e sobre as violações dos Direitos Humanos.

New horizons in the study of language and mind, publicado na Cambridge University Press no ano 2000 e prefaciado pelo linguista Neil Smith, professor do University College of London, interessa-nos por se tratar de um livro editado a partir de palestras, aulas, artigos, e vários outros textos esparsos de Chomsky que ganham o *status* de *obra* quando compilados. Embora já publicados em outros momentos, como capítulos de livros ou como artigos em revistas, todos os capítulos desse livro foram editados alterando-se os nomes dos originais – isso corrobora a ideia do próprio título e denota um *ethos* editorial, de se propor “novos horizontes” para o estudo da linguagem e mente por um “novo” conjunto de textos de Chomsky. O prefácio de Smith é uma apresentação do livro como unitário,

como reunião de textos que, assim mostrados, buscam criar uma continuidade cronológica da visão de Chomsky em textos produzidos em circunstâncias e épocas distintas, sobre problemas concernentes à linguagem, à mente e ao cérebro.

As *Managua Lectures* foram aulas dadas por Chomsky em sua viagem pela Nicarágua no ano de 1986, ministradas na Universidade Centroamericana de Managua. Foram *lectures* em duas sessões distintas, que viraram livros publicados por editoras com propósitos completamente diferentes: *On Power and Ideology* (1987), publicado pela South End Press e *Language and Problems of Knowledge* (1988), publicado pela editora do Massachusetts Institute of Technology. Como veremos ao longo desse capítulo, a South End Press é uma editora que se coloca como “militante”, sem fins lucrativos, que foi responsável pela publicação de diversos títulos de Chomsky sobre política; já a editora do MIT, onde Chomsky construiu sua carreira como linguista, também publicou vários de seus livros no campo da linguística, ambas, porém, buscando manter um distanciamento entre as duas faces desse autor. Um dos fatores que nos levou a escolher esses livros para análise é o fato de os prefácios deles serem iguais: ou seja, há um compartilhamento prefacial de um livro puramente de linguística com um outro puramente da temática do ativismo político, duas faces de um autor Chomsky separadas pelas falas de dois *escritores* distintos, unidos pela mesma *pessoa* de um autor paratópico.

Esse conceito de “paratopia” se torna mais evidente no que analisamos no terceiro capítulo desta tese, onde tentamos desenvolver o objetivo de ilustrar como existe um processo editorial que lida com textos de Chomsky de forma a recrudescer a imagem do autor duplo, de faces incomunicáveis, porém com textos que aceitam, que são passíveis de ocupar o mesmo espaço, ainda que um espaço paralelo, desfocado, desunido da obra principal: seria o autor duplo numa espécie de “paratopia do texto”.

O *corpus* estudado no capítulo terceiro apresenta um Chomsky autor de livros que nascem, em certa medida, de uma confusão sobre a separação de suas duas grandes áreas de atuação como escritor: a linguística e a política. São livros que reúnem suas faces, seus tipos de inscrição, e ao mesmo tempo não justificam a unidade de sua duplicidade de autor num sentido de correlação e

interdependência, mas de contiguidade e contemporaneidade, de condições iguais de surgimento, de textos que resultam de conjuntos de palestras, de *lectures*, de eventos acadêmicos que Chomsky participa devido ao seu *status* de “celebridade”, mas não de “projetos de livro”.

Esse é um caso onde os dois escritores Chomsky convivem, seus textos podem compartilhar o mesmo espaço, o mesmo objeto livro, mas não possuem uma mesma unidade temática, uma linha de continuidade que ultrapasse a ocasião de estarem sob um mesmo título. Das várias publicações de Chomsky que se encaixariam nesse recorte, escolhemos *Powers and Prospects* e *On Nature and Language*, que consideramos exemplos lapidares para desenvolvermos a proposta de uma “paratopia do texto” na obra de Chomsky.

Powers and Prospects é uma publicação da South End Press, de 1996, resultado de palestras dadas por Chomsky na Austrália em 1995. Nessa ocasião, ao longo de vinte dias passando por diversas universidades australianas e outros espaços públicos, Chomsky dedicou-se a denunciar a guerra em curso no Timor Leste, reunindo-se inclusive com comitês timorenses de resistência. Junto dessa figuração do autor ativista atuou o autor linguista: Chomsky também proferiu aulas sobre linguagem e natureza humana. E o produto final dessas relações políticas e acadêmicas do duplo autor foi o livro de textos paratópicos como *Powers and Prospects*, subtulado *Human nature and social order*.

O livro *On Nature and Language* é o resultado de *lectures* dadas por Chomsky na Universidade de Siena, Itália, no ano de 1999. Publicado pela Cambridge University Press em 2002, o livro é um recorte das principais falas de Chomsky e de uma entrevista feita com ele pelos seus organizadores, Adriana Belletti e Luigi Rizzi, ambos professores de linguística na Universidade de Siena. É um objeto importante do nosso *corpus* pois encarna com inúmeros exemplos as propostas do terceiro capítulo da tese, de investigar como há uma construção de imagens de autor para Chomsky que passam pela coexistência de seus textos provenientes de áreas distintas sob um mesmo título de livro: nele figuram textos dedicados mais aos estudos linguísticos recentes de Chomsky, como o Programa Minimalista, mas ao mesmo tempo vemos um “ensaio” final de Chomsky sobre a Guerra do Kosovo, anarquismo e ativismo intelectual, o qual ocupa uma existência paratópica no todo do livro.

Nos capítulos dois e três analisamos distintas maneiras de se construir Chomsky como um autor de duas faces opostas, embora isso, em alguns casos editoriais, seja possível através de uma paratopia do autor e do texto. Todavia, no capítulo quarto tentamos mostrar um processo distinto de construção desse autor, onde se tem a união das imagens do “Chomsky linguista” e do “Chomsky ativista político”, dando origem à imagem do “intelectual engajado”.

No quarto capítulo identificamos um modo de ler a obra linguística de Chomsky pelo prisma da “dissidência”, de um “Chomsky revolucionário”, desenvolvendo o argumento de que há um élan explicativo de seus textos na área de linguística com sua militância política, também um “dissidente” e “revolucionário”. Essa imagem de um “autor único” se edifica sobre o princípio de uma vocação de intelectual da pessoa de Chomsky, de um engajamento que “deve” permear também seus trabalhos científicos, linguísticos. É essa linha interpretativa que baseia nossa escolha de analisar os livros *Problems of Knowledge and Freedom* e *Language and Politics*.

Problems of Knowledge and Freedom foi publicado originalmente em 1971, pela Pantheon Books. Trata-se do primeiro livro da obra de Chomsky a trazer juntas as suas duas grandes áreas de escritura, no campo da linguística como “*interpreting the world*” e no ativismo político como “*changing the world*”. O sentido de ordenamento e de necessária correspondência entre as faces de Chomsky que agora se mesclam em uma única, é a tese que o próprio Chomsky desenvolve nas *lectures* que originaram o livro: as *lectures* dadas por Chomsky no Trinity College, em Cambridge, em homenagem ao filósofo britânico Bertrand Russell. Russell teria sido um modelo para Chomsky de ruptura com a normalidade acadêmica e com o prestígio de referência intelectual do seu tempo para uma vida de enfrentamento dos poderes instituídos, de um verdadeiro engajamento político em defesa da verdade.

Essa imagem do “Chomsky intelectual político” emerge com mais força no livro *Language and Politics*. Publicado em 1998, organizado e prefaciado pelo professor de linguística da Universidade de Los Angeles Carlos P. Otero, *Language and Politics* consiste em uma compilação inédita de dezenas de entrevistas feitas com Chomsky ao longo de duas décadas, de 1968 e 1988. Circunscrito na cena genérica das entrevistas, adotado aqui como um dos

principais exemplos de criação da imagem de um “Chomsky único”, esse livro traz certamente o paratexto mais amplo e rico para o nosso *corpus*: uma introdução à obra de Chomsky com mais de sessenta páginas, intitulada “*The third emancipatory phase of human history*”, onde Carlos Otero tenta provar a relação de necessidade entre o pensamento linguístico chomskyano e seu ativismo político.

Destarte, os três últimos capítulos reúnem nosso *corpus* principal, embora alguns outros textos de Chomsky foram usados complementarmente quando necessário para alguma comparação analítica. Ou seja, usamos também como parte do desenvolvimento da tese alguns livros que pertencem à bibliografia de Chomsky a título de referência introdutória ou comparações breves, mas não se confundem com o *corpus* da pesquisa. Da mesma forma, diversos livros foram produzidos sobre as ideias de Chomsky, tanto sobre as teorias do Chomsky linguista, como as discussões do Chomsky da crítica política, os quais nos auxiliaram na elaboração desta pesquisa, como, *A Vida de um Dissidente* (2007), de Robert Barsky e *As Ideias de Chomsky* (1983), de John Lyons.

Em síntese, o fio condutor do nosso trabalho, centrado sobre uma parcela da vasta produção textual de Noam Chomsky, se pauta sobre a problemática da autoria através do questionamento da estabilidade dos sentidos assumidos pelo que comumente se entende por “obra” e “livro”, entre outros conceitos a esses correlatos. Todas as mutações, rupturas e desconstruções que essas noções básicas que circundam o universo dos livros nos fazem repensá-las como unidades discursivas que estão em constante movimento, o que leva a um olhar mais crítico sobre a própria noção de autor.

CAPÍTULO 1

Autores e livros: trajeto de permanências e rupturas

Mas vê-se logo que tal unidade, longe de ser apresentada imediatamente, é constituída por uma operação; que essa operação é interpretativa (já que decifra, no texto, a transcrição de alguma coisa que ele esconde e manifesta ao mesmo tempo); que, finalmente, a operação que determina o *opus* em sua unidade e, por conseguinte, a própria obra, não será a mesma no caso do autor do *Théâtre et son double* ou no caso do autor do *Tractatus*, e que, assim, não é no mesmo sentido que se falará uma "obra". A obra não pode ser considerada como unidade imediata, nem como unidade certa, nem como unidade homogênea.

Michel Foucault, 2008, p. 27.

1.1 A autoria em movimento: percursos históricos

Um primeiro passo na direção do estudo da autoria requer um olhar acerca da trajetória de um dos objetos nos quais se materializa o discurso de um autor, sobre a chamada “ordem dos livros” (CHARTIER, 1994). Interessa-nos, em grande medida, alguns aspectos da história do objeto livro pelo fato de que muitas mudanças ocorridas em sua materialidade, na disposição de seus componentes, nos revelam que a relação de um autor com seus textos não é algo dado, algo que sempre se manteve de uma única forma, mas é permeada de funções, de restrições e de percursos que demandam uma abordagem mais ampla e multifacetada.

O objeto “livro” pertence a uma estrutura maior e funda-se ao mesmo tempo em que são criadas ordens de limitações, de regras de escrita e cerceamentos de circulação. Os livros, entendidos como suportes que possibilitam a leitura de escritos organizados, desempenham um papel importante na “conservação” dos textos.

Desde a Antiguidade, via-se nos objetos escritos uma função de preservação, de manutenção da memória: “A Grécia Antiga teve nítida consciência de que a escrita fora ‘inventada’ para fixar os textos e trazê-los assim

novamente à memória, na prática, para conservá-los”. (CHARTIER, 1998b, p. 10). Quem escreve um texto é aquele que dá forma, que materializa nos livros em seus diversos formatos, naquilo que é escrito e permanece registrado, o que seria desperdiçado pelo tempo, legado ao esquecimento.

Com base nisso, reproduz-se ao longo dos séculos o princípio de que os objetos escritos conservam as ideias e a leitura deles as reavivam: “Dos autos de fé da Inquisição às obras queimadas pelos nazis, a pulsão de destruição obcecou por muito tempo os poderes opressores que, destruindo os livros e, com frequência, seus autores, pensavam erradicar para sempre suas ideias” (CHARTIER, 1998a, p. 23). Não podendo se furtar a essa sua potencialidade fundante, os livros, desde os rolos de papiro antigos e manuscritos medievais aos códices da era da imprensa e os *e-books*, encerram perigos tanto para aqueles que os produzem quanto àqueles que os possuem.

Saber, pois, sob que condições os textos são produzidos nos leva a refletir sobre a inserção do autor num seio de decisões políticas, de uma necessária classificação de origem, de se atribuir e se exigir um nome, uma indexação dos escritos, para punir eventuais ideias dissidentes. Assim, a emergência dos textos escritos, de acordo com Chartier (1998a, p. 23, grifo nosso), depara-se com as formas de poder dominantes de cada época:

A cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem. Antes mesmo que fosse reconhecido o direito do autor sobre sua obra, a primeira afirmação de sua identidade esteve ligada à censura e à interdição dos textos tidos como subversivos pelas autoridades religiosas ou políticas.

Nessa esfera de riscos de conflito dos textos com os poderes estabelecidos, prefigura-se uma demarcação mais factual da noção de autoria. A autoria se estabelece, assim, a partir de uma necessidade de se perseguir ideias dissidentes: identificar um autor seria um instrumento de classificação de livros, um item de escrutínio - uma etiqueta. E esse problema de se identificar a procedência de uma obra torna-se mais comum, mais patente, com a invenção da imprensa: quando se produz livros em maior escala.

Além disso, com o avanço da Inquisição em decorrência da Contrarreforma Católica no século XVI, instala-se na Europa e no Novo Mundo uma verdadeira

perseguição a textos heréticos, punindo seus autores, editores e leitores. Destarte, como aponta Chartier (1998a, p. 34, grifo nosso), a noção de autoria se consolida gradativamente na história pelas demandas de se imputar responsabilidade às ideias de um texto:

Para identificar e condenar aqueles que eram seus responsáveis, era necessário designá-los como autores. As primeiras ocorrências sistemáticas e ordenadas alfabeticamente de nomes de autores encontram-se nos Índices dos livros e autores proibidos, estabelecidos no século XVI pelas diferentes faculdades de teologia e pelo papado, e depois nas condenações dos Parlamentos e nas censuras dos Estados. É isso que Foucault chama de ‘apropriação penal dos discursos’ – o fato de poder ser perseguido e condenado por um texto considerado transgressor. Antes de ser o detentor de sua obra, o autor encontra-se exposto ao perigo pela sua obra.

A classificação e a ordenação de nomes de autores são procedimentos puramente jurídicos que, todavia, integram a noção moderna de autoria. A indagação de quem é um autor de um livro e a relação que o leitor estabelece com ele, como ele chega às mãos do leitor, está condicionada às formas materiais do livro, às relações econômicas e limitações jurídicas.

Uma vez arriscando-se publicamente pelos possíveis perigos de sua obra, o autor compartilha um nexos de responsabilidades também com editores, livreiros e leitores. Portanto, pela lógica da “apropriação penal dos discursos” (FOUCAULT, 1996), o autor nasce quando há a necessidade de se punir certos pensamentos, de impedir a circulação de discursos não autorizados, o que envolve uma rede de sociabilidade que ultrapassa a figura do autor e permite a perseguição de todos aqueles que se envolvem na “ordem dos livros”.

Configurando as condições que viabilizam o surgimento dos textos, as práticas políticas desempenham um papel de destaque na formação dos discursos: entender e padronizar desvios são modos de prever possíveis transgressões, de controlar antecipadamente as possibilidades de os discursos autorais serem nocivos ao *status quo*.

Portanto, a noção de autor está intimamente ligada à esfera jurídica, da responsabilidade, dos perigos da palavra. Essa problemática jurídica para se

pensar o autor é importante pois nos leva a enxergar as condições de emergência de certos enunciados passíveis de terem um autor.

O problema do autor nasce então na esfera do poder-saber, onde o saber exercia um poder de influência numa determinada ordem social e política; e os saberes ameaçadores da ordem deviam ser proibidos, perseguidos, punidos. Para isso, exigiu-se a produção de uma marca individualizante dos discursos para que se pudesse identificar o autor. Todavia, a imputação de responsabilidade discursiva não basta para se delimitar o conceito de autoria: deve-se pensá-lo também sob o prisma dos direitos de propriedade. Como nos diz Chartier (1998a, p. 45, grifo nosso):

Não basta ao autor escapar da censura e das condenações para ser definido positivamente. É necessário que se beneficie de um estatuto jurídico particular que reconheça sua propriedade. Isto se fará a partir do século XVIII para se desfazer totalmente no fim de nosso século: para os autores de hoje, o perigo de perder seus direitos é, de fato, mais difundido que o de perder sua liberdade.

Margeando o princípio de apropriação dos discursos com potencial de punição, o autor passa a ser visto como aquele que busca garantir os direitos sobre seus textos: tem-se aí o pressuposto de “propriedade intelectual”. Vemos surgir então a figura do “autor-proprietário” de uma obra, que assina o que escreve não apenas como responsável pelo que sustenta, mas como alguém que pode auferir benefícios econômicos de seu ato de escrever.

Isso é típico da relação da autoria com o direito natural: o texto como fruto do trabalho do autor, de garantia da propriedade sobre o que é produzido por ele, que deve ter tanto valor quanto as suas ideias e seu estilo como escritor. De acordo com Chartier (1998a, p. 49):

No século XVIII, a teoria do direito natural e a estética da originalidade fundamentam a propriedade literária. Uma vez que se justifica, para cada uma, a posse dos frutos de seu trabalho, o autor é reconhecido como detentor de uma propriedade imprescritível sobre as obras que exprimem seu próprio gênio. [...] Inscrito na velha ordem da livraria, o *copyright* não deixa de definir de modo original a criação literária, cuja identidade subsiste qualquer que seja o suporta de sua transmissão. O caminho estava aberto assim para a legislação atual que protege a obra em

todas as suas formas (escritas, visuais, sonoras) que lhe podem ser dadas”.

Dessa forma, o *copyright* desempenha um papel de destaque na consolidação da autoria, ao lado das demandas punitivas de imputação de responsabilidade pelas ideias de um texto, passando além da abordagem simplista do autor como alguém dotado de uma genialidade e que escreve para expressar uma fruição estética maior. Assim, a autoria iria galgar espaços jurídicos e discussões similares para obter um espaço devido de fato ao autor, fundando-se sobre o princípio do jusnaturalismo, do direito de propriedade do indivíduo sobre o seu trabalho, logo, sobre o que ele escrevia; e sobre o princípio do estilo, da manifestação intelectual.

Transita-se para uma consideração desmaterializada das obras, quando elas passam a ser vistas pelo prisma instância intelectual: “É essa singularidade irreduzível do senso de estilo e da linguagem manifestos na obra que funda esteticamente, intelectualmente, a propriedade de seu autor sobre ela”. (CHARTIER, 2012, p. 44-45). Isso impõe uma diferenciação entre a propriedade do livro e a propriedade do texto: o livro como um objeto econômico, um produto, e o texto como resultado de um processo intelectual. Assegurar o direito sobre a obra que os editores tinham, do “direito de reprodução das obras” (*right in copies*) para o “direito sobre a obra” (*copyright*), como atesta Chartier (1998a, p. 67):

Na prática da comunidade dos livreiros de Londres, considerava-se que o objeto da propriedade, do *copyright*, era o manuscrito da obra que o livreiro tinha depositado e registrado. Este manuscrito devia ser transformado em livro impresso, mas ele continuava sendo fundamento, a garantia e o objeto mesmo sobre o qual se aplicava o conceito de *right in copies*, isto é, do direito sobre o exemplar, direito sobre o objeto. Durante o século XVIII, todo um trabalho foi feito para desmaterializar essa propriedade, para fazer com que ela se exercesse não sobre um objeto no qual se encontra um texto, mas sobre o próprio texto, definido de maneira abstrata pela unidade e identidade de sentimentos que aí se exprimem, do estilo que tem, da singularidade que traduz e transmite.

A ideia de propriedade intelectual da obra passa a configurar-se pela não centralização do direito sobre o objeto livro, mas em torno do próprio texto, sobre o texto em todas as suas possibilidades de reprodução e circulação. Ao mesmo

tempo que isso implica um caminho possível de se enxergar os traços criativos do autor, como de “estilo” ou de seus “sentimentos” impressos no texto, vemos também um problema econômico de fundo: a ideia de propriedade.

O sentido de envolver os autores no princípio da propriedade passa pelo propósito de se controlar o lucro com a venda de seus livros. Como diz Chartier (1988a, p. 62-64): “É no século XVIII que as coisas mudam, mas não necessariamente por iniciativa dos autores. São os livreiros-editores que, para defender seus privilégios, seja no sistema corporativo inglês, seja no sistema estatal francês, inventam a ideia do autor-proprietário”. Configura-se uma interpretação pela ótica da economia sobre a instituição do autor – em relação já distinta com a ideia puramente de “perseguição” ao autor, de cunho estritamente jurídico. O autor, ao ceder ao editor os direitos do livro, compartilha com este a propriedade, mas também pode lucrar com o livro. Era uma defesa do privilégio dos livreiros.¹

Isso mostra em que medida os discursos autorais se organizam em face de outros tipos de saber, imersos em práticas políticas e numa teia de interesses econômicos. A ocupação dos espaços do livro com inscrições de livreiros e editores permanece até hoje, com a marca das editoras na capa, folha de rosto ou em alguma outra posição das folhas iniciais do livro, no que se transformou o antigo *incipit*. A indicação da gráfica, do local de impressão vem geralmente no que se mantém ainda do cólofon, a última folha do livro, onde temos os dados de tipografia, papel, letra, endereço da gráfica etc.

Esses são dados do livro que escapam em seus detalhes à maioria dos leitores, mas revelam a um olhar mais atento como o objeto onde se concretizam os textos de um autor passa por processos exclusivamente materiais, necessita de um manuseio, de uma produção enquanto mercadoria. Essa imposição material dos espaços do livro pela sua relação com o objeto em si, sua composição, formas de circulação e de armazenamento, são, como as práticas políticas que opera no campo discursivo, exemplos de que os textos não prescindem das limitações discursivas das quais compõe o *métier* da imprensa.

1 Sobre isso, temos o exemplo clássico de Diderot na sua Carta Sobre o Comércio de Livros (DIDEROT, 2003): defender o direito de propriedade do autor sobre os seus textos no século XVIII passava pela defesa de garantia dos livreiros-editores.

Sobre isso, cabe entender que a autoria é fruto, como a conhecemos hoje, sobretudo, da imprensa e de suas regras:

Por fim, o último ofício ligado à imprensa e que nasceu graças a ela: o ofício de autor, no sentido moderno, isto é, aquele que auferir lucros pela venda dos exemplares de uma obra escrita por ele próprio. Esta realidade está hoje incorporada nos costumes, mas levou muito tempo a concebê-la e a admiti-la; aliás, era impensável antes do aparecimento da tipografia. (FEBVRE; MARTIN, 2000, p. 218).

Temos nisso o papel da tipografia na definição do autor, do lugar social ocupado por quem escreve livros, o que se diferencia da possibilidade de autoria na Idade Média ou na Antiguidade. E isso nos mostra como os direitos sobre o livro, e do que pode nele constar, passa pela invenção da tipografia, pela imprensa – mudam-se as condições materiais de produção desse objeto tão variado que é o livro e muda-se todo o estatuto social que o envolve.

Destarte, a autoria é tanto uma questão de propriedade, de bens, de valor econômico, que o livro, e conseqüentemente a obra de um autor, é uma disputa, um litígio constante por distribuição, por cálculos de lucro ou prejuízo. Pensar essa discussão levantada sobre os caminhos históricos do objeto livro, eivados de técnicas de produção, interesses econômicos, restrições jurídicas e significados políticos nos é de grande valia, posto que analisar um autor é ter em mente que ele se funda sobre um conjunto material de textos reunidos sob a chancela de uma editora.

Diante disso, a ideia corrente que se tem de autoria não é óbvia ou dada de uma vez por todas: há rupturas e continuidades nesse conceito. Outro ponto a se considerar nesse sentido é o problema da “originalidade” dos textos. Parece-nos que o caso da originalidade é algo patente se falamos de um autor ou de sua obra; todavia, como aponta Chartier (1998a, p. 31), por muito tempo a ideia de obra pautava-se no oposto à originalidade:

Coisa que não era evidente porque, da Idade Média à época moderna, frequentemente se definiu a obra pelo contrário da originalidade. Seja porque era inspirada por Deus: o escritor não era senão o escriba de uma Palavra que vinha de outro lugar. Seja porque era inscrita numa tradição, e não tinha valor a não ser o de desenvolver, comentar, glosar aquilo que já estava ali.

Vê-se assim o papel do autor como aquele que dá voz a um discurso que não é dele, que põe em circulação o que lhe inspira o sagrado ou que reitera uma verdade por si, algo que não lhe pertence na origem, mas que age sobre ele. Isso nos serve para questionar os sentidos que permanecem em torno da ideia de autor, se há possibilidade de nos centrarmos sobre algo imutável desse conceito ou se é preciso considerá-lo sempre em vista do jogo de relações temporais que o envolvem.

1.2 Unidades instáveis: livro, obra e autor.

Ainda que não possamos conceber um autor apenas sob o ponto de vista de um indivíduo real, identificado no mundo, ao texto sempre é preciso associarmos uma “posição de autor”. Os textos de um autor, enquanto acontecimentos enunciativos, reunidos em livro e dotados de um sentido, um lugar no todo, uma “obra”, não devem ser vistos à luz de uma explicação psicológica. Como aponta Foucault (2008, p. 32):

Mas se isolamos, em relação à língua e ao pensamento, a instância do acontecimento enunciativo, não é para disseminar uma poeira de fatos e sim para estarmos seguros de não relacioná-la com operadores de síntese que sejam puramente psicológicos (a intenção do autor, a forma de seu espírito, o rigor de seu pensamento, os temas que o obcecaram, o projeto que atravessa sua existência e lhe dá significação) e podermos apreender outras formas de regularidade, outros tipos de relações.

O autor que nos interessa é aquele objetivado enquanto origem, produtor, enunciativo e ao mesmo tempo responsável, garantidor “ético” do texto, quem põe a chancela, rubrica o texto. Esse conjunto constitui-se pelo poder das instituições editoriais, da liberação dos textos, da relação do escritor com o editor, da figuração em coleções, do poder estatal em censurar certos conteúdos.

Ou seja, é preciso considerarmos em grande medida o que está na anterioridade dos textos, no sentido de formação e da materialidade que os permitem ser produzidos. Como aponta Foucault (2008, p. 153-154): “E, além disso, eu havia mantido sob suspeita unidades de discurso como o ‘livro’ ou a ‘obra’ porque desconfiava que não fossem tão imediatas e evidentes quanto

pareciam”. Os livros e as obras, das suas inscrições no mundo como unidades discursivas, devem ser questionados a partir da própria noção de “unidade”.

À vista disso, o discurso se situa nos limites do que se pode dizer em uma determinada época, dependente das relações que condicionam suas possibilidades de emergência. Ao olharmos historicamente para o autor, repensando criticamente a concepção “transcendental” de “livro” e de “obra”, como objetos dotados de uma unidade imanente, somos levados, portanto, a questionar a ideia de “livrariade” e a unidade do que se entende por “obra”.

O discurso autoral não pode ser conceituado fora, alheio à sua naturalidade: como signo, local, formato, suporte etc. E o texto se mutaciona pela mudança do formato, conforme o dispositivo que o inscreve na sua materialidade, pelo *medium* do objeto-livro. E isso se passa também com maneiras de ler – e de se relacionar com um autor, de construir uma imagem de autor pela leitura.

Contra a representação, elaborada pela própria literatura e retomada pela mais quantitativa das histórias do livro, segundo a qual o texto existe em si mesmo, separado de qualquer materialidade, devemos lembrar que não existe texto fora do suporte que permite sua leitura (ou da escuta), fora da circunstância na qual é lido (ou ouvido). Os autores não escrevem livros: não, escrevem textos que se tornam objetos escritos – manuscritos, gravados, impressos e, hoje, informatizados – manejados de diferentes formas por leitores de carne e osso cujas maneiras de ler variam de acordo com as épocas, os lugares e os ambientes. (CHARTIER, 1998b, p. 9).

Isso nos leva a questionar se o texto existe em si, isolado, e mesmo se o autor não é um ser discernível das relações de leitura e dos suportes conforme as épocas. Os autores e seus textos não são independentes das relações situadas que os objetos-texto engendram, pela trajetória do livro e dos regimes de autoria que o permeiam ao longo do tempo, mostrando que o lugar do autor não é definido de forma estanque, mas obedece a um jogo de disputas e tem funções distintas conforme a época e local. Isso nos ajuda a compreender como a autoria pode ser pensada.

Seria, portanto, necessário romper com o recurso a uma “continuidade discursiva” do que mantém coesos os mesmos textos que compõem uma publicação. Há uma inconstância do objeto livro, as novas formas que usamos

para materializá-los estão ligadas às formas que eles assumem conforme uma ocupação dos espaços, conforme uma disposição e organização de um conjunto, uma reunião de escritos.

Trata-se, segundo Foucault (2008, p. 25, grifo nosso), de repensar o modo como olhamos para as unidades chamadas de “livros” e “obras”, reposicionando o tema da autoria sobre o problema da “unidade”, do que interliga e dá sentido aos textos de determinado autor:

Mas, sobretudo, as unidades que é preciso deixar em suspenso são as que se impõem da maneira mais imediata: as do livro e da obra. Aparentemente, pode-se apagá-las sem um extremo artifício? Não são elas apresentadas da maneira mais exata possível? Individualização material do livro que ocupa um espaço determinado, que tem um valor econômico e que marca por si mesmo, por um certo número de signos, os limites de seu começo e de seu fim; estabelecimento de uma obra que se reconhece e que se delimita, atribuindo um certo número de textos a um autor. E, no entanto, assim que são observadas um pouco mais de perto, começam as dificuldades. Unidade material do livro?

O que é esse processo de atribuição de textos a um autor? Essas unidades materiais, do livro e da obra, são postas em xeque quando questionamos, por exemplo, se se fundam num mesmo princípio unitário uma obra composta de poemas, de uma coletânea de crônicas de jornal, de tratados de filosofia, de ensaios políticos em revistas etc.

De tal modo, um livro não é um objeto espontâneo, admitido como reflexo por si de uma mente criadora, mas trata-se de um objeto econômico, inserido numa esfera de “saber-poder” e, sobretudo, porque os textos de que é composto partem de uma coerência, de uma ideia de conjunto que lhes é imposta, que se define por parâmetros comparativos pautados em gêneros e tipos de discurso contrapostos. Como bem ilustra Foucault (2008, p. 26, grifo nosso):

É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede. E esse jogo de remissões não é homólogo, conforme se refira a um tratado de matemática, a um comentário de textos, a uma narração histórica, a um episódio em um ciclo romanesco; em

qualquer um dos casos, a unidade do livro, mesmo entendida como feixe de relações, não pode ser considerada como idêntica.

O texto participa de um mundo de textos: há uma cadeia de remissões que leva aquilo que vemos compor um livro a um jogo de relações que ultrapassam a simples ideia de escrita e desestabiliza a ideia de livro como um objeto estático. Para cada tipo de discurso tem-se procedimentos distintos, próprios de criação, de arranjo dessa unidade do objeto livro, não podendo ela ser livre de uma “rede” de outros livros e de instituições editoriais específicas. Sobre isso, Foucault (2008, p. 26) continua:

Por mais que o livro se apresente como um objeto que se tem na mão; por mais que ele se reduza ao pequeno paralelepípedo que o encerra: sua unidade é variável e relativa. Assim que a questionamos, ela perde sua evidência; não se indica a si mesma, só se constrói a partir de um campo complexo de discursos.

Diferem-se, pois, a unidade material do livro e a sua unidade discursiva: o livro, ao mesmo tempo que pode ser tomado como um “todo editorial”, também é um objeto num mundo de livros, de textos que se opõem a outros textos, de tal sorte que cada tipo de texto que compõe um livro permite formas distintas de se definir uma unidade em torno de um autor.

Por outro lado, a ideia de “continuidade” dos textos que podem ou não compor uma obra se estabelece comumente no conceito de “nome de autor”. Entretanto, mesmo aparentemente uma marca forte de demarcação da obra, o “nome de autor” não se apresenta de modo homogêneo, mostrando-se, como atesta Foucault (2008, p. 26, grifo nosso), mais uma tentativa de justificar a unidade de uma obra:

Ora, essa denotação (mesmo se forem deixados de lado os problemas da atribuição) não é uma função homogênea: o nome de um autor denota da mesma maneira um texto que ele próprio publicou com seu nome, um texto que apresentou sob pseudônimo, um outro que será descoberto após sua morte, em rascunho, um outro ainda que não passa de anotações, uma caderneta de notas, um "papel"? A constituição de uma obra completa ou de um *opus* supõe um certo número de escolhas difíceis de serem justificadas ou mesmo formuladas.

O “nome” daria, assim, uma ordem, uma origem racional, uma marca que indexa o texto a uma certa unidade, ou as ideias contidas em diversos textos a um ponto fixo, a um mesmo produtor dotado de poder sobre seus textos. Mas há uma dispersão de textos. E a singularidade do objeto livro não se mantém imóvel: é uma continuidade marcada por transformações no seu interior. Então, “[...] a questão é saber se a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam, e não pela permanência e singularidade de um objeto”. (FOUCAULT, 2008, p. 37, grifo nosso). Uma vez questionada, a unidade da obra ressignifica o percurso de como podemos enxergar a autoria, tendo em vista que a materialidade que a sustenta é permeável e em constante reformulação.

Desse modo, o “livro” ou a “obra” não são objetos sobre os quais deve-se ter uma consideração estanque, sem matizes que retomem um percurso de formação, de relações múltiplas que os condicionam. Os próprios elementos que garantem um “estado civil” do livro, do conteúdo que consta dele, do que o leitor poderá nele encontrar, ou seja, dos protocolos que os livros seguem para se apresentarem ao leitor, não são estáveis. Isso se corrobora no que afirmam Febvre e Martin (2000, p. 112, grifo nosso):

Os homens do século XV, e mesmo os do século seguinte, eram bem menos favorecidos neste ponto de vista, pois tinham de folhear longamente uma obra antes de lhe conhecer o “estado civil”: de facto, não havia página de rosto nos mais antigos livros impressos. Como nos manuscritos, o texto começa no rosto da primeira folha, logo a seguir a uma breve fórmula na qual se indica, normalmente, o assunto da obra e, às vezes, o nome do seu autor.

Ou seja, isso reitera que o livro não é algo que sempre possuiu suas partes totalmente estabelecidas: mesmo o nome do autor em destaque não é algo dado desde sempre nos livros, pois podia aparecer ou “às vezes” não. Conquanto pensados como a materialização de um espaço de ascensão de textos, os livros constituem assim um *locus* capital na compreensão da obra de um autor – o que retoma o princípio das condições de emergência dos discursos; são essas relações que possuem uma determinada permanência em um dado momento do tempo e permitem a unidade dos livros e do próprio autor.

Disso deve-se levar em conta as mudanças e dispersões pelas quais passam esses objetos-livro, enxergando em seus desvios e variações ao longo da história elementos de regularidade que nos permitam falar, produzir um discurso mais consistente sobre eles. Como ressalta Foucault (2008, p. 53-54, grifo nosso):

Definir esses *objetos* sem referência ao *fundo das coisas*, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão.

Há uma regularidade na dispersão que se materializa nos livros enquanto produtos de uma época, de um momento histórico. Temos assim uma diversidade de elementos que, a princípio, impossibilitam que se funde a coesão de um discurso, de um objeto, como um “livro” ou uma “obra”² na pura ideia de “criação” ou de “fruição estética” do autor.

Entender esse quadro fragmentado do que constitui os discursos autorais se faz essencial para compreendermos as mudanças ocorridas no tempo e a pretensa unidade dos objetos, principalmente no tocante à materialidade dos textos que permite emergir a figura do autor. O autor estaria sempre imerso na inconstância dos objetos que lhe possibilitam vir ao mundo como produtor de textos. De acordo com Foucault (2008, p. 80, grifo nosso):

Ora, essa própria dispersão - com suas lacunas, falhas, desordens, superposições, incompatibilidades, trocas e substituições - pode ser descrita, em sua singularidade, se formos capazes de determinar as regras específicas segundo as quais foram formados objetos, enunciações, conceitos, opções teóricas: se há unidade, ela não está na coerência visível e horizontal dos elementos formados; reside, muito antes, no sistema que torna possível e rege sua formação.

2 Essa situação de dispersão dos elementos que supostamente dão coesão e unidade aos tipos de discurso nos serve para pensar as condições que permitem que venha à tona ora o discurso do autor “Chomsky linguista”, ora do “ativista” ou do “intelectual”, como analisaremos nos capítulos 2, 3 e 4 do presente trabalho.

Portanto, no vasto entorno de um “texto”, de um “livro” ou de uma “obra”, que se apresentam como unidades discursivas, objetos estáveis, deparamo-nos com a necessidade de descobrir as relações discursivas-políticas que as envolvem. E isso nos é de sumo interesse, pois o olhar sobre essa separação entre sujeito e obra nos leva a rediscutir os lugares onde se constitui a formação da autoria, mas também a ideia de obra como uma expressão de tudo aquilo que nasce da interioridade do autor, como aponta Foucault (2008, p. 27, grifo nosso):

Na verdade, se se fala com tanto prazer e sem maiores questionamentos sobre a "obra" de um autor, é porque a supomos definida por uma certa função de expressão. Admite-se que deve haver um nível (tão profundo quanto é preciso imaginar) no qual a obra se revela, em todos os seus fragmentos, mesmo os mais minúsculos e os menos essenciais, como a expressão do pensamento, ou da experiência, ou da imaginação, ou do inconsciente do autor, ou ainda das determinações históricas a que estava preso.

Questionada em sua característica fundante de “expressão do pensamento” do autor, de instância unificadora do “inconsciente do autor”, a obra deixa de se situar como um espaço de racionalidade imanente dos textos de um autor e deve ser vista pelo prisma da descontinuidade, das rupturas em seu interior. Não obstante, isso não prevê que abandonemos esses conceitos como “livro” e “obra”; porém, trata-se de entender seus limites e definições díspares, seus subconjuntos e sua sistematicidade num todo de relações que ultrapassam a constituição imediata desses objetos. Como pontua Foucault (2008, p. 52-53, grifo nosso):

Mas entendamos: não são os objetos que permanecem constantes, nem o domínio que formam; nem mesmo seu ponto de emergência ou seu modo de caracterização; mas o estabelecimento de relação entre as superfícies em que podem aparecer, em que podem ser delimitados, analisados e especificados.

Sendo assim, a despeito da impermanência dos objetos em função do conjunto de múltiplas relações a que estão sujeitos, não há uma outra forma de materialidade, “mais real”, “mais constante” que os ultrapassa. Nesse sentido, não é possível mobilizarmos a ideia de autoria sem as categorias históricas de “obra”

e de “livro”: prescindir delas e buscar uma instância explicativa dos objetos “mais estável” é incorrer em mesmo erro de considerá-las passiva e acriticamente. Sobre isso, esclarece Foucault (2008, p. 28-29, grifo nosso):

Mas a "obra", o "livro" [...], será preciso sempre dispensá-las? Será preciso tomá-las por ilusões, construções sem legitimidade, resultados mal alcançados? Será preciso desistir de se buscar qualquer apoio nelas, mesmo provisoriamente, e de lhes dar uma definição? Trata-se, de fato, de arrancá-las de sua quase-evidência, de liberar os problemas que colocam; [...] Trata-se de reconhecer que elas talvez não sejam, afinal de contas, o que se acreditava que fossem à primeira vista.

Ou seja, “obras” e “livros”, entendidos como objetos situados historicamente e subordinados a regras e ordens próprias, eivadas em sua unidade por um conjunto de relações que ultrapassam os limites do texto, não devem ser conceitos dispensáveis, mas questionados em sua estabilidade e permanência. Não é propor unidades “melhores” para entender o que são os textos que compõem uma obra ou um livro e, conseqüentemente, a trilha possível para aproximarmos nosso entendimento da autoria. Basta-nos nessa reflexão desenvolver um olhar de ruptura com o que se “acreditava que fossem à primeira vista”, questionar sua sistematicidade, os fios condutores que pretendem uma continuidade óbvia.

E há uma determinação coletiva, um campo de negociações que ultrapassa a simples relação entre o autor e sua obra: ele é uma das entradas para o mundo de onde se originam seus textos, mas não controla a totalidade dos processos que agem sobre sua obra. Não uma fruição independente de fatores externos que constituem o texto em uma instância pura de criação do autor. Conforme menciona Maingueneau (2015, p. 76-77):

Produto de um trabalho coletivo, as obras são constantemente submetidas a reinterpretações, a transformações, a reempregos, cuja análise dá acesso aos interesses dos que as levam em conta. Numa sociedade dominada pelo escrito, os grandes autores (filosóficos, literários, religiosos, políticos...) estão de alguma forma na base da sociedade, da qual constituem as autoridades últimas. A importância que lhes é conferida e o sentido que se deve atribuir a seus textos não podem deixar de ser objeto de conflitos incessantes.

Dessa forma, o conceito de “obra”, como ele se define no eixo da continuidade dessas unidades discursivas, surge em meio a um constante litígio, numa disputa de espaços, de “reinterpretações” e “transformações” sujeitas a interesses situados. Trata-se da conjunção de diversas práticas discursivas, de instituições que permitem os textos fazerem parte da obra do autor. E não são quaisquer textos que podem compor uma obra. Como bem questiona Foucault (1997, p. 38):

Mas suponhamos que nos ocupamos de um autor: será que tudo o que ele escreveu ou disse, tudo o que ele deixou atrás de si faz parte da sua obra? [...] Mas quando, no interior de um caderno cheio de aforismos, se encontra uma referência, uma indicação de um encontro ou de um endereço, um recibo de lavanderia: obra ou não? Mas por que não? E isto indefinidamente. Como definir uma obra entre milhões de vestígios deixados por alguém depois da morte?

Com isso, não podemos nos furtar da indagação sobre o que mantém a unidade de uma obra, inclusive pela diversidade de gêneros textuais que podem ou não dela fazer parte: nem tudo o que o autor produz de enunciado é, ou será, parte da sua obra. Disso vemos que há uma hierarquia dos textos, uma desigualdade, uma circulação em espaços de poder distintos: uma necessidade de transformar os textos que um autor produz em obra, mas conforme esses textos obedecem a interesses específicos de um percurso de construção da autoria.

Todavia, nesse bojo de relações que compreendem a trajetória de uma obra, o papel da autoria se faz presente na sua individualização, de identificação a partir de um traço distintivo do autor: “[...] ‘a obra’ é, numa primeira abordagem, “uma soma de textos que podem ser denotados pelo signo de um nome próprio”. (MAINGUENEAU, 2010, p. 33). Retomamos aqui a ideia de “nome de autor”, mas pela perspectiva de uma especificação dos discursos, do autor como aquele que confere um grau de “raridade”, de individualidade a textos dispersos.

É precisamente no eixo da rarefação dos discursos que emerge a figura do autor: de uma constante individualização dos indivíduos, como pontua Foucault (1997, p. 33): “A noção de autor constitui o momento forte da individualização na

história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e na das ciências”. Os traços caracterizadores dos indivíduos são objetivados nas exceções, não na regra. Disso também é exemplo o autor, pois está sempre ligado a uma noção de indivíduo, de individuação.

Além disso, a unidade que a ideia de autor e de obra imprime a um conceito, a um tipo de escrita, a um conjunto de textos, é mais forte que uma possível unidade advinda de outras relações. Mas o que separaria um indivíduo comum, um enunciador do cotidiano, de um autor? Pois há uma infundável produção de textos, em todos os formatos possíveis, embora nem todo indivíduo seja um autor. Para Foucault (1997, p. 46, grifo nosso), haveria então uma marca distintiva nos discursos caracterizada por uma “função autor”:

Poderíamos dizer, por conseguinte, que, numa civilização como a nossa, uma certa quantidade de discursos são providos da função “autor” ao passo que outros são dela desprovidos. Uma carta privada pode bem ter um signatário, mas não tem autor; um contrato pode bem ter um fiador, mas não um autor. Um texto anônimo que se lê numa parede da rua terá um redactor, mas não um autor. A função autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade.

Nem todo tipo de enunciado que pode ser produzido deve ser pensado pela ótica da autoria, ou seja, a nem todo tipo de fato da língua é possível atribuir um autor. A “função autor” consistiria, em síntese, em um meio de rarefação dos discursos, de individuação possível de textos. O “autor” enquanto uma “função” se opõe a diversas outras funções, outros modos de produzir enunciados: não é possível entender o autor fora de um conjunto, das produções discursivas e concepções próprias de uma sociedade. Por outro lado, entendendo a autoria como uma construção coletiva, que ultrapassa a pessoa física do autor e, principalmente, a materialidade da sua obra, adentramos numa seara que rompe a dicotomia texto-contexto.

Desse modo, a “função autor” extrapola o território puro dos textos e abre um caminho para analisarmos a formação de um tipo de individuação que se instaura com a identificação dos discursos em uma função, em um exercício, em

uma prática específica do discurso que é a autoria: cada vez menos vista pelo prisma da “criação”, da “inspiração”, da “genialidade”.

E o que nos faz olhar para a “função autor” como algo instável e digno de atenção, de um olhar mais atento e crítico, é a sua manifestação por meio de formas tão distintas. Ela não se estabelece numa correspondência clara e direta entre um discurso e o que seria seu autor: “[...] não se forma espontaneamente como a atribuição de um discurso a um indivíduo. É antes o resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser racional a que chamamos autor”. (FOUCAULT, 1997, p. 50). Aqui Foucault faz notar a ideia de “construção”, de que a função autoral é uma identidade construída ao se erigir a figura de um “ser racional”, que identifica os textos na figura de um autor.

A compreensão do conceito de “função autor” nos leva a identificar esse “ser racional”, a traçar o percurso de construção da autoria pensada pelo ponto de vista da identificação dos textos, mas não apenas pela oposição entre os textos dotados de uma “raridade” e aqueles triviais, e sim tentando encontrar o que garante ao autor um estatuto de unicidade, de identidade. Como aponta Maingueneau (2006b, p. 137, grifo nosso):

A “identidade” criadora, seja qual for o ângulo a partir do qual a apreendemos, não se restringe a uma posição, uma substância ou um suporte. Essa dificuldade traduz a dificuldade de responder à questão aparentemente mais banal: “*Quem é o autor dessa obra?*” Ao invocar um nome próprio, designam-se tão-somente instáveis imbricações de instâncias que se recobrem: um estado civil, uma trajetória de escritor e um processo de enunciação cuja harmonia impossível se mantém através de uma constante fuga para a frente.

Na identificação, na busca de responder a “quem é o autor dessa obra?” adentramos num campo em que vemos a necessidade de “conhecer” o autor, da relação da “função autor” com outras divisões dentro da própria possibilidade de autoria, do que Maingueneau chama de “instâncias de autoria”: a “pessoa”, o “escritor” e o “inscritor”; ou seja, respectivamente, um “estado civil”, uma “trajetória de escritor” e um “processo de enunciação”. Nas próprias palavras de Maingueneau (2006b, p. 136):

A denominação “a pessoa” refere-se ao indivíduo dotado de um estado civil, de uma vida privada. “O escritor” designa o ator que define uma trajetória na instituição literária. Quanto ao neologismo “inscritor”, ele subsume ao mesmo tempo as formas de subjetividade enunciativa da cena de fala implicada pelo texto [...] e a cena imposta pelo gênero do discurso: romancista, dramaturgo, contista...

Lançando mão dessa ferramenta de análise, do conceito de “instâncias de autoria”, podemos adentrar em uma discussão mais específica do problema do autor, já não compreendido enquanto uma “unidade”, mas como uma “função”: e não uma função simples, e sim subdividida, permeada de outras funções que se inter-relacionam e não podem ser pensadas separadamente. De acordo com Maingueneau (2006b, p. 136-137, grifo nosso):

Essas três instâncias não se dispõem em sequência, seja em termos de cronologia ou de estratos. Não há em primeiro lugar “a pessoa”, passível de uma biografia, em seguida “o escritor”, ator do espaço literário, e depois “o inscritor”, sujeito da enunciação: cada uma dessas instâncias é atravessada pelas outras, não sendo nenhuma delas o fundamento ou o pivô. [...] Cada uma das três sustenta as outras e é por elas sustentada, num processo de recobrimento recíproco que, num mesmo movimento, dispersa e concentra “o” criador.

Repartida de forma analítica para melhor a compreendermos, a função autor se constrói numa confluência, numa fronteira tríplice que torna o lugar do autor algo mais complexo que simplesmente a noção de enunciador ou mesmo de garantidor dos textos, de um sujeito do discurso dotado de uma identidade jurídica ou de um direito de propriedade.

O autor, assim, é concebido sob a perspectiva de seu estatuto biográfico (a “pessoa”); sua inserção num mundo de escritores, de indivíduos que escrevem, que exercem a atividade literária (o “escritor”); e sua posição na comunhão com o texto, como ele lida com as palavras, seu estilo, sua marca distintiva em expor e produzir sua escritura – (o “inscritor”).

A instância do “escritor” assumiria uma função social do autor, posto que é através dela que o autor põe em circulação seus textos e dá sentido a sua obra: “Escritor” é ao mesmo tempo tanto uma categoria, de resto imprecisa, do registro das profissões como uma figura associada a uma obra”. (MAINGUENEAU, 2006b,

p. 135). Ou seja, a instância do “escritor” resume uma categoria profissional, do autor que se estabelece em um campo de escrita específico.

Já a instância do “inscritor” é a que está mais próxima do texto: “O inscritor subsumiria assim duas funções de níveis distintos: a de *enunciador*, isto é, suporte da enunciação, e a de *agenciador* do texto (que se manifesta em particular através de seu recorte, de sua apresentação)”. (MAINGUENEAU, 2010, p. 143). Ou seja, o inscritor possibilita que os textos do autor venham à tona com marcas próprias que os individualizam, as quais permitem que o autor inscreva no mundo um modo de escritura do texto que o distingue dos seus pares.

No caso da instância da “pessoa”, vemos que ela se situa no plano do sujeito, do autor concebido como um indivíduo no mundo. E a trajetória biográfica de um autor em geral “contamina” a sua obra, influenciando constantemente as formas de ler seus textos. Conforme diz Maingueneau (2010, p. 148): “A pessoa mantém relações bem variáveis com o ‘escritor’ e com o ‘inscritor’. É impossível abordar hoje o trabalho de Céline ignorando que ele colaborou com os alemães durante a Segunda Guerra”. Há uma impossibilidade de tratar o “escritor” e o “inscritor” separados da “pessoa” do autor, como no caso exemplar de Céline, pois seus livros podem ter tido origem em épocas variadas de sua vida, mas os posicionamentos tomados pela “pessoa” do autor em algum momento, suas declarações e filiações políticas, são vistos com bons ou maus olhos ao longo do tempo, atraindo ou repelindo determinados públicos leitores. Isso nos leva a outra seara, também teorizada por Dominique Maingueneau, que compreende a ideia da recepção da obra de um autor.

1.3 Autor e imagem de autor

Acerca da esfera de recepção da obra de um autor, é preciso estabelecê-la a partir de duas curvas distintas: a do autor (pelo funcionamento da autoria, apreendido da relação entre as três instâncias) e a da “imagem do autor” – ambas se constituem em um equilíbrio em permanente mudança. Esse conceito de “imagem” nos é importante, pois, como atesta Maingueneau (2010, p. 140): “Parece-me, contudo, que essa noção de imagem de autor pode ser fecunda para a análise do discurso, que por natureza se dedica a trabalhar em fronteiras e

cruzamentos”. A imagem, pois, está no cruzamento de discursos, definindo-se pelos meios a que o autor recorre para se estabelecer, para galgar e manter uma posição num campo literário ou acadêmico.

A “imagem de autor” consiste em uma ferramenta que busca enxergar como que os autores produzem e são produzidos, ou co-produzidos num processo recorrente de criação da autoria. Esse é um problema importante que se coloca para a presente tese, pois, ancorados no que diz Maingueneau (2015, p. 77, grifo nosso), detemo-nos em grande medida sobre os processos que circundam o entorno da obra de um autor:

Os autores produzem obras, mas os autores são, eles mesmos, produzidos por um todo complexo institucional. O analista de discurso pode, por exemplo, estudar os processos pelos quais, num dado momento, agentes situados em determinados lugares vão converter em “obras” textos recolhidos em diversos tipos e gêneros de discurso. Esses processos são necessariamente sintomáticos de determinada configuração histórica, de lutas entre interesses e do funcionamento de instituições específicas.

Por esse trecho, vemos como o analista de discurso pode se embrenhar em questões que permeiam os textos dos autores, lançando um olhar para o jogo de “interesses” e o papel das “instituições” que obedecem a uma certa “configuração” temporal. Esses “processos” que Maingueneau menciona não são detalhes ou supérfluos ao que está propriamente no “conteúdo” textual, mas sim a explicação das possibilidades de sua origem, de sua circulação, dos sentidos que assumem e lhes são conferidos ao longo do tempo conforme todo um percurso de gestão da obra.

Desse modo, a obra do autor está inserida no plano da trajetória da autoria, da relação do escritor de textos com a sua figuração num campo de escritores – disso vemos a legitimação de uma “imagem de autor”: “[...] uma realidade instável e fluida que não pertence propriamente nem ao autor nem ao público ou ao texto, mas resulta da interação entre instâncias heterogêneas”. (MAINGUENEAU, 2010, p. 140). Ou seja, a imagem se constitui como um processo, um movimento criador, gestado, organizado, em constante disputa para se manter.

Temos, então, que a imagem de autor é moldada na encruzilhada do que o autor produz enquanto texto e nos textos produzidos sobre ele e seus textos: “[...]”

na verdade, essa imagem é elaborada na confluência de seus gestos e de suas palavras, de um lado, e das palavras de diversos públicos que, a títulos diferentes e em função de seus interesses, contribuem para moldá-la”. (MAINGUENEAU, 2010, p. 144). O autor perde o controle sobre a sua obra, e a leitura que se cria dela é condicionada a essa relação, da trajetória de um escritor com sua imagem legitimada: o texto é algo material no meio desse conjunto de fatores.

Mas “obra” e “autor” não são duas realidades distintas, geradas em momentos opostos: elas se alimentam da construção constante da imagem de autor que circula: “Assim, não mais do que o autor, a imagem de autor não é um ponto fixo, sequer uma zona de contato entre instâncias estáveis: é uma fronteira móvel, a resultante de um jogo de equilíbrio instável em reconfiguração permanente” (MAINGUENEAU, 2010, p. 152). E esse não é um processo que se separa cronologicamente: a imagem do autor também é guiada pela obra e pelo estatuto que ela assume num meio de circulação de textos, e isso estabelece o regime de autoralidade na comunhão de operações diversas que mobilizam autor-obra-imagem. Não podemos conceber a imagem do autor como algo produzido externamente e que não se relaciona com o texto propriamente dito, mas, como diz Maingueneau (2010, p. 139-140):

Essa imagem não é analisada como uma dimensão consubstancial à enunciação, mas como fenômeno exterior à atividade literária propriamente dita, uma realidade instável e fluida que não pertence propriamente nem ao autor nem ao público ou ao texto.

Assim, as potencialidades do autor não residem no conteúdo do texto que ele escreve, mas na imagem que se tem do autor, a qual modifica o texto, uma vez que consolida a imagem do autor que o leitor tem. Como aponta Maingueneau (2010, p. 151): “Mas, naturalmente, a imagem de autor não é o produto apenas da atividade do escritor. Tal atividade entra em interação com públicos para gerar estratos mais ou menos homogêneos de representação”. Não é por acaso que se escolhe um livro para ler; não é de repente que um determinado autor chega até as mãos do público.

Além do mais, não há algo de “sagrado” ou de “imane” no texto que não se possa pensá-lo também como um produto da imagem do autor. Destarte, essa

imagem está atrelada à intersecção do autor com o público e o texto. E nos interessa repensar aqui a dimensão da recepção do autor, passando pelo conceito de *ethos*, entendendo-o como a assimilação de uma forma de ser de quem enuncia, que se mistura a uma forma de dizer, e isso é o que constitui o *ethos*. Ele está no cerne da relação ente locutor e destinatário, como diz Maingueneau (2010, p. 80):

O discurso, através da leitura ou da audição, faz com que o destinatário partilhe de certo movimento do corpo, em um processo de “incorporação” que implica certo “mundo ético”, associado a comportamentos estereotípicos. Assim, o “conteúdo” do enunciado suscita adesão por meio de uma maneira de dizer que é também uma maneira de ser.

O *ethos* pode ser a soma da impressão do destinatário com o esforço do locutor em passar uma imagem de si. Dessa forma, temos que o *ethos* é algo consciente ou inconsciente por parte do locutor, mas pertencente ao discurso: é impossível se estabelecer uma relação discursiva sem que se tenha uma impressão, uma visão de mundo, uma posição diante das coisas retratadas naquele que fala.

Haveria uma separação entre o *ethos* e a imagem de autor: o *ethos* é próprio do que convencionou chamar de “imagem de si” na enunciação, mobilizando recursos de sua pessoa, de suas posições, mas também como um modo de enunciar; já a imagem de autor é aquilo que se usa de material garantidor da enunciação já solidificado pela gestão de determinada obra.

O ato de enunciar e sua materialidade num texto implicam em criar uma imagem de si, e o destinatário cria uma visão do locutor. Por decorrência, o *ethos* participa de uma ideia de articulação de direitos e deveres do locutor, uma posição moral no mundo, um estilo de vida, de condutas. Essa apresentação de si se dá por meio de diversos gêneros:

O *ethos* discursivo é coextensivo a toda enunciação: o destinatário é necessariamente levado a construir uma representação do locutor, que este último tenta controlar, mais ou menos conscientemente e de maneira bastante variável, segundo os gêneros do discurso. (MAINGUENEAU, 2010, p. 70).

O *ethos*, assim compreendido como uma extensão da enunciação, é tanto a representação que o destinatário faz do locutor como o esforço do locutor em organizar e criar essa representação. Ao mesmo tempo que responsável por ativar visões de mundo no destinatário sobre posições, sobre quem seria o autor, o *ethos* é dependente da imagem do autor: “[...] como o *ethos* discursivo é ele mesmo o produto de uma construção de imagem por parte de sujeitos inscritos, por sua vez, em posições sociais diversas” (MAINGUENEAU, 2010, p. 89). Há uma influência sobre a recepção, sobre a leitura de um texto antes de o destinatário ter acesso ao texto, ou seja, cria-se uma expectativa do destinatário sobre o texto ser dessa ou daquela forma, de ser uma boa leitura ou não, tudo conforme a imagem de autor que o antecede.

Mas a imagem do autor está para além do *ethos*, pois engloba a participação de terceiros mais ativamente. Para se ter plena ideia de que a “imagem” se distingue do *ethos*, vale ver como um autor galga patamares de destaque e influencia a recepção de sua obra mesmo após sua morte, o que já não é possível pensarmos pelo conceito de *ethos*: “Os autores mais valorizados, aqueles cujas obras são incessantemente comentadas, cuja imagem é a mais rica, são os que se destacam na memória coletiva. Rimbaud não se transformou em Rimbaud, e só alcançou o ‘mito de Rimbaud’ depois de morto”. (MAINGUENEAU, 2010, p. 144). Recursos são utilizados para inventar a obra, para modificá-la, modificando-se a imagem do autor. A partir desse exemplo de Rimbaud, sabemos que seus poemas não são lidos da mesma maneira passados tantos anos de sua morte, pois sua imagem continua em transformação. E isso está intimamente ligado ao que Maingueneau (2010, p. 144) aponta como “decisão editorial”:

Nessas condições, percebe-se toda a importância das decisões dos interventores posteriores, que contribuem para construir uma obra, quando não a fabricam com todas as peças. Para fazê-lo, devem basear-se numa determinada imagem de autor, e, mediante sua atividade editorial, vão modificá-la. A partir do momento em que uma decisão editorial institui um auctor, é elaborada uma imagem de autor.

Nesse campo de decisões, das escolhas dos editores, vemos o papel da gestão editorial influenciar diretamente na criação da imagem do autor e, por

extensão, na concepção do próprio texto do autor – pois o texto não funciona e não possui existência num mundo de textos livre dessas imbricações múltiplas que condicionam a emergência do discurso autoral.

A problemática da imagem de autor nos leva a outro questionamento: quando a noção de autor se mescla à de “obra” e seus textos podem ser denominados pelo nome de “auctor”. É como se pelo nome do autor se tivesse a totalidade de seus textos; como se houvesse um “fio de Ariadne” que unisse num elo coerente e teleológico os textos desse autor. Para Maingueneau (2010, p. 30), a expressão “auctor” seria uma solução para se resolver a falta de estabilidade que o conceito de “autor” apresenta:

Para evitar a instabilidade da palavra ‘autor’, poderíamos falar aqui de *auctor*. Se todo texto implica por natureza um ‘responsável’, apenas um número muito restrito de indivíduos atinge o estatuto de ‘auctor’. Basta para isso que se possa associá-los a uma ‘obra’, digamos a um *Opus*, e não a uma sequência contingente de textos dispersos.

Ao passo que muitos podem ser responsáveis por textos, enquanto autores-responsáveis, nem todos que dessas dimensões participam galgam a posição de serem metonimizadas em sua obra – mas isso ocorre com o “auctor”. Daí tiramos a ideia de que a concepção de “obra” revela uma instância profunda, um rio subterrâneo que guia os textos de um autor como se esses textos tivessem, desde a sua concepção, um propósito comum, ou seja, expressassem o *seu* autor. O auctor seria um “autor-autoridade”, ligado a um todo restrito a poucos: “Sua função não consiste em responder por um texto singular, mas por um agrupamento de textos referidos a uma entidade que é identificável, que até pertence ao Thesaurus literário, quando alcança notoriedade” (MAINGUENEAU, 2010, p. 142). É nesse sentido que entra a função capital de terceiros, de intermediários da obra desse autor: ele precisa ser consagrado, fazer parte de um tesouro literário, como aponta Maingueneau (2010, p. 31):

Mas será “auctor” efetivo, fonte de “autoridade”, apenas se terceiros falam dele, contribuem para modelar uma “imagem de autor” dele. Desde então, compreende-se a estratégia de numerosos escritores dos séculos XVII e XVIII que, fingindo em seus prefácios não serem os autores de seu próprio texto, colocam-se como o terceiro que dá crédito ao texto.

Dessa importância de haver um trabalho externo à escrita, uma mediação, uma intercessão de terceiros sobre os textos do autor para que ele ganhe prestígio, vemos que o auctor é um constructo, ele não existe por si: necessita sempre de quem “consagre” seus textos, por meio de uma leitura dirigida, uma crítica, um comentário, uma leitura acurada que aponte a relevância de seus textos, o papel de destaque que eles devem ter.

Prerrogativa de poucos indivíduos, o *status* de auctor constitui-se como um lugar de onde se emana uma *auctoritas*, um poder, uma posição privilegiada de fala que é prova de se ter ultrapassado os rituais e limites básicos e intermediários para se atingir um patamar de além-autor, de alguém que tudo o que enuncia é passível de se tornar livro, que é disputado pelas editoras, supera o mero campo de disputa dos escritores e tem uma relação direta com os leitores por meio de uma autoridade, de uma fala consolidada.

Mas o auctor está inserido em um processo, é também paciente, fruto da criação de uma imagem de autor, como bem reitera Maingueneau (2010, p. 142): “Mas para que um indivíduo seja plenamente ‘auctor’, é necessário que terceiros o instituem como tal, mediante a produção de enunciados sobre ele e sobre sua obra, em suma, conferindo-lhe uma ‘imagem de autor’“. À prática de gestão da obra de um autor é impossível dissociar uma ou várias imagens de autor que se produzem.

A noção de ser “plenamente auctor”, para Maingueneau, se funda sobre o papel que as instituições editoriais exercem sobre a obra, através dos meios de sua publicação e de circulação. É a partir delas que se definem textos canônicos (consagrados pela crítica) e textos profanos (não sagrados pela crítica ou pela academia):

Para ser plenamente auctor, é preciso ser reconhecido, ter uma “imagem de autor”. O grau desse “reconhecimento” varia com a natureza dos terceiros implicados. Uma coletânea de poesias publicadas por conta do autor e da qual só a família e os amigos próximos do produtor falam confere uma qualidade de “auctor” de nível bem baixo; ao contrário, um ensaio publicado por um grande editor, citado por diversas revistas de prestígio e que leva o seu autor a um programa de televisão, confere um forte coeficiente de “autoridade” (MAINGUENEAU, 2010, p. 32, grifo nosso).

É a participação ativa dos meios editoriais e do próprio autor na construção de sua imagem que nos leva ao conceito de “dimensões da autoria”, a dimensão da “figuração” e da “regulação”, também teorizado por Maingueneau (2006b, p. 143): “[...] vamos distinguir uma dimensão de *figuração* – a encenação do criador – [...] e uma dimensão de *regulação* por meio da qual o criador negocia a inserção de seu texto num certo estado do campo e no circuito da comunicação”. A partir disso podemos dizer que, ao mesmo tempo que um “produto editorial”, fruto de uma atividade que regula sua obra, o autor também é um “ator” do campo onde circulam seus livros, agente sobre a sua própria imagem.

Essas dimensões são essenciais compreendermos a construção da imagem de autor, como ela está no centro de uma disputa de autoridade, de demarcação de posição do autor num mundo de textos e dentro de um campo de escritores, submetida a regras dos interesses editoriais. Sobre a “regulação”, cabe reiterar: “Essa função de “regulação” também tem relação com colocar em perspectiva um texto, seu perfil com referência ao que poderíamos chamar de a *Opus*, isto é, a trajetória de conjunto em que cada obra singular assume um lugar”. (MAINGUENEAU, 2006b, p. 143). De uma produção dispersa de textos passa-se à reunião, à organização do que se considera importante textualmente do autor para compor sua obra, essa é a principal característica da dimensão reguladora.

Face indissociável da “regulação da obra”, a “figuração do autor” participa em igual medida da construção de uma identidade criadora; o autor visto como aquele que figura nos meios onde seus textos circulam, é um autor mediador do seu próprio nome, que fala e aparece: “Com efeito, ser escritor é também gerar a memória interna dos próprios textos e atividades passadas e reorientá-la em função de um futuro”. (MAINGUENEAU, 2006b, p. 143). E a consolidação da obra de um autor está ligada à trajetória dos seus textos, sua inserção num espaço da cultura escrita, orientados, adequados às normas editoriais, da crítica, de um padrão acadêmico; acerca dessa relação, continua Maingueneau: “[...] Trata-se de duas dimensões inseparáveis: construir uma identidade criadora na cena do mundo (figuração) e conferir um estatuto às unidades que constituem a *Opus* (regulação)”. Apresenta-se, assim, como de suma importância o papel do meio

editorial para se criar a noção de “autoralidade”, de negociação do autor e dos seus agenciadores para inserir sua obra num determinado campo.

Além disso, a construção de um autor é resultado dessa disputa reguladora, da apropriação de sentidos de sua obra, da reescritura de seus textos e da inserção deles em determinados espaços: “[...] pode-se considerar que a produção de um autor associa na verdade dois espaços indissociáveis, mas que não estão no mesmo plano: *um espaço canônico* e *um espaço associado*”. (MAINGUENEAU, 2006b, p. 143-144). Os textos de um autor distribuem-se em uma hierarquia, de espaços que legitimam sua obra ou dela não participam.

O “espaço canônico” é aqui tomado como um *locus* legítimo onde figuram textos consolidados do autor: é o que configuraria, *grosso modo*, a ideia de *Opus*; oposta, portanto, ao “espaço associado”: espaço difuso onde circulam textos diversos do autor, e mesmo textos que versam sobre sua produção textual em geral, sobre sua imagem, paratextos em geral. Entretanto, cabe ressaltar que: “O ‘espaço associado’ não é um espaço contingente que se somaria a partir de fora ao espaço canônico: os espaços canônicos e associado alimentam-se um do outro, sem contudo possuir a mesma natureza”. (MAINGUENEAU, 2006b, p. 144). Ou seja, essa delimitação de um “espaço associado” e de um “espaço canônico” evidencia que a definição do que é a obra é muito frágil se consideramos apenas a função autor: há uma disputa entre os próprios textos de um autor para definir o que compõe ou não sua obra.

A própria escolha do formato do objeto livro onde são publicados os textos de um autor já demonstra como se estabelece, por meio da dimensão de regulação da sua obra, uma distinção de importância entre esses textos, um estatuto de “canonicidade”. Isso bem ilustra Chartier (1998a, p. 8-9):

A hierarquia dos formatos, por exemplo, existe desde os últimos séculos do manuscrito: o grande in-fólio que se põe sobre a mesa é o livro de estudo, da escolástica, do saber; os formatos médios são aqueles dos novos lançamentos, dos humanistas, dos clássicos antigos copiados durante a primeira vaga do humanismo, antes de Gutenberg; e o *libellus*, isto é, o livro que se pode levar no bolso, é o livro de preces e de devoção, e às vezes de diversão.

Existem, pois, interesses editoriais específicos por trás das escolhas feitas de se publicar um livro, ou de se organizar um conjunto de textos de um autor – e essas escolhas, refletidas inclusive nos formatos, no tipo de suporte que se publica, são exemplos da gestão da imagem de um autor e das possibilidades de seus livros ocuparem um lugar de destaque ou de somenos importância em sua obra. Ademais, a compreensão de um texto que figura em um livro como capítulo, introdução, prólogo, posfácio, prefácio, ensaio, conclusão etc. nos remete ao entendimento prévio de como a organização desses textos obedece a um *métier* editorial, a um propósito de fazer circular livros com determinado teor de conteúdo para públicos específicos de leitores³.

É através das práticas editoriais que se tem, conseqüentemente, uma disputa sobre o autor que se pretende criar ou reproduzir: a inserção de sua obra, revista ou ampliada, reunida ou comentada, se dá em face da imagem de autor que está em jogo, que se apresenta e é apresentada pelas publicações recorrentes, variando seus textos.

Os conceitos aqui discutidos nos mostram que é preciso adentrarmos na esfera da “obra” da mesma forma que tentamos enxergar a imagem de autor, pois obra e autor formam um todo que se retroalimenta. O autor pode expandir sua obra sem sequer escrever mais nenhum texto, apenas reordenando o que já publicou, compilando, prefaciando seus textos – ou relegando essa tarefa a terceiros, com novas edições de livros antigos, compilações, séries, coleções são formas de gerir a obra do autor e de ampliá-la, de reposicionar os sentidos que assumem em novos espaços editoriais, em novos momentos da trajetória do autor, sem que seja necessário haver uma participação direta, de escrita, do próprio autor.

Tendo isso em mente, vemos que a noção de autor é justificável para a análise do discurso enquanto um objeto legítimo de estudo, como atesta Maingueneau (2010, p. 26): “Para a análise do discurso, que, para além da oposição texto/contexto, se esforça em pensar a imbricação recíproca de textos e de lugares sociais, a autoralidade deveria ser uma questão central”. Por não

³ É nesse sentido que temos, nos muitos casos distintos de livros de Noam Chomsky adotados nesta pesquisa como subsídios do nosso *corpus*, exemplos do funcionamento desse discurso editorial que cria, ou contribui para criar, imagens variadas para um mesmo autor.

concebermos a autoria como algo estático, dotado como de um estatuto metafísico, optamos por analisar seus percursos históricos para, a partir disso, estipular um novo caminho para enxergar essa função autor e conseqüentemente a imagem desse autor. Ademais, a criação da imagem de autor está na confluência de todos esses processos que possibilitam que um autor seja, que venha a ser o elo racional que confere, pois, unidade a uma obra, a um livro, a um texto, a um conjunto de textos.

1. 4 A autoria diante do espelho: textos e paratextos na construção do autor

Podemos dizer que há, além do autor, outras esferas que definem a sua obra, pois os textos de um autor não são estáticos: existe um mecanismo de *gestão* e regulação dos textos, que podemos identificar nos paratextos em geral, que é responsável por *reescrever* a obra do autor na medida em que criam uma ou mais imagens de autor. Ou seja, a construção de sua imagem escapa à dimensão pura e simples da elaboração ou escritura do texto.

Pensar nas partes do entorno do livro nos faz questionar a relação do escritor com seu texto, de como o que importa é o nome de autor, a chancela que assina e garante a obra que é oferecida aos leitores, mesmo que a “origem” do livro não venha de textos escritos, mas de outras modalidades discursivas. É como se o momento de produção dos enunciados que são a “origem”, que possibilitam a composição de um texto estivesse submetido a várias regras de funcionamento que permitem àqueles enunciados virarem texto, assumirem a forma de publicação. Se os enunciados produzidos inicialmente, como aulas, palestras, artigos, papéis, podem ser mudados, não importando a sua condição original – os “textos originais” – mas o sentido no conjunto para a publicação, logo, o texto é em grande medida o resultado desse processo editorial, de práticas que condicionam uma formação discursiva, um campo, um tipo de texto.

Entretanto, o autor é também um agente, um negociador que deve gerenciar os seus textos: ele não nasce como um pensador que gera os textos num fluxo de inspiração, mas, acima de tudo, um homem que negocia em um campo, que é disputado por editores, por imagens de autor.

Sinteticamente, posto que os paratextos são parte do texto, é na dimensão da regulação que se dá aquilo que podemos chamar de “gestão” da obra de um autor. Além disso, o “eixo dos textos” sofre uma “contaminação” do autor – a qual muda a forma de leitura e de inserção dos seus textos. O indivíduo que escreve padece de uma constante necessidade de legitimação de sua obra, que deve estar em consonância com a sua imagem de autor – e esse processo revela a construção de sua imagem como espelho de seus textos, de sua inserção em um mundo de escritores.

A imagem de autor não é um fenômeno exterior à esfera dos textos, mas, sobretudo, algo que incorpora um conjunto de definições que condiciona a leitura, interfere no mundo do leitor, na relação dele com o livro, com o objeto editorial que tem em mãos. Ora, tem-se assim o fato de que o autor é uma composição de imagens, um produto de recortes e colagens, e seus textos também obedecem a um processo semelhante. Isso se mostra no caso do nosso objeto de estudos, do autor de múltiplas faces Noam Chomsky, de onde a grande maioria das suas publicações é sempre fruto de ordenações e de recortes textuais que surgem de um complexo de decisões editoriais.

Nesse sentido, dimensões importantes de se considerar para entendermos a criação da imagem de autor são a regulação e a figuração da obra de um autor, pois nelas vemos as relações e uma rede de sociabilidade que revelam uma certa “atuação” do autor, posto que o autor colabora nesse campo com a imagem que ele almeja solidificar com um público. De acordo com Maingueneau (2010, p. 148):

A “regulação” torna possível reorientar a trajetória de conjunto em que se situa toda obra singular: ser escritor é assim dar sentido a suas atividades passadas e presentes em função de um futuro projetado. Isso passa por gêneros muito diversos: entrevistas concedidas a jornalistas, manifestos, debates, escritos sobre outras artes, prefácios de obras de outros escritores, obras sobre outros escritores.

Estando, pois, o autor, na fronteira de interesses editoriais, aquilo que se apresenta em seus livros como textos, e vai compor sua obra, depende de decisões de terceiros, de escolhas que envolvem o objeto livro como um produto, com custos de produção e interesses de rentabilidade. Ou seja, os textos não são

fruto de uma “mente criadora” que se debruça sobre a uma atividade de escrita, mas um resultado de uma anterioridade editorial que se deixa transparecer num *ethos*, no caso de nosso corpus, mostrando-se nos paratextos.

Tal fato nos leva às relações de negociação, de decisões típicas de um mercado editorial, que também andam *pari passu* com a escrita, com a produção dos textos de um autor. Temos então, como apregoa Maingueneau, um “*ethos* editorial”: “O *ethos* editorial, que é frequentemente negligenciado, embora desempenhe um importante papel. É o *ethos* que vem da coleção em que o livro é publicado, da qualidade do papel, da capa”. (MAINGUENEAU, 2010, p. 151) – ou seja, tudo o que envolve a fabricação do livro, as técnicas de sua confecção, o objeto-livro. Seria uma imagem material da obra: o livro como bem de cultura e expressão de um lugar social daqueles que têm acesso a ele.

Aqui entram as observações que fazemos sobre as escolhas editoriais dos textos, do que é inserido em coleções, das opções que são feitas e que deixam seus rastros nos paratextos – isso nos diz muito sobre a imagem de autor, uma imagem que é construída na periferia dos textos que compõem um livro – é como se os textos formassem, na verdade, essa periferia dos paratextos, o principal é o todo que os envolve, as razões por trás delas, as escolhas do que deve ser dito e do que deve ser deixado de fora.

Com isso, demanda-se uma demarcação daquilo que circula na “periferia” dos textos como chave interpretativa para se entrar no universo dos livros: trata-se de um meio gerador de significados que antecede o texto, que gera expectativa em matéria de *ethos* prévio, conduzindo a leitura. Mas, como interfere no mundo do autor toda a parafernália de pequenos textos que vivem no entorno de seus livros? Um livro não é simplesmente um objeto fechado em seu conteúdo, em seus textos: há traços que o ultrapassam, que o envolvem e o tornam um objeto no mundo, que lhe dão forma e sobre ele informam. Esses são os “paratextos”, conforme caracteriza Genette (2009, p. 9, grifo nosso):

Contudo, o texto raramente se apresenta em estado nu, sem o reforço e o acompanhamento de certo número de produções, verbais ou não, como um nome de autor, um título, um prefácio, ilustrações, que nunca sabemos se devemos ou não considerar parte dele, mas que em todo caso o cercam e o prolongam, exatamente para apresentá-lo, no sentido habitual do verbo, mas

também em seu sentido mais forte: para *torná-lo presente*, para garantir a sua presença no mundo, sua “recepção” e seu consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro.

Logo, os paratextos são os elementos textuais que “estão” no livro mas o atravessam com participações de editores, comentadores, prefaciadores, assim como com dados técnicos, observações, advertências, avisos etc. É nessa imprecisão, nesse espaço de transição que se enquadram as inúmeras maneiras que se manifesta a “paratextualidade”.

Desse modo, por ser o garantidor da presença dos textos no mundo da escrita, de uma cultura escrita, com objetos que pertencem a essa realidade literária, o paratexto não só é fundamental para se chegar “de fato” ao texto, mas constitui-se ele próprio um tipo específico de texto merecedor de um olhar mais acurado, mais investigativo de seu papel, seus limites e seu potencial. O paratexto assume, então, uma natureza de “zona indecisa”, não pode ser concebido como uma instância “de fora do texto”, tampouco pode ser incluído nele, não pode “ser o texto”. Como pontua Genette (2009, p. 9-10, grifo nosso):

Assim, para nós o paratexto é aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público. Mais do que um limite ou uma fronteira estanque, trata-se aqui de um *limiar*, ou – expressão de Borges ao falar de um prefácio – de um “vestígio”, que oferece a cada um a possibilidade de entrar, ou de retroceder. “Zona indecisa” entre o dentro e o fora, sem limite rigoroso, nem para o interior (o texto) nem para o exterior (o discurso do mundo sobre o texto), orla, ou, como dizia Philippe Lejeune, “franja do texto impresso que, na realidade, comanda toda a leitura”.

É exatamente por essa ótica, nas palavras do ensaísta Philippe Lejeune evocadas por Genette no excerto acima, que enxergamos a importância dos paratextos: não são apenas indispensáveis para se entender os textos, pois são também as bases da leitura, o guia, a delimitação dos caminhos possíveis para que se possa fazer determinada leitura dos textos, de acessá-los.

Ademais, o paratexto é maleável, não há uma obrigatoriedade de se manter um mesmo paratexto para todas as edições de um livro: através deles pode-se ver a “evolução” do texto no sentido de sua adequação às necessidades editoriais de cada época, conforme Genette (2009, p. 358): “Mais flexível, mais

versátil, sempre transitório porque transitivo, o paratexto é, de algum modo, um instrumento de adaptação: daí as modificações constantes da “apresentação” do texto (isto é, de seu modo de presença no mundo)”. O percurso dos textos, como parte de um livro ou como pertencentes a outros, usados em outras edições, reescritos, adaptados, demanda uma nova confecção paratextual, de todos os componentes que envolvem a publicação de um novo livro, com capas etc.

Dizendo de outro modo, o paratexto deve ser visto como uma condução do texto ao mundo, um meio de vincular os textos a uma determinada realidade textual condizente com uma série de variáveis circunstanciais. E a importância capital dos paratextos se vê na impossibilidade de haver texto sem paratexto, como atesta Genette (2009, p. 11):

Os caminhos e meios do paratexto não cessam de modificar-se conforme as épocas, as culturas, os gêneros, os autores, as obras, as edições de uma mesma obra, com diferenças de pressão às vezes consideráveis: é uma evidência reconhecida que nossa época “midiática” multiplica em torno dos textos um tipo de discurso desconhecido do mundo clássico. [...] Nesse sentido, pode-se sem dúvida adiantar que não existe, e que jamais existiu, um texto sem paratexto.

Não obstante a imprescindibilidade da instância paratextual, alguns tipos de paratexto não são obrigatórios. Ou seja: orelhas, contracapas com descrições do livro, folha de rosto etc., não constam necessariamente de toda publicação, sendo muitos originados recentemente e dispensáveis ao longo da história do livro.

Além disso, para Genette (2009, p. 11), o leitor não é forçado a ler todos os paratextos de um livro: “Finalmente, esse caráter irregular de obrigatoriedade do paratexto vale também para o público e para o leitor: ninguém é obrigado a ler um prefácio”. A exemplo do prefácio, com os demais paratextos isso também ocorre: não há necessidade de se ler uma orelha, um posfácio, uma introdução, informações catalográficas, indicação de coleção etc. O leitor pode prescindir de ler alguns paratextos do livro que tem em mãos, além de, mesmo se os ler, não precisar concordar com o itinerário de leitura nele apresentado.

Contudo, ainda que eventualmente se furtando da leitura de paratextos específicos, o indivíduo que tem um livro em mãos não pode se esquivar de um

contato com uma esfera paratextual mínima, como capa, contracapa, divisões do livro, escolhas de títulos, nome de autor, subtítulos de capítulos, notas etc. Há uma certa onipresença de paratextos básicos que possibilitam a organização material do livro.

Passando além dos registros paratextuais propriamente textuais, ou seja, a quarta capa, o prefácio, a introdução etc., há também outros traços gráficos e mesmo manifestações extra-textuais que gravitam o núcleo de um livro, ou revelam acontecimentos da vida do autor que podem ser tidos como paratextos significativos para a definição de uma obra. Como sustenta Genette (2009, p. 14 – grifo nosso):

Mas deve-se pelo menos ter em mente o valor paratextual que outros tipos de manifestações podem conter: icônicas (as ilustrações), materiais (tudo o que envolve, por exemplo, as escolhas tipográficas, por vezes muito significativas, na composição de um livro), ou apenas factuais. Chamo de factual o paratexto que consiste, não numa mensagem explícita (verbal ou não), mas num fato cuja própria existência, se é conhecida pelo público, acrescenta algum comentário ao texto e tem peso em sua recepção.

Usamos os conceitos de Genette de paratexto “icônico” e “material” para designar outros tipos menos óbvios de paratexto, mas que exercem a uma função paratextual clara, como as imagens de capa e contracapa e as formas de diagramação do texto, das fontes, a qualidade do papel. Notamos aqui a diferença, geralmente mencionada em algum detalhe paratextual dos livros, a existência de edição em *hardcover*, quando no caso da publicação em *paperback*. Notar aqui a questão do *ethos* editorial que fica bem clara nos paratextos. Temos assim que os paratextos são um meio material onde se dá o *ethos* editorial, no que o livro enquanto objeto desperta no leitor, cria expectativa em termos de leitura e, principalmente, de imagem do autor que o leitor tem em mãos.

Mas, interessa-nos principalmente aquilo que Genette comenta sobre os acontecimentos que vêm a público e revelam detalhes que compõem a imagem de autor, como a idade, o sexo, a nacionalidade etc. Esses “paratextos factuais”, que seriam dados biográficos, informações da vida do autor, prêmios literários, cargos de destaque ocupados etc. são fatos que não dizem respeito

imediatamente ao texto, mas aumentam a obra de um autor e integram traços que são essenciais na criação de uma imagem. Genette (2009, p. 15) nos dá um exemplo bem esclarecedor sobre o papel dos paratextos factuais:

Assim, para a maioria dos leitores da *Recherche*, conhecer os dois fatos biográficos: a semi-ascendência judaica de Proust e sua homossexualidade, inevitavelmente forma paratexto nas páginas de sua obra dedicadas a esses dois temas. Não digo que seja necessário saber disso: digo apenas que aqueles que sabem não leem da mesma forma que aqueles que não sabem, e que aqueles que negam essa diferença estão zombando de nós.

Muitos desses paratextos factuais figuram na contracapa ou em alguma seção final dos livros. Podemos indagar por que deve-se ter esse tipo de informação no livro, qual o sentido dela para compreendermos o que é restrito à escrita do autor. Ou seja, em que sentido ler um “comentário biográfico” nos induz a um tipo de leitura, a um contato com o texto. Desse modo, a biografia e os fatos biográficos incorporam-se aos paratextos e condicionam em grande medida a leitura de um livro.

Ademais, os paratextos exercem uma certa coerção sobre as formas de leitura de acordo com Genette (2009, p. 17): “[...] e certas permissões (‘Você pode ler este livro nessa ou naquela ordem, você pode saltar isto ou aquilo’) indicam também de maneira clara, embora indireta, a capacidade coercitiva do paratexto”. Isso implica diretamente nos percursos editoriais do livro, do que se escolher para uma dada publicação, pensando na seleção dos paratextos mais adequados aos propósitos dos editores e à imagem de autor que se pretende criar.

Há, portanto, nos paratextos, elementos que nos levam a uma noção distinta, mais profunda, sobre a ideia de autoria, uma vez que eles consistem em uma coordenação de leitura, de indicar uma leitura pertinente, um direcionamento. Em síntese, os paratextos funcionam como um “modo de usar”, de como portar, de proceder e de trabalhar com o objeto livro em questão. Entendida essa problemática da construção da imagem de autor pela esfera, principalmente, da regulação da obra, vemos nos paratextos um ponto de partida para a definição do nosso *corpus* da divisão e organização dos demais capítulos desta tese.

Em suma, com o intuito de tentar responder à questão “O que é um autor?”, buscamos ilustrar como a noção de autoria se estabelece num

movimento: não se trata de uma posição definida, objetiva, imutável, inquestionável, mas uma função, uma relação, um posicionamento, um resultado, um constructo. O conceito de autor mudou diversas vezes ao longo da história, assumindo significados distintos conforme as necessidades econômicas, as imposições políticas, as restrições religiosas: um caminho de rupturas e permanências interfere nas condições materiais que possibilitam o discurso vir à tona sob a chancela de um autor, sob o signo que identifica uma obra e a insere num mundo de relações complexas, permeado de diversas temporalidades e nuances que penetram nos sentidos da “continuidade” dos objetos.

CAPÍTULO 2

O duplo Chomsky: entre a linguística e a política

2.1 A título de introdução

No presente capítulo, analisamos os livros do nosso *corpus* em que mais bem definida vemos a imagem do autor “Noam Chomsky duplo”, linguista e ativista político, mostrando, através dos paratextos, os diversos percursos que separam as duas faces desse autor de forma estanque, deixando claro como se cria uma divisão de campos de atuação pelas instâncias e dimensões da autoria (MAINGUENEAU, 2006b; 2010).

Há uma oposição das faces do autor “Chomsky duplo”, e inquirimos o porquê de seus textos de áreas distintas não poderem ocupar o mesmo espaço num livro, tampouco a mesma obra desse autor. Buscamos, assim, entender como se constrói essa separação do autor “Chomsky duplo” pelo discurso que permeia os livros tomados aqui como objeto de estudo, os quais lidam com traços principalmente da “pessoa”, do “escritor” e do “inscritor” para construir uma determinada imagem de autor para Chomsky identificada nas introduções, nos prefácios e demais paratextos de suas publicações que se inscrevem na cena englobante (MAINGUENEAU, 2006b) da política ou da linguística.

Intentamos ilustrar como, por exemplo, informações dadas em um excerto biográfico sobre o “Chomsky linguista” na contracapa de um livro específico do campo do ativismo político, ou dadas sobre o “Chomsky ativista” em livros exclusivos do campo da linguística, são resultados de obrigações editoriais e contribuem para o recrudescimento da imagem do autor duplo, que divide bem claramente seu tempo (pessoa) entre as atividades ora como linguista, ora como ativista (escritor).

Ou seja, imagens de autor de Chomsky se dissociam, cria-se uma separação entre o linguista e o ativista, opondo-os no processo de criação como dois autores diferentes que ocupam o mesmo corpo, a mesma “pessoa”, uma pessoa que, todavia, dá suporte a dois “escritores” e “inscritores” diferentes.

A partir disso, temos que a unidade que compreende uma das faces desse autor, o “Chomsky linguista” por exemplo, é um campo vasto de enunciados e de

textos que têm, no máximo, objetos comuns de estudo. A própria teoria linguística chomskyana é colocada por muitos como uma ruptura, uma “nova linguística” (CHOMSKY, 2000) – e vemos nisso uma disputa no tratamento dos textos, no campo da escritura do autor, como contínuos ou descontínuos, como um ponto culminante da história de um tipo de discurso que vem se construindo desde Platão⁴. Cria-se uma imagem de um autor que se insere numa cronografia de grandes nomes e teóricos da história, o linguista como “pensador”.

Além disso, em Chomsky vemos que os títulos de seus livros dão origem a novas obras, as quais comumente mudam o nome de uma publicação inicial. E essa troca de nomes é importante para vermos como a imagem do autor se altera conforme se muda o nome do compêndio em que se inscreve um de seus textos. Temos, por exemplo, o texto *The Responsibility of intellectuals*⁵ que aparece em vários livros de Chomsky. A migração ou mobilidade dos textos desse autor mostra como há uma disputa de gestão da imagem do autor pela reordenação constante de seus textos.

Outro ponto que analisamos aqui também são os distintos papéis exercidos pelos “livros” do “Chomsky linguista” e pelas “ações” do “Chomsky político”. Pois, para o “Chomsky ativista” o texto é uma extensão de sua militância; já para o linguista, o texto é a prova de sua pesquisa, o resultado, a materialidade do seu pensamento, ou seja, uma necessidade para garantir o seu *status* acadêmico – é sua própria obra. Enquanto que o ativista dá palestras e entrevistas que viram livro após um trabalho editorial, que os converte ao formato de texto escrito.

Mas há também várias publicações de livros da área de linguística que são resultado de compilações de entrevistas, *lectures* etc. Todavia, o que distingue essa “origem” dos textos do linguista é o espaço acadêmico, de a fala de Chomsky estar em geral chancelada por uma universidade, com aulas magnas e *lectures*. Vemos uma formalidade maior na origem dos enunciados que compõem os textos do linguista, em termos de respeitar uma “temporalidade da ciência”.

4 Sobre essa trajetória que liga as ideias de Chomsky a uma cronografia que se desdobra desde Platão, ver o exemplo do livro *Brève histoire de la linguistique: de Platon à Chomsky*. (ROBINS, 1976).

5 *The responsibility of intellectuals*, de 1966, publicado na revista Mosaic, da cidade de Cambridge, Massachusetts, foi a o primeiro texto de política de Chomsky. Esse artigo foi republicado, primeiro pela New York Review of Books em 1967 e pela editora Pantheon Books no mesmo ano, como capítulo do livro *The Dissenting Academy*, organizado por T. Roszak.

O ativismo de Chomsky, portanto, geralmente vem “antes”, enquanto atuação política, e o texto vem “depois” como consequência, como resultado da dimensão da gestão da obra desse autor. As ações de figuração do autor “Chomsky político” importam tanto quanto seus textos do ponto de vista da manutenção dessa imagem do autor.

Por outro lado, o linguista goza de uma posição que está intimamente ligada a seus textos: por ser o garantidor, o responsável por enunciar o que consta dos livros e artigos importantes dessa área, é que ele se torna um autor, o “Chomsky linguista”. Com o “Chomsky ativista” se dá o contrário: ele não é coetâneo de seus textos, mas lhes é anterior – o seu ativismo que os garante.

Dizendo de outro modo, o autor Chomsky da linguística não existe sem seus textos e é por eles que se constitui sua imagem. Tanto essa dualidade de autor é real que a imagem do linguista se constrói com a inserção de seus livros nos espaços de circulação acadêmicos, enquanto que é através de um *ethos* prévio (MAINGUENEAU, 2010) construindo suas lutas contra o imperialismo estadunidense, em guerras como a do Vietnã e nos movimentos pacifistas, que o Chomsky ativista é ratificado em seus textos, os quais, na origem, não nascem como livros, mas como textos fragmentados e em diversos formatos e gêneros, geralmente entrevistas.

Nesse sentido, para o entendimento da questão da autoria, para pensar a construção da imagem do duplo autor Chomsky, podemos dizer que há uma dissociação de *ethè*: os meios que assumem para se valer, para dar valor e garantia aos textos de Chomsky, são distintos. A figuração do Chomsky ativista está em outra instância distinta da de seus livros – e elas, num primeiro momento, não se misturam; já o Chomsky linguista não pode ser tomado fora de seus textos – é indissociável deles, nasce com eles.

Essa dissociação de imagens se cria pela escolha nos campos da regulação e da figuração de marcas do *ethos* que identificam essa imagem de autor, como o *ethos* do engajamento, do compromisso intelectual, do homem de ciência, da defesa dos direitos humanos etc., as quais se aplicam à definição de “duplo” para Chomsky, ligando-se à imagem do “ativista”, do “dissidente”, ou do “gênio”, do “pensador”.

Ancorados na imagem de Chomsky como “o humanista”, “o pacifista”, “o anti-imperialista”, vemos como se cria a imagem ampla do “ativista”: ela deriva de um *ethos* – o *ethos* resultante da oposição “apatia x ativismo”, do compromisso do intelectual em transmitir a verdade que sabe a todos quanto for possível. É uma oposição que aloca os acadêmicos e puros pesquisadores na torre de marfim de seus laboratórios e dos congressos fechados em oposição àqueles que têm coragem de irromper contra as opressões e injustiças do sistema. Isso seria próprio do domínio do *ethos*.

Com o “Chomsky linguista” o *ethos* ativado é do “pesquisador”, do “homem de ciência”, ora do hermético, posto que suas teorias sobre a linguagem não são acessíveis a qualquer um. É manejando-as para sustentar a emergência de *ethè* distintos que os prefaciadores constroem a imagem do Chomsky linguista ou ativista. Enfim, a construção da imagem do duplo Chomsky não acontece de forma espontânea, ela é totalmente dirigida.

E é nos paratextos dos livros de Chomsky aqui analisados que vemos anunciadas as potencialidades desse autor, o que gera uma expectativa no leitor sobre o que de fato esse autor escreve, como o inscritor apresenta seu texto, como lida com as palavras, os conceitos que usa. Na busca de enxergar como essas imagens são produzidas, vemos que, para aqueles que advogam pela diferença dos dois autores que Chomsky representa, um ponto nevrálgico é o do “inscritor”: as formas por meio das quais os textos do linguista e do ativista vêm ao mundo são distintas, opostas. Ou seja, são nitidamente dois inscritores diferentes.

Esses efeitos de sentido do inscritor são mais comuns nos prefácios dos livros de Chomsky sobre política: diz-se comumente que ele tem uma “linguagem fácil”, “clara”, “límpida”, como a própria verdade deve ser vista, sem rodeios, para que o texto não seja um bloqueio, um meio de atrapalhar o entendimento pelo leitor da realidade tratada. É uma forma de provar seu ativismo político de Chomsky por meio dos seus textos. E aqui reside um ponto interessante onde se separam os dois autores, o Chomsky da linguística e o do ativismo político: o linguista é apresentado como possuindo uma “linguagem difícil”, de acesso restrito apenas a um grupo seletivo de iniciados, de conceitos demasiado abstratos e complexos.

Essa oposição de um modo de enunciar, de inscritura, é fundante para pensarmos a separação das duas faces do autor, da imagem do duplo Chomsky: nessa criação temos bem claramente demonstrado que existe o Chomsky da linguística que é um autor truncado, difícil, de ideias acessíveis somente a iniciados, então se o leitor não tiver um entendimento prévio com leituras já feitas na área da linguística pura com que Chomsky trabalha, não será possível entender o que está nos textos. Vemos diversas advertências, marcas dizendo que são livros facilitados, que possuem uma clareza de escrita, que ali é possível conseguir ter uma introdução às ideias de Chomsky.

Alguns livros trabalham com uma noção própria de introdução aos textos do linguista Chomsky, e esse tipo de introdução aos textos do político não existe: são sempre textos de linguagem fácil, de inscritura que permite acesso direto do leitor. Tem-se, nos paratextos, comentários e interpretações reforçando as denúncias desse autor da política. Não vemos nada como nos prefácios dos livros do linguista, pois nesse há sempre uma preocupação em dizer se se trata de textos técnicos ou não técnicos, se são introdutórios, se ajudam a entender o pensamento de Chomsky.

O fato de vermos isso marcado no texto nos induz a algo importante na criação da imagem desse autor duplo: o linguista, Chomsky autor de seus textos clássicos, como: *Syntactic Structures (1957)*, *Aspects of the Theory of Syntax (1965)*, *Cartesian Linguistics (1966)*, *Language and Mind (1968)*, *The Logical Structure of Linguistic Theory (1975)*, entre outros, esse não é e não pode ser o mesmo inscritor, não tem os mesmos traços de inscritor do Chomsky autor dos textos de política.

Na construção dessa imagem do duplo Chomsky, vemos uma defesa da continuidade, da evolução e amadurecimento desse autor, tanto o linguista como o ativista, que mantiveram o mesmo fio condutor de seus textos. Não são dois “Chomskys” que se opõem pela divergência de ideias numa cronologia da obra, mas de dois “Chomskys” que enunciam de campos totalmente distintos, que partem e se situam em cenas englobantes que não possuem nenhuma relação aparente. Ou seja, não é uma ruptura no mesmo autor, ao longo do tempo, mas uma divisão de dois autores que nascem em campos distintos, que possuem duas obras com trajetórias separadas.

Tendo em vista essa caracterização geral de como funciona a construção do autor Chomsky duplo, em seus diversos textos que circulam no campo da linguística e da política, observaremos, por meio de uma exegese e de uma análise crítica do nosso *corpus*, como esses percursos autorais se constroem de modo mais específico. É como se Chomsky assumisse uma identidade como “escritor” por um momento na escrita de obras linguísticas e uma outra para escrever as obras do campo político – essa separação é feita de modo estanque, não há comunicação possível entre as faces desse autor.

2.2 Um leitor de Chomsky?

2.2.1 Chomsky: Selected Readings

O nome de autor confere uma singularidade aos discursos, uma marca característica que ultrapassa os textos e condiciona as formas de leitura. Temos um caso exemplar em *Chomsky: Selected Readings*, onde o nome do autor extrapola sua inscrição paratextual e circula em outros espaços: é como se o nome *Chomsky* fosse a própria imagem de autor significada pela palavra que nomeia também o livro.

E isso é comum em se tratando dos livros de Chomsky. Vemos ocorrer, além de *Chomsky: Selected Readings*, com *The Chomsky Reader*, que também analisamos neste capítulo; ocorre igualmente com *The Essential Chomsky* e *Understanding Power: The Indispensable Chomsky*. Seria um nome de autor revestido de força tal que se torna um paratexto: ele compõe um título; e os títulos se impõem como um tipo indicativo de leitura, conforme diz Genette (2009, p. 72):

O título é dirigido para muito mais gente que, por um meio ou por outro, o recebe e transmite e, desse modo, participa de sua circulação. Isso porque, se o texto é um objeto de leitura, o título, como aliás o nome do autor, é um objeto de circulação.

Logo, é pelo nome “Chomsky” que se garante a unidade desses livros, reunidos sob o título e a assinatura do seu autor, embora não sejam, nenhum desses citados, livros escritos diretamente por Chomsky, mas produtos de trabalho de organizadores, de textos compilados.

Dessa forma, o livro participa do mundo como um objeto de circulação; e o que circula na maioria das vezes não é o texto, o que se pode dizer o “conteúdo do texto”, mas o título e o nome de autor – e essa circulação estabelece uma forma de imagem, possibilita a circulação de um tipo de autor. No caso de *Chomsky: Selected Readings*, como o próprio subtítulo do livro indica, são “leituras” organizadas pelos editores, bem selecionadas conforme o intuito da coleção da editora Oxford University Press na qual o livro está inserido: *Language and Language Learning*. A coleção conta com a maioria de seus títulos também resultado de compilações, de edições feitas por terceiros de ideias de alguns autores. Figurar em coleções já indica um certo *ethos* editorial: não é qualquer tipo de texto ou autor que pode fazer parte de uma coleção.

Por ser parte de uma coleção maior, sob a curadoria da Universidade de Orxford, e por se apresentar como um livro de “leituras selecionadas”, *Chomsky: Selected Readings* se trata de uma tentativa de recrudescimento da imagem de Chomsky no campo da linguística. Embora seja indicado como o autor do livro, não são propriamente textos de Chomsky que compõem os capítulos. Ou seja, Chomsky não é o inscritor do livro em sua integralidade: seus textos foram fartamente editados e cada capítulo é acompanhado de uma gama de paratextos, introduções e comentários diversos dos editores. Uma característica material desse fato editorial é que o próprio *copyright* do livro está no nome da Oxford University Press e não de Chomsky.

O trabalho feito pelos editores, os linguistas J. Allen e Paul van Buren, na organização de *Chomsky: Selected Readings*, foi sobre um período profícuo da produção bibliográfica de Chomsky: “*The following readings have been selected from a variety of books and articles representing the main outlines of Chomsky’s work during the last twelve years*”. (CHOMSKY, 1971, p. viii). Todavia, o livro se insere totalmente na área de linguística, olvidando por completo o “*work*” do Chomsky ativista: “*The topics covered include syntax, phonology, semantics and language acquisition*”. (CHOMSKY, 1971, p. vii). Em se tratando de um livro publicado em 1971, já havia uma grande quantidade de textos do Chomsky ativista circulando em diversos meios, como os livros, sem contar dezenas de artigos sobre política e a expressiva participação de Chomsky na campanha pública contra a participação dos EUA na Guerra do Vietnã desde meados da

década de 1960, embora nada disso seja mencionado pelos organizadores dessas “leituras selecionadas”.

Nesses doze anos, portanto, em que se espalha a produção bibliográfica de Chomsky vasculhada pelos editores, o “escritor” que está em jogo é o da linguística e não o que escreve textos na área de política internacional, como *American Power and the New Mandarins* (1969) e *At War with Asia* (1970). Constatar a ausência, ou o “silêncio” do Chomsky ativista nessas “leituras selecionadas” é um caminho para se enxergar como se constrói a imagem do Chomsky linguista, como podemos depreender do que diz Orlandi (2007, p. 73): “Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”. Ou seja, não seria algo propriamente “desejável” para a editora Oxford, nessa coleção específica de linguística, apresentar um “escritor Chomsky” como um autor ligado a movimentos políticos de esquerda, um dissidente: essa imagem deveria ser apagada por meio de uma “política do silêncio” que se deixa transparecer, principalmente, nas escolhas editoriais e nos paratextos.

A imagem de autor que se busca construir, pois, em *Chomsky: Selected Readings*, é a que se consolida na “autoridade” do “escritor” da linguística: “*Noam Chomsky’s authority in the field of linguistics is unrivalled at the present time, and nobody who is interested in any aspect of language can afford to ignore his views*”. (CHOMSKY, 1971, contracapa). Passando além do fato de se silenciar a face do autor Chomsky ativista político, importa-nos aqui ver como se constrói a imagem do linguista enquanto um autor de grande importância, de leitura obrigatória, “sem rivais” na sua área de atuação e que “não pode ser ignorado” por quem queira estudar “qualquer aspecto da linguagem”.

São essas marcas, de grandiosidade da imagem do Chomsky linguista, que definem as escolhas dos textos de *Chomsky: Selected Readings*, posto que apresentado como uma introdução destinada a um público universitário de leitores que têm intenção de entrar em contato com a teoria chomskyana: “*The aim of this book is to present the main outlines of transformational theory, using far as possible Chomsky’s own words, but arranged in such a way that a non-specialist will have no difficulty in following the text”.* (ALLEN; BUREN in CHOMSKY. 1971, p.

vii, grifo nosso). Os editores mostram que há um trabalho em cima do texto, uma modificação, uma adaptação para melhor acesso dos leitores que não são iniciados, que “não são especialistas” no tema da gramática transformacional.

Deve-se pontuar, ao nos determos sobre esse exercício editorial, em textos que foram “*arranged in such a way*”, a minimização do papel “original” do “inscritor” Chomsky: a reescrita do texto é a geração de um novo texto. Da necessidade prefacial de explicar a materialidade do livro temos a exposição dos editores de como se deu esse processo de “transposição” do inscritor Chomsky: “After each extract the title of the original source, together with page numbers, is given. At certain points some editorial commentary was necessary in order to provide a smooth transition between texts”. (ALLEN; BUREN in CHOMSKY, 1971, p. viii). Ou seja, ao vermos como o livro veio ao mundo, suas características divisionais e mutações sofridas, constatamos o papel ativo dos editores na escrita dos capítulos.

Nota-se, com isso, que os paratextos constantemente interferem nos textos: mesmo os comentários que permeiam os capítulos variam conforme os editores e também conforme Chomsky, e as notações diferem a tal ponto que há notas mostrando que as escolhas de alguns termos feitas por Chomsky são mudadas pelos editores. Vejamos:

Where the editors have contributed the introductory sections of chapters, the initials “A, B” (for Allen and van Buren) appear in brackets after the relevant sections. In the same way, footnotes are marked “C” for Chomsky and “A, B” for Allen and van Buren. In the section on phonology the phonemic notation used by Chomsky differs from that used by the editors (ALLEN; BUREN in CHOMSKY, 1971, p. viii-ix).

Ou seja, as variações sofridas pelos textos “originais” são tais que se edita até as notas, mudando-as conforme as perspectivas dos editores, mas deixando a referência a Chomsky quando feitas por ele. Allen e Buren (in CHOMSKY, 1971, p. ix) deixam claro que o livro que o leitor tem em mãos é fruto de “manipulações” e “omissões”: “*The technique of selection has necessitated many small omissions and some manipulation of the cross-paragraph references in the extracts from Chomsky’s work*”. São tarefas peculiares da arte de seleção de textos, por trás do propósito do livro que é ser exatamente uma “leitura guiada” das teorias de

Chomsky. E continuam: *“Rather than break up the text with square brackets and rows of dots, we have allowed these modifications to pass without comment”*. Essas descrições nos mostram um prefácio típico onde se tem uma digressão sobre as escolhas editoriais dos textos, o seu percurso, e a atividade de adaptação deles de acordo com “leituras” dos editores.

Há, todavia, no prefácio, passagens que remontam a comentários teóricos sobre os capítulos, como: *“According to Chomsky, the syntactic description of sentences has two aspects: surface structure, and a far more abstract deep structure”*. (ALLEN; BUREN in CHOMSKY, 1971, p. viii). Mas não há um aprofundamento das ideias contidas no livro pelo fato de cada capítulo possuir sua própria “introdução”, e em constituírem eles próprios uma “introdução”: as explicações teóricas viriam diretamente nos textos, dispensando do prefácio essa função.

Portanto, o grande problema posto no prefácio é o do “inscritor”: o Chomsky linguista tem uma escrita difícil, de leitura truncada, que não é acessível a qualquer público. E essa imagem que remete a um caráter “enigmático” dos textos do Chomsky linguista, é reforçada pelas interpretações que se fazem deles: “[...] Cada nova leitura torna mais complexo o labirinto de interpretações ao encerrar o texto um pouco mais em seu próprio labirinto”. (MAINGUENEAU, 2006b, p. 73). A visão do Chomsky professor do MIT como um produtor de discursos difíceis, de enunciados seletos, de modelos lógico-matemáticos da linguagem, de inscritura de difícil assimilação para os não iniciados, leva-nos a ver como a imagem do inscritor é apresentada em Chomsky: *Selected Readings*, que não se pretende um livro “profundo”.

Existiria, assim, um tipo de “enunciado profundo”, proferido pelo Chomsky dos livros como, por exemplo, *The Logical Structure of Linguistic Theory*, *Syntactic Structures*, *Aspects of the Theory of Syntax*, que é próprio de um campo e deve circular para um público específico da linguística. Esses graus de leitura dos textos de Chomsky se evidenciam a partir do que dizem os editores: *“While we feel that this is permissible in a book that is intended to be an introduction rather than a definitive text, reference to the originals is recommended for those readers who wish to make a detailed study of Chomsky’s work”*. (ALLEN; BUREM in CHOMSKY, 1971, p. ix). Separa-se, então, dois tipos de leitores de Chomsky

para essa obra introdutória: embora ambos iniciantes, posto que um livro para não-especialistas, há aqueles que pretendem se especializar na leitura da obra de Chomsky – e, para tanto, não é necessário deixar esse caráter “profundo” nos textos, no correr dos capítulos, mas nas notas, nas indicações, relegando-se a uma exigência paratextual. Logo, a mudança nos textos originais justifica-se, por essas palavras, pela escolha do público leitor em vista do inscridor Chomsky dos excertos de livros selecionados nesse livro.

Outra observação a se fazer sobre esse processo de escrita e edição dos textos de *Chomsky: Selected Readings* é que as notações fonéticas feitas por Chomsky muitas vezes diferem das notações dos organizadores, os quais, todavia, resolveram mantê-las, deixando transparecer possíveis discrepâncias em vez de causarem uma “tradução” do texto:

In the section on phonology the phonetic notation used by Chomsky differs from that used by the editors. It was thought better that these discrepancies should be allowed to remain, since the two notations refer to different dialects of English, and any attempt to convert one notation into another would incur the risk of misrepresentation. (ALLEN; BUREN in CHOMSKY, 1971, p. ix).

Isso é uma marca do inscridor que é preservada, mantém-se algo diferente, que não é normativo das edições, mas deve-se explicar o porquê de terem ficado: e o problema dessas notações fonéticas é a diferença do inglês britânico (em que o livro é publicado) para o inglês falado por Chomsky, de seus textos selecionados de livros publicados nos Estados Unidos.

No parágrafo final do prefácio, que exerce a função de *acknowledgements*, Allen e Buren (in CHOMSKY, 1971, p. ix, grifo nosso) mostram outra etapa de confecção do livro: uma revisão feita pelo próprio Chomsky da sua versão inicial: “*We are very grateful to Noam Chomsky for Reading through the manuscript at various stages, and for making a number of valuable suggestions which have been incorporated into the text”.* Importante notar nessa passagem que os capítulos do livro, não somente são fruto de alterações dos textos originais de Chomsky, de um processo de reescrita pelos editores, mas também de uma revisão feita pelo próprio Chomsky desses textos em estágio de “manuscrito”: são vários estágios, pois, que permeiam a confecção desse livro, mostrando que o

autor Chomsky nele indicado não está na esfera textual, do que está propriamente escrito, mas como autoridade, como auctor que garante ao livro *Chomsky: Selected Readings* participar da sua obra.

E os editores (in CHOMSKY, 1971, p. ix) assumem a responsabilidade por qualquer erro, inconsistência dos textos: eles se portam como garantidores do livro, no sentido acadêmico, isentando Chomsky por qualquer imperfeição constante do livro: “*Any imperfections that remain are, of course, ours alone*”. Citar como há uma pasteurização do texto, uma necessidade de explicação dele, de facilitação, para nexos entre dois ou mais textos. Ou seja, misturados os “textos selecionados” há também comentários recorrentes dos organizadores, pois os textos precisam ser explicados. Os textos são misturados em nome de se guiar a leitura do livro, com notas designadas pelas iniciais dos organizadores que se distinguem de notas do próprio Chomsky nos textos originais.

Sinteticamente, temos que *Chomsky: Selected Readings* não se trata de um estudo profundo, mas de um introito, apresentando também, aos interessados em saber mais de Chomsky, um guia de leitura dos seus textos originais. Reforça-se assim o caráter “enigmático” dos textos do autor Chomsky linguista, de difícil entendimento, que precisam de um propedêutico razoável: cria-se uma imagem para o linguista como “cientista”, recrudescida na caracterização de um “inscritor” não indicado diretamente a leigos, mas para iniciados.

Ademais, *Chomsky: Selected Readings* é uma mostra de como a construção da imagem de autor, nesse caso analisado da obra de Chomsky, obedece a um propósito editorial, responde a um tipo de autor que se pretende publicar, identificado nos enunciados que mudam conforme o conjunto de outros enunciados que os envolve: é preciso apresentar um “Chomsky simplificado”, “mais acessível”; e, para isso muda-se a inscitura dos seus textos. Há uma imagem desafiadora, de distanciamento do Chomsky linguista que o torna imperscrutável aos leitores comuns.

Esse tipo de apresentação do inscritor já não ocorre com os livros da área de política escritos por Chomsky, como veremos nas duas últimas seções deste capítulo, mas, sobretudo, também não ocorre em todos os livros de linguística de Chomsky: como veremos na próxima seção de estudo do livro *New Horizons in Study of Language and Mind*, em que a imagem de autor de Chomsky que passa

pelo inscritor o insere num campo oposto ao da escrita difícil e enigmática. Ou seja, do “duplo Chomsky” há uma face “mais desafiadora” ao leitor que é a do linguista, embora os próprios textos do Chomsky linguista sejam apresentados de múltiplas maneiras, ora como herméticos, ora como acessíveis a qualquer leitor – e isso é algo que se constrói mobilizando-se a instância do inscritor.

2.2.2 The Chomsky Reader

The Chomsky Reader nos serve como um contraponto ao estudo do livro *Chomsky: Selected Readings*: nele vemos como se constrói a ideia de um “leitor de Chomsky” como aquele que deve se interessar por seus “textos políticos”. Conforme um excerto do *release* na contracapa (CHOMSKY, 1987b), o leitor tem em mãos um livro que reúne pela primeira vez o pensamento político de Chomsky: “*The Chomsky Reader brings together for the first time the political thought of America’s leading dissident intellectual – ‘Arguably the most important intellectual alive’ (New York Times)*”. Temos assim, logo num dos primeiros paratextos com que o leitor tem contato, a inserção desse livro na obra do Chomsky ativista, escritor da política, identificando Chomsky como a “liderança” dissidente dos EUA, como figura proeminente do pensamento americano e, sobretudo, como o intelectual mais importante da sua época.

Aos moldes de *Chomsky: Selected Readings*, o livro *The Chomsky Reader* é uma seleção textos organizado e prefaciado por James Peck, líder de movimentos pacifistas nos EUA, publicado pela editora estadunidense Pantheon Books em 1987. A escolha de Peck como organizador do livro não é trivial: “*James Peck is the editor of China’s Uninterrupted Revolution and the Indochina Story, both published by Pantheon*”. (CHOMSKY, 1987b, contracapa) – trata-se de um autor ligado diretamente a uma forma de ativismo político que se deixará transparecer nas escolhas editoriais que possibilitaram essa publicação.

A partir de uma leitura coordenada, e da seleção de um *tableau* mínimo dos textos que devem ser lidos por um leitor ideal de Chomsky, *The Chomsky Reader* segue a lógica do inventário: o livro se origina de palestras, *lectures*, entrevistas, capítulos de outros livros e artigos, diversos gêneros figurando em um livro de “textos essenciais” para um leitor de Chomsky. Vê-se assim a transição

de textos difusos para um “espaço canônico” (MAINGUENEAU, 2006b) da obra do autor.

Depreendemos disso que a decisão de publicar *The Chomsky Reader* se baseia na necessidade de reunir os escritos políticos desse autor, “dispersos” em vários formatos e meios de circulação que não lhes conferiam uma unidade imediata ao leitor, em termos de contato com a obra política de Chomsky. Logo, há uma função, uma intenção do organizador por trás das escolhas de cada capítulo, e chegamos a ela pela ordenação de seus textos compilados: a temática política conduzindo o livro numa obra que funciona como espécie de tutorial para “entender Chomsky” criando assim um modelo de leitor, da seleção de um leitor prototípico da obra de Noam Chomsky.

E a imagem de autor construída por seu organizador e prefaciador, James Peck, faz de *The Chomsky Reader* um exemplo claro de uma leitura enviesada em prol do Chomsky ativista: o “verdadeiro autor” Chomsky seria o ativista, embora o prefaciador não possa se furtar de citar, em alguns momentos pontuais do prefácio, como veremos adiante, o Chomsky linguista.

A proposta do livro em geral é criar uma padronização do leitor de Chomsky, identificada a partir de um público leitor que teve contato com seus textos nas décadas de 1960 e 1970: “*That relief was palpable among Chomsky’s readers in the 1960s and 1970s when the war raged in Vietnam*”. (PECK in CHOMSKY, 1987b, p. viii). Para Peck, Chomsky possuía um conjunto de “leitores” nessas décadas: mas essa expressão “*Chomsky’s readers*” faz referência claramente aos textos do Chomsky ativista, que atuava contra a Guerra do Vietnã: vemos, pois, se mesclar à instância do escritor um tipo de ação que se confunde com seus textos, com sua escrita.

De uma tipificação dos textos, cria-se uma tipificação de quem os lê. Isso nos leva a pensar que os textos não são suficientes no fechamento, na definição dos seus problemas de interpretação, como a sua relação com os sentidos e sua origem: há uma “ativação” a ser feita pelo leitor, como salienta Johannes Angermuller (2016, p. 81):

É preciso a existência de uma instância cognitiva as contextualizando para se resolver os problemas interpretativos, qual seja, a do leitor. Em vez de avivar um sentido intencional e

original, o leitor deve a cada vez reconstruir o sentido daquilo que foi dito e, para isso, se apoiar nos traços indicativos e nas instruções formais disseminadas no texto. Se o leitor reconhece as formas simbólicas constitutivas do texto, um processo interpretativo é acionado, o qual envolve o leitor-pesquisador no contexto da enunciação, naquilo que falta ao texto para compreendê-lo.

De uma incapacidade de autonomia dos textos surge a figura do leitor para lhes dar sentido. Os textos são insuficientes, não são portadores de um sentido acabado, total: existem questões que são colocadas diante das possibilidades que os textos possuem para respondê-las ou não, e esse é um papel que cabe ao leitor.

Ou seja, quem domina, quem exerce um papel de agente nessa colocação de questões diante do texto como objeto é o leitor, mas não um “leitor ideal” e sim o leitor de textos que ocupa lugares e momentos distintos, impondo novas formas de se relacionar com eles, como salienta Angermuller (2016, p. 81-82): “Os textos não são por consequência os recipientes de ideias, conteúdos ou de mensagens que podem ser decifradas no ato de compreensão imediata. Eles precisam de um leitor que se disponha a pesquisar os contextos, fazendo, por padrão, o texto”. Temos, então, o papel ativo do leitor como inscritor do texto num mundo simbólico, de comunicar o texto com o mundo. Disso é que podemos pensar a preocupação do editor de *The Chomsky Reader* em definir qual imagem de autor de Chomsky o leitor busca ao ler seus textos, para que este possa realizar uma “leitura direcionada” de um escritor Chomsky.

E as capacidades, as potencialidades dos textos dependem da liberdade do leitor: “A capacidade discursiva dos textos parece, por sua vez, residir precisamente nos graus de liberdade que são deixados ao leitor na determinação das fontes enunciativas do enunciado e na associação dessas fontes com os atores do mundo social”. (ANGERMULLER, 2016, p. 82). Desse modo, o leitor possui determinada liberdade diante do texto, mas que é limitada por fatores que ultrapassam o espaço materializado dos enunciados, dos textos reunidos em livros, e se vinculam a uma dimensão externa ao que é próprio do texto: um conjunto de relações que constitui as escolhas editoriais, no caso do *The Chomsky Reader*. Nesse livro, o leitor não tem a liberdade, ao menos não lhe é oferecida, de escolher, de poder ler os textos essenciais do “Chomsky linguista”,

de ser um “leitor” do Chomsky teórico do gerativismo, da gramática transformacional: a ele se oferece a possibilidade de ter acesso a alguns aspectos dirigidos por um *ethos* editorial do que é preciso ler de Chomsky, que é o autor ativista político.

O texto pressupõe tarefas para o leitor, participação interpretativa, disputas dentro de suas possíveis relações simbólicas, como disputas entre humanistas e não-humanistas, esquerda e direita, intelectuais ativistas e não ativistas etc. No meio dessas disputas temos características gerais dos textos que permitem ao leitor identificar, rotular esses posicionamentos do texto: “São essas reações, interpretações e especulações, que reagrupa textos diferentes sob o mesmo rótulo, dando origem à formação de uma mesma fonte enunciativa”. (ANGERMULLER, 2016, p. 88). Esse processo interpretativo do leitor que permite posicionar os textos em um patamar: entender um texto é reagrupar vozes, definir uma filiação.

O leitor tem em mãos a construção de associações entre indivíduos, posição e enunciação, ligar o que enuncia a um tipo de enunciador, assumir, reputar um posicionamento⁶. Por exemplo, rotula-se de estruturalista, positivista, humanista, a um enunciador do texto pelo que ele engendra, não podendo o leitor se desvencilhar do que é deixado, também, nos espaços paratextuais.

Além disso, da sua competência de organização simbólica a partir do que o texto deixa, do que está disseminado em sentidos possíveis no texto, Angermuller (2016, p. 88) apresenta outra função do leitor: “Se é essa a tarefa do leitor, em fazer aparecer através da confusão discursiva os contornos de um “movimento” dotado de um “programa” coerente, o estilo dos teóricos que aqui estão em questão têm essa particularidade de coprodutores do campo, geralmente não

⁶ O conceito de “posicionamento” e sua função no entendimento da obra de um autor pode ser também destacado a partir do que define Dominique Maingueneau (2006b, p. 151): “Refletir sobre a emergência das obras é considerar o espaço que lhes dá sentido, o campo em que se constroem os posicionamentos: doutrinas, escolas, movimentos... Trata-se da construção de uma identidade enunciativa que é tanto “tomada de posição” como recorte de um território cujas fronteiras devem ser incessantemente redefinidas”. Entender a diferença das imagens do Chomsky político e do Chomsky linguista, passa por enxergar na origem do discurso de ambos a diferença: procede-se, no caso do linguista, de um lugar que se constitui num “arquivo”, e outra num lugar da ação, que não é desligada de uma atuação desse autor, que lhe é anterior, da qual a escrita do ativista é uma extensão do seu ativismo.

nomeados explicitamente”. Dessa forma, o leitor cria um “programa”, como vemos em nosso caso de análise: temos um leitor de Chomsky atrelado a um tipo de escrita, de autoria, de *topos* em que ele se insere enquanto autor ativista – é da unidade da dispersão dos seus textos políticos em *The Chomsky Reader* que o leitor pode enxergar uma “coerência” de um “movimento” maior em que o Chomsky ativista está inscrito.

De tal relação do leitor com o texto depreende-se que o ele tem um papel ativo na produção de significados possíveis do texto, embora não haja uma liberdade total do leitor para adentrar nos aspectos simbólicos, para transpor as barreiras conceituais dispersas dos textos: sem as limitações do suporte material não se tem e não se produz compreensão. Mas entender essa chave interpretativa dos textos pela ótica do leitor apresentada por Angermuller aqui nos auxilia no entendimento de como são feitas escolhas editoriais dos textos que compõem determinados livros de Chomsky conforme o campo simbólico de inserção desses, de onde se busca um público leitor específico.

Mas é só a partir de uma imagem de autor bem estabelecida, no caso do Chomsky ativista, que se pode falar em uma imagem de leitor prototípico de Chomsky. É isso que vemos ser construído em *The Chomsky Reader*, com James Peck (in CHOMSKY, 1987b, p. vii) lançando mão, principalmente ao longo do prefácio, de elementos que identificam uma imagem de grandiosidade para esse autor: “[...] *a mind that radically alters our perception of the world*”. Com isso, o leitor que toma contato com a obra de Chomsky não poderia mais manter a mesma percepção de mundo: a leitura dos textos de Chomsky, segundo Peck, alteraria radicalmente o olhar do leitor.

E esse escritor que tem a capacidade de mudar a percepção de mundo de quem toma contato com seus textos é definido por Peck (in CHOMSKY, 1987b, p. vii) como “um dissidente”: “*In all American history, no one’s writings are more unsettling than Noam Chomsky’s. He is among our greatest dissenters. No intellectual tradition quite captures his voice; thinking within traditions is anathema to him*”. Peck faz uma síntese da contribuição de Chomsky, comparando-o enquanto escritor com todos os escritores da história dos EUA: seus escritos são os mais “inquietantes”, não se adequam. Chomsky é caracterizado como um escritor sem filiação, desgarrado, sem circunscrição num campo, um autor

paratópico: recusa de uma definição totalizante, de uma simplificação por correntes, por identidade de um espaço de pensamento que não o dele mesmo.

Não obstante inserido no campo do ativismo político, Peck (in CHOMSKY, 1987b, p. vii-viii, grifo nosso) isenta Chomsky de qualquer relação com filiações partidárias: *“No party claims him; he is a spokesman for no ideology. His position is not a liberalism become radical, or a conservatism in revolt against the betrayal of claimed principals. It is an indication of the radical nature of his dissent that it fits nowhere”*. É a imagem do “dissidente” que se estabelece, sobretudo, numa prática radical, numa definição categórica da dissidência, do não pertencimento a nenhuma denominação, de nenhuma natureza.

E o que sustenta essa dissidência plena seria algo típico da instância da pessoa de Chomsky: *“Such a radical stance is hard to sustain. Even our most famous dissenters have often turned back from what they saw. Their insights became too painful [...] But Chomsky does not turn back. He relentlessly pursues what he sees”*. (PECK in CHOMSKY, 1987b, p. viii). Aqui Peck apresenta um compromisso, uma moral de Chomsky: de sustentar o que ele apresenta em seu ativismo, de perseguir incansavelmente os fins de seu radicalismo, de sua posição inegociável, uma imagem de resignação e de compromisso. Ainda sobre isso, Peck continua: *“His tenacity is extraordinary. It is there in the skillfully crafted logical character of his writings, the careful gathering of evidence, the undiminished ardor over the years to expose the mystifications so continually used to conceal the truth”*. Seria um Chomsky que luta contra os ditames do imperialismo e do mercado e as tentativas desses de afastar a verdade da população.

Ao passo que “tenacidade” é um atributo da “pessoa”, de um cidadão resistente, que não se submete, seus textos são “lógicos”, são revestidos de provas, de “evidências”, através do que ele “expõe as mistificações” criadas para “esconder a verdade”. Se essas são marcas típicas da pessoa do Chomsky ativista, elas também se deixam mostrar pela sua inscrição:

No one has exposed more forcefully the self-righteous beliefs on which America’s imperial role is based, or delineated more effectively the appalling actions which maintain it. [...] Few have carefully dissected how America’s acclaimed freedoms mask its

irresponsible power and unjustified privilege. (PECK in CHOMSKY, 1987b, p. viii, grifo nosso).

O uso desses verbos “*to expose*”, “*to delineate*”, “*to dissect*”, nos leva a ver o papel do inscritor, pois dizem respeito a uma maneira de inscrição dos textos de crítica política no discurso do Chomsky ativista. E Peck (in CHOMSKY, 1987b) caracteriza essas ações de forma comparativa com um coletivo de outros escritores ou ativistas com que Chomsky pode ser pensado paralelamente, oposto a um “*no one*”: ninguém “expôs com mais força” ou “delineou mais efetivamente” ou “dissecou com mais cuidado” os problemas pertinentes ao imperialismo americano.

São esses aspectos da fala de Chomsky, ou seja, de como ele inscreve seus enunciados tanto de modo oral como escrito, que compreendem o seu ativismo e o tornam diferente dos seus pares. E o atributo diferenciador do ativista reside em outra potencialidade do inscritor Chomsky: “*Chomsky’s insights, though forbidding in their intensity, bring that sense of relief that comes when someone speaks the truth directly*”. (PECK in CHOMSKY, 1987b, p. viii). A grandiosidade desse autor, para Peck, está num modo de dizer, de “falar a verdade diretamente”.

De uma “pessoa” tenaz, resistente, e de um “inscritor” que delineia a verdade, vemos também o “escritor” que atua para a formação de uma imagem coesa de autor, demonstrando um Chomsky que também se movimenta, que figura como ativista: “*It is there as well in his outpouring of writings for even the smallest journals, in his determination through countless speaking engagements to reach any audience willing to listen*”. (PECK in CHOMSKY, 1987b, p. viii). E o “escritor ativista” circula em meios fora do *mainstream*, escreve para pequenos jornais e se “engaja em incontáveis falas destinadas a um público que deseja ouvir”. Peck demonstra assim o engajamento de Chomsky pelas suas falas como homem público.

Destarte, Chomsky possuiria um tipo de fala que se destina a todos, que se sustenta sobre a verdade, sobre a razão, sendo ouvido por pessoas de todas as áreas: “*In the early days of the antiwar movement, Chomsky willingly came and spoke with just a handful of people, with students in all disciplines – from physics to Asian studies – urging them to use their minds and not just their bodies to*

oppose the war". (PECK in CHOMSKY, 1987b, p. viii). Uma característica do seu engajamento é não fazer distinção de público, escrevendo em pequenos jornais ou falando mesmo para "*just a handful of people*".

Mas trata-se de um ativismo de incentivo ao posicionamento intelectual daqueles com quem fala, de uma participação em movimentos antibelicistas e de crítica aos abusos do poder pelo uso da "mente" e não apenas do "corpo". A imagem de autor que se tem do Chomsky político, nascendo na década de 1960, é a do ativista que luta contra a Guerra do Vietnã. É nesse sentido que os textos de Chomsky serão componentes essenciais do seu ativismo.

Tendo bem estabelecida essa ideia do ativismo político chomskyano, Peck (in CHOMSKY, 1987b, p. ix) também apresenta ao leitor no prefácio de *The Chomsky Reader* a face do Chomsky linguista, mas ilustrando a extensão do campo de atuação intelectual de Chomsky, das contribuições de sua obra: "*a unity of outlook and mind rare among intellectuals today, a conviction that reason, however limited, should examine everything – from global questions of war and peace to the most intricate questions of human intelligence, creativity, IQ, and language*". A linguística de Chomsky ocupa o mesmo espaço de questões mais gerais, como "inteligência humana" e "criatividade", servindo aqui para demonstrar a capacidade de Chomsky de analisar praticamente a maior parte das produções do conhecimento humano.

Temos a imagem de um autor "raro", que, ao mesmo tempo que intelectual, está acima deste campo, se posiciona de forma distinta uma vez que usa a razão para "examinar tudo", desde questões que são próprias do ramo das ciências, como QI e inteligência humana, até assuntos pertinentes à guerra.

Ao lançar mão dessas áreas possíveis onde Chomsky "aplica sua razão", embora bem brevemente, Peck (in CHOMSKY, 1987b, p. ix) faz menção ao Chomsky linguista ativando o sentido de "revolucionário": "*In linguistics, he began by challenging the field's reigning beliefs and ended up revolutionizing them. He started as an outsider*". Ainda que haja essa exaltação à imagem do linguista também na linha de "dissidência", de um *outsider*, não podemos dizer que Peck iguale ambas as faces desse autor, estabelecendo uma interdependência entre elas, uma relação de necessidade entre a linguística chomskyana e o seu

ativismo, de dois campos de autoria unidos sob o mesmo signo do intelectual (o que constitui o cerne do debate no capítulo 4 desta tese).

A caracterização de “revolução” para as ideias linguísticas de Chomsky é comum na construção desse autor, pois a partir de *Syntactic Structures* e de *Aspects of Theory of Syntax* inaugurou-se um novo campo de estudos para a linguística. Não podemos enxergar, pois, no prefácio de Peck, a linguística chomskyana como “fundamento” que se une à ideia de “revolucionário” do Chomsky ativista. Nesse caso, Peck insere Chomsky numa cronografia de dissidentes tanto na linguística como na política, mas seus trabalhos são incomunicáveis, como vemos:

Chomsky's political writings are just as central to an understanding of our time as are his linguistic writings to our understanding of language. Yet they are often studiously ignored or angrily dismissed. His rational intensity, so applauded in linguistics, is derided when he turns it upon the United States. (PECK in CHOMSKY, 1987b, p. ix, grifo nosso).

Há uma diferença de tratamento desse autor Chomsky duplo quando se trata de enxergar a inserção de seus textos, a circulação e a aceitação deles pelo público: os textos de linguística são “aplaudidos”, ao passo que os textos que “versam sobre os Estados Unidos” são “zombados”. É um tipo de recepção de um autor dividido, de como suas faces são negociadas em vista do tipo de texto que a elas se vinculam: a “intensidade racional” do ativista não é aceita na mesma medida pelos grupos de estudiosos que lidam com seus trabalhos na área de linguística.

E Peck enxerga a “não-aceitação” dos escritos políticos de Chomsky no mesmo patamar que se aceitam seus textos de linguística, no sentido de que seus textos de ativista circulam com mais propriedade no próprio meio de sua atuação política, como ferramentas de engajamento e de luta, entre leitores que buscam um tipo de texto voltado para a crítica ao imperialismo estadunidense e seus desdobramentos. Ignora-se o Chomsky ativista como uma estratégia de silenciá-lo, pois a verdade que Chomsky diz incomoda os intelectuais seus contemporâneos: *“This is why the secular priesthood, beginning with Vietnam, so often ignores Chomsky's work. The truth he speaks are not admissible in the*

American terms of debate". (PECK in CHOMSKY, 1987b, p. xv). Ora, reitera-se a ideia de "verdade na fala" de Chomsky, e o situa, pelo posicionamento tomado na Guerra do Vietnã, em confronto com os especialistas (*secular priesthood*) norte-americanos que não se posicionam, que aceitam sua posição no debate ameno e parcial dos EUA.

Esse fortuita comparação das obras linguística e política de Chomsky inserida num livro de textos políticos de Chomsky se assemelha ao prefácio de Neil Smith em *The New Horizons in Study of Language and Mind* (que constitui o tema do próximo tópico deste capítulo), uma vez que, ao longo da trajetória de Chomsky como autor, variando seus campos de escritura, torna-se difícil aos prefaciadores e aos componentes que constituem os paratextos de seus livros, quer de política ou de linguística, olvidarem uma de suas faces.

Contudo, as menções à face do Chomsky linguista não ultrapassam um breve espaço: o que interessa no prefácio de Peck é construir uma imagem de grandiosidade para o autor Chomsky ativista político. Nesse percurso, Peck (in CHOMSKY, 1987b, p. ix-x, grifo nosso) menciona uma marca do *ethos* de Chomsky: "*His laserlike rationality is so radical, as others' thinking is not, because of its intense anti-ideological ethos*". O que caracteriza o *ethos* aqui é um traço de uma "racionalidade radical", que não é admitida ou tomada na mesma intensidade por outros pensadores. Tal postura racional inamovível leva a um tipo de conduta, a uma demarcação de *ethos* anti-ideológico: para Peck, Chomsky se opõe a toda forma de ideologia, ele está acima de uma circunscrição doutrinária.

A essa imagem de Chomsky como um autor racional, Peck (in CHOMSKY, 1987b, p. x) vincula os temas do "pensamento libertário" e da "natureza humana": "*His sympathy for anarchist thinkers (he often speaks of himself as a "libertarian socialist") reflects his deep challenge to all comprehensive doctrines about human nature, all simplifying visions of humanity's potential diversity*". Vemos aqui a referência a uma corrente política com que Chomsky se simpatiza: o anarquismo. O Chomsky ativista estaria, assim, embasado em um fundamento humano, de crítica profunda às doutrinas que apresentam uma visão simplificada das potencialidades e da diversidade do homem, ou seja, numa origem racional para sua auto-definição como "socialista libertário".

Diante disso, como sua racionalidade se baseia em princípios da razão, norteadores inclusive de sua “simpatia pelo anarquismo”, as análises de Chomsky que importam ao leitor de *The Chomsky Reader* são as que se inserem nas temáticas políticas e não nas linguísticas: “*Much of the power of Chomsky’s analysis flows from the detailed ways in which he shows how the United States is not exempt from what is so reasonably expected from others*”. (PECK in CHOMSKY, 1987b, p. xi). O prefácio suscita, assim, a onipresença do Chomsky político: “o poder de suas análises” não é o de explorar toda a natureza da teoria do gerativismo ou da gramática transformacional, mas diz respeito às ações políticas dos EUA.

Embora tendo apresentado um Chomsky dissidente e sem filiação a quaisquer partidos e correntes ideológicas, Peck (in CHOMSKY, 1987b, p. xii) identifica Chomsky sob a influência do socialismo libertário comparando-o com George Orwell, grande escritor anarquista do século XX: “*Like George Orwell, Chomsky has an uncanny ability to suggest the ideological message in all its blatancy just beneath the apparently objective façade of argument*”. E essa aproximação se dá pela instância do inscritor: “*uncanny ability*” – como Orwell, Chomsky desvenda o “caráter ideológico” das ideias que circulam em seu tempo através de seus textos.

De modo geral, o prefácio de Peck se estende enquanto uma introdução às ideias de Chomsky como crítico implacável dos EUA, responsável por análises devastadoras da política americana: “*His analysis leaves no aspect of American history untouched*”. (PECK in CHOMSKY, 1987b, p. xv). Em seguida, vemos também a recorrente preocupação de Peck em comparar Chomsky com outros pensadores seus contemporâneos, mostrando como Chomsky “sempre fez melhor”: “*Chomsky’s writings about Vietnam will long remain among the most valuable ever written precisely because they show so much of the war’s reality at the time, far more than most of the current outpouring of books reassessing the war’s meaning today*”. Ele vai mais fundo, é desafiador, expõe com mais clareza, aborda todos os aspectos. Além disso, Peck ilustra o papel questionador de Chomsky em seus escritos de modo geral, contra quem ele se posiciona, como surge e se funda suas teorias: “*Chomsky’s writings continue to challenge the orthodoxies of our time*”.

Entretanto, Peck (in CHOMSKY, 1987b, p. xviii-xiv) não cria uma imagem de Chomsky como alguém que é capaz de mudar por sua própria força a política que ele tanto critica; ele não vem trazer todas as respostas, os caminhos, as soluções para o mundo, para os problemas que ele delinea: “*Chomsky does not provide answers for the world we live in. His demystification draws on no alternative ideology. Yet his writings constitute a way of coming to understand the world without illusion*”. Chomsky seria um intérprete, alguém que desmistifica, que desvela a verdade: é crítico das ideologias, mas não propõe nada de concreto. Seus escritos são um meio para o entendimento do mundo – e é por isso que em seus textos reside um ponto inevitável do seu ativismo: o “leitor de Chomsky” é capaz de interpretar de modo mais aprofundado os acontecimentos políticos do seu tempo e traçar meios de intervenção.

O modo como Peck (in CHOMSKY, 1987b, p. xix) sintetiza sua visão da obra de Chomsky se pauta numa característica muito forte da “pessoa” de Chomsky, evidenciando algo que Chomsky certamente não é: “*There is indeed something that resonates throughout these writings that in the end is uplifting. Chomsky is not a cynical man*”. Os textos de Chomsky em *The Chomsky Reader* compõem algo que ao fim e ao cabo é “edificante”. Ademais, essa ilustração de recusa do cinismo é a pedra fundamental sobre a qual se sustenta todo o princípio do autor Chomsky ativista: é uma característica sua, que participa da criação da imagem de autor nesse livro, que “ressoa através” de seus textos.

Em suma, o que nos importa essencialmente em *The Chomsky Reader* é mostrar como há uma gestão da obra de Noam Chomsky pela manipulação de textos advindos de vários formatos distintos, de entrevistas dadas em momentos variados e de trechos acrescentados posteriormente que vão compor um livro do qual a autoria é atribuída a Noam Chomsky. Mas é o leitor que estabelece o vínculo possível, capaz de gerar essa necessidade de estabelecer um típico “leitor de Chomsky”. E esse modelo se faz a partir da imagem do ativista, da mobilização de suas características políticas, onde essa sua face se sobrepõe à face do linguista.

Em decorrência disso, pode-se explicar que no livro *The Chomsky Reader* há um apagamento do Chomsky linguista na escolha dos textos. Há uma regularidade nessa ausência. E essa reaparição regular nos permite recuperar os

objetos. Há uma recusa de uma das faces de Chomsky, como vimos em *Chomsky: Selected Readings*; ou há uma disputa entre elas, como vimos em *The Chomsky Reader*.

E são duas faces bem divididas, são dois escritores que participam de áreas que não dialogam: de um lado estão os escritos políticos de Chomsky e de outro os seus escritos de linguística. Dizendo de outro modo, como se pode figurar editorialmente um livro endereçado à comunidade de leitores de Chomsky sem constar dele nada que aborde o gerativismo ou a gramática transformacional? *The Chomsky Reader* é a prova de que é possível se criar um livro de quinhentas páginas que se destinam a um leitor prototípico de Chomsky onde vemos se erguer a imagem do ativista; um livro que dispensa o Chomsky linguista, constituindo-se, logo, como um antípoda a *Chomsky: Selected Readings*.

2.3 New Horizons in Study of Language and Mind

Publicado em 2000 pela Cambridge University Press, *New Horizons in Study of Language and Mind* consiste em um claro exemplo dos caminhos tomados pela dimensão reguladora da obra de um autor, entre outros fatores, por ser resultado de um processo de compilação de textos, uma amostra de como não é a ordem cronológica dos capítulos ou uma sequência natural pensada por quem os escreveu que importa em um livro, mas a decisão editorial de se criar um título, de publicar um autor com o grau de inserção acadêmica de Chomsky.

A primeira indagação que se nos apresenta é quanto ao eixo da unidade desse livro: como uma coletânea de textos originados em situação discursivas heterogêneas pode ser resumida sob a insígnia de ensejarem um “Novo horizonte nos estudos da linguagem e mente”? O nome do livro surge de uma *lecture* dada em 1997 por Chomsky na Espanha, nomeada exatamente como *New Horizons in Study of Language and Mind*, compreendendo o capítulo 1 do livro. Mesmo sendo capítulo epônimo, o texto surge depois de muitos outros que compõem o livro: dos seus sete capítulos, cinco já haviam sido publicados antes de 1997; ou seja, a ideia de “novos horizontes” surge a partir de um texto posterior, que nomeia e confere uma “continuidade” aos textos do livro mesmo suas partes já tendo circulado em outros formatos e suportes anteriormente.

Seriam os mesmos “novos horizontes” uma análise do estado da arte da linguística do ano de 1992 (quando da publicação do texto do seu capítulo 2 – *Explaining language use*) e do ano de 1997, quando da *lecture* que deu origem ao capítulo que nomeia o livro? Os textos, originados de contextos distintos, retratam os mesmos horizontes dos estudos sobre linguagem e mente para poderem ter um elo em comum e figurarem sob o signo de uma mesma obra? Ou seria esse apenas um esforço em criar uma ideia de unidade desses textos para reiterar uma imagem de autor Chomsky da linguística?

Dizendo de outro modo, não há uma coesão, um sentido de unidade de *New Horizons in Study of Language and Mind* além da tentativa editorial de reunião de textos sob um mesmo título. Se refletirmos sobre a origem de cada capítulo veremos que essa unidade nada mais é que uma construção discursiva feita pelo linguista inglês Neil Smith, organizador do livro, um produto de seu trabalho interpretativo bem defendido no seu *foreword*.

Antes de entrarmos propriamente na análise do *foreword* de Smith, cabe aqui nos determos sobre os *acknowledgements* de *New Horizons in Study of Language and Mind*: não funcionam como *acknowledgements* de praxe, onde o autor expressa o reconhecimento por instituições ou pessoas que o ajudaram de alguma forma na escrita do livro; mas consiste em uma apresentação, feita pela editora, da procedência dos textos nele compilados: uma indicação de onde e em que circunstâncias já circularam, como foram produzidos e quem já os publicou, por exemplo: “*Chapter 2, “Explaining language use”, was first published in Philosophical Topics (1992, 20: 205–31) and is reprinted with permission of the editor of Philosophical Topics*”. (in CHOMSKY, 2000, p. xvii).

Por meio desses *acknowledgements* resolve-se um problema entre editoras: com um livro de tal natureza, composto de textos advindos de diversos outros formatos, é preciso deixar claro as permissões para se republicar textos já publicados, para expor as questões dos direitos autorais, indicando a permissão de se publicar os capítulos citados como parte de um novo livro. São problemas de *copyright*, de direito de circulação dos textos, como exemplo o comentário sobre o capítulo 3 do livro: “[...] *was first published in 1992 in Inference, Explanation, and Other Frustrations: Essays in the Philosophy of Science; edited by John Earman, © The Regents of the University of California. This essay is*

reprinted with the permission of the University of California Press". (in CHOMSKY, 2000, p. xvii, grifo nosso). Isso é importante notar pois são detalhes que podem passar despercebidos ao leitor mas que compõem o texto, fazem parte do livro: são uma expressão pura das questões editoriais que possibilitam a emergência material do livro, evidenciando um processo de escolha dos textos que o integram, o qual não compreende apenas critérios temáticos para uma ideia unitária do livro, mas responde a um conjunto de relações econômicas e jurídicas que são igualmente necessários para entendermos a dimensão da regulação da obra do Chomsky linguista, como um autor que é disputado por editoras de grande renome acadêmico, como a Cambridge University Press.

O que vemos em *New Horizons in Study of Language and Mind* é algo próprio de um "auctor" (MAINGUENEAU, 2010): como Chomsky, que detém um potencial de fala maior que outros autores pela trajetória de sua imagem de importante linguista, figura em espaços que lhe permitem gerar textos sempre publicáveis – para enriquecerem sua obra, seus textos devem passar de um espaço associado de revistas, de palestras e *lectures*, para o espaço canônico do livro.

E é por essa forma de gestão de seus textos, organizados para gerarem um livro que lança um "novo horizonte" para a linguística, que vemos se criar a imagem de um autor grande, dentre os mais influentes da nossa época: "[...] *This book is an outstanding contribution to the philosophical study of language and mind, by one of the most influential thinkers of our time*". (SMITH in CHOMSKY, 2000, contracapa – grifo nosso). O leitor teria, pois, em mãos um livro de peso sobre a filosofia da linguagem: trata-se de um típico comentário de contracapa, com exaltação do autor sob vários aspectos, tendo a recorrência de se situar Chomsky como alguém de grande importância em seu tempo e em posição de destaque entre seus pares.

Outros exemplos importantes no mesmo sentido que figuram nos paratextos de *New Horizons in Study of Language and Mind* como "frases de impacto", ou *releases* que aparecem na contracapa, vemos nas citações de professores de universidades de renome, como o professor da Universidade de Princeton Robert Freidin, mobilizado também em outros livros de Chomsky para

esse tipo de comentário elogioso, como em *On Nature and Language*, analisado no próximo capítulo desta tese.

Dois excertos desses comentários, presentes na contracapa de *New Horizons in Study of Language and Mind*, nos remetem a uma imagem de engrandecimento do livro, como “leitura essencial” para quem possui um “interesse sério em linguagem”, de acordo com Freidin (in CHOMSKY, 2000, contracapa, grifo nosso): “*Essential reading for anyone with a serious interest in language*”; ou, para Gilbert Harman, também de Princeton: “*These essays represent the most significant work that has been done in the general area of philosophy of language and philosophy of mind*”. São um tipo de comentário dos livros que procedem geralmente de revistas, jornais ou outro tipo de comentador que pode agregar algum valor, ser chamativo ao livro. O propósito desse tipo de paratexto é comentar elogiosamente alguma característica do autor, no caso, inserindo o livro num lugar de destaque, como o “trabalho mais significativo” para algumas áreas de circulação dos trabalhos de Chomsky, da filosofia da mente e da linguagem, criando-se uma imagem de grandiosidade dele como linguista pela instância do “escritor”.

Ainda um outro olhar sobre a contracapa de *New Horizons in Study of Language and Mind* nos permite enxergar a identificação de Chomsky como um escritor exclusivo do campo da linguística: “*Professor Chomsky has written and lectured extensively on a wide range of topics, including linguistics, philosophy, and intellectual history*”. Isso mostra a omissão da face do Chomsky ativista, que possui uma produção bibliográfica muito maior (em termos de livros publicados) que a do linguista, porém não é referenciado aqui como uma área de escrita de seus textos, uma vez que essa “*wide range of topics*” não inclui temas políticos, mas apenas “*linguistics, philosophy and intellectual history*”.

No *foreword*, todavia, Neil Smith (in CHOMSKY, 2000, p. vi, grifo nosso) menciona as atividades do Chomsky ativista, buscando construir uma separação estanque entre as duas faces desse autor: “*Yet this intellectual odyssey has taken only half his time. The other half has been devoted to political activism, exposing the perceived lies of Government and the hidden agenda of the corporate establishment*”. Smith divide, assim, Chomsky em duas “pessoas”, uma que passa metade do seu tempo imersa nas pesquisas linguísticas, que ele chama

“*intellectual odyssey*”, e uma que ocupa a outra metade do tempo com “*political activism*”.

Após dividi-lo em dois autores, Smith (in CHOMSKY, 2000, p. vi) diz que a fama de Chomsky é um resultado da sua produção tanto na sua área de linguística como de política, embora haja pouca relação entre os textos dessas áreas de escritura: “*There may be little connection between the strands of his work, but his fame and in part his influence are the joint product of both*”. (SMITH in CHOMSKY, 2000, p. vi, grifo nosso). Smith não apenas apresenta a “outra face” de Chomsky aos leitores do livro, mas reconhece a importância no campo da figuração do autor dos trabalhos do Chomsky ativista político na sua identificação como autor influente e famoso – embora deixe bem claro que “há pouca conexão entre as áreas de sua obra”.

Esses excertos só reforçam que há duas faces bem definidas de autor para Chomsky, separando seus textos de política de sua atuação na linguística. Ao longo das dez páginas do *foreword* de Smith, temos apenas esses trechos citados que fazem alguma referência ao Chomsky ativista – e no livro todo não vemos mais indicações desse autor. No entanto, Smith deixa um caminho para o leitor que se interessar sobre os escritos políticos de Chomsky indicando um livro que ele publicou analisando, embora seja linguista, a obra de Chomsky na linguística e na política⁷.

Ultrapassando esse adendo, de menção às divisões das trajetórias de Chomsky, como linguista e escritor da política, Smith busca construir a em seu *foreword* para *New Horizons in Study of Language and Mind* a imagem de um Chomsky grande, que exerce o papel de máxima relevância na cena intelectual do nosso tempo. Ele seria um escritor que domina o campo da linguística a partir da sua liderança na “revolução cognitiva” das décadas de 1950 e 1960:

Chomsky's position on the world intellectual scene is unique. He was the leading figure in the “cognitive revolution” of the 1950s and 1960s, and he has dominated the field of linguistics ever

⁷ Trata-se do livro *Chomsky: ideias and ideals*, um estudo biográfico e discussão feita por Smith sobre as contribuições de Chomsky para diversos campos de sua atuação. Smith amplia as possibilidades paratextuais aqui com a referência a um trabalho seu: “*Chomsky's output is prodigious; for a recent overview and discussion of a representative subset of his work, see Smith (1999)*”. (Cf.: SMITH in CHOMSKY, 2000, p. vi).

since. His theory of generative grammar, in a number of different forms, has been a guide and inspiration for many linguists around the world and the point of comparison for almost everyone. (SMITH in CHOMSKY, 2000, p. vi, grifo nosso).

Smith argumenta em torno de uma “revolução chomskyana” no pensamento científico, de uma grande virada na história das teorias cognitivas com suas contribuições na área da linguística e da filosofia, advogando em favor da grandiosidade da sua teoria da gramática transformacional-gerativista. Com esse movimento, Chomsky seria um tipo de autor que expande sua obra, que excede seus textos pela possibilidade de gerar novos discursos que a ele se filiam: um autor que inaugura uma tradição, a que vários textos são correlatos, de muitos que surgem a partir dele.

Dessa inscrição da obra de Chomsky num patamar de “revolução cognitiva”, Smith (in CHOMSKY, 2000, p. vi) constrói a imagem de “autor clássico” para Chomsky: *“You may not agree with Chomsky’s work, but it would be both short-sighted and unscholarly to ignore it”*. Os livros de Chomsky consistiriam, pois, em leitura obrigatória, seriam indispensáveis para qualquer estudioso que queira seguir um mínimo de rigor acadêmico, mesmo tendo opiniões divergentes com as dele.

A essa imagem de “autor indispensável”, Smith traça um perfil de “gênio” para Chomsky, identificando uma continuidade do escritor da linguística, que perpassa sua obra desde um trabalho de graduação sobre a língua hebraica (*Morphophonemics of Modern Hebrew*): *“However embryonic, that work inaugurated modern generative grammar. The issues he touched on then have burgeoned to define a field of inquiry to which he is still contributing fifty years later, and which is in large part the product of his genius”*. (SMITH in CHOMSKY, 2000, p. vi, grifo nosso). A ênfase sobre o autor Chomsky se concentra, pois, sobre a sua posição alcançada em certa instituição do pensamento linguístico, pelo papel dele enquanto escritor que mantém uma obra sólida “há cinquenta anos”, fruto de sua genialidade.

Tal descrição nos indica a criação de uma imagem do linguista Chomsky de quem mantém uma teoria em desenvolvimento e aprimoramento, mas que já se estabelece desde seu primeiro trabalho acadêmico de graduação. E a imagem do “gênio” se vincula tanto à instância da pessoa como do escritor Chomsky que

foi capaz de ter ideias originais, “revolucionárias” no campo da linguística com o gerativismo e a gramática transformacional, que é o cerne de todos seus outros trabalhos. É o caso de uma interpretação teleológica feita por Neil Smith da vida e da obra de Chomsky.

O potencial de genialidade que se enxerga no Chomsky linguista fez com que seus textos ultrapassassem os limites da linguística e adentrassem, interferissem em outras áreas do conhecimento: “His foundational work on language has had widespread implications not only for linguistics but also for several other disciplines, most notably philosophy and psychology”. (SMITH in CHOMSKY, 2000, p. vi, grifo nosso). À imagem do “gênio” une-se a do “cientista”, do pesquisador da natureza da mente, que é um pensador que ocupa um papel de destaque no panteão das ciências: “*In so doing he brings new solutions to traditional puzzles and new perspectives on issues of general interest, from the mind-body problem to the unification of science*”. (SMITH in CHOMSKY, 2000, p. vi, grifo nosso). Responsável pela “unificação da ciência”: essa é a tarefa a que se propôs Chomsky – e é sob esse prisma que Smith tenta enxergar o lugar ocupado por *New Horizons in Study of Language and Mind*: não como mais um livro do profícuo escritor Chomsky, mas sim um livro que lança novas ideias sobre problemas de interesse geral, pertinentes a diversas ciências.

Com isso, o *foreword* de Smith exerce a função clara prefacial de dar sentido unitário a *New Horizons in Study of Language and Mind*, e inserir seus textos no espaço canônico da obra do autor Chomsky linguista: “*The core of these articles is an extended meditation on Chomsky’s “internalist” interpretation of the human language faculty. Much of the philosophical tradition has concentrated on language as a public construct of which individuals have partial knowledge*”. (SMITH in CHOMSKY, 2000, p. vii). Faz-se presente o problema da unidade do livro, do que lhe confere linearidade, já identificado como capital para um livro de textos compilados: é uma continuidade das “interpretações internalistas” sobre a linguagem desenvolvidas por Chomsky desde o início de sua produção bibliográfica.

A importância dessas interpretações da linguagem feitas por Chomsky com base em uma matriz “internalista” leva, conforme Smith (in CHOMSKY, 2000, p. vii) a uma aproximação cada vez maior dos textos de Chomsky com o campo das

“ciências”: *“His concentration on an internalist view of language brings Chomsky’s work into the domain of psychology, and ultimately biology: human language is a “biological object”*”. Essa discussão sobre se é possível inscrever as teorias chomskianas no campo das “ciências físicas” é feita, porém, com ressalvas: *“Although this methodology is most fully developed in and characteristic of physics, it does not follow that linguistics is reducible to physics or to any other of the “hard” sciences*”. (SMITH in CHOMSKY, 2000, p. vii). E esse é um tópico recorrente ao se questionar como podemos classificar o escritor Chomsky da linguística frente aos critérios definidores de ciência, se mais próximo do que se entende por “ciências humanas” ou por “ciências duras”.

Se essa circunscrição da obra linguística de Chomsky no campo das ciências físicas suscita dúvidas, Smith (in CHOMSKY, 2000, p. viii, grifo nosso), todavia, não hesita em comparar as contribuições de Chomsky em *New Horizons in Study of Language and Mind* para a ciência do corpo e da mente com outros grandes pensadores consagrados, como Isaque Newton:

Chomsky has cut the Gordian knot by emphasizing a more fundamental difficulty: the mind–body problem cannot even be formulated. This is not, as generally supposed, because we have too limited an understanding of the mind, but because we don’t have criteria for what constitutes a body. In a typically radical attempt at clarification he points out that, as Isaac Newton’s insights led to the demise of contact mechanics, the Cartesian notion of body was refuted and nothing since has replaced it.

Chomsky cruza um limiar, “rompe o nó górdio” do problema entre mente e corpo de modo tão radical quanto Isaque Newton fez com a teoria mecânica de sua época. Chomsky está aqui elevado ao panteão dos grandes pensadores pelo seu modo de “esclarecer” e de veicular seus “insights”. Esse é um fato importante na definição da imagem do linguista: colocá-lo no patamar de grandes pensadores, de cientistas, de gênios da humanidade; situar sua obra entre as mais importantes e influentes do mundo, da história do pensamento.

E é exatamente esse tipo de identificação dos textos de Chomsky numa cronologia de gênios, de homens de ciência, que permite Smith (in CHOMSKY, 2000, p. ix) enxergar um princípio de continuidade de estudo, de inserção dos textos desse autor num tipo de problema discutido há tempos na sua trajetória de

escritor: “*This collection is called “New Horizons”, but many of the topics discussed above are ones that have been the focus of attention for many years*”. É um ponto controverso, pois, isso se opõe ao título “new” que Smith tenta justificar para o livro que prefacia. Ou seja, embora haja novos horizontes, eles lançam um olhar sobre problemas já antigos para as ciências cognitivas e mesmo sob a perspectiva da obra de Chomsky. Isso fica mais claro quando se vê:

Since his early foray into the history of ideas in Cartesian Linguistics (1966), Chomsky has shown a striking ability to put his ideas into a wider historical and general scientific perspective. [...]. At the same time he relates these developments to ongoing work in psychology, philosophy, mathematics and the cognitive sciences more generally. (SMITH in CHOMSKY, 2000, p. ix, grifo nosso).

Smith apresenta a ideia de que o autor Chomsky linguista é um só, que evoluiu em suas pesquisas mas manteve as mesmas potencialidades. Tem-se, assim, a busca pelo mesmo “inscritor”, possuidor desde sempre de uma “*striking ability*” de manejar seu pensamento em uma amplitude maior da história das ideias, que continua o trabalho de pesquisador, avançando em áreas como “psicologia” e “matemática”. Mas a legitimação do critério de “novidade” para o título vem do que Smith (in CHOMSKY, 2000, p. x) diz: “*There are two aspects to what is new. On the one hand, there are new kinds of evidence for old positions; on the other, there is now the possibility to ask questions which it was previously impossible even to formulate*”. É como se o autor Chomsky respondesse a esses “novos horizontes” em seus textos nessas diversas épocas de publicação, em momentos e lugares bem distintos. Dizendo de outro modo, ao tentar justificar o título “new” para o livro, que na verdade herda o título de um capítulo nascido de uma *lecture* na Espanha, Smith advoga em favor de novas evidências de aspectos antigos do problema da linguagem e de novos problemas lançados em circunstâncias atuais.

Tal perspectiva é ratificada na *introdução* que Chomsky escreve para *New Horizons in Study of Language and Mind*, como um balanço da discussão sobre a temática ampla da capacidade cognitiva do homem, sobre faculdades mentais: “*While inquiry into higher mental faculties has achieved a great deal in some areas, the results do not reach the issues that were – sensibly in my view – taken*

to be at the heart of the problem. Some of these topics are touched on in the following chapters". (CHOMSKY, 2000, p. 1). O próprio Chomsky advoga, aqui, por uma singularidade dos capítulos de seu livro – muitos estudos prévios não atingiram “o coração do problema” que diz respeito à área de estudo da mente.

Cabe salientar que apenas esse texto introdutório foi escrito por Chomsky para compor diretamente o livro *New Horizons in Study of Language and Mind*, o restante surgiu de contextos distintos e ganharam unidade sob o mesmo objeto livro pelo trabalho editorial de Neil Smith. Chomsky é chamado a comentar esse seu livro, mesmo que brevemente: “*My understanding of this work is that it (often implicitly) takes for granted some version of the thesis on mind/brain just quoted, and can reasonably be interpreted as part of psychology or, more broadly, human biology*”. (CHOMSKY, 2000, p. 2). Ou seja, Chomsky tece comentários pontuais para dar-lhe a unidade necessária, justificá-lo nas áreas de estudo da “biologia humana”, de estudo da mente e do cérebro, e elevá-lo a um espaço consolidado de sua obra.

É justamente sobre essa seara de uma “linguística física”, voltando a atenção das pesquisas para aspectos biológicos, ou, mais especificamente cerebrais da capacidade humana de produzir a linguagem que Chomsky ficou conhecido e onde firma sua posição, conforme relata Smith (in CHOMSKY, 2000, p. x): “*The first of these can be illustrated by reference to a claim for which Chomsky has long been famous (or notorious): namely, that a substantial part of our knowledge of language is genetically determined, or innate*”. O “inatismo” é o que, em síntese, caracteriza a linguística chomskyano, sendo, pois, uma discussão que insere a linguagem em parâmetros biológicos e não sociais.

Praticamente toda a carreira do Chomsky escritor foi voltada para o desenvolvimento de meios que levassem à compreensão desse “estado inicial da mente”, como aponta Smith (in CHOMSKY, 2000, p. x): “*Much of Chomsky’s work of the past 40 years has been devoted to spelling out the technical detail of precisely what we have to attribute to the “initial state” of the human-language faculty to explain that elementary fact*”. Com isso, Smith mostra que o escritor Chomsky linguista está inserido no campo oposto às correntes linguísticas de matriz social: é a imagem de um linguista que dialoga mais com a neurociência e com a computação.

O esforço desse Chomsky autor-pesquisador em estudar cientificamente, pelos padrões matemáticos, a linguagem em seus aspectos mais precisos e mínimos, levou ao desenvolvimento da teoria dos Princípios e Parâmetros que, para Smith (in CHOMSKY, 2000, p. xi), significou uma mudança radical na maneira de enxergar a linguagem que inova milênios de pesquisa: “*The theory of Principles and Parameters which has been developed over the last two decades is probably the first really novel approach to language of the last two and a half thousand years*”. Esse avanço dos trabalhos chomskyanos é caracterizado por Smith como inserido numa cronografia mais ampla, de grande importância, colocando o autor Chomsky linguista num patamar tão elevado a ponto de ter sido o único, nos últimos dois milênios e meio, a propor algo novo sobre a linguagem.

Segundo Smith (in CHOMSKY, 2000, p. xi), a teoria dos Princípios e Parâmetros fora desenvolvida por Chomsky para resolver certos temas da linguística que a gramática gerativa-transformacional não consegue atingir: “*This is a radical attempt to rethink the foundations of the discipline, eschewing all constructs which are not conceptually necessary or forced by empirical necessity: the usual requirements of science*”. É o amadurecimento da teoria linguística de Chomsky como ciência; o ponto de partida para o Programa Minimalista de Chomsky nos anos de 1990, de estudos mais avançados na relação da linguagem com o cérebro.⁸

Um aprofundamento do processo de criação da imagem de um Chomsky linguista como grande cientista, responsável por transformações nas ciências da linguagem e mente, mas, acima de tudo, como um pensador que contribuiu de maneira histórica para a compreensão do ser humano, vemos no espaço prefacial em que Smith inicia uma descrição de cada capítulo de *New Horizons in Study of Language and Mind*. Sobre o primeiro capítulo, temos:

8 Como não é do objetivo da presente tese adentrar em discussões acerca das teorias linguísticas de Chomsky, cabe aqui, a título de ilustração, mencionar o livro de Chomsky que se destaca sobre esse “ponto de virada” na cronologia dos estudos chomskiano: *The Minimalist Program*, publicado pela Massachusetts Institute of Technology Press em 1995; apesar de não ser um livro que compõe nosso *corpus*, nele vemos um apagamento total da imagem do Chomsky ativista político – em nenhum espaço paratextual há referência à face do autor Chomsky escritor dos textos políticos.

The opening chapter “New horizons in the study of language” (Chapter 1) is a succinct and generally non-technical introduction to Chomsky’s current thinking on the nature of the language faculty, setting his ideas in their historical and intellectual framework: the Galilean and Cartesian traditions. It shows his now familiar flair for taking simple examples and drawing out deep consequences from them. (SMITH in CHOMSKY, 2000, p. xiii, grifo nosso).

Aqui Smith mostra como Chomsky, através de seus textos, filia suas ideias ao padrão intelectual de Galileu e Descartes. É o modo recorrente de inserir o escritor no espaço de destaque, dando noção de continuidade, de pertencimento a uma tradição. Esse tipo de correspondência direta entre as ideias de Chomsky e grandes pensadores racionalistas e a cientistas renascentistas é algo que se constrói, é uma forma de apresentar determinada imagem de autor; ou seja, não é algo que imane aos seus textos, mas que advém da gestão de sua obra.

Ao lado dessa descrição do escritor, a instância do inscritor é a mais mobilizada por Smith para mostrar que Chomsky que tem uma capacidade “familiar” de se utilizar de “exemplos simples” para extrair “consequências profundas”. É um inscritor que transita entre textos acessíveis a leigos, mas também que despertam interesse nos especialistas: “*Much of the essay should be accessible to the layperson, but it also has a great deal to offer the expert”.* (SMITH in CHOMSKY, 2000, p. xiii). Essa é nitidamente uma preocupação com o público leitor, para quem se dirige o livro, e produz uma contradição, uma dificuldade de encontrar um meio termo para o tipo de inscritura do texto de Chomsky: como poderia, ao tratar do minimalismo, de neurociência, despertar o interesse de polos tão distantes como leigos e especialistas?

Tendo esse problema em mente, de “acessibilidade” ao texto, Smith segue o comentário dos capítulos mobilizando o Chomsky linguista pelas instâncias do escritor (de tradição cartesiana) e do inscritor (rico em exemplos, em notas explicativas, em referências etc.), de modo a mostrar que o leitor desses textos chomskyanos tem uma grande obra em mãos, embora não precise ser nenhum iniciado para ter lê-la. Nisso, sobre o capítulo segundo temos:

Chomsky provides a long series of new examples to substantiate the view that the most successful treatment of language is in terms of computations over internal, mental representations. This, of

course, is the domain in which his greatest technical contributions reside, but the discussion presupposes no expertise in syntactic theory. (SMITH in CHOMSKY, 2000, p. xiii, grifo nosso).

Constitui-se, logo, um problema capital o papel inscritor Chomsky nos capítulos de *New Horizons in Study of Language and Mind*: é preciso, diante do que Smith descreve, resolver como o texto se apresenta ao leitor, dizer que o texto se inscreve num campo “mais técnico”, de nível de leitura para aqueles mais aprofundados nessa temática, mas que é possível ser lido por alguém “não especialista” nos temas de teoria sintática. Uma saída para Smith (in CHOMSKY, 2000, p. xiii) é criar uma imagem de inscritor Chomsky que lança mão de exemplos simples, mas contundentes: “*Again, the thesis is illustrated by simple but striking examples of the depth and detail of our knowledge of common lexical items like house and near*”. Essa “linguagem exemplificadora” e simples é algo que se contrapõe ao que vimos na análise do livro *Chomsky: Selected Readings*: neste, o inscritor Chomsky é apresentado como truncado, de difícil acesso, com linguagem própria a iniciados – por isso todo o trabalho dos organizadores em “editar” os textos originais e deixá-los condizentes com um público iniciante.

Todavia, ao termos essa preocupação como algo patente nesses comentários prefaciais de Smith, qual seja, em torno do possível nível de dificuldade dos textos de Chomsky, isso nos mostra que a instância do inscritor é um ponto de disputa para a construção da imagem do Chomsky linguista: se demasiado simples e fácil, pode comprometer a “profundidade” da sua teoria, do “rigor científico” de suas ideias; mas se muito complexo, de inscritura não apropriada a iniciantes, suas publicações não circulam, gerando uma perda em termos de inserção no mercado editorial. É em vista desses critérios que se deixa figurar, por exemplo, na contracapa, um enunciado do tipo: “*Using a range of imaginative and deceptively simple linguistic analyses, Chomsky argues that there is no coherent notion of “language” external to the human mind.* (SMITH in CHOMSKY, 2000, contracapa, grifo nosso) – a imagem de autor que se quer criar é do inscritor de textos “aparentemente simples”, que não afastará o “leitor de primeira viagem” que toma em mãos um livro desse porte, mas também pode ser do interesse dos leitores já antigos desse de Chomsky.

Para Smith, o Chomsky de *New Horizons in Study of Language and Mind* é um inscritor de linguagem farta em exemplos comum em outros livros também, inclusive pela qual ele é famoso: “*Many of the essays here include perspicuous and puzzling examples of the kind he is famous for constructing*” (SMITH in CHOMSKY, 2000, p. xiv); Aqui Smith mostra como há uma tentativa de criar a imagem do inscritor e que não opta em seus textos pelas elucubrações academicistas ou preciosismos de erudição, de fácil leitura através dos exemplos marcantes. Essa seria uma marca fundante dos escritos de Chomsky, indicando uma linha de continuidade do inscritor da linguística por décadas:

It is striking that, in addition to these syntactic examples, much of the exemplification in these essays is lexical, with subtle arguments based on a range of deceptively simple items. The arguments are marshalled with the same forceful logic as previously, and the conclusions lead to the same world view he has been defending for forty years; but the arguments are fresh. (SMITH in CHOMSKY, 2000, p. xv).

Sua obra justifica-se no tempo, com argumentos sempre mantidos atuais, “*fresh*”, constituindo-se num *continuum* de “novos horizontes”. A construção da imagem de Chomsky, portanto, nesse paratexto de Neil Smith, se dá pelo reforço constante de aspectos da instância do inscritor, de um inscritor de escrita didática, que adentra temas profundos da linguagem e mente de forma tão brilhante que ao mesmo tempo consegue atrair a atenção dos especialistas e não afasta os iniciantes – ressaltando a demarcação lógica dos argumentos que permanecem como parte da sua inscritura há quarente anos: os argumentos são trabalhados da mesma maneira, com a mesma “força lógica”.

Não bastasse possuir essa característica argumentativa de renovação, Chomsky também apresenta-se como escritor de grande bagagem e fôlego: “*What is impressive about Chomsky’s writing is not just its awesome breadth and remarkable scope, but that after half a century he still has the power to surprise*”. (SMITH in CHOMSKY, 2000, p. xv). Smith marca para o autor Chomsky linguista uma posição clara da imagem do autor que surpreende: que se mantém há quase cinquenta anos surpreendendo seus leitores. Para Smith, existe uma unidade, uma continuidade no que diz respeito à forma de escrita dos textos de Chomsky que perpassa seus textos desde o início de sua inserção no meio editorial, na

década de 1950: ele mantém o mesmo fôlego, a mesma força lógica dos argumentos, o potencial de surpreender seus leitores com olhares novos.

Essas marcas que compõem a imagem do autor Chomsky pelas potencialidades do inscritor se materializam em *New Horizons in Study of Language and Mind*, uma obra ímpar sobre o campo em que se insere: “*Everything combines to give a unique and compelling view of language and mind*”. (SMITH in CHOMSKY, 2000, p. xvi, grifo nosso). É um nítido apelo à unidade do livro pela forma de escrita de Chomsky, onde os textos se combinam produzindo um livro coeso, uma nova contribuição para os estudos da linguagem e mente.

Ultrapassando, porém, esse problema do inscritor, do tipo de linguagem utilizada por Chomsky em *New Horizons in Study of Language and Mind*, debatido mais precisamente no que Smith comenta sobre os capítulos 1, 2 e 3, o capítulo 4 é apresentado sob outro foco: Chomsky teria sido responsável por uma “revisão filosófica”, situa-se no campo da “história das ideias”, reposicionando os sentidos dos termos “naturalismo” e “dualismo” desde Descartes:

Beginning with the observation that the term “mental” simply picks out some aspect of the world that we wish to subject to naturalistic enquiry, Chomsky proceeds to give a succinct history of ideas – especially as they pertain to the study of language – from Descartes to the present, drawing analogies especially from chemistry and the study of vision. (SMITH in CHOMSKY, 2000, p. xiv, grifo nosso).

O prefaciador aqui define a amplitude dos conhecimentos de Chomsky, capaz de fazer analogias da linguagem com áreas como química e ótica. Esse *foreword* de Neil Smith é um tipo de paratexto que associa Chomsky a uma linha sucessória de grandes pensadores, respaldando seus textos como discurso de autoridade, colocando-o num topos que partilha da mesma magnitude que um Descartes ou Newton; ou seja, vemos a tentativa de colocar suas teorias linguísticas como um “discurso constituinte” (MAINGUENEAU, 2006b): ele está entre os fundadores de uma ciência. Isso antecipa em forte sentido a leitura do livro em se tratando da expectativa do leitor: é, pois, a função da imagem do autor.

O capítulo 5 é apresentado por Smith (in CHOMSKY, 2000, p. xiv) como uma continuação temática do capítulo 4, porém com uma discussão específica sobre a linguagem e não tanto como um “balanço epistemológico”: *“Despite this repeatedly justified claim about the “scientific” status of linguistics, Chomsky is acerbic in his treatment of reductionist attempts to reduce language to the physiological or the physical”*. Ou seja, Chomsky se posiciona como um escritor que defende o *status* de ciência para a linguística, não admitindo reduzi-la às outras ciências físicas ou simplesmente uma extensão das ciências biológicas.

Por sua vez, o capítulo 6 também é mostrado como uma continuação, mudando-se, de uma forma geral, as maneiras como Chomsky apresenta suas ideias: *“Language from an internalist perspective’ (Chapter 6) addresses some of the same issues but with different examples and with a lengthy discussion of the difference between naturalistic scientific investigation and what is often called ‘folk science’*. (SMITH in CHOMSKY, 2000, p. xv). O diferencial desse capítulo estaria no trabalho do inscritor de trazer novos exemplos e propor uma discussão sobre questões epistemológicas, como a diferença entre as “investigações científicas” e a “ciência popular” nos estudos da linguagem e mente.

A notação de continuidade dos textos pela unidade do conteúdo, o que garante a coesão dos diferentes textos compilados sob o título *New Horizons in Study of Language and Mind*, é apresentada por Smith (in CHOMSKY, 2000, p. xv) da mesma maneira quanto ao capítulo 7, mostrando como Chomsky expande seus exemplos, argumentos e críticas: *“The last chapter, “Internalist explorations” (Chapter 7), continues the exposition of his internalist perspective, providing both new examples and arguments, and extending the criticisms to a wider range of targets”*. Essa é a caracterização recorrente do inscritor Chomsky, como se cada capítulo se unisse pelo fio condutor de um modo de inscrição dos textos no mundo.

Ou seja, é pela ideia de unidade trazida pela instância do inscritor Chomsky que vemos Neil Smith advogar em nome de uma unidade dos textos, da continuidade das ideias dos capítulos para se produzir uma imagem de obra conjunta, coesa. Todavia, esses capítulos surgiram de congressos, *lectures*, artigos etc., todos em momentos e situações discursivas distintas, sem que

houvesse um “projeto de livro” ou de conexão entre o que viria a ser os capítulos de um futuro título para integrar a obra linguística de Chomsky.

É dessa difusão, desse caráter vário dos textos que surge a ideia de coesão de um livro como *New Horizons in Study of Language and Mind*: da dimensão da figuração, da atuação do autor Chomsky em múltiplos campos e como resultado de uma regulação, de decisões editoriais de se juntar textos diversos para garantir que textos dispersos de um autor possam fazer parte do espaço canônico de sua obra pela autoridade material do objeto livro.

Diante dessas questões, *New Horizons in Study of Language and Mind* nos serve como exemplo claro de como a ideia de livro e mesmo de obra, materializadas num título como esse de Chomsky, são dependentes de decisões editoriais, do funcionamento das dimensões de regulação da qual o autor faz parte como fornecedor, mesmo que sem intenção original de produção, de textos passíveis de transitarem por diversos formatos ou se agruparem em um mesmo livro.

2.4 Managua Lectures: entre a linguagem, o poder e a ideologia

O leitor de Chomsky que tem em mãos o título *Language and Problems of Knowledge* é apresentado a um livro publicado pela editora do Massachusetts Institute of Technology, em 1988. Faz parte de uma série do MIT intitulada *Current issues in linguistic series*, organizada pelo linguista Samuel Jay Keyser. Um livro que, a contar pela editora, pela coleção em que figura e pelo título, compõe claramente a obra linguística de Chomsky.

Porém, *Language and Problems of Knowledge* não surge a partir de um projeto de livro dedicado a essa temática: trata-se de uma das *lectures* dadas por Chomsky na Universidade Centroamericana de Managua, Nicaragua, em 1986. A segunda parte das *lectures* foi publicada pela editora South End Press em 1987 como *On Power and Ideology*, que consistiu em temas políticos discutidos por Chomsky sobre a situação política e social centroamericana, sobre o neocolonialismo e interesses militares e econômicos dos EUA na América Latina.

A semelhança entre esses livros está no subtítulo: ambos possuem a marca “*The Managua Lectures*”. No caso, o subtítulo foi o título original dos

textos, posto que consistiram, num primeiro momento, nas falas proferidas por Chomsky em Managua: “*These lectures consisted of a morning series devoted to problems of language and knowledge and a late afternoon series devoted to contemporary political issues*”. (CHOMSKY, 1988, p. vii). Divididas, pois, em dois blocos, um sobre linguística e outro sobre política, os títulos que viriam da reunião de suas falas e da compilação destas em livro foram resultados de escolhas editoriais posteriores, servindo à inserção deles nos meios de circulação específico conforme o tipo escritor que se pretendia veicular: a própria ideia de apropriação do autor pelas editoras vemos no fato de que a publicação das aulas pela MIT Press não dá *copyright* do livro para Chomsky, mas para o próprio MIT, ao passo que a publicação das aulas de política pela South End Press dá os direitos autorais a Chomsky.

Não obstante o fato de a publicação das aulas de linguística ter sido em 1988 e as de política em 1987, os prefácios são praticamente idênticos, mudando apenas a menção ao conteúdo do livro como, no caso de *Language and problems of Knowledge*, sendo o resultado das aulas dadas no período da manhã sobre linguística e, no caso de *On Power and Ideology*, como as aulas dadas à tarde: “*The morning lectures and discussion will appear in a separate volume, to be published by MIT Press in Cambridge, with the title Language and Problems of Knowledge*”. (CHOMSKY, 1987, p. 1). Seus respectivos prefácios constituem epitexto um do outro, pois se auto-referenciam – embora os temas abordados de cada livro sejam completamente distintos: “*The afternoon lectures on contemporary political issues will appear in a separate volume, to be published by South End Press in Boston, with the title On Power and Ideology: The Managua Lectures*” (CHOMSKY, 1988, p. vii-viii).

A partir disso, é importante perceber como Chomsky escreveu um prefácio para servir a dois livros distintos, sendo que a editora do MIT manteve sem alterações um prefácio originalmente escrito para um livro do autor ativista, de denúncia dos abusos cometidos pelos EUA na Nicarágua ao longo da década de 1980: a publicação de *On Power and Ideology* foi em 1987, onde versa, conforme citação acima, que o livro *Language and Problems of Knowledge* estava a ser gestado pela MIT Press (“[...] *will appear in a separate volume, to be published by MIT Press*”). Todavia, no prefácio de *Language and Problems of Knowledge*

Chomsky diz a mesma coisa sobre as aulas de política, que estavam para ser publicadas pela South End Press (“[...] *will appear in a separate volume, to be published by South End Press in Boston*”). Ora, as *Managua Lectures* ministradas no período da tarde já tinham sido publicadas um ano antes de *Language and Problems of Knowledge*.

Isso mostra que a editora do MIT, por manter o mesmo prefácio, não adequou essa informação de publicação dando a impressão de se tratar de um prefácio próprio. O leitor que não tomar contato com os dois volumes em que se dividiram as *Managua Lectures* não perceberá tal detalhe paratextual que indica o processo de fabricação do livro, de estar no prelo. Sabemos que nas várias edições que um livro pode ter costuma-se manter o prefácio à primeira edição e os demais que se seguiram; no entanto, estamos diante de um caso peculiar: aqui um mesmo prefácio aparece em dois livros distintos, cada um endereçado a um público diferente, com imagens diferentes de escritor para um mesmo autor Chomsky.

Uma outra observação pontual sobre essas duas publicações em que se dividiram as *Managua Lectures* nos leva a notar que em *On Power and Ideology* a referência às *lectures* matutinas (sobre linguística) não aponta o subtítulo desse livro, que são também “as *Managua Lectures*”; ao passo que na referência de *Language and Problems of Knowledge* às *lectures* vespertinas há a identificação do subtítulo. Isso se revela também em um detalhe que vemos nas respectivas capas desses livros⁹: a identificação das *lectures* é feita em *On Power and Ideology*, sendo “*The Managua Lectures*” uma extensão natural do título, havendo ainda uma outra marca paratextual indicando que o livro se trata de fato da participação de Chomsky em um evento na América Latina: “*Delivered at the Universidad Centroamericana, Managua*”. Esse tipo de extensão do título, de explicação, se relaciona diretamente com a imagem do Chomsky ativista, uma vez que remete à imagem do Chomsky autor que não simplesmente escreve seus textos, mas sua participação em certos espaços, como na América Central com uma figuração desse tipo, indica seu ativismo.

⁹ Cf. páginas 197 e 198 em Anexos.

Entretanto, para as *lectures* matutinas, sobre linguística, que importância teria uma universidade nicaraguense pensando *Language and Problems of Knowledge* como parte de uma coleção da MIT Press? Por isso, o subtítulo “*The Managua Lectures*” aparece à parte, em diagramação indicando um lugar menor – e não vemos a mesma descrição presente na capa de *On Power and Ideology* detalhando o que foi a *lecture*, como mencionado acima. É algo típico do *ethos* editorial que se deixa transparecer na capa: o que está em destaque nesse título da capa, entendido como um importante paratexto, é o público leitor que terá em mãos textos de Chomsky sobre linguagem e conhecimento, não importando se são fruto de artigos, entrevistas ou *lectures*.

Temos, logo, em *Managua Lectures*, o exemplo de um autor que se divide em dois, mas é ao mesmo tempo uma só pessoa: um autor que se mantém presente nos dois livros por um prefácio igual, porém separado em dois escritores distintos, pois as *lectures* não foram compiladas num único volume. Torna-se evidente que, editorialmente, era preciso dividir o autor Chomsky em dois, em duas faces que não cabem num mesmo livro. É um problema que as editoras têm de enfrentar: uma de grande porte, autoridade no campo das ciências exatas e naturais, como a MIT Press, e a South End Press, uma editora fundada sem fins lucrativos e dedicada a livros, em sua maioria, vinculados a temas da política.

É de grande importância aqui mencionar que a South End Press não apenas é uma editora de divulgação de ideias progressistas, mas se coloca como uma “editora ativista”. No livro *Powers and Prospects* (CHOMSKY, 1996), também parte do nosso corpus e analisado no capítulo seguinte, vemos um paratexto em uma página final do livro, não numerada, chamado *About South End Press*, onde a editora descreve seu ativismo editorial:

South End Press is a nonprofit, collectively run book publisher with over 200 titles in print. Since our founding in 1977, we have tried to meet the needs of readers who are exploring, or are already committed to, the politics of radical social change. Our goal is to publish books that encourage critical thinking and constructive action on the key political, cultural, social, economic, and ecological issues shaping life in the United States and in the world. In this way, we hope to give expression to a wide diversity of democratic social movements and to provide an alternative to the products of corporate publishing. (Cf. em Anexos p. 199).

Tal explicação é relevante para entendermos como a publicação de textos do Chomsky ativista está ligada diretamente a propósitos editoriais que compartilham das suas mesmas ideias. Diante disso, fica mais evidente entendermos a razão de se omitir “o Chomsky linguista” de seus paratextos: trata-se de uma editora com propósito de “encorajar o pensamento crítico” e servir como meio de divulgação das ideias de autores que contribuem para uma mudança radical na política e na sociedade, com temas de economia, ecologia e cultura¹⁰.

É esse trabalho editorial que vemos desenvolvido para lidar com um autor Chomsky duplo, algo típico da gestão da obra de um autor – e justamente essa disputa por seus textos se intensifica em torno da imagem de dois autores, deixando diversas marcas em seus paratextos. As decisões editoriais criam a imagem de autor que interessa a um campo. Por que a MIT Press não quis publicar as duas *Managua Lectures*? Não cabe ao MIT divulgar o Chomsky ativista político também em um mesmo volume? E por que a South End Press não buscou esse tipo de edição conjunta das *lectures*? São essas escolhas editoriais que criam o autor duplo: não cabe entre os livros da MIT Press o escritor Chomsky dos temas referentes às ações do governo dos EUA na América Central, assim como não cabe nas publicações da South End Press o escritor Chomsky que fala sobre estrutura da linguagem e estudos do cérebro.

Ademais, as marcas prefaciais nos mostram que as editoras do autor da linguística não podem se furtar da presença do ativista, do Chomsky professor das aulas da tarde. E, se há menções em *On Power and Ideology* à outra face de Chomsky, o autor da linguística, apenas são de forma residual – mas isso ocorre sem denotar relação direta entre esses dois campos de escritura e figuração do autor, e tão somente para cumprir uma exigência quanto à origem dos textos que

¹⁰ Atenta-se para o fato, ainda, de South End Press ser uma “editora coletivo”, de participar de outros grupos que veiculam o mesmo tipo de ideias e por onde circulam escritores de textos semelhantes. Nessa proposta combativa vemos formar-se uma rede de sociabilidade que servirá para a organização e publicação de muitos outros livros de Chomsky compilados de conversas, entrevistas, palestras e artigos: “*Through the Institute for Social and Cultural Change, South End Press works with other political media projects — Z Magazine; Speakout, a speakers' bureau; Alternative Radio; and the Publishers Support Project*”. (ver em Anexos, p. 199). Caso especial temos na Alternative Radio, dirigida por David Barsamian, importante amigo, entrevistador e editor de inúmeros textos de Chomsky.

compõem o livro, as *Managua Lectures*, resultados das conferências dadas por Chomsky na Nicarágua, tanto sobre política quanto sobre linguística.

Em *On Power and Ideology* o autor Chomsky que está em jogo é o “crítico da política externa dos EUA”: “*These five talks, delivered directly to the people bearing the brunt of U.S. foreign policy, make historic and exciting reading*”. (CHOMSKY, 1987, contracapa). Construção clara do ativista, de textos que surgem de uma fala/enfrentamento: o livro é fruto de “conversas” realizadas “diretamente” com a população nicaraguense que “enfrenta os impactos” das ações militares dos EUA na região.

Inserido em um campo totalmente distinto, em *Language and Problems of Knowledge* vemos um livro que se assegura como o mais acessível do escritor Chomsky sobre linguística, como consta de sua contracapa: “*Language and Problems of Knowledge is Chomsky’s most accessible statement on the nature, origins, and current concerns of the field of linguistics*”. (CHOMSKY, 1988, contracapa). É uma exaltação do escritor pelo recurso ao inscrito: ser o “mais acessível” indica um modo de inscrever suas *lectures* no mundo dos textos, elevando esse livro a um patamar de máximo destaque em se tratando de temas concernentes ao campo da linguística.

Não obstante os enunciados típicos da contracapa de cada volume das *Managua Lectures* vincularem a ideia do seu respectivo livro a um determinado autor Chomsky, vemos que os seus prefácio iguais se enquadram mais adequadamente ao livro *On Power and Ideology*, que contém várias críticas de Chomsky à política imperialista estadunidense e nenhum aprofundamento sobre o conteúdo do livro de linguística. Trechos como este certamente não se adequam ao tipo de cena genérica de *Language and Problems of Knowledge*:

I might mention particularly the opportunity to meet many people from the wonderful community of exiles from the U.S.-installed horror chambers in the region, who have fled to a place where they can be free from state terror and can live with some dignity and hope – though the Master of the Hemisphere is doing what it can to prevent this grave threat to "order" and "stability". (CHOMSKY, 1988, p. ix).

É um prefácio que extrapola, com sua característica genérica livre, o livro de linguística. Por ter sido publicado antes, a imagem do Chomsky ativista domina

o prefácio, relegando o papel do linguista a discussões técnicas, como vemos Chomsky (1988, p. viii) se atentar para um problema de inscrição dos textos: “*Because the examples used to illustrate principles of language and to motivate the discussion were in Spanish, I have added some explanation and made a few changes here to facilitate understanding for the English language edition*”. Ele descreve como alterou alguns exemplos dados nas *lectures* para adequar as traduções, pois foram gravadas em espanhol e tiveram de ser traduzidos para o inglês. E essa é uma informação paratextual que não vemos presente no prefácio de *On Power and Ideology*: um tipo de cuidado com o texto para uma publicação no campo linguística que não se faz necessário em uma publicação da área de política. Ou seja, “exemplos de linguagem em espanhol” devem ser explicados e editados para um entendimento em inglês, embora as discussões que fizeram parte da aula vespertina, sobre política, não exijam esse tipo de adaptação textual.

Segue-se a essa observação própria da instância do “inscritor” dos textos publicados, constando já dos dois prefácios, um problema de suporte e de gênero que se nos mostra importante: “*In attempting to reconstruct the discussion from the transcript, I added material that was missing from the tape in a few places and I have sometimes transferred the discussion from one place to another where it fits more naturally with the edited lectures*” (CHOMSKY, 1988, p. viii). Chomsky mostra que muitos comentários se perderam pois não foram captados pelo gravador – e por isso não acabaram como parte do livro, como outros tantos que nele se encontram. Evidencia-se novamente que Chomsky “muda” os textos, transfere partes para outros capítulos, acrescenta: essa dimensão da regulação da obra na editoração nos é de grande valia para percebermos como o próprio Chomsky trabalha na gestão da sua imagem de autor duplo. É um prefácio escrito por ele que elucida um ponto chave no entendimento do estatuto do prefácio na obra de um autor: é a justificação de um modo de ocupação dos espaços do livro pelos textos.

Vemos assim que há um percurso dos textos: como das falas de Chomsky nas *lectures*, às transcrições das falas seguiram-se as traduções das partes em espanhol em inglês, em seguida a transcrição das discussões; posteriormente vem a edição dos textos transcritos, com acréscimo de algumas partes e retirada

de outras, bem como a separação das *lectures* da tarde e as da manhã. Ora, isso revela um processo de várias etapas e pessoas distintas envolvidas para se obter um compilado de textos que figurará como um conjunto coerente sob o signo de um livro, um título: o livro *Language and Problems of Knowledge* não nasce pronto, encomendado para a série do MIT Press, mas é uma elaboração longa, separada por dois anos, entre as aulas dadas em Managua em 1986 e a publicação em 1988, e por escolhas editoriais as mais diversas; e o mesmo se dá com *On Power and Ideology*.

Com este tópico buscamos compreender a tentativa clara de se criar a imagem de um autor duplo para Chomsky, de faces que não se comunicam além de pertencerem à mesma pessoa: são escritores distintos. Não obstante, observamos que mesmo a instância da pessoa de Chomsky sofre uma ruptura: aquele que ministra as *Managua Lectures*, no caso do Chomsky de *On Power and Ideology*, é o detentor dos direitos autorais do livro, detém seu *copyright*, enquanto o Chomsky autor do *Language and Problems of Knowledge* não é o detentor dos direitos do livro e sim a MIT Press.

Por fim, é lançando um olhar sobre a unidade da obra do autor, presente em seus livros, que podemos enxergar essa unidade como uma construção, um resultado de um processo editorial que nos leva, sobretudo, a questionar a própria ideia de “continuidade do autor”: não é possível dizer que há “somente” um Chomsky que profere as *Managua Lectures* – ele é o produto de uma disputa, de suas duas faces em constante litígio.

CAPÍTULO 3

Da paratopia do autor à paratopia do texto: o Chomsky múltiplo

[...] um nome de autor não é simplesmente um elemento de um discurso (que pode ser sujeito ou o complemento, que pode ser substituído por um pronome, etc.); ele exerce relativamente aos discursos um certo papel: assegura uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, seleccioná-los, opô-los a outros textos. Além disso, o nome de autor faz com que os textos se relacionem entre si; [...] o facto de vários textos terem sido agrupados sob o mesmo nome indica que se estabeleceu entre eles uma relação seja de homogeneidade, de filiação, de mútua autenticação, de explicação recíproca ou de utilização concomitante

Michel Foucault, 1997, p. 44-45.

3. 1 Paratopias

Analisamos neste capítulo como se produz a imagem de um autor Chomsky de várias alcunhas, de diversas designações; mas também autor de textos que encontram-se em livros com tipos de discurso distintos na sua origem, que circulam em objetos editoriais peculiares por sua natureza, levando-nos a enxergar uma paratopia do autor e, acima de tudo, uma “paratopia de seus textos”.

Dizendo de outro modo, no presente capítulo analisamos exemplos nos paratextos, onde são deixadas as marcas de edição dos livros que adotamos por *corpus*, de como as duas faces de autor de Chomsky convivem mas estão distantes; são divididas sob o estigma do mesmo livro: um exercício de separação na união.

Partimos do conceito de “paratopia” conforme bem definido por Maingueneau (2006b, p. 68): “Localidade paradoxal, *paratopia*, que não é ausência de lugar, mas uma difícil negociação entre o lugar e o não-lugar, uma localização parasitária, que retira vida da própria impossibilidade de estabilizar-se”. Desse espaço indefinido, oscilante entre um “lugar” e um “não-lugar”, temos que um breve olhar sobre o nosso *corpus* que trata dos livros que aqui chamamos

“paratópicos” nos revela a criação de uma imagem do autor Chomsky que fica numa espécie de limbo: não forma a imagem do autor intelectual, único, de intérprete e transformador do mundo, o linguista-político (como veremos no capítulo 4 deste trabalho), tampouco são livros exclusivos de suas faces opostas de autor duplo (como vimos no capítulo 2), do escritor da linguística e do escritor da política, pois misturam seus textos – é uma localização em trânsito, uma negociação constante.

Ou seja, é na paratopia que vemos a disputa entre os autores, mais candente e clara que nos livros de áreas que isolam o duplo Chomsky. Temos, então, um litígio na construção de uma imagem de autor para Chomsky que sobrepõe ora o linguista, ora o ativista, conforme o campo em que se origina e se insere a obra em questão. Seria uma mescla das fascas opostas do autor com o propósito de compilação pura, de negócio editorial, ou que obedece aos pontos que analisamos sob a ótica da *contiguidade* e *concomitância*: textos que foram proferidos, que tiveram origem em situações acadêmicas próximas, dadas em uma viagem acadêmica, em mesmos eventos, aulas públicas etc., de falas que surgiram num pacote de convites que envolviam *lectures* do linguista e do ativista, embora dadas em momentos separados. Isso nos leva a enxergar uma espécie de “paratopia dos textos” – do ponto de vista da “coerência” do livro, enquanto objeto, enquanto reunião de escritos para uma obra –, embora para os eventos em si a divisão não soasse tão díspar.

Mas, por que a ideia de uma “paratopia do texto”? Esse conceito vem à tona a partir da imagem do “Chomsky autor duplo” que se constrói precisamente na divisão e dispersão dos seus textos, de livros híbridos que não reúnem o autor em uma mesma imagem e sim recrudescem a imagem do “duplo”, de textos separados, que são enunciados de lugares distintos e não podem ser relacionados do ponto de vista teórico ou temático. Como diz Foucault (2008, p. 50): “Essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização; e essas relações não estão presentes no objeto”. Logo, a contiguidade dos textos de Chomsky reunidos no mesmo livro que, embora não tratem do mesmo objeto, partilham o mesmo espaço – não os

objetos dão a unidade, mas outras relações que se constroem na produção desses textos.

Em síntese, o autor dos livros adotados como *corpus* neste capítulo é um “Chomsky conferencista”, viajante, um palestrante: uma celebridade acadêmica que está apta a falar sobre linguística, neurociência, ciências cognitivas, filosofia da linguagem, e a falar também sobre anarquismo, mídia, política externa dos EUA, guerras, Leste Asiático, imperialismo etc. Ao longo de suas viagens acadêmicas ele também encontra grupos que pesquisam seus trabalhos políticos ou que coadunam com o seu ativismo, convidando-o fartamente para falar, dar pronunciamentos. E, nessas falas, nesses eventos e encontros, Chomsky produz textos, embora nos mais variados formatos, que são reformulados, editados, transcritos, acrescidos de notas ou não, de referências bibliográficas, apontamentos, comentários – ou seja, esse Chomsky enunciador de vários temas em diversos tipos de *media* tem um apelo editorial muito forte, sendo buscado e publicado por alguns editores, traduzido para muitas línguas, com textos que circulam em livros diferentes, em conjuntos, séries e coleções as mais vastas.

Tudo isso nos evidencia que o autor Noam Chomsky, em qualquer face desse autor que se mostra e que é apresentada aos leitores através dos livros, está inserido num jogo de responsabilidades acadêmicas e ao mesmo tempo de ativismo, servindo a um conjunto de normas próprias dos editores, de um *ethos* editorial: de organizadores engajados politicamente, editoras com altas tiragens, umas sem fins lucrativos (como a South End Press) e outras (como a The New Press) com um propósito político claro de militância, de divulgação de livros que combatem o *establishment* e os abusos do poder. Isso implica em uma escolha de capa, de contracapa, de paratextos em geral que compõe essa ampla obra de um autor Chomsky múltiplo que é, acima de tudo, um autor compilado, reeditado, com textos paratópicos.

A partir do conceito de “figuração do autor” (Maingueneau, 2006b) buscamos compreender o autor Chomsky que se estabelece em campos de atuação diferentes e que demandam tipos distintos de “regulação” de sua obra. Com isso se entende o esforço para os editores explicarem os livros que assim surgem, por que estão juntos textos de temáticas díspares, que não compartilham

do mesmo tipo de discurso, da mesma cena englobante¹¹. Obras com textos que não surgiram de uma mesma proposta de escritor, mas tornaram-se unidos num mesmo objeto, sob um mesmo título. Ou seja, é uma “paratopia dos textos” que se concretiza no livro – eles figuram no corpo do livro, mas não há um sentido de pertencimento, não há uma coesão de conteúdo, são áreas totalmente distintas, de um “Chomsky linguista palestrante” que encontra o “ativista palestrante”, ou entrevistado.

É importante notar que alguns desses livros, onde se vê uma paratopia do texto, vão figurar em coleções específicas de linguística, mas apresentam um capítulo sobre política na sua parte final como “ensaio” ou “apêndice”: há uma disputa de grau de importância, de hierarquia dos textos dentro do livro pelo lugar que ocupam e pelo gênero indicado nos paratextos.

Os livros desse autor paratópico são organizados e seus textos escolhidos em sua maioria conforme as exigências do campo em que circulam – o que está totalmente dependente da imagem de autor que se tem, que se cria, que se reaviva. E, buscamos neste capítulo, principalmente nos detendo sobre o conjunto de paratextos do nosso *corpus*, o que nos remete ao “Chomsky autor duplo” deixado explícito pelas palavras, pelas menções à pessoa, ao escritor e ao inscritor – ou traços que nos remetem a essas instâncias de autoria implícitos nas opções editoriais dos livros.

Não se trata apenas de textos moveis, que são publicados em diversos momentos, em revistas ou jornais, ou mesmo em outros livros, o que é comum com os textos de Chomsky ao longo de seu percurso de escritor de diversas áreas. Aqui vemos outro fator agir: textos que figuram em objetos-livro muito distintos, a ponto de representarem um *locus* de não pertencimento, uma verdadeira paratopia aplicada além do autor, também em seus textos.

Em síntese, o que nos interessa aqui é mostrar que uma face desse autor Chomsky começa a invadir o espaço editorial do outro autor na medida em que existe uma circulação desse autor em um amplo espaço, a ponto de ser inevitável a ele se referir em algum momento: uma espécie de contaminação. Torna-se uma

11 Como, por exemplo, em *On Nature and Language* (CHOMSKY, 2002), que analisaremos mais adiante neste capítulo, vemos textos sobre o programa minimalista da gramática transformacional e um texto sobre a Guerra do Kosovo de Chomsky dividindo o mesmo livro.

tarefa editorial de muito esmero poder distinguir o Chomsky que escreve em áreas tão distintas quando se quer referir a ele nos paratextos.

3.2 On Nature And Language

Buscamos demonstrar aqui como alguns textos que constam do livro *On Nature and Language* estão unidos sob o mesmo códice não por afinidade de conteúdo, não por participarem do mesmo conjunto possível de obra a que se presta um livro dessa natureza, dessa cena englobante em que se inscreve tal título, mas por terem se originado de uma mesma demarcação temporal, de momentos contíguos das palestras de Chomsky enquanto convidado da Universidade de Siena.

No ano de 1999, Chomsky participou de inúmeros seminários na Universidade de Siena, Itália¹². *On Nature and Language* consiste num livro resultado de falas decorrentes dessa ocasião: a origem do livro, portanto, é gerida, é “contaminada” pela trajetória do escritor, do conferencista, de um Chomsky convidado para dar palestras sobre temas principalmente da área de linguística, mas que não pode evitar demandas voltadas para o seu ativismo político.

A passagem de Chomsky pela Universidade de Siena foi celebrada como algo único, uma vez que seus estudantes teriam a oportunidade de ter uma aproximação com “diferentes aspectos da obra de Chomsky”. Embora diante da impossibilidade da divisão da “pessoa” do autor em duas, pode-se dividir seus campos de escritura, a instância do “escritor”. Em um trecho do prefácio vemos como isso fica claramente demarcado:

It was an extraordinarily intense and exciting month, in which faculty and students of the University of Siena had a unique opportunity to come in close contact with different aspects of Chomsky's work, discuss science and politics with him, exchange and sharpen ideas and projects, and interact with him in many ways (BELLETTI; RIZZI in CHOMSKY, 2002, p. vii – grifo nosso).

12 “Invited by the University of Siena, Noam Chomsky spent the month of november 1999 at the Certosa di Pontignano, a fourteenth-century monastery and now a research facility of the University”. (CHOMSKY, 2002, p. vii).

Chomsky é recebido como uma celebridade, possuidor de uma imagem bem estabelecida para seus interlocutores, os quais puderam “interagir com ele de muitas maneiras”. Dentre os diversos modos de interação a que se dispõe, Chomsky é sobretudo alguém apto a “discutir ciência e política”. Percebe-se que a face do autor linguista é circunscrita num campo maior, incorporada pelo conceito de “ciência”: o Chomsky “escritor” da linguística é recebido como “cientista”. A definição dessa imagem depreendida do eixo da figuração, da performance pública de Chomsky e das “representações coletivas” sobre seus trabalhos, nos remete ao conceito de “autor-ator”. Como afirma Maingueneau (2010, p. 147):

Pode-se *a priori* distinguir mais precisamente duas zonas principais da produção de sinais que contribuem para dar forma à imagem de autor: uma zona em torno do texto; e uma zona em torno do ator, cujo comportamento se baseia em, e atua sobre as representações coletivas do que é a atividade de escritor.

E a “zona em torno do texto” se mostra ao longo de inúmeros exemplos que analisamos neste tópico. Adentrando na esfera do texto, vemos a definição da origem do livro *On Nature and Language* pelos prefaciadores (in CHOMSKY, 2002, p. vii, grifo nosso) como resultado de um momento da figuração do autor; ele não nasce de um “projeto de livro”, mas de “textos coletados” que surgem das falas de Chomsky ao longo de sua passagem pela Universidade de Siena em 1999: “*The texts collected in this volume are related to activities that took place in connection with this visit*”. Portanto, trata-se de um livro fruto de relações e do cumprimento de um itinerário acadêmico de Chomsky, com seus textos “coletados” e organizados por seus editores, mas, sobretudo, um livro fruto de um “autor-ator”.

Dessa forma, a continuidade que garante a unidade discursiva de *On Nature and Language* depende de uma rede de sociabilidade de Chomsky, uma figuração num meio acadêmico e, posteriormente, de interesses do meio editorial – disso podemos depreender que a autoria sai de um patamar “místico”, da genialidade do autor, para o lugar profano da interpretação paratextual, das pistas deixadas pelo texto e seu entorno, pelos rastros que a escritura e sobretudo a edição deixam do livro e da imagem do seu autor.

Estruturalmente, os textos de *On Nature and Language* constituem uma reunião de textos dispersos: um prefácio e uma introdução dos organizadores, introdução esta que possui *status* de capítulo; duas palestras de Chomsky sobre linguagem e cérebro; uma entrevista de Chomsky a Adriana Belletti (organizadora) sobre o Programa Minimalista, e um “ensaio” final acerca do papel dos intelectuais na política – “*The book concludes with an essay on the role of the intellectuals in society and government*” (CHOMSKY, 2002, contracapa – grifo nosso). Esse tipo de organização do livro, com textos provindos de diferentes formatos e gêneros formando uma unidade, um todo chamado “*On Nature and Language*”, é sintetizado por uma frase do jornal The Guardian que consta das pequenas frases de impacto que aparecem na contracapa como: “*Perhaps the most accessible introduction to Chomsky’s linguistics thought available*”¹³. Desse modo, o livro é alocado na estante de linguística, como uma chave para se entender o pensamento linguístico de Chomsky.

Isso nos faz refletir sobre o sentido dos textos que compõem esse livro: por que há um capítulo, aqui chamado de “*essay*”, dedicado a uma temática propriamente da política? Qual pode ser o lugar ocupado pelo “ensaio” de política que figura no final do livro e em que ele contribui para o desenvolvimento de qualquer teoria linguística? Deve haver, portanto, algum aspecto da imagem de autor de Chomsky que não permite a separação total de suas áreas de escritura: um Chomsky linguista que foi convidado para dar um conjunto de conferências mas que também deve falar de política em algum momento, pois os “escritores” se separam e dividem-se em textos que podem virar livros distintos, mas a “pessoa” do autor não pode ser dividida. Essa inseparabilidade da “pessoa” do autor resulta em uma inconsistência do papel exercido por *On Nature and Language* na obra de “escritor Chomsky” que disputa problemáticas próprias do campo da linguística, como podemos ver no seguinte excerto da sua contracapa:

On Nature and Language is a significant landmark in the development of linguistic theory. It will be welcomed by students and researchers in theoretical linguistics, neurolinguistics, cognitive science, and politics, as well as anyone interested in the

13 “Talvez seja a mais acessível introdução ao pensamento linguístico de Noam Chomsky” (CHOMSKY, 2002, contracapa – tradução nossa).

development of Chomsky's thought. (CHOMSKY, 2002, contracapa – grifo nosso).

Cabe aqui um adendo: o livro também traz na primeira folha, na chamada “falsa folha de rosto” tradicional, esse comentário que versa na contracapa, de estilo prefacial, ou seja, os paratextos se repetem no livro, aparecendo excertos ora no prefácio, ora na primeira folha e ora na contracapa. Isso mostra, por meio dessa repetição do mesmo texto em lugares diferentes do livro, que há um percurso de leitura, uma espécie de etapas de contato do leitor com o livro, conseqüentemente, com o autor.

Num primeiro momento, temos a inserção do livro no espaço puro da linguística, como um “marco para o desenvolvimento da teoria linguística”. Essa é a principal contribuição que os organizadores enxergam e tentam construir para *On Nature and Language*, de um trabalho significativo para se estabelecer um novo estágio da linguística. Porém, o fato de haver um “ensaio” de política como último capítulo deste livro em questão obriga os organizadores a colocarem lado a lado a “linguística teórica”, a “neurolinguística”, a “ciência cognitiva” e a “política” como possíveis temas do interesse de estudantes e pesquisadores ao buscarem essa obra.

Temos assim uma explícita “paratopia do texto”, uma vez que a “política” é colocada ao lado das “ciências cognitivas” e demais áreas afins apenas por uma demanda de contigüidade, por compartilhar o espaço de um mesmo livro, embora não o mesmo espaço de ideias. E a essa paratopia textual se junta a uma paratopia do autor, como vemos no espaço do comentário biográfico, padrão das contracapas da maioria dos livros de Chomsky, não haver nenhuma referência ao “Chomsky escritor da política”:

He has written and lectured extensively on a wide range of topics, including linguistics, philosophy, and intellectual history. His recent works on linguistics include The Minimalist Program, and, also published by Cambridge, New Horizons in the Study of Language and Mind. (CHOMSKY, 2002, contracapa).

Da ampla abrangência de tópicos sobre os quais Chomsky “tem escrito e ensinado extensivamente”, não se constata uma identificação clara dos seus textos de política: incluir as áreas específicas de “linguística”, “filosofia” e “história

intelectual” revela uma opção por não dizer “política”, uma vez que não podemos reduzir os livros do Chomsky ativista apenas ao tema da “história intelectual”, que é somente uma de suas subáreas. Essa é uma construção que põe o “linguista” em evidência, que lhe dá destaque – minimizando o papel do ativista.

Não obstante, isso nos deixa claro que se chegou a um ponto da edição dos livros de Chomsky em que é impossível ignorar a existência de uma ou outra face desse autor. Em determinado momento, o Chomsky “escritor da política” - e não necessariamente a “pessoa”, o “ativista” – deve ser mencionado nos paratextos de seus livros mesmo que sob o selo ambíguo da “história intelectual”.

Os textos que compõem o livro *On Nature and Language* já tinham sido publicados em uma coleção das *Lezione Senesi*, em 2001, pela editora da Universidade de Siena, mas nesta edição foi acrescentado do capítulo da *Galileo Lectures* e de um enriquecimento do capítulo primeiro (Cf. CHOMSKY, 2002, p. x). Com isso temos outro exemplo de como muitos dos textos de Chomsky, originados primeiramente no formato oral das *lectures* ou de entrevistas são objetos volantes, passam por caminhos editoriais muito variados, com partes acrescentadas, alteradas ou mesmo suprimidas, no processo de composição de um volume.

À parte os problemas pertinentes à trajetória dos textos de *On Nature and Language*, temos o papel fundamental desempenhado por Chomsky no período que envolveu não apenas suas falas acadêmicas, suas *lectures* e palestras, mas também os bastidores, as conversas de corredores, as discussões em diversos espaços. E isso Belletti e Rizzi (in CHOMSKY, 2002, p. x – grifo nosso) nos trazem bem nitidamente, buscando criar uma imagem um autor linguista voltado para o “futuro das pesquisas em linguística”, em busca de “novas ideias” e de “novos caminhos”:

Most of the time and the best energies in this intense and unforgettable month were devoted to exploring and discussing new ideas and new directions for future research on language. We hope that the texts and materials collected here will convey not only the content, but also the intellectual commitment and the excitement that pervaded the discussions between Pontignano and Via Roma.

Com base nesse excerto do prefácio conseguimos entender em que sentido usamos o conceito de “paratopia do texto”: da necessidade de se registrar as falas da viagem de Chomsky, de discursos originários de uma localidade, que surgem de um percurso da “pessoa”, embora dos “escritores” distintos. É uma definição pelo *locus*, pela passagem do autor por certos lugares: e dessa figuração nascem seus textos, que acabam por ocupar um lugar paratópico sob um mesmo título de livro.

Além disso, os prefaciadores usam expressões que, num primeiro olhar, não se relacionam diretamente com a dimensão do texto, com a escrita ou as ideias nele contidas, mas com o contato que se podia ter com Chomsky naquele mês “*intense and unforgettable*”. Podemos enxergar nisso uma tentativa de suscitar no leitor o mesmo sentimento que muitos tiveram naquelas ocasiões que antecederam e se sucederam à origem dos textos, não só das falas oficiais de Chomsky, mas principalmente da companhia e das discussões que inspiram “*intellectual commitment*” e “*excitement*”: depreende-se daí a imagem de um autor que contagia com a sua intelectualidade.

Dessa maneira, demarca-se com esse exemplo certas relações do autor Chomsky com os demais participantes da vida universitária em Siena, relações estas bem delimitadas geograficamente: “*between Pontignano and Via Roma*”. E essas menções prefaciais não devem ser vistas como meras curiosidades que de fato aparecem sobre a vida do autor, mas nos são aqui de suma importância: revelam as redes de sociabilidade, um fator significativo das condições materiais que permitem a emergência dos discursos, logo, dos textos de Chomsky que perfazem o livro *On Nature and Language*.

Passando por tais descrições que envolvem mais diretamente as instâncias da “pessoa” e do “escritor”, vemos também marcado nos paratextos o “inscritor Chomsky”, apresentado como um autor “facilitador”, um autor de textos “acessíveis a não especialistas”, embora tratem de temas a uma primeira vista mais densos, como as ciências cognitivas:

The second and third chapters of this book are immediately accessible to non-specialists. The fourth chapter, while essentially non-technical, refers to certain concepts of modern theoretical linguistics and to aspects of the recent history of this field. The aim of the introductory chapter is to provide some theoretical and

historical background for the following discussion on minimalism. (BELLETTI; RIZZI in CHOMSKY, 2002, p. ix-x – grifo nosso).

Destarte, *On Nature and Language* é um conjunto de textos passíveis de serem compreendidos por iniciantes, ao passo que apenas a entrevista, o capítulo quatro, é mais aprofundado, sendo o capítulo um, embora parte integrante do livro assinado por Chomsky mas escrito por outras mãos também, uma introdução suficiente para se entender o minimalismo, tema principal discutido no capítulo quatro. É lícito notar como os editores participam ativamente da construção dos capítulos, da unidade do livro de Chomsky, como os perguntadores que dividem o espaço da entrevista e escritores do capítulo um.

Ressaltar-se a preocupação dos prefaciadores com o “grau de acessibilidade” dos textos nos mostra o papel desempenhado pela instância do “inscritor” para definir o espaço onde deve circular essa publicação, de pontuar aspectos técnicos ou não (“*The fourth chapter, while essentially non-technical*”), de enunciados que se direcionam a um público que, embora tenha interesse nos temas da “linguística chomskyana”, não necessariamente possuem um grande “repertório teórico e histórico” dessa área.

Tal demanda de “acessibilidade” do livro *On Nature and Language* já figura na sua contracapa “*It should make his Minimalist Program accessible to all*”. (CHOMSKY, 2002, contracapa¹⁴ – grifo nosso). Tornar recorrente essa problemática em torno de como os textos estão escritos, das chaves de leitura desse livro de Chomsky, propriamente uma marca da instância do “inscritor”, remete a uma ideia de “dificuldade”, de uma excessiva “complexidade” dos textos de linguística de Chomsky, que exigem uma leitura mais “técnica”. E, lidar com esses textos pelo prisma da necessidade de “facilitação”, de mudança de vocabulário, de adaptação a um público mais amplo, revela o papel do “inscritor” como parte emblemática a ser resolvida na criação da imagem do “Chomsky linguista”.

Dentre as frases de impacto que figuram na contracapa que tentam definir em poucas palavras o livro, cabe aqui retomar a do jornal The Guardian (Cf. CHOMSKY, 2002, contracapa – grifo nosso): “*Perhaps the most accessible*

14 A contracapa do livro *On Nature and Language* (CHOMSKY, 2002) pode ser conferida na página 201 em Anexos.

introduction to Chomsky's linguistics thought available". Esse excerto serve de base para complementar o que diz o professor da Universidade de Princeton Robert Freidin no mesmo espaço de contracapa do livro: "*With characteristic clarity and incisiveness, Chomsky elucidates the general nature and evolution of this Minimalist Program – arguably the most revolutionary proposal in the history of linguistics*". Ambas menções de *release* ilustram que *On Nature and Language* não traz nenhuma teoria nova, mas sim consiste em uma "introdução" ao pensamento do "Chomsky linguista". E, por se tratar de um "livro propedêutico", a verdadeira pesquisa de linguística desse autor, conseqüentemente, está em outros livros – os quais podem ter marcas de um "inscritor Chomsky" que dispensa "clareza" ("*clarity*") e que não precisa "elucidar" questões elementares da sua teoria.

Ademais, do comentário de Robert Freidin acima mencionado, vemos que Chomsky é inserido num ponto de máximo divisor de águas na linguística, posto que o Programa Minimalista consistiria na "proposta mais revolucionária na história da linguística". É uma exaltação do "escritor" de tal modo a inseri-lo numa cronologia de ruptura com o pensamento linguístico que o antecedeu, identificando a imagem do Chomsky linguista com o campo de uma "revolução científica".

O leitor tem em mãos, pois, um livro destinado ao público da linguística. Entretanto, é precisamente nesse ponto que devemos retornar à questão colocada no início desta análise: como interpretar o lugar que ocupa o capítulo quinto, *The secular priesthood and the perils of democracy*, no conjunto dos textos que compõem o livro *On Nature and Language*? Em que sentido ele se relaciona com os temas da "linguagem" e com os estudos sobre a "natureza"? Certamente um texto sobre democracia nesse livro só pode ser adotado como no máximo um "apêndice", uma espécie de "ideia fora do lugar": um texto que surgiu num conjunto de outros textos, como parte da viagem que Chomsky fez para Siena.

Isso transparece na própria construção do prefácio dos organizadores ao comentar cada capítulo do livro com os *caputs*: "*the first chapter [...] the second chapter [...] the third chapter [...] the fourth chapter [...]*" e, ao tratarem brevemente do texto de política de Chomsky que acompanha o livro, escrevem: "*Chomsky also gave a second public lecture entitled 'The Secular Priesthood and the Perils*

of Democracy, and bearing on the other major focus of his interests and activities: the responsibility of the media and other intellectual organization in modern society". (2002, p. viii – grifo nosso). Aqui há mais um exemplo que vai ao encontro da nossa hipótese de uma "paratopia do texto": um capítulo que encampa um "não-lugar", que tem uma "ocupação fraca" do espaço do livro.

Os organizadores lançam assim um olhar sobre a segunda face de Chomsky, mencionando seu "outro foco de interesses e atividades", ou seja, um outro campo de escritura onde se insere esse autor. Nele Chomsky fala de anarquismo, marxismo, comunismo, Guerra de Kosovo, ativismo intelectual – temas esses que são propriamente adequados aos livros do Chomsky ativista, mas que não assumem nenhuma contribuição a um livro como *On Nature and Language*, que se enquadra tipicamente na cena englobante da linguística pura, de um texto sobre o minimalismo. Ou seja, o autor Chomsky dos textos paratópicos é disputado da mesma forma que vemos na construção da imagem do Chomsky duplo, mas aqui essa disputa se dá de maneira mais delicada pelo problema de se reunir os textos dos dois "escritores" no mesmo livro, como podemos ver no modo de caracterização dos capítulos do livro:

The volume begins with a lucid introduction by the editors Adriana Belletti and Luigi Rizzi. This is followed by some of Chomsky's recent writings on these themes, together with a penetrating interview in which Chomsky provides the clearest and most elegant introduction to current theory available. The volume concludes with an essay on the role of the intellectuals in society and government. (CHOMSKY, 2002, falsa folha de rosto – grifo nosso)¹⁵.

Cabe aqui observarmos algumas semelhanças e diferenças de tratamento dos textos: primeiro capítulo: "*lucid introduction*"; segundo e terceiro: "*some of Noam Chomsky recent writings*"; o quarto: "*a penetrating interview*". Mas sobre o quinto não é dito diretamente do que se trata, apenas tem-se uma descrição que denota um texto fora do contexto do livro, indicando que o "volume conclui com um ensaio". Desses cinco capítulos, o primeiro figura como uma "introdução" dos editores – essa é a referência de gênero dada –; os dois seguintes apresentam-se

15 Alguns trechos dessa "falsa folha de rosto" também foram utilizados, com leves alterações, para compor a contracapa do livro.

como “escritos”, embora tenham sido igualmente originários de palestras, como o quinto; o quarto como “entrevista” e o quinto como “ensaio”.

Há uma hierarquia dos gêneros, em termos de se dizer “mais seriamente”, mais tecnicamente, mais analiticamente sobre os objetos de estudo na academia; e, desses, o “ensaio” é um gênero “mais simples”, que segue um fluxo livre para que o autor exponha suas ideias sem muito “rigor” teórico. Mas, factualmente, o que originou esse “essay” não foi um mesmo gênero que os capítulos dois e três? Ou seja, não são igualmente três *lectures*?

Dizendo de outro modo, temos aqui uma comparação que revela o *status* que o “ensaio” possui no “todo científico” a que se pretende *On Nature and Language*; isso nos leva a concluir que ele não participa do núcleo do livro, do propósito que esse título tem de ocupar um lugar de destaque na obra do “Chomsky linguista” e não do “Chomsky ativista”.

Os paratextos de *On Nature and Language*, em geral, citam esse “ensaio” puramente por obrigação, com o mínimo de espaço possível. Se compararmos a importância dada a este tema da política no livro, vemos que até as notas e as referências feitas por Chomsky ao longo do texto, bem como seu devido registro como de costume em uma seção final do livro, nos mostram graus de importância distintos. No caso de *On Nature and Language* não vemos notas ou referências ao “ensaio” de política; os editores não se viram na necessidade de fazer esse detalhamento, essa indicação de aprofundamento do texto – a seção de referências se inicia da seguinte forma: “References to chapters 1-4” (CHOMSKY, 2002, p. 191). Como o “ensaio” não assume a forma acadêmica, de modelo de texto documentado e referenciado que os demais capítulos apresentam, ele acaba sendo excluído da seção de notas.

Essas são marcas da paratopia do texto dentro do livro. Há, em muitos livros de Chomsky, a construção de uma imagem que produz um desnível entre as faces desse autor, com a linguística e o ativismo num embate constante. Como não se pode negar a existência da duplicidade desse autor, instaura-se uma disputa de poder em torno das imagens criadas: a construção do Chomsky linguista em *On Nature and Language* aloca o “essay” a um não-lugar, uma paratopia. Sendo deslocado do todo, causa um estranhamento tê-lo no livro. Tal processo não ocorre ao acaso, mas é consequência de um *ethos* editorial, de um

modus operandi das editoras, na organização dos livros desse autor duplo, estabelecendo-se de acordo com a face do autor que se vai privilegiar, funcionando para criar essa ou aquela imagem de autor, do linguista ou do ativista.

Os prefaciadores dispõem ao lado da contribuição de Chomsky à linguística computacional, ao programa minimalista, às ciências cognitivas um autor que realizou palestras sobre os perigos da democracia no final do século XX e a Guerra de Kosovo, baseados no livro *The New Military Humanism: "The same topic was also addressed here by Chomsky in other talks and seminars, particularly in connection with his recent volume: The New Military Humanism"*. (BELLETTI; RIZZO in CHOMSKY, 2002, p. ix). Esse é justamente o tema da paratopia dos textos que gera uma paratopia do autor: que *Chomsky* é este que o leitor tem em mãos?

É um autor que escreve sobre vários temas, que circula, que peregrina por títulos que figuram nesse volume e em outros completamente distintos. Qual a relação entre *On Nature and Language* e *The New Military Humanism: Lessons from Kosovo* para ambos compartilharem um mesmo texto? O livro *The New Military Humanism* foi publicado em 1999 pela editora de livros voltados a um público de viés político de esquerda nos Estados Unidos chamada Common Courage Press. Trata-se de um livro sobre a Guerra do Kosovo e é com base nesse livro que Chomsky desenvolve a *lecture* que viraria o ensaio *The Secular Priesthood and the Perils of Democracy*. O que levaria, a não ser o fato de Chomsky ter ido a Siena e dado palestras sobre vários assuntos, à publicação desse *essay* como parte de *On Nature and Language*? É uma unidade que nasce da agenda da "pessoa", do autor que não pode separar suas duas faces distintas, de "escritor" da linguística e de ativista político. Vemos que o autor em questão não é o mesmo Chomsky: há uma percepção distinta de quem é, de quem deve ser esse autor, como deve ser apresentado, apreendido pelos leitores – e isso se revela nas funções que o mesmo texto desempenha em ordens diferentes, ordens essas que são constituídas pelo objeto livro.

Ou seja, insistir na questão levantada do capítulo quinto de *On Nature and Language* nos fornece um indício muito claro de como há uma gestão feita por terceiros de enunciados ditos por Chomsky em situações discursivas específicas

e que acabam publicados em formato de livro. Essa gestão obedece a fins específicos de editoras, que lidam com o autor Chomsky que lhes importa e, nesse caso, o “autor linguista”.

Em determinados livros os textos encontram um *topos* adequado, de estarem conformados com a mesma cena englobante. Ou seja, a imagem que se tem do texto muda, pois serve a um todo, e o texto se fixa nele, como se não pertencesse mais a seu lugar de origem. E é por esse movimento de gestão da obra que temos a construção de uma identidade coesa e contínua dos livros. Isso nos leva a refletir sobre o que é ou o que dá origem a um livro, como se escolhe o que vai compor materialmente aquilo que chamamos de livro, principalmente no caso da obra do autor Chomsky. Exemplo dessa ideia de “continuidade” temos em como os prefaciadores delimitam a semelhança entre os quatro primeiros capítulos:

The common denominator uniting the first four chapters of this book is the idea of studying language as a natural object, a cognitive capacity that is part of the biological endowment of our species, physically represented in the human brain and accessible to study within the guidelines of the natural sciences. (BELLETTI; RIZZI in CHOMSKY, 2002, p. ix).

Nos quatro primeiros capítulos, portanto, tem-se uma proposta clara de unidade, de todo, de integração da obra. É um propósito que coaduna com a ideia um autor Chomsky que lida com a linguagem na perspectiva das “ciências naturais”, de um estudo além da noção de linguagem como cultura - é nessa trincheira que a editora concebe o autor. É como se se destacassem do livro: quer-se falar do livro, mas é como se ele fosse só esses quatro capítulos.

A delimitação do elemento de continuidade de *On Nature and Language* em torno dos quatro primeiros capítulos aparece em outros momentos do prefácio: "*Much of the interview presented in the fourth chapter is devoted to elucidating this aspect of current research, and exploring analogies with other elegant systems uncovered by scientific inquiry in other domains of the natural world". (BELLETTI; RIZZI in CHOMSKY, 2002, p. ix, grifo nosso). Tenta-se criar a imagem de autor linguista da seara da linguagem e cérebro, dos aspectos biológicos, da interdisciplinaridade com as ciências físicas - paralelo comum*

quando tratamos das inserções da escritura do autor Chomsky linguista. Por esses dois excertos acima, tenta-se provar que a unidade do livro se dá, é justificada, apenas nos e pelos quatro primeiros capítulos - excedendo-o assim o ensaio final.

Fato importante de se notar ainda é que o “ensaio” de política, de autoria do próprio Chomsky, é excluído dos elementos que dão coesão ao livro, mas junta-se à unidade deste objeto o capítulo primeiro, que são escritos pelos editores, Belletti e Rizzi, e não por Chomsky. Ora, com isso vê-se que a composição do livro se faz não pela autoria, pelos textos do mesmo autor, mas pela afinidade temática que inclui também um capítulo de outros autores.

Outrossim, o capítulo primeiro, que se trata de uma introdução dos organizadores à teoria linguística de Chomsky, não faz uma “introdução” ao capítulo sobre política, tirando-o do conjunto da obra do autor ali apresentado – é um texto dedicado exclusivamente aos temas abordados nas duas palestras e na entrevista de Chomsky, ou seja, nos capítulos 2, 3 e 4. Ainda sobre o capítulo primeiro, a marca de gênero de que ele assume enquanto “capítulo” e “introdução”, produzindo uma ambiguidade paratextual, pois os editores não são os *autores* do livro – trata-se de um livro de Chomsky.

Pelos comentários dos editores ao capítulo 1, vemos que ele é parte integrante de fato do todo de *On Nature and Language*: além do que, ele se faz essencial para o seu entendimento. Reiteramos: trata-se de um capítulo escrito pelos editores, não é um texto de Chomsky, com indicação ao mesmo tempo de “Introdução” e de “Capítulo”. Essa escolha reguladora da ordenação e organização do livro nos revela nos seus dados técnicos (CHOMSKY, 2002, ficha catalográfica; cf. em Anexos, p. 205) outra importante informação: os editores, Adriana Belletti e Luigi Rizzi, estão entre os autores do livro, dividem os direitos autorais (*copyright*) com Chomsky. Embora sejam, por critérios de propriedade intelectual, também autores do livro, nos textos que competem a esses editores tem-se um distanciamento, uma referência a *On Nature and Language* como um objeto de terceiro. Ou seja, eles não se consideram partícipes da autoria do livro.

Ora, é precisamente pelo *copyright* dos livros que vemos, não só a definição da propriedade intelectual e da possibilidade de auferir lucros com a publicação, mas sobretudo uma das delimitações de autoria pela

responsabilidade de quem escreve. Em suma, podemos nos questionar mesmo se Chomsky é autor ou co-autor do livro; obviamente, como efeito de divulgação e apelo à circulação e venda, dá-se a ele a autoria da capa, da indicação bibliográfica. Tal fato é uma amostra de como a ideia de autoria é eivada por princípios outros, por relações que condicionam a possibilidade de surgimento de um autor e de sua continuidade.

Se olharmos para outros aspectos materiais de *On Nature and Language* como objeto, vemos que sua autoria é de fato compartilhada por Chomsky e os editores: o capítulo primeiro possui quarenta e quatro páginas, enquanto os outros três capítulos em que Chomsky trata dos temas de linguística no livro somam cento e dezessete páginas; ou seja, dentro de um livro com indicação paratextual (capa, contracapa, lombada, prefácio) mostrando que o autor do livro é Chomsky, quase um terço dos textos não foi escrito por ele.

Somado a isso, não há palavras introdutórias de Chomsky no livro, nada que dê uma ideia de unidade, que explique a obra – nenhuma frase solta em qualquer espaço paratextual. É um livro típico de compilação feita pelos editores com a permissão do autor sobre o uso de suas palavras sem que o autor faça um prefácio ou introdução justificando a continuidade dos textos ali presentes. Dizendo de outro modo, Chomsky deu suas *lectures* e o resultado editorial delas ficou a cargo dos organizadores do evento, Adriana Belletti e Luigi Rizzi.

Nesse sentido, mediante a interpretação do discurso que atravessa os paratextos de *On Nature and Language*, marcado nas escolhas de cada termo, de gêneros, de endereçamentos, de delimitação de “pessoa”, “escritor”, “inscritor”, de regulação dos textos e figuração do autor, vemos um processo de criação da imagem de Chomsky. Ao formarem, comporem livros de Chomsky como esse, os textos assumem diversos sentidos, inclusive de adequação distinta à obra desse autor, gerando uma ideia de unidade paratópica de algumas de suas publicações.

3.3 Powers and Prospects

Powers and Prospects: Reflections on Human Nature and Social Order trata-se do resultado de várias falas proferidas por Noam Chomsky nos dias de sua visita pela Austrália no início de 1995. As discussões e palestras que ele

empreendera, nascidas de situações, lugares e momentos distintos dessa viagem, tornaram-se capítulos reunidos posteriormente. Essa natureza da origem do livro é pontuada pelo próprio Chomsky (1996, p. x-xi, grifo nosso) no seu prefácio:

During far too few days in Australia, I had the opportunity to give talks in Sydney – and Canberra on a variety of topics. These serve as the basis for the essays presented here, which are reconstructed from informal notes and transcripts, and Preface updated in some cases to include material from following months.

Tal comentário de Chomsky sobre o processo de reunião material das “notas e transcrições” das suas falas, apontando que os “ensaios” – como ele se refere aos capítulos – são uma “reconstrução”, nos mostra que não há outro motivo apresentado para a coexistência dos textos no livro a não ser o fato de pertencerem à mesma agenda da *pessoa* de Chomsky.

Isso nos leva a pensar em uma “paratopia dos textos”, os quais tentam ser apresentados sob o *continuum* de um livro: embora tendo falado sobre tópicos variados (“*a variety of topics*”), o livro *Powers and Prospects* se mostra como um objeto completo, dotado de um princípio norteador, de uma unidade garantida pela *pessoa* de Chomsky, não por traços em comum entre um tipo de *escritor* ou de *inscritor* que estão por trás da origem material dos seus textos.

Essa característica de “amplitude temática” dos capítulos se faz presente na medida em que os paratextos pontuam a duplicidade do autor Chomsky, como ativista político e linguista, que não pode se furtar de falar dos tópicos que abrangem sua carreira acadêmica e ao mesmo tempo de intelectual ativista nos lugares onde é convidado a ir. Cabe interpretar a relação que existe entre esses tipos de livro de Chomsky, como *Powers and Prospects*, com os resultados editoriais de suas participações em eventos: estar num país para um “*tour de force*”: “*In this intellectual tour de force, Noam Chomsky brings together his latest thinking on topics ranging from language and human nature to the Middle East settlement and the place of East Timor in the New World Order*”. (CHOMSKY, 1996, contracapa). Logo, a agenda política ou acadêmica de Chomsky é o que em grande medida faz com suas conferências se tornem livro. Existe uma espécie

de topografia e uma cronografia próprias em que se inserem esses textos: uma “duração” e uma “localização”.

Sobre esse tipo de livro, como *Powers and Prospects*, que integra nosso *corpus*, cabe notar que, não obstante haja a convivência de textos de matizes tão distintas em um mesmo volume, há um desequilíbrio de força entre os capítulos que se deixa transparecer mais ainda na organização e na materialidade dos paratextos, como, por exemplo, na escolha de um ativista político timorense, Agio Pereira, para a escrita do seu *Foreword*. Diante disso, um primeiro passo que devemos dar é olharmos como se dividem seus capítulos. São: 1. *Language and thought*; 2. *Language and nature*; 3. *Writers and intellectual responsibility*; 4. *Goals and visions*; 5. *Democracy and markets in the new world order*; 6. *The Middle East settlement*; 7. *The great powers and human rights*; 8. *East Timor and world order*.

Os textos dos capítulos variam conforme a cena genérica e o tipo de discurso, pelo espaço ocupado e pela destinação de suas falas originais: por exemplo, no Museu de Ciências de Sydney Chomsky fala da relação entre "linguagem e natureza" (que originou o capítulo 2 do livro); no encontro com escritores no Writer's Centre, ele discute o papel dos intelectuais na sociedade (que resultou no capítulo 3). Já o capítulo quarto, originado de uma conferência sobre anarquismo, e os demais sobre democracia e guerras também provêm de textos surgidos de forma oral. A descrição da origem de cada capítulo é detalhada da seguinte maneira por Chomsky (1996, p. xi, grifo nosso) no prefácio:

Chapters 1 and 2 form more or less an integrated unit, concerned with problems of language and mind, based on lectures at the University of New South Wales and the Science Museum in Sydney, respectively. Chapter 3 is based on notes for a talk at the Writers' Centre in Sydney; chapter 4, on notes and transcript of a talk at the Visions of Freedom conference of Australian anarchists, also in Sydney. Chapter 5 is reconstructed from notes for the Wallace Wurth Memorial Lecture at the University of New South Wales and a lecture sponsored by Deakin University, updated with some material from following months. Chapter 6 is based on a talk at the Middle East Centre of Macquarie University, also updated. Chapters 7 and 8 again form a natural unit. The former is based on talks at the town halls in Sydney and Melbourne organised by

*ETRA*¹⁶ as part of the launching of their campaign; chapter 8 on a talk at the National Press Club in Canberra.

Esse excerto do prefácio escrito pelo próprio Chomsky é um exemplo de como a partir de situações não necessariamente propícias a se produzir um texto publicável, como *talks*, compila-se anotações que se tornarão livros. E faz-se importante entrarmos nesses detalhes de divisões do livro para vermos o sentido atribuído à convivência dos textos sob o signo de uma mesma publicação. Não é, todavia, um critério genérico que determina a devida atenção dada aos textos no livro, pois outros capítulos também têm a mesma origem genérica, de anotações de falas em outros lugares. Isso é um exemplo claro de como os textos do espaço associado de Noam Chomsky, produzidos para ocasiões as mais variadas, passam ao espaço canônico de sua obra com rapidez, embora nem todos com o mesmo *status* de importância.

Ainda nos detendo sobre o excerto anterior, vemos Chomsky dizer haver uma unidade, mesmo que fraca, entre os capítulos 1 e 2 (“*form more or less an integrated unit*”), que são partes de *lectures* sobre uma abordagem mais filosófica da linguagem. Essa dúvida sobre a relação de totalidade entre os dois primeiros capítulos já não se vê quando Chomsky fala dos dois últimos capítulos do livro, que formariam uma “unidade natural” (“*Chapters 7 and 8 again form a natural unit*”). Para esses dois últimos, é como se a unidade estivesse no texto, como se fosse algo patente por tratarem de Direitos Humanos e da guerra naquele momento no Timor Leste, embora tenham sido fruto de falas distintas, em momentos e lugares também distintos. Sobre os dois únicos capítulos de linguística, tratam de temas como: o lugar da mente na natureza e de que modo os elementos constituintes da linguagem, palavras, sentenças etc. se relacionam com o mundo, Chomsky não depreende a mesma força de unidade para constituírem também “um todo natural”.

Outra característica paratextual importante de se notar também é o fato de não haver notas referentes aos dois primeiros capítulos, o que não ocorre com os

¹⁶ ETRA é a sigla de East Timor Relief Association, uma associação criada em prol da luta pela libertação do povo timorense; seus diretores foram os responsáveis pelo convite a Chomsky para a viagem dele à Austrália e pelas conferências. (Cf. CHOMSKY, 1996, p. x).

outros: a imagem de um Chomsky *inscritor* prolífico em notas de rodapé é suprimida aqui quando temos os dois capítulos de linguística. Todos os capítulos surgem de *talks*, *lectures* ou palestras, porém só os que tratam especificamente do ativismo político de Chomsky (e os três últimos mais detidamente sobre a guerra que assolava o Timor Leste, motivo principal da visita de Chomsky à Austrália) são referenciados, e ainda com farta notação.

Ou seja, o *inscritor* Chomsky que é recorrentemente lembrado em outros livros, tanto no campo da linguística como da política, enquanto um apreciador de notas, com documentação ampla de referências bibliográficas e de fontes, aqui mantém essa posição apenas no que se refere aos textos dedicados ao seu ativismo. Não é gratuito esse fato editorial, de apenas os textos que se ligam ao tema da linguagem figuram isentos de notas. Vemos nisso o tipo de opção editorial: escolher fazer as devidas referências nos capítulos sobre a guerra no Timor Leste, sobre Direitos Humanos, imperialismo estadunidense na Ásia e Oceania, anarquismo, é escolher privilegiar uma imagem desse autor Chomsky, a do ativista político que se faz presente e discute problemas de sua época – trata-se de uma forma de silenciamento dos textos que conseqüentemente silencia a imagem do autor Chomsky que possui uma grande obra linguística.

Nesse caso editorial vemos exatamente o inverso do que ocorre em *On Nature and Language*, onde o capítulo que trata de política, categorizado como “essay”, não tem referências ou notas quaisquer. Isso é uma mostra de que nessa paratopia dos textos temos a divisão, a contribuição para se recrudescer a oposição de Noam Chomsky em dois autores, em criar a imagem do autor duplo: tem-se um tratamento distinto, uma vez que o público da South End Press, que publica *Powers and Prospects*, não é o da linguística, assim como o da Cambridge, que publicou as *On Nature and Language*, não é o de leitores da política, como analisamos no tópico acima deste capítulo.

Esse problema do lugar do linguista Chomsky nos paratextos de *Powers and Prospects* se torna claro no que vemos em alguns aspectos trazidos em sua contracapa¹⁷, como no seguinte excerto: “*Supported by a wealth of disturbing details and facts, Chomsky provides a scathing critique of government policy and*

¹⁷ As referências à contracapa de *Powers and Prospects* podem ser consultadas na p. 202 em anexos.

media complicity, while offering an inspirational view of the potential for true democracy worldwide". Essa descrição do *inscritor* Chomsky, que apresenta uma "scathing critique" e uma "inspirational view", traz marcas características que são próprias do campo da política e não da linguística, como "government" e "democracy". Esse é um detalhe significativo, demonstra que o livro deve circular no campo de leitores que têm uma predileção pelo Chomsky ativista, principalmente pelo público da editora South End Press.

Quanto ao que se pode dizer do campo de "circulação do livro" *Powers and Prospects*, onde mais poderia circular além das áreas de ativismo político de Chomsky, vemos ainda que a South End Press não procura incluí-lo no campo da "linguística", mas dá preferência à "filosofia", como fica patente na indicação do tipo de texto que reza no topo da contracapa: "*Politics/Philosophy*". Ou seja, os editores não alocam esse livro à estante de linguística, mas sim à de filosofia e de política. É um detalhe paratextual importante de ser retido, pois revela o posicionamento dos editores ante a categorização do livro, da cena englobante que ele constitui e ao qual deve ser associado.

Além disso, a pequena frase exemplar selecionada na contracapa, ou seja, o tipo de paratexto que em geral se propõe a resumir o livro, não é sobre os textos linguísticos de *Powers and Prospects*, mas sim reitera a força do escritor Chomsky da política: "*These are hardly happy times for most of the world, apart from a privileged few in narrowing sectors. But it should also be a time of hope and even optimism - from the Preface*". É um excerto que comenta sobre setores privilegiados da população que podem desfrutar de alguma felicidade, embora ensejando também um certo otimismo do autor – o que, certamente, em nada se relaciona com os temas de linguagem e natureza tratados nos dois primeiros capítulos.

Ainda na contracapa vemos um comentário sobre a pessoa de Chomsky – e aqui os editores não se podem furtar à presença do Chomsky linguista: "*A world-renowned linguist and outspoken critic of U.S. foreign policy and corporate media, Noam Chomsky is Institute Professor of Linguistics at the Massachusetts Institute of Technology*". Tratando-se de um livro que agrega ambas as áreas de escritura desse autor, essa é uma forma de referência pelo conjunto da obra, uma obrigação específica de detalhar ao menos algo da outra face desse autor que,

para o público da South End Press, até então só tinha textos dedicados à crítica política.

Um último olhar sobre a contracapa de *Powers and Prospects* nos leva a ver a imagem de Chomsky que se busca identificar no leitor como a que passa pelo *escritor* da política, pelo breve comentário bibliográfico: “*His many books include Year 501: The Conquest Continues, Necessary Illusions: Thought Control in Democratic Societies, and The Culture of Terrorism*”. Todos esses são publicados pela South End Press. Ou seja, a pequena lista de livros indicada ao leitor por essa informação da contracapa é definida pelas escolhas da editora: os critérios são bem simples, indicar o que eles já publicaram de Chomsky – e são três livros que poderão interessar aos leitores do Chomsky político e não do Chomsky linguista.

Sabendo que a editora South End Press tem relação com outras instituições e grupos de ativismo político e se apresenta como uma “editora militante” (como já analisamos no capítulo 2 desta tese), lançar mão desses detalhes paratextuais é uma forma interessante para pensarmos como a imagem do autor pertence ou está ligada diretamente a essas decisões da dimensão da regulação da obra, e como esse fato influencia implicitamente a organização dos capítulos como também, principalmente, na escolha do prefaciador, Agio Pereira, que era o diretor executivo da East Timor Relief Association e grande expoente da resistência do povo timorense na guerra em curso no momento da visita de Chomsky à Austrália.

Analisando o *Foreword* de *Powers and Prospects* escrito por Agio Pereira vemos recorrente o *ethos* professoral do autor: “*Professor Noam Chomsky is not a single issue activist. His range of influence transcends the boundaries of campaigns for social justice and self-determination, the field in which the East Timorese have been forced by war to learn and to become specialists*”. (CHOMSKY, 1996, p. v). Evoca um lugar de destaque para o Chomsky ativista: não qualquer ativista de causas simples, mas um ativista que merece um lugar de destaque privilegiado, influente e capaz de “transcender fronteiras”. Em todas as menções ao nome de Chomsky Pereira lança mão da imagem do “professor”.

Dessa relação de Pereira com o “Professor” Chomsky temos uma mostra de como funcionam certas redes de sociabilidade onde opera a dimensão da

“figuração do autor”, ou do “autor-ator” (MAINGUENEAU, 2010): Chomsky como um ativista “famoso”, uma “personalidade”, de quem a presença é uma “honra”, é um feito “gigante”, como nos diz Pereira (in CHOMSKY, 1996, p. v) sobre o papel de recepcionar e organizar a visita de Chomsky: "*It was with great honour that a small team embraced the gigantic role of coordinating the visit of Professor Chomsky to Australia in January 1995*". O prefaciador reitera a grandiosidade daqueles dias da viagem de Chomsky pela presença na Austrália de outras duas grandes personalidades internacionais, entre as quais ele inclui Chomsky como parte de uma "trindade de celebridades": "*It also coincided with the visits of Pope John Paul II and the visit of the Microsoft tycoon - Bill Gates - you could say Chomsky completed the trinity*". (Idem). Ou seja, vemos Pereira identificando Chomsky como alguém que não é apenas um pesquisador, um acadêmico, ou mesmo um ativista político, mas sim alguém cuja presença transcende sua obra: a quem não se pode ser indiferente, como o Papa ou um bilionário estadunidense.

E Pereira deixa claro os propósitos do evento, da visita de Chomsky na Austrália, que deu origem ao livro *Powers and Prospects*, em termos dos enunciados que estão na origem dos capítulos, proferidos por Chomsky em ocasiões distintas da viagem, revelando como a coexistência de textos como os seus dois primeiros capítulos de linguística engendra uma ideia de lugar paratópico: "[...] *it was clear that the focus of Professor Chomsky's visit to Australia was to be the issue of East Timor*". (p. v). Ou seja, foi um propósito político, uma visita do autor Chomsky ativista – que levava, pelo fato da inseparabilidade da pessoa, o autor Chomsky linguista a reboque.

Ademais, a “presença célebre” de Chomsky difere-se da de um Bill Gates ou do Papa João Paulo II pelo fato de Chomsky representar um ponto de vista demasiado crítico de sua época; é o que Pereira (in CHOMSKY, 1996, p. v) vai pontuar revelando um certo cuidado com os desdobramentos da visita de Chomsky em virtude do tempo de conflito armado no Timor Leste: "*Having a controversial person like Noam Chomsky in Australia associated with yet another controversial issue such as East Timor, no one could foresee exactly how everything was going to play out*". A título de ilustração, Pereira está apresentando a imagem de uma pessoa “controversa” por Chomsky se tratar de um denunciador da guerra do Timor Leste, apoiada materialmente, com venda de

equipamentos bélicos, pela Austrália e pelos EUA. Essa situação “controversa” de sua visita é inclusive mencionada por Chomsky no prefácio de *Powers and Prospects*:

[...] to speak about the issue of East Timor—always urgent, but at that moment of special significance because of the impending World Court case on the Australia-Indonesia Timor Gap treaty and the twentieth anniversary of the Western-backed Indonesian invasion a few months later, in December. (CHOMSKY, 1996, p. x).

Ou seja, Chomsky visitava um país que estava contribuindo em certa medida com o massacre de décadas no Timor Leste. É uma "posição controversa" assumida por Chomsky em diversos momentos de sua carreira de ativista, no mesmo sentido de ele ser um professor do MIT, centro das estratégias do império estadunidense, e ao mesmo tempo crítico contumaz das guerras empreendidas pelos EUA em nome da democracia. Ilustrar esse aspecto no *Foreword* é centrar-se sobre a instância da *pessoa* do autor, que podia sofrer ameaças reais. Passagens como a citada acima evidenciam como a dimensão da figuração do autor é essencial ao pensarmos no que está por trás da origem dos textos de *Powers and Prospects*, o que nos leva a entender melhor as escolhas editoriais que levaram à publicação dos seus capítulos.

Nesse sentido, Pereira apresenta no *Foreword* elementos que reforçam a imagem do Chomsky ativista, lançando mão mais fortemente da instância da *pessoa* de Chomsky. O prefaciador vale-se do *ethos* do "humano", criando uma imagem de um grande ativista que contribui da sua própria renda, tira do seu dinheiro para ajudar a causa contra a guerra, pela paz: “*The first I heard of Professor Chomsky was in the late 1970s when I'd heard he paid from his own pocket for some Timorese refugees to fly to the USA to speak out about the tragedy of the people of East Timor*”. (PEREIRA in CHOMSKY, 1996, p. vi, grifo nosso). Esse trecho ilustra uma forma de “engajamento puro” de Chomsky, uma militância de compromisso, que ultrapassa os limites e fronteiras dos países e as barreiras econômicas, nem que seja necessário dispender os próprios recursos financeiros. Diga-se novamente, é uma forma de recrudescer a imagem do

Chomsky ativista, uma vez que essa identificação de um *ethos* “caridoso” de Chomsky não possui correlação possível com a sua obra linguística.

Com isso, o *Foreword* de Agio Pereira não entrará em detalhes sobre as discussões empreendidas por Chomsky sobre “a natureza da mente e da linguagem”, ou algo que tangencie os temas dos dois primeiros capítulos de *Powers and Prospects*, mas vai mostrar que, ao longo da década de 1980, a resistência timorense contra o massacre da Indonésia e as forças ocidentais e da Austrália contou com a solidariedade de Noam Chomsky, que participou de vários eventos apoiando a luta dos resistentes: “*At that time of 'soul searching' Professor Chomsky lent his undeniable support for the people of East Timor*”. (PEREIRA in CHOMSKY, 1996, p. vi). Isso serve para ilustrar outro traço da *pessoa* do Chomsky ativista: envolvido desde o início com as causas de libertação de países como o Timor Leste, em certa medida pouco divulgado pela grande imprensa internacional.

E Pereira insiste em comentar em seu texto a grandiosidade do ativismo de Chomsky, sua contribuição para a resistência na luta pela liberdade dos timorenses. A seguinte passagem é exemplar para ilustrar esse traço da *pessoa* de Chomsky relevante para Pereira (in CHOMSKY, 1996, p. vi, grifo nosso):

On meeting Professor Chomsky for the first time at the Sydney international airport, his humbleness was so familiar to me that I felt we had known each other for many years. His approach to human interaction was as Maubere as one can reach, and this made our task much easier.

Ora, o *ethos* do “Chomsky humano” é constantemente retomado ao longo do *Foreword* de Agio Pereira e está diretamente vinculado à instância da *pessoa* de Chomsky. Reitera-se, essa é uma característica que não se relaciona com a imagem do Chomsky linguista, mas que se estabelece em razão do autor da política. Pereira advoga em favor da imagem do ativista “condescendente”, despertando uma imagem de “humildade” (“*humbleness*”), que se aproxima humanamente do próximo.

Pelos marcas textuais, do que aparece positivamente e do que é silenciado, no *Foreword* de Agio Pereira temos a omissão praticamente completa do autor Chomsky linguista: ele utiliza muito o termo “professor Chomsky”, mas

não referencia nada dos textos desse escritor no livro, exceto no parágrafo final, onde ele estabelece a conexão simplista entre as duas faces do autor, não importando uma relação de necessidade, de todo, como veremos no capítulo seguinte com a criação do autor uno, mas estabelecendo pelas relações de execução de um cronograma. Vejamos:

From linguistics to the Middle East, from foreign affairs to the role of the media, from intellectual responsibility to East Timor, Noam—as he asked us to call him—refuses to accept complexity and imperfection as an excuse to violate fundamental principles of human beings. (PEREIRA in CHOMSKY, 1996, p. vii, grifo nosso).

Tal comentário aponta uma definição que nos leva diretamente à hipótese deste capítulo: que Noam Chomsky nesse livro traz junto temas que vão de seus últimos estudos que vão desde “linguística e natureza humana” até o “Oriente Médio e Timor Leste” etc. Trata-se de um comentário ilustrativo de peso para demonstrar o que entendemos por “paratopia do texto”: *Powers and Prospects* é um produto editorial de uma incursão política de Chomsky pela Austrália; e os textos de temas políticos e linguísticos nele convivem por coincidência de uma agenda do ativista que, por razões de impossível divisão da *pessoa* de Chomsky, é também demandado para falar sobre suas pesquisas enquanto linguista.

Além disso, como tratamos alguns parágrafos acima, a marca no texto, de se chamar o autor pelo primeiro nome (“*Noam—as he asked us to call him*”), mostra uma aproximação do prefaciador de Chomsky, com um certo grau de intimidade - é um exemplo de proximidade criada pelo *ethos* de “humildade” e de “humanidade” desse autor ilustrado por Pereira. Em passagens como essa fica evidente a impossibilidade de Pereira tratar dos assuntos pertinentes à obra linguística de Chomsky, uma vez que os diálogos possíveis de se estabelecer com a imagem do linguista, identificado como cientista, acadêmico, não pressupõem essas formas de tratamento. Tendo isso em mente, o excerto abaixo deixa claro as razões de Pereira para prefaciar *Powers and Prospects*:

Being Timorese, as a matter of tradition, we pay tribute to those who support and respect us, by making sure that our role as hosts becomes as effective as possible to the point where when a guest departs, the feeling of returning is stronger than that carried in their arrival. (PEREIRA in CHOMSKY, 1996, p. vi).

Trata-se, pois, de um *Foreword* que funciona como um agradecimento dos organizadores da recepção de Chomsky e na exaltação de sua presença na defesa do povo de Timor Leste; em nenhuma medida se põe como um comentário, um prefácio sobre o que está nos textos de linguística que compõem o livro: a apresentação de *Powers and Prospects* feita por Agio Pereira, acima de tudo, se insere no eixo de um texto de denúncia, como a passagem acima bem o ilustra.

O ofício de escrever o prefácio extrapola os limites do texto e torna-se um manifesto, um balanço, um testemunho, como vemos em muitos dos prefácios aqui tratados – ter isso em mente nos é útil para entendermos as imagens de autor de Chomsky, que se deixa ser exaltado nos prefácios de terceiros escritos em seus livros, o que permite que tenhamos um prefácio combativo como o de Agio Pereira ou o de James Peck em *The Chomsky Reader*. Ou seja, podemos ver em alguns livros de Chomsky trincheiras onde os prefácios exercem outras funções que não apenas apresentar o livro, mas sobretudo inseri-lo numa narrativa maior, numa disputa de ideias, num campo – tanto o linguista como o ativista.

E aqui podemos depreender o que isso diz sobre a imagem desse autor Chomsky, que tem seu ativismo ampliado – como seus prefaciadores contribuem para uma expansão do texto, para torná-lo outro, para ressignificá-lo reinserindo-o noutra contexto de livros, de capítulos dispersos surgidos de *talks* que viram uma obra, que galgam o estatuto de “textos canônicos” de Chomsky. Ora, esse estatuto é um resultado justamente desse trabalho dos prefaciadores, de poderem extrapolar os textos e dar-lhes outro poder. É um tipo de liberdade prefacial que Genette (2009, p. 239, grifo nosso) comenta:

Mas ocorre também que o prefaciador, seguro da posição dominante que geralmente sua notoriedade lhe confere, e também pelo fato de atender a uma pedido, e, portanto, certo de poder “permitir-se [quase] tudo”, aproveita as circunstâncias para ir um pouco além do objeto em questão em prol de uma causa mais ampla, ou, eventualmente, de todo diferente. A obra prefaciada torna-se, então, simples pretexto para um manifesto, para uma confidência.

Pode-se dizer que é exatamente isso que Pereira faz no *Foreword* de *Powers and Prospects*: ele conta confidências de encontros com Chomsky e tenta fazer do livro que prefacia uma mostra de que havia naquele momento uma denúncia clara da situação pela qual passava seu país, o Timor Leste, sintetizada na figura de Chomsky. É um exemplo de paratexto que temos em nosso *corpus* que não antecipa os textos do livro, mas sim fala do autor, que situa o livro num debate de ideias que extrapola os textos retratados no livro e revelam ideias autônomas do próprio autor do prefácio. São esses “prefácios-manifesto”, que configuram-se a partir de Chomsky e de sua luta política – mas geralmente não se mostram como uma informação sobre o livro e mesmo um comentário do livro: tratam com a imagem do autor que lhes interessa.

Como em *On nature and language*, *Powers and Prospects* é um livro que entra na obra de Chomsky por comungar partes de universos textuais estranhos, claramente ali colocados pelo fato de a *pessoa* do duplo autor Chomsky ter dividido sua estadia no país visitado entre propósitos variados (como a Itália, no primeiro, e a Austrália, no segundo), como encontrar grupos ativistas do Timor Leste ou dar conferências sobre “linguagem e mente” em uma universidade. Reiterando, se pensarmos na relação de convivência dos textos de linguística e de política que neles figuram como parte de um mesmo todo, vemos que não há uma unidade temática entre os primeiros capítulos e os demais.

Implícita nas formas de silenciamento que divisamos nos paratextos de *Powers and Prospects* temos a dificuldade de resolver o problema entre os capítulos iniciais, que lidam com uma abordagem linguística sobre a natureza da mente, e em que medida podemos relacionar essas discussões com a Guerra do Timor Leste. Quais elementos temos para dar uma unidade de tratamento a esses temas, unidade esta que se compõe sob um mesmo título de livro? Não haveria continuidade possível, ao menos advogada nos paratextos que estão ao alcance do leitor em *Powers and Prospects*, entre esses textos de Chomsky: o único elo que podemos estabelecer, e que possibilita a publicação conjunta desses textos debaixo de uma mesma chancela de título, é sua origem advinda da figuração do autor: como enunciador que torna possível a edição de seus textos e a futura reunião deles à sua obra nos campos da linguística e da política.

Dizendo em outras palavras, *Powers and Prospects* consiste em um livro que se tornou o produto escrito de uma breve jornada de Chomsky pela Austrália e não possui uma unidade temática forte entre alguns de seus capítulos que expressam a imagem do linguista e os outros que tratam exclusivamente da imagem do ativista político, ou seja, ele se sustenta mais sobre a demanda de se publicar as suas falas durante aquele momento, ainda que reescritas, revistas, reconstruídas de notas. Todavia, reitera o que postulamos: mesmo Chomsky tendo sido convidado para falar de política, pois é essa a origem do convite por parte dos grupos ativistas timorenses que o convidaram, ele também faz conferências sobre linguística. Ou seja, as suas duas faces não se separam mais, mesmo em espaços não necessariamente acadêmicos.

Em síntese, neste capítulo mostramos que há uma oposição das faces desse autor Chomsky duplo, mas não há uma antinomia: é possível a convivência de ambos em um mesmo objeto editorial, embora o espaço de cada um seja objeto de disputa constante. O que está em jogo para nós é ver como convivem essas faces de autor do ponto de vista dos livros, de Chomsky enquanto alguém que participa do mundo dos livros.

Nesses livros onde figuram “textos paratópicos” vemos que cria-se a imagem do duplo, do escritor que produz tipos de textos distintos embora numa mesma pessoa – é uma divisão das instâncias de autoria que possibilita essa oposição de autores explícita nos paratextos, nos prefácios etc. com a minimização do lugar desses textos paratópicos, como vimos os editores procurando diminuir a presença dos textos sobre linguística em *Powers and Prospects* e a presença do “ensaio” sobre política em *On Nature and Language*, com referências mínimas à produção desse autor na área que não seja de temas linguísticos ou políticos, ou não citando a bibliografia do capítulo paratópico, ou desautorizando esta ou aquela imagem de autor na unidade da obra.

Dessa forma, essas características mostram como os textos de Chomsky obedecem a uma lógica de editores, para figurarem nessa ou naquela coleção, com esse ou aquele título. É um modo de paratopia do texto, de textos que ocupam um não-lugar. Isso comprova que é o interesse da editora, dos organizadores, do meio em que circula o livro que se usa cada capítulo, que se

monta o livro, que se constrói a imagem do autor conforme o tipo de cena englobante em que se insere o texto.

Haveria, pois, um “autor Chomsky paratópico”, mas paralelamente a ele há também o “texto paratópico”: o texto, ou a menção de um texto que não pertence integralmente àquele livro – não tem a coerência, a unidade – constituem uma possível unidade na cronografia, no cronograma do evento, porém não há de forma conceitual, no que diz respeito a uma unidade que se pretende temática. Traça-se uma continuidade artificial, dando sentido ao que não necessariamente teria. Melhor dizendo, há uma tentativa de enxergar continuidade na origem coetânea dos textos, em seus variados formatos, mas não se consegue justificar essa continuidade, essa coerência das áres de escritura do autor: o que já é possível vermos na imagem do “Chomsky uno”, do “intelectual engajado”, que abordamos adiante no quarto capítulo.

CAPÍTULO 4

O linguista ativista: o intelectual Noam Chomsky

It is the responsibility of intellectuals to speak the truth and to expose lies. This, at least, may seem enough of a truism to pass without comment. Not so, however. For the modern intellectual, it is not at all obvious.

Noam Chomsky, 1969, p. 325.

4. 1 Do engajamento intelectual

No presente capítulo abordamos os livros do nosso *corpus* que lidam com um “Noam Chomsky único”, como autor duplo unido sob uma mesma imagem: o linguista que dá condições de fala ao ativista num processo de legitimação de sua imagem pela história dos intelectuais, da relação dos intelectuais com a política. Ou seja, buscamos enxergar a sustentação científica, do Chomsky linguista como emérito professor do MIT, que dá suporte ao *ethos* do “compromisso” do ativista.

Quando dizemos *ethos* do “compromisso” ou, em outras palavras, “engajamento”, referimo-nos a uma comunidade discursiva, a um campo que se formou na história dos intelectuais que se pauta em princípios como os estabelecidos na trajetória de luta de diversos cientistas e homens de letras contra os abusos e as injustiças cometidas pelos Estados. Seguimos o que pontua Maingueneau (2006b, p. 160): “A partir do final do século XIX, ser um escritor engajado é assinar petições, tomar a palavra em reuniões, assumir o posto de sentinela do bem”., tendo como fio condutor a análise do valor identitário assumido pela categoria dos intelectuais na sociedade contemporânea desde o *Affaire Dreyfus*¹⁸ no fim do século XIX.

O “Chomsky autor único” se inscreve nessa cronografia da história dos intelectuais: “Não é uma política. Pelo menos, os apelos à solidariedade humana, várias vezes lançados, traduziam a opinião de não se fechar nos problemas

18 Este caso foi uma polêmica político-judicial derivada do julgamento do soldado de religião judaica Alfred Dreyfus, que dividiu a França em 1894 e espalhou pela Europa uma onda de xenofobia e patriotismo embasados num princípio anti-semita. Como Dreyfus ele era inocente e a condenação tinha se fundado em provas falsas, os oficiais da justiça francesa tentaram encobrir o caso e a polêmica surge a partir de então, com vários intelectuais, como Émile Zola, defendendo os direitos humanos contra as razões de Estado (Cf. ARENDT, 1989).

imediatos ou locais, mas contribuir para uma consciência planetária do mal e do sofrimento”. (WINOCK, 2000, p. 790-791). Dessa forma, o *ethos* do “engajamento” denota um intelectual que não é partidário nem sectarista, mas que defende algo do humano, de global, de luta por princípios de uma moral universal.

Nesse sentido, o caso exemplar do *Affaire Dreyfus* nos é importante aqui pois demarca um momento de ruptura na ação intelectual, na própria definição de um programa dos intelectuais no mundo, como define Michel Winock (2000, p. 791, grifo nosso) lançando mão das palavras de Sartre:

Na ocasião do caso Dreyfus, no declínio da Cristandade condenada à defensiva, os intelectuais adquirem uma autoridade moral que, por outro lado, favorece as liberdades republicanas, o ensino público e o desenvolvimento da imprensa. Assim sendo, pode-se admitir a definição de Sartre: “Originalmente, portanto, o conjunto dos intelectuais surge como uma diversidade de homens que adquiriram certa notoriedade por seus trabalhos, frutos da inteligência (ciência exata, ciência aplicada, medicina, literatura etc.), e abusam dessa notoriedade para sair de seus domínios e criticar a sociedade e os poderes estabelecidos, em nome de uma concepção (vaga ou precisa, moralista ou marxista) global e dogmática do homem”.

Não poderíamos ter definição melhor do que consiste a ação intelectual, ponto de partida para entendermos o nosso caso do autor “Chomsky único”: alguém que possui uma “notoriedade por seus trabalhos” enquanto importante linguista, que demarcou uma nova fronteira para esse campo de estudos com o gerativismo, e alguém que “abusa dessa notoriedade” para criticar o imperialismo dos EUA, as razões econômicas por trás das guerras, os massacres na Indochina etc. É precisamente nesse elo, de suas atividades “fruto da inteligência”, na linguística, e de seus posicionamentos frente aos “poderes estabelecidos” que se funda a ideia do intelectual Noam Chomsky, de duas faces necessariamente unidas em um único autor: o Chomsky que enuncia nos seus livros de linguística seria o mesmo do que enuncia nos seus livros de política.

Legitimar essa imagem de um Chomsky intelectual, pelo *ethos* do pensador que combate as instituições e governos injustos, evidencia ao mesmo tempo um anti-*ethos*: dos acadêmicos restritos à “torre de marfim”. Assim, o “Chomsky de uma única face” põe em xeque a linguística que ficou adstrita aos debates academicistas, como um conhecimento demasiado especializado,

distante do público mais amplo e dos problemas do mundo. Temos a construção de um *ethos* do “engajamento” de modo a definir um campo específico do discurso intelectual em face do discurso dos especialistas do nosso tempo, dos cientistas e profissionais da cultura em geral. É nesse sentido que se constrói uma determinada imagem de autor para Chomsky, com um olhar sobre a sua obra não somente circunscrita no campo da crítica política ou da linguística, mas vista pelo prisma dos intelectuais que rompem com o silêncio principalmente da academia.

A função do engajamento intelectual e seu lugar na história parte da definição de uma “verdadeira” ação intelectual. Há uma antiga disputa, em litígio perene, para se estabelecer quem é um “verdadeiro intelectual”, passando pela abstração de uma “pureza do conhecimento”, dos intelectuais desinteressados, homens de letras – ou “clérigos” – aos intelectuais engajados nos moldes definidos por Sartre (1960, p. 266-267, grifo nosso), da ação intelectual como um compromisso existencial:

O quietismo é a atitude das pessoas que dizem: os outros podem fazer aquilo que eu não posso fazer. A doutrina que vos apresento é justamente a oposta ao quietismo, visto que ela declara: só há realidade na acção; e vai aliás mais longe, visto que acrescenta: o homem não é senão o seu projeto, só existe na medida em que se realiza, não é portanto nada mais do que o conjunto dos seus actos, nada mais do que a sua vida.

É precisamente a “ação”, ou um “conjunto de atos”, que caracteriza a origem dos escritos políticos de Chomsky; mas um tipo específico de ação: aquela que rompe o “quietismo” da pura análise linguística da academia e se estabelece como um propósito de vida, um projeto de Chomsky no mundo.

Na prática, temos a dicotomia entre: produzir conhecimento desvinculado de interesses mercadológicos ou políticos, pela ótica da contribuição das ciências para a controversa questão de “progresso da civilização”, ou seja, com uma finalidade *em si*, e utilizar as bases do conhecimento alcançado com uma finalidade social, buscando um ativismo político, tendo como motivação a transformação da realidade.

Num campo semelhante vemos discussões em defesa da “arte pela arte”. Ficam de um lado os que assumem a guarda da ciência, do conhecimento, da

literatura e das artes como se fosse necessário mantê-las distantes de suas implicações políticas e de outro os que se contrapõem à passividade das pesquisas, ao silêncio da torre de marfim da academia – esses são os *intelectuais*, situados no mundo por enxergarem na produção de conhecimento a marca de lutas políticas maiores. Sobre isso atesta Sartre (1994, p. 8): “Um físico que se dedica a construir a bomba atômica é um cientista. Um físico que contesta a construção desta bomba é um intelectual”. Aqui tem-se criada a oposição entre os acadêmicos ou especialistas e os intelectuais, no sentido que os acadêmicos estariam, na cronografia própria da história dos intelectuais, presos às demandas da pesquisa às suas especialidades – ao passo que os intelectuais assumiriam os problemas do mundo.

Essa disputa está submetida a critérios maiores, de uma definição humanista das sociedades, ou seja, de compromisso com um tipo de progresso da civilização ou de surgimento de uma barbárie, como apregoado pelo filósofo francês Julien Benda (*apud* BOBBIO, 1997, p. 50):

Considero que a humanidade compreende duas espécies de homens, cujas funções são antitéticas, mas de cuja combinação deriva, entretanto, a civilização: os primeiros criam as instituições em detrimento da moral, os segundos pregam a moral em detrimento das instituições; os primeiros são fundadores de impérios, os segundos são clérigos; se não existissem no mundo mais que os primeiros, a humanidade progrediria, mas não haveria nada além da barbárie; se não existissem mais que os segundos, a humanidade seria moral, mas não progrediria. Eu pertença inteiramente, sem qualquer tentativa de compromisso, à segunda classe.

Dessa caracterização feita por Benda da ação política e das escolhas dos intelectuais (ou “clérigos”, como ele os nomeia) temos a demarcação de uma fronteira moral para os homens de letras e de ciência: assumir um posicionamento diante dos conflitos no mundo. E aqui há uma distinção clara que insere a figuração do autor “Chomsky uno” entre os intelectuais, como um dos que agem em defesa da humanidade, de um princípio moral comum, distinto dos acadêmicos e pesquisadores em geral que contribuem tão somente para um progresso da ciência comprometida com os poderes instituídos.

A partir disso, buscamos entender como se vincula a imagem do autor “Chomsky de face única”, visto ao mesmo tempo como linguista e ativista político, ao paradigma dos intelectuais, do engajamento: e esse é um produto da gestão da sua obra por editores específicos, que posicionam Chomsky dentro dessa cronografia própria de uma história intelectual eivada por disputas entre especialistas e ativistas, entre aqueles que se limitam a publicar suas pesquisas e estes que assumem um compromisso, uma posição no contexto político-cultural de seu tempo, uma marca de “responsabilidade intelectual”.

É com base nisso que nasce a imagem do “Chomsky autor único”; e ele mesmo define o conceito de “*responsability of intellectuals*”, presente na maioria de seus textos políticos: “Intellectuals are in a position to expose the lies of governments, to analyze actions according to their causes and motives and often hidden intentions. [...] It is the responsibility of intellectuals to speak the truth and to expose lies”. (CHOMSKY, 1987, p. 60, grifo nosso). Além disso, “*The Responsibility of Intellectuals*” é o nome do primeiro artigo de temática política publicado por Chomsky na revista *New York Review of Books*, em 1967. Esse artigo se tornou a base de diversos de seus livros sobre política, sendo republicado, ampliado, traduzido e fartamente divulgado como o início do posicionamento do “Chomsky ativista”, marcando seu discurso de crítica aos interesses beligerantes dos Estados Unidos com a invasão do Vietnã, ao mesmo tempo que criticava o comunismo da União Soviética.

Esse é o princípio que sustenta a imagem do engajamento ilustrado, conhecedor, embasado teoricamente: com isso Chomsky não é simplesmente um autor comprometido com as lutas do movimento pacifista no mundo, mas é um cientista do MIT que se dispõe a sair de seu lugar de grande destaque na academia para defender inocentes mortos nas guerras do capitalismo imperialista.

Para autores de certas biografias de Chomsky, como *Noam Chomsky: A vida de um dissidente*, de Robert Barsky, temos a hipótese de que Chomsky está no campo da chamada “dissidência”, do intelectual de modelo sartreano, não “duplo” no sentido de “duplicado”, de dois, mas de uma duplicidade indissociável de sua imagem como linguista e como crítico do campo político.

É possível vermos como o *ethos* do “engajamento” figura nos textos do nosso *corpus* também pela imagem do “dissidente”, formando a imagem de um

autor Noam Chomsky criador de uma “linguística revolucionária”, algo próprio do “escritor” que tenta desvendar a natureza humana, o que daria um sentido comum à humanidade; e ao mesmo tempo é um defensor de um ideal de sociedade mais livre e justa, ou seja, uma marca própria da instância da “pessoa” desse autor.

Há a tentativa de definir a linguística como devedora em um jogo de poder maior, o qual exige um projeto, um compromisso – tal qual o de Chomsky, remetendo-se assim à cronografia dos intelectuais. Esse é o “fio de Ariadne” que liga e explica a sua inserção no campo do ativismo político ao mesmo tempo em que seus textos científicos o legitimam num pedestal acadêmico.

A linguística assumiria um fundamento filosófico para a ação política de Chomsky, fundada no racionalismo e no liberalismo clássico: *“his [Chomsky] political and linguistic work have both built on the idealist philosophical tradition that he has traced back from contemporary strains of anarchism through “classical liberalism” to the Enlightenment and the early rationalists of the seventeenth century”*. (ARNOVE in CHOMSKY, 2008, p. viii). Enxerga-se um “sentido” na obra de Chomsky, uma filiação, um elo estabelecido com uma tradição de pensamento maior, que remonta aos racionalistas do século XVII e à base liberal clássica do Iluminismo, onde beberiam posteriormente os teóricos do anarquismo.

Por isso, a linguística e a política não seriam duas funções paralelas, as quais não se encontrariam nunca por não partilharem do mesmo campo do discurso. Há, pois, a construção da imagem desse autor Chomsky que parte de uma concepção distinta dessas duas funções: que se cruzam onde há um ponto de equilíbrio no engajamento de Chomsky.

Diante desse argumento fica mais evidente a justificativa de se conceber os trabalhos de linguística de Chomsky como um pano de fundo para se interpretar o lugar do ser humano no mundo; e essa interpretação se desdobraria em um método para a ação pautado no princípio de intervenção no percurso da história humana, por definir o papel do homem no presente e no futuro, a responsabilidade de nossas ações.

Enxergar esse “sentido biográfico” é uma forma de privilegiar certa instância de funcionamento da autoria, a da “pessoa”, para explicar a imagem do Chomsky “ativista político”, comumente associada em seus textos de linguística sobretudo pelo “inscritor”: a opção de Chomsky por determinado tipo de estilística

expositiva clara, do texto fluido por ele adotado, sem melindres intelectuais, sem rodeios e com muitos exemplos, repleto de provas documentais e exaustivo *corpus* com dados históricos.

Desde o *The American Power and the New Mandarins*, seu primeiro livro sobre política publicado, em 1969, tem-se o surgimento da imagem do ativismo político de Chomsky no meio editorial e a consolidação de uma posição desse autor pelo discurso do combate às políticas beligerantes dos EUA. Mas essa sua prática não se define pela união entre a linguística e a política em seus livros até a publicação de *Problems of Knowledge and Freedom*, em 1971 – *lecture* dada por Chomsky em Cambridge, Inglaterra, em homenagem a Bertrand Russell, onde ele estabelece a conexão entre os princípios *interpreting the world* e *changing the world* como uma espécie de dever dos intelectuais, o que veremos mais profundamente na próxima seção deste capítulo.

Destarte, às controvérsias e disputas de imagens desse autor, antes duplo, dividido de forma estanque entre a linguística e a política, como vimos nos capítulos 2 e 3, soma-se a tentativa de união sob uma mesma face, a do intelectual, que nasce, pois, do esforço de Chomsky em identificar em Bertrand Russell o espelho do engajamento intelectual. A construção de uma ética do engajamento aos moldes de Russell é feita principalmente pela dimensão da figuração do autor Chomsky: ele se mostra ocupando posições de destaque na linguística, como acadêmico renomado, e justifica seus trabalhos enquanto escritor da política e autor ativista. Portanto, seus textos gerem contextos de autoria distintos.

Em síntese, na criação que se tem do autor intelectual existe um processo que condiciona esse discurso dos paratextos que une os dois “Chomskys” escritores das duas faces. Disso tem-se uma marca *no* texto, principalmente nos prefácios, que mostra como que as “pessoas”, os “escritores” e os “inscritores” que compreendem o Chomsky linguista e ativista estão unidos – não seria possível separá-los.

No caso da instância do inscritor, há textos dizendo que a linguística do Chomsky é uma “linguística clara”, uma linguística que promove um esclarecimento, ligando-a a um “Iluminismo”, e temos isso justificado na união com o inscritor da política, como se ambos fossem o mesmo que dispõe as

palavras, com a mesma clareza de ideias, de modo de escrita – os dois inscriteiros teriam um estilo de escrita semelhante, que é trabalhar com argumentos sólidos, diretos e sem rodeios, acessíveis ao leitor mesmo não sendo iniciado naquele assunto. Dizendo de outro modo, no campo do compromisso intelectual com seus textos de política, a instância do inscriteor é uma marca textual importante na definição desse autor Chomsky engajado.

É, pois, nesse ponto que se faz necessário aqui um olhar mais apurado sobre o nosso *corpus*, partindo de uma análise de dois livros exemplares onde se constrói essa imagem do “Chomsky autor único”: *Problems of Knowledge and Freedom* e *Language and Politics*.

4.2 Interpretar para mudar o mundo: conhecimento e liberdade

A construção da imagem do “Chomsky autor único” deve-se em grande medida à ligação dele e da leitura que ele fez da obra do filósofo inglês Bertrand Russell. Russell deixou um dos principais legados do século XX à filosofia, ao mesmo tempo foi um pacifista, um crítico contumaz das guerras, um porta-voz dos intelectuais contra os abusos das razões de Estado em variados momentos de sua vida de quase um século. E é esse o modelo que baliza a criação da imagem do “Chomsky único”, pois o próprio Chomsky advoga a favor dessa imagem de um “Bertrand Russell uno”¹⁹ na *lecture* dada no Trinity College em sua homenagem, publicada como *Problems of Knowledge and Freedom*.

Russell é o grande mentor intelectual de Chomsky²⁰ e não é à toa que o livro *Problems of Knowledge and Freedom* (1971) foi sua primeira publicação a versar sobre as suas duas áreas de atuação como escritor – isso faz-se tão importante para a criação dessa imagem de autor que vem grafado na capa do livro com a seguinte frase: “*The first time Chomsky has joined his linguistic and*

19 No caso de Bertrand Russell, seus livros não eram publicados juntando-se suas várias áreas de atuação, ou melhor, unindo-se textos de filosofia e livros sobre política ou problemas sociais, guerras e diversos temas sobre os quais ele escreveu. Bertrand Russell possui uma vasta bibliografia que pode ser conferida no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.thriftbooks.com/a/bertrand-russell/203168/>>.

20 Na biografia que escreveu de Chomsky, Barsky (2005, p. 49) dedica um tópico inteiro à relação de Chomsky e Russell, de como o jovem Noam tinha nele um ídolo intelectual: “Um dos poucos ornamentos na sala de Chomsky no Massachusetts Institute of Technology é um grande pôster de Bertrand Russell”.

political writings under one cover” (CHOMSKY, 2003, capa – cf. p. 200 em Anexos). Destarte, pode-se dizer que é a partir da publicação deste livro que inicia-se a criação da junção das duas faces de Chomsky: antes não havia esse tipo de gestão da obra de Chomsky, essa preocupação de se falar de dois autores que escreviam em campos diferentes. Definir o autor único Chomsky, que a tentativa de se construir a imagem de um Noam Chomsky linguista inseparável do ativista nasce com esse livro – é um início dado pelo próprio Chomsky, e o modelo dessa imagem é precisamente Bertrand Russell. É nele que se inspira para levar o mesmo percurso intelectual de engajamento. E aqui passamos a uma discussão de como os organizadores e prefaciadores dos livros de Chomsky lidam com a relação da sua produção na área de linguística e do “ativismo político” unindo-as sob o signo de um mesmo autor, um autor único.

Em 1971 é a primeira vez que se tem os dois escritores, o Chomsky linguista e o ativista, unidos sob o signo de um mesmo livro. Na edição da Fontana/Collins do livro *Problems of Knowledge and Freedom*, publicada na Inglaterra 1972, ano seguinte à primeira publicação pela Pantheon Books nos EUA, temos na contracapa um paralelo claro entre a duplicidade do autor Noam Chomsky comparada com a duplicidade do autor Bertrand Russell, deixando clara a separação entre as áreas: “*Noam Chomsky has become world famous in recent years in two very different roles. He has revolutionised our understanding of the meaning of language, while his writings on political questions have made him one of the most influential spokesman of the Left today*” (in CHOMSKY, 1972, contracapa). Desse paratexto vemos a identificação de Chomsky como um autor famoso mundialmente em sua época por meios distintos: pelo papel que desempenha na sua escrita de textos sobre linguística e também em sua atuação como escritor influente das correntes políticas de esquerda.

Mas é preciso ponderar que, somente depois de Chomsky sintetizar um modelo intelectual para Russell – “*The lectures reflect his concern with some of the problems that Russell investigated and the causes to which he devoted himself*” (in CHOMSKY, 1972, contracapa) – em *Problems of Knowledge and Freedom*, os seus próprios livros passaram por um percurso semelhante de edição para dar essa coesão entre linguística e política, de se enxergar uma correspondência entre as duas faces distintas desse autor: “The whole is a

masterly work of synthesis and introduction presenting for the first time to the broadest possible public a crucial statement of Chomsky's position in both the scholarship and politics of the modern world" (in CHOMSKY, 1972, contracapa). Então o público passaria a ter acesso a livros do Chomsky linguista ou do ativista, que agora também podia apresentado com textos que se misturavam, um intérprete do mundo e seu transformador: um verdadeiro modelo de engajamento intelectual.

Todavia, as publicações da obra de Chomsky em áreas separadas continuaram e o diálogo entre as duas faces do autor Chomsky pareceu para muitos editores algo a não ser falado, um dado que não cabia na cena enunciativa – como analisamos principalmente no capítulo terceiro deste trabalho. Disso, mostramos que há dois percursos paralelos, um que focou em cada respectiva área, da política ou da linguística, publicando seus livros separadamente e outro que focou em compilar seus textos, em dar a ideia de unidade aos dois autores. E isso é possível vermos dito principalmente nos paratextos, das menções que circulam sobre o Chomsky duplo ou autor único, e como essas definições ocorrem.

Esse ponto de virada editorial na obra de Chomsky com *Problems of Knowledge and Freedom* faz com que daí em diante haja uma influência no discurso dos paratextos para se criar, citar e comentar, gerando-se a necessidade de se falar das duas faces de Chomsky. Dizendo de outro modo, com a *lecture* em Cambridge em memória de Russell, Chomsky tenta dar coerência e unidade às duas faces desse autor, e, ao mesmo tempo, na publicação resultante dessa *lecture* temos o próprio pensamento de Chomsky figurando em uma unidade, passa-se a ter um olhar teleológico sobre as duas áreas de escrita de Chomsky e um possível diálogo entre seus textos de linguística e de política.

Antes disso, Chomsky só havia publicado alguns livros de política: *American Power and the New Mandarins* (1969), *At War With Asia* (1970), *Two Essays on Cambodia* (1970), sendo os dois primeiros publicados pela Pantheon Books – e *Problems of Knowledge and Freedom* sai também pela Pantheon Books, enquanto seus outros livros de linguística saíram por editoras variadas. Isso nos importa pois mostra que a Pantheon Books, do editor e amigo de Chomsky André Schiffrin, que lançou no mercado editorial o Chomsky político, foi

também quem daria o início para a gestão da imagem do *Chomsky único*. O livro *Problems of Knowledge and Freedom* é republicado em 2003 por André Schiffrin à frente da editora The New Press, mas enriquecido com diversos paratextos que faltavam à primeira edição, como pequenas frases na capa e contracapa, uma folha com comentários de Eduardo Galeano sobre Chomsky e outras informações paratextuais que analisaremos adiante.

Esse tipo de escolha revela a função da editora na regulação da obra de Chomsky: ao relacionarmos o que a Pantheon Books já tinha publicado de Chomsky vemos que esse modelo de “leitor de Chomsky” que se pretende com The Chomsky Reader teve início com a publicação do *The American Power and the New Mandarins* – o primeiro livro de Chomsky publicado por esta editora, em 1969. Isso nos faz questionar em que medida “o leitor de Chomsky” que esta publicação induz, que se formata no título do livro, é um leitor para o qual a Pantheon Books publica: uma editora não voltada para a área de linguística, mas um público leitor de textos da área de política, sociologia e história.

E aqui é lícito ressaltar o papel editorial desempenhado por André Schiffrin na consolidação da imagem do “Chomsky autor único” por um tipo de *ethos* editorial distinto, da busca de um afastamento dos ditames do capital, do lucro. A editora The New Press, por Schiffrin fundada, se diz portadora de uma missão: publicar livros de temáticas críticas ao *establishment*, que não primam pela lógica da rentabilidade, que não pertencem ao *mainstream* das grandes editoras, livros que o mercado editorial preocupado com o lucro não dá chance e acabam parados, sem circular. Isso conferimos num paratexto que pode passar despercebido ao leitor por estar misturado a detalhes técnicos do livro:

The New Press was established in 1990 as a not-for-profit alternative to the large, commercial publishing houses currently dominating the book publishing industry. The New Press operates in the public interest rather than for private gain, and is committed to publishing, in innovative ways, works of educational, cultural, and community value that are often deemed insufficiently profitable. (CHOMSKY, 2003, ficha catalográfica – grifo nosso; cf. p. 204 em Anexos).

Esse apontamento sobre um “*often deemed insufficiently profitable*” é importante de se ressaltar pois é a grande disputa do editor André Schiffrin com o

mercado de livros. Desse modo, ele tenta marchar na contramão do mercado com uma editora sem fins lucrativos, que tem um propósito de divulgar ideias, de agir no campo cultural, educacional e político, ou seja, uma editora ativista. Por isso, a editora The New Press define um campo em que se insere o livro de Chomsky: não é um livro para vender, para se ganhar dinheiro, mas para fazer frente a um tipo de poder na sociedade, é um livro-militância, um livro do ativismo político, que une *knowledge and freedom*: “conhecimento e liberdade”.

O leitor da edição da The New Press de *Problems of Knowledge and Freedom*, ao abrir o livro depara-se com uma folha que antecede a folha de rosto onde temos um texto do escritor uruguaio Eduardo Galeano intitulado: *Abracadabra*²¹. É um tipo de paratexto difícil de definir, pois não cumpre uma função prefacial, não comenta o livro, mas apenas o autor Chomsky, mobilizando as três instâncias da autoria como em um texto biográfico, de engrandecimento desse autor por meio de um texto livre.

Pelo próprio título deste paratexto de Eduardo Galeano (*in* CHOMSKY, 2003, falsa folha de rosto, grifo nosso) vemos um olhar místico sobre Chomsky, lançando mão da instância da “pessoa”, o judeu Chomsky, numa referência indireta pela escolha de um vocábulo do hebraico, língua que Chomsky aprendera quando criança e que falava no ambiente doméstico:

*I suspect Chomsky is familiar with the key that opens forbidden doors. As a renowned scholar of linguistics, he ought to be. Abracadabra, the magic word used by people everywhere, comes from the Hebrew *abreq ad habra* and it means, “Keep spreading your fire until the end”.*

Em que sentido podemos usar palavras de tal característica literária para caracterizar o linguista Chomsky? Jamais veremos em um paratexto de livros de linguística de Chomsky publicados pela Oxford, pela Cambridge ou pela MIT Press, entre outras editoras, tal tipo de definição de Chomsky, como alguém que é familiarizado com as “chaves que abrem as portas proibidas”.

21 As referências a esse paratexto do livro *Problems of Knowledge and Freedom*, da edição de 2003 da The New Press, escrito por Eduardo Galeano, usadas aqui e em outros momentos deste capítulo podem ser conferidas na p. 203 em Anexos.

No entanto, passando pela instância do escritor, do Chomsky “como um renomado estudioso da linguística” e consagrado nessa cena englobante, Galeano assevera que é exatamente por causa de sua erudição em linguística que ele “deve ser” (“*ought to be*”) familiarizado com aquelas chaves do conhecimento que desafiam o proibido.

Essa atribuição de um poder a Chomsky, uma habilidade que reside em sua capacidade de lidar com a linguagem, em ter certas chaves do mundo, vem ao encontro do que Galeano diz nesse mesmo texto: “*He’s condemned for heresy, for committing the sin of believing in freedom of expression*”. Temos duas expressões de cunho religioso: “*heresy*” e “*sin*”, usadas para definir uma “crença” desse autor Chomsky, que é “condenado” por acreditar na liberdade de expressão. Ora, novamente vemos a definição por Galeano de um lugar místico para Chomsky, de uma imagem que só é possível se o concebermos pelo prisma do intelectual como alguém que encampa uma missão “sagrada” no mundo. Galeano continua:

He’s no domesticated intellectual, not just another member of that vast herd. With all the vigor of his powerful mind, this dangerous black sheep assails the prevailing mindlessness, and unmasks the hypocrisy of a power that practices global thuggery in the name of Democracy (grifo nosso).

Aqui Galeano evoca um anti-*ethos*: o dos “intelectuais domesticados”, dos intelectuais que são “apenas mais um do vasto rebanho” - e Chomsky é o oposto, um antípoda desse status quo da academia, dos intelectuais que se fizeram passivos, domados: dessa “rebanho” Chomsky é a “ovelha negra”, alguém perigoso, que escancara a “hipocrisia” do poder que comete atrocidades no mundo “em nome da Democracia”. Vemos emergir a instância do inscritor em “*unmasks the hypocrisy*”, posto que essa tarefa Chomsky desempenha em seus textos, em sua escritura, em seu modo de enunciar.

Nesse espaço vemos evidente a exaltação do intelectual, a inserção de Chomsky num lugar de destaque dos intelectuais engajados, em disputa com os intelectuais submissos ao sistema. Isso nos leva a um olhar sobre outro importante paratexto da edição de *Problems of Knowledge and Freedom* pela The New Press: a sua contracapa. Na parte superior desse paratexto temos:

“*History/Political Science*”, como indicação de tipo de texto, ou seja, está inserido no campo da cena englobante do discurso da história e da ciência política, não mencionado aqui o campo da linguística. A partir disso vemos que, embora seja enunciado logo na capa, como mencionamos, que este se trata do primeiro livro onde vemos unidos seus escritos sobre política e sobre linguística, a política prevalece nessa indicação de cena englobante.

Ainda na contracapa, no que podemos chamar de “excerto biográfico” do livro, temos algumas definições de campo de atuação de Chomsky que nos mostram como nos paratextos encontramos traços importantes para a criação da imagem de autor, pelo que se registra:

Noam Chomsky is Professor of Linguistics at the Massachusetts Institute of Technology, a world-renowned linguist and political activist, and the author of numerous books, including On Language, the collection Understanding Power (both from The New Press), Manufacturing Consent, Fateful Triangle, and 9-11.

Embora se diga que Chomsky é um “professor de linguística” e reconhecido mundialmente (*world-renowned*) como tal, ao mencionar os livros que ele publicou vemos constar somente o título *On Language* (CHOMSKY, 2007). Publicado em 2007 também pela The New Press, *On Language* possui o seguinte subtítulo de “*Chomsky’s Classic Works*”. Todavia, trata-se de um livro que não reúne de fato textos “clássicos” do Chomsky linguista: *On Language* é a composição de dois livros, *Language and Responsibility* (CHOMSKY, 1979) e *Reflections on Language* (CHOMSKY, 1975); não são trabalhos que podem ser claramente chamados “clássicos” do Chomsky escritor da linguística como *Syntactic Structures* (CHOMSKY, 1957), *Aspects of the Theory of Syntax* (CHOMSKY, 1965), *Language and Mind* (CHOMSKY, 1968), entre outros. Portanto, ao mencionar *On Language* como um dos “*numerous books*” escritos por Chomsky, não temos tanto uma contribuição à imagem do linguista mas sim uma indicação aos leitores dos próprios títulos da editora The New Press.

Nessa disparidade de indicação bibliográfica dos autores Chomsky da política e da linguística, vemos o destaque para os seus textos de política. Isso fica mais evidente ainda no seguinte trecho da contracapa: “*This is the third in a series of Chomsky’s early political books* reissued by The New Press. The others

are American Power and the New Mandarins and For Reasons of State” (grifo nosso). Aqui o livro *Problems of Knowledge and Freedom* é inserido de fato na estante da política, ocupando, além do mais, um lugar numa “série dos primeiros livros de Chomsky sobre política”, seus textos de formação – numa espécie de seus “clássicos da política”.

Pode parecer contraditório apresentar esses fragmentos quando retornamos à ideia de que temos nesse livro a construção da imagem do “Chomsky autor único”. Ou seja, relegar a face do “Chomsky linguista” a um lugar de somenos importância na definição desse autor “Chomsky intelectual”, destacando o papel preponderante da faceta do “Chomsky político”, aparentemente mascara uma disputa em torno das imagens desse autor. Não obstante, veremos com a análise de outros exemplos do nosso *corpus* que a gestão dessa imagem do autor Chomsky único é feita por editores que se localizam também no campo do ativismo político, que se identificam com o papel de engajamento intelectual desempenhado por Chomsky, por isso a linguística serve como suporte teórico para que o discurso do Chomsky ativista possa emergir.

Dessa forma, essa aparente contradição entre o papel desempenhado pelos textos de linguística e o papel dos textos de política do “Chomsky autor único” permeia os paratextos de *Problems of Knowledge and Freedom*, mas permanece a ideia deste livro como uma “unidade” um livro-síntese da “filosofia moral”, “análise linguística” e “crítica política da guerra americana no Vietnã”: “*Problems of Knowledge and Freedom is an erudite and cogent synthesis of Noam Chomsky’s moral philosophy, linguistic analysis, and emergent political critique of America’s war in Vietnam*”. (CHOMSKY, 2003, contracapa – grifo nosso). Importa-nos reter a qualificação “*erudite and cogent*” – aqui trata-se do inscritor, do estilo erudito que o coloca ao lado e à altura de Bertrand Russell; o *cogent*, entendido como “persuasivo”, “convicente” nos remete a um texto elaborado de forma a convencer o leitor com seus argumentos.

Com isso, vemos que não foi por acaso que se escolheu Chomsky para dar as *Russell Lectures*. Chomsky, desde então, torna-se herdeiro direto de Russell, que é um modelo para ele, que comunga a ideia de ser um grande e reconhecido intérprete do mundo e uma voz que clamou por justiça – o ativista. Mas isso

mostra como o *ethos* editorial é importante nas escolhas do que vincula, no que vai circular e na criação da imagem do autor da política e da linguística.

A divisão do texto-base desta *lecture* se faz editorialmente em três partes: uma *Introdução*, escrita pelo próprio Chomsky, e dois capítulos: “*On interpreting the world*” e “*On changing the world*”. Na *Introdução* Chomsky defende o que é o modelo do intelectual engajado com base na vida e obra de Bertrand Russell e na estratégia de divisão e nomeação das aulas. Para usarmos as palavras de Chomsky (2003, p. 11 – grifo nosso), ao interpretar a possibilidade de haver um elo entre as teorias de Bertrand Russell e suas convicções políticas, vemos que essa é uma problemática que viria à tona com os textos do próprio Chomsky:

Is there a common thread running through Russell's enormously varied studies, which, taken as a whole, touch on virtually every question of vital human concern? Is there, in particular, a link between his philosophical and political convictions? It is by no means obvious that a given person's efforts, in such separate domains, must derive from a common source or be at all tightly linked. Perhaps, nevertheless, one can discern some elements in Russell's endeavor to discover the conditions of human knowledge and the conditions of human freedom.

Este excerto serve como pano de fundo para pensarmos a construção da imagem do autor “Noam Chomsky único” a partir do seu próprio questionamento sobre “a existência de uma ligação” entre a filosofia e as convicções políticas de Bertrand Russell – o que nos permite dizer que a correspondência entre áreas tão distintas de circulação do pensamento e da ação “não é algo óbvio”, mas é feita por “alguém que enxerga certos elementos” de coesão no percurso de escrita de um intelectual. Ademais aqui Chomsky ressalta que é possível pensar no “esforço” realizado por Russell para descobrir “as condições do conhecimento humano” e também as “condições da liberdade humana”, unindo assim a proposta básica de sua *lecture* identificada no título pelo paralelo entre *knowledge* e *freedom*.

A relação que se estabelece entre o “interpretar o mundo” e o “mudar o mundo” vemos ser figurado pelo próprio Chomsky em sua figuração como autor que circula, que tem seus textos inseridos em duas áreas que permitem essa conclusão – a linguística e o ativismo político. No delinear do caminho, da opção pelo *ethos* intelectual aos modos de Bertrand Russell, bem como na divisão da

sua *lecture* em interpretar e mudar o mundo, Chomsky também se coloca em um local privilegiado, em um *panteão* de grandes nomes do pensamento ocidental pelo fato de ter sido o convidado a dar a primeira das *Russell's Lectures* no Trinity College, em Cambridge.

E a importância dada a alguns aspectos da trajetória intelectual de Russell vista por Chomsky no *Problems of Knowledge and Freedom* se faz pela matriz que dele se tira para basear posteriormente as interpretações da obra de Chomsky por seus editores, na mesma linha de unir seus textos numa espécie de todo, de comunhão de suas áreas de escrita buscando uma função de engrandecimento, de pareamento com grandes pensadores e mesmo personagens míticas, como vemos nesse trecho a menção ao filósofo alemão Erich Fromm que caracteriza Russell como um Prometeu: “*While Russell's intellectual achievements remain a delight to the inquiring mind, it is what Erich Fromm perceptively calls his renewal of the “Promethean function in his own life” that will continue to inspire those who hope to be citizens of a free community*”. (CHOMSKY, 2003, p. viii). A grande discussão que vemos por trás dessa problemática de um “autor Prometeu” é o debate de longa data sobre o papel dos intelectuais na sociedade: se há uma necessidade dos pesquisadores, independentemente da área do conhecimento em que atua, ou homem de letras, escritores etc. de romperem com o seu *métier* de escrita e partirem para um posicionamento frente aos problemas políticos do mundo, defendendo uma causa, assinando manifestos etc.

Isso também ocorre com a imagem do intelectual Chomsky, de uma sobreposição da política (*changing the world*) sobre a ciência (*interpreting the world*) – uma se estabelece em função de outra, são interdependentes, mas a ciência sem o ativismo é estéril, serve aos interesses do sistema (nos moldes do intelectual sartreano – e isso podemos ver nos paratextos desses livros de Chomsky que o inserem no campo do intelectual engajado). E a sobreposição, nesse caso, da política sobre a linguística, funciona pelo propósito do “*ethos do engajamento*”.

A construção que Chomsky fez de Russell no *Problems of Knowledge and Freedom* é o que vão fazer com ele também, como exemplo de Carlos Otero em

Language and Politics. Foi a partir desse livro que temos a caracterização do duplo em termos editoriais, de fusão de seus textos, de junção de sua obra.

Pelo *Problems of Knowledge and Freedom*, o tipo de ciência que Chomsky faz na linguística é humanizadora, que desvela os mistérios, as controvérsias de um mundo errado, obliterado por uma falsa ciência e revela os perigos e consequências sociais e políticas dessa falsa ciência. Ou seja, é uma linguística que tem responsabilidade com um projeto de mundo, um “conhecimento que traz liberdade”. Nos livros que retratam o “Chomsky uno” os textos de linguística estão ali como chaves para se desvendar um código da verdade (*knowledge*) e transformar o mundo; a linguística está nos livros desse tipo de *corpus* não para si, como um conhecimento a ser buscado para quem quer debater sobre linguística, se aprofundar nos temas que Chomsky lida (ou seja, como um texto do campo/cena da linguística), mas para a política, como um princípio científico balizador do intelectual, uma credencial para o discurso político do ativista – pois, veja-se, ele não é um “analista político”, ou pelo menos não é assim apresentado, alcunhado; também não é “cientista político”, não o vemos assim, tampouco é economista, mas é “dissidente”, “ativista”.

Em suma, é precisamente com *Problems of Knowledge and Freedom* que se cria, no percurso editorial da vasta obra de Chomsky que seguiu à sua publicação em 1971, a necessidade de definir, de se demarcar os espaços do discurso do Chomsky político, de um lado, e do Chomsky linguista, de outro, ou buscar a relação entre ambos, a conexão possível de seus textos numa concepção de autor único, de intelectual engajado.

4.3 Language and politics

Em *Language and Politics* deparamo-nos com um livro que busca mostrar de diversas maneiras como a linguística chomskyana possibilitou uma virada científica no século XX, no que tange à compreensão da natureza humana, principalmente por inaugurar estudos mais aprofundados sobre a relação entre mente e cérebro. E, através dessa demarcação de um discurso pautado na ciência, temos uma espécie de justificativa intelectual para se traçar um projeto

para o mundo, de uma causa nobre que revela um propósito na atividade acadêmica do autor Chomsky e possibilita um salto para o seu ativismo.

Circunscrito na cena genérica das entrevistas, adotado aqui como um dos principais exemplos de criação da imagem de um “Chomsky único”, temos o livro *Language and Politics*, organizado e prefaciado pelo professor de linguística da Universidade de Los Angeles Carlos P. Otero. O livro consiste em uma compilação inédita de dezenas de entrevistas feitas com Chomsky ao longo de três décadas, de 1968 a 1988.

Iniciaremos nossa análise do livro *Language and Politics* a partir dos paratextos periféricos, ou seja, detendo-nos sobre aquilo que se apresenta de imediato ao leitor, como capa, contracapa, etc., para daí então aprofundarmos a leitura paratextual com as notas preliminares e o texto introdutório do seu organizador, Carlos Otero.

Language and Politics trata-se de um livro volumoso de quase oitocentas páginas de entrevistas de Chomsky. Otero, que além de organizador das entrevistas foi também editor e idealizador do livro, chama os textos nele compilados de *pieces*, como forma de relacionar a origem do formato, em “peças” transcritas dos áudios ou de entrevistas originárias da mídia escrita; é um conceito que denota a transição do texto, de sua conversão em formatos distintos, como por exemplo a gravação do áudio, a transcrição e a edição do texto para publicação.

E as entrevistas em questão no livro, praticamente todas, foram publicadas anteriormente em revistas e jornais, mas nunca foram reunidas em livro: “*None of the pieces has ever been included in a book; some have never appeared before in English*”. (CHOMSKY, 1999, contracapa). Ou seja, vemos certos problemas próprios do texto como objeto, em sua materialidade: da importância do livro como espaço canônico para se ter uma mudança do *status* das entrevistas, de *pieces* para “capítulos”; de gravações de diálogos diversos para um texto que comporá a obra do autor, do princípio de legitimação do escritor por “incluir” seus textos “em um livro”.

O lapso de tempo entre as publicações para mostrar a abrangência do trabalho seletivo, do esforço de pesquisa do editor: “*The earliest of the interviews – which is among the most celebrated – appeared in September 1968 in a litte-*

known Dutch journal; the most recent – which has not previously been published – was conducted 15 February 1988 by David Barsamian". (CHOMSKY, 1999, contracapa). Isso mostra que há uma migração de espaço, de produção associada de Chomsky ao longo de vinte anos, para o “espaço canônico” da sua obra com o livro *Language and Politics*.

Desse cuidado com os textos em trânsito, de onde vieram, sua origem, como foram compor o livro, vemos a exclusividade do percurso editorial de incluí-los ali em primeira mão e até de excluir alguns: “[...] *more than one has actually been suppressed*” (CHOMSKY, 1999, contracapa). *Language and Problems* parte de um universo de totalização possível das produções de entrevistas em áudio, vídeo ou por correspondência de Chomsky e o editor se vê obrigado a mencionar a ausência, a supressão de algumas nesse compêndio que o leitor tem em mãos. Todavia, essa justificativa, aparentemente banal, revela o trabalho editorial, o percurso de busca e definição do que deveria caber ou ser excluído desse espaço canônico do livro *Language and Politics*, mostrando que certas escolhas dos editores e organizadores delimitam a obra de um autor, regem o contexto da obra.

Na contracapa vemos destacada uma característica figurativa do autor Chomsky: alguém hábil com entrevistas, com questões, tanto quanto em seus escritos convencionais: “*Many people who read Noam Chomsky are surprised to discover that he can be at his best dealing extemporaneously with questions*” (CHOMSKY, 1999, contracapa). Trata-se de uma tentativa de dizer que a leitura de um livro de entrevistas de Chomsky é equiparável a qualquer outro de seus livros - opõe-se ler “ler Chomsky” e a novidade de “ler entrevistas de Chomsky”. Mas, cabe lembrar que o gênero “entrevista” é recorrente na obra de Chomsky, como em grande parte dos livros adotados no *corpus* do nosso trabalho.

Essa forma de se portar em uma entrevista, em assumir uma postura no curso das perguntas e respostas, indica um traço do “inscritor”. E o gênero da entrevista possibilita esse olhar para a inscritura também do entrevistador, como por exemplo de David Barsamian: “[...] *who contributes seven other extremely informative interviews as well*” (CHOMSKY, 1999, contracapa). Ora, é interessante vermos essa possibilidade que o texto engendra: como se trata de um compêndio de entrevistas vemos os traços do entrevistador também

caracterizados, marcados, feito imagens - para no mínimo estarem à altura do Chomsky entrevistado.

Ainda na contracapa, vemos a amplitude dos temas trabalhados nas entrevistas e aciona-se os *ethè* da "*honesty*" e do "*insight*" para lidar com questões de grande importância para o momento global da publicação do livro: "*the broad range of topics includes questions of great significance and urgency, all addressed with both honesty and insight*" (CHOMSKY, 1999, contracapa). Os termos usados aqui se adéquam mais propriamente ao inscridor Chomsky que enuncia do campo da política, das entrevistas de temas políticos, que podem ser de "grande significância" e "urgentes", ao mesmo tempo que ditos de modo "honesto" e com "perspicácia"; todavia, no que compete à cena englobante da linguística não podemos atribuir a ideia de "*urgency*" e apenas forçosamente podemos dizer que um texto de linguística é escrito com "*honesty*".

A ordem dos textos é estabelecida por uma cronologia - a qual existe dentro das unidades do livro, pois as unidades se definem pelo tipo de entrevistador. A abrangência do que é tratado refere-se também por uma ideia de separação: "*Chronologically, the coverage extends from Chomsky's personal and intellectual development to his analysis of the latest political events*" (CHOMSKY, 1999, contracapa). E aqui o editor distingue o "desenvolvimento pessoal" do "intelectual" do autor e suas "análises políticas". Isso indica que, embora o propósito final do livro seja mostrar a unidade dessas faces de Chomsky, temos no texto marcas que as separam, que precisam compreendê-las separadas num momento para depois se argumentar em favor de uma inseparabilidade do "intelectual Chomsky".

Nesse sentido, o principal destaque que podemos fazer da contracapa e que diz respeito diretamente ao problema do presente capítulo está no trecho: "*Otero's introduction provides a unifying perspective on Chomsky's thought and action*" (CHOMSKY, 1999, contracapa). É dessa tentativa de Otero, na *Introdução*, de unir o "pensamento" de Chomsky com sua "ação" que vemos se consolidar discursivamente a imagem do Chomsky "autor único", de duas áreas de atuação distintas que não podem permanecer separadas: o linguista com a responsabilidade pelo pensamento, e o ativista político responsável pela ação.

E essa ideia de “pensamento” é tomada como parte dos textos do Chomsky linguista, ao passo que os livros do ativista compõem, são parte do Chomsky ativista. Mas, note-se: o "*provides*" mostra que essa unidade é feita, quem une os fios e cria uma ideia de comunhão de autoria é Otero: não há uma união latente das duas faces do autor Chomsky de forma óbvia, mas é uma marca do editor, é uma "perspectiva". Ou seja, a unidade das duas faces desse autor Chomsky é algo que necessita de uma introdução, de um prefácio, de argumentos - todos esses textos que jazem em torno do livro, nos paratextos.

Na descrição biográfica da contracapa vemos a “pessoa” de Chomsky premiada, que "detém várias posições honrosas": "*holds several honorary degrees and has written numerous books and articles on linguistics, philosophy, intellectual history, and contemporary issues*" (CHOMSKY, 1999, contracapa). Entretanto, na discriminação das áreas em que escreve, do Chomsky “escritor”, não vemos o campo da "política", mas "história intelectual" e "assuntos contemporâneos"/"questões atuais", o que pode indicar uma “atualidade” em qualquer área do conhecimento.

A breve descrição biográfica de Chomsky na contracapa vem acompanhada de um pequeno excerto sobre quem é Carlos Otero. Otero divide assim a contracapa com Chomsky: há uma referência à sua biografia, um pequeno texto que o define, principalmente, em face de como se relaciona com Chomsky ("*Professor Carlos P. Otero, who edited Radical Priorities by Noam Chomsky, teaches linguistics at the University of California at Los Angeles*"); ou seja, Otero é caracterizado como um editor de outros textos de Chomsky. Além disso, Otero também divide a capa de *Language and Politics* com Chomsky (Noam Chomsky aparece como autor e, abaixo, vemos "*Edited by C. P. Otero*"). Faz-se oportuno ressaltar que o *copyright* do livro é de Otero, que Chomsky é o autor dos textos, mas não o detentor da propriedade, dos direitos autorais do livro *Language and Politics*.

Isso corrobora nosso argumento de que o mercado editorial por trás das publicações diz muito sobre o que compõe os livros, sobre o que chega nas mãos do leitor – e, de fato, esse é um livro onde houve mais “trabalho” de Otero do que de Chomsky, onde a busca demorada de todo o material de entrevistas, a conversão de formatos, a adequação do gênero, a edição das partes mais densas

para garantir a “boa leitura”, as notas introdutórias, enfim, todo o conjunto de espaços paratextuais que permitem a existência no livro dos textos de Chomsky foram possíveis graças ao empenho de Otero.

Assim, Otero participa ativamente dos textos do livro, por isso não estranhamos o *copyright* estar em seu nome, pois foi ele quem projetou a ideia de *Language and Politics*, quem a ordenou: temos um livro com o núcleo de seus textos enunciado por um autor, Chomsky, que leva os direitos autorais de um outro autor, Otero - e, veja-se, textos escritos não integralmente mas "em parte" por Chomsky, nas respostas às questões das entrevistas compiladas.

Na página de informações técnicas do livro, a ficha catalográfica, vemos aparecerem os *acknowledgements*, de forma discreta no topo da página: “*Acknowledgements: We are greatly indebted to the interviewers and to the publications, referenced in the Editor’s Notes, where the interviews first appeared*”. Mas são os *acknowledgements* da editora, é a voz da editora Black Rose Books, pois o organizador-editor dos textos do livro, Carlos Otero, faz seus próprios *acknowledgements* no corpo das notas preliminares que escreve - como veremos adiante. Nota-se assim ser algo acrescentado posteriormente ao restante do conteúdo do livro, feito enquanto no prelo, e que nada mais é além de uma obrigação editorial de agradecer a quem participou das entrevistas e às outras editoras que publicaram algumas delas num primeiro momento. Ou seja, trata-se de um paratexto não dedicado diretamente ao leitor, mas um diálogo entre editores.

Outro olhar sobre a página de informações técnicas do livro nos permite notar também as “palavras-chave”, que demonstram os temas de entrada do livro: “1. Chomsky, Noam - *Political and social views*” e “2. *Language - political aspects*”. Isso é fundamental embora pareça um detalhe: vemos a linguística ser estabelecida “em função” da política, não obstante no livro haja entrevistas bem específicas sobre linguística. Isso demonstra que a linguística tem um papel na obra de Chomsky que é a definição do lugar de fala do cientista, do responsável pela “revolução cognitiva”, mas que seu trabalho tem um sentido, um propósito de embasar o ativismo do político. É o tema da linguagem dos trabalhos de Chomsky considerado pelo prisma da política.

Mesmo nesse processo de produção da imagem do “Chomsky autor único”, das duas faces fundidas em uma só imagem do intelectual engajado, a linguística exerce um papel preponderante na qualificação do “pensador Chomsky”, mas é uma teoria como meio, como etapa para se compreender o ser humano, a condição humana - logo, gerar o ativismo. São esses tipos de detalhe que revelam as intenções, os motivos editoriais por trás das escolhas feitas que organizam a obra de um autor e, conseqüentemente, advogam em favor de uma imagem dele.

A estruturação do livro *Language and Politics* é feita em três partes, conforme os entrevistadores e não por afinidade de temas de cada seção: a unidade de cada subdivisão do livro não se dá pela coerência temática, ou de discursos afins sobre um objeto, que muda conforme muda-se o tema, mas pela condução da entrevista por um bloco de um mesmo ou de diversos entrevistadores: na primeira parte vemos uma chamada *Interviews*, onde os entrevistadores não se repetem, portanto apresentando essa coerência interna que justifica a subdivisão do livro, mostrando as escolhas arbitrárias do organizador. Na segunda unidade vemos "*Reime Interviews*", por se tratarem de textos resultado das entrevistas feitas pelo linguista finlandês Hannu Reime; e a terceira é um conjunto de entrevistas feitas por David Barsamian, diretor da Alternative Radio e maior entrevistador de Chomsky.

Language and Politics não possui um prefácio, mas um tópico intitulado *Editor's Preliminary Note*, que cumpre a função prefacial de apresentar ao leitor os motivos que levaram à publicação deste livro, as suas divisões, opções pela escolha de determinados textos e não outros, enfim, um conjunto de explicações que levam o leitor a entender a importância das entrevistas de Chomsky e da necessidade de se compilar as consideradas, pelo editor, as mais relevantes delas para reuni-las num mesmo livro. Para detalharmos a estrutura desse paratexto, ele se divide em: caracterizar a “pessoa” do autor Chomsky, descrever a origem dos textos do livro e depois registrar um *acknowledgements*.

O texto da nota preliminar do editor inicia-se relatando Chomsky como um autor premiado pelo Kyoto Prizes. Esse modo de começar a apresentação de um livro é uma forma de chamar a atenção do leitor para a “grandiosidade” da “pessoa” do autor. Otero mostra a importância deste prêmio e o lugar que a

pessoa ocupa ao ganhá-lo - inclusive em valores, do ano de 1988. Mas, notemos a área em que Chomsky foi contemplado: *basic sciences* - e o prêmio de Kyoto engloba áreas como: “*Kyoto Prize encompasses only three categories: basic sciences, advanced technology, and creative arts and moral sciences*” (OTERO in CHOMSKY, 1999, p. 17). Certamente, pelo que veremos adiante na *Introdução* de Otero ao livro, Chomsky tinha condições, como autor ativista, de ganhar na categoria de "ciências morais", mas entrou como premiado em "ciências básicas". Ou seja, quem de fato ganhou esse prêmio foi o Chomsky autor da linguista.

Nesse início de notas preliminares, Otero discute a "qualidade" do Prêmio de Kyoto em comparação com o Prêmio Nobel: seria o equivalente deste respectivo à área de linguística. E apregoa que o “autor-ator” Chomsky do ativismo merecia, por contribuir para um mundo mais pacífico etc., ganhar o Prêmio Nobel da Paz:

It is no less reasonable to expect that if in the years ahead the recipient of the Nobel Peace Prize is chosen from among those who have contributed the most and continued to be most committed to bringing about a more peaceful and better world, Chomsky's name will be high on the short list. (OTERO in CHOMSKY, 2009, p. 17).

É uma discussão sobre a honra da instância da “pessoa” que parte dos campos de atuação do autor linguista, como ator, e do autor da política - são dois prêmios que ele merece, por motivos distintos, de origens que não cabem no mesmo prêmio, embora seja uma mesma pessoa. Ora, no início dessas notas preliminares vemos a diferenciação das faces do autor, ou seja, de um Chomsky duplo. Mas, embora haja a separação da “pessoa” em duas dimensões distintas, ao longo da argumentação de Otero veremos que esses polos se unem numa necessidade teórica.

O engrandecimento da “pessoa” de Chomsky continua por destacar sua importância na história do mundo: Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 17) afirma a posição de destaque, “*towering figure*”, entre os diferentes intelectuais que existem - e compara Chomsky com outros intelectuais: onde eles falharam, Chomsky obteve êxito: “*If the usual standards had been applied to him, he would have been seen for many years now as a towering figure in the history of*

civilization. It is not hard to see that some of the greatest minds had failed where finally Chomsky succeeded". Esse tipo de comparação de Chomsky com outros intelectuais é recorrente nos argumentos apresentados por Otero, tanto nas notas preliminares como na Introdução, e é com base nele que vemos construir uma imagem de Chomsky como o último grande intelectual vivo.

A *arché* das ideias revolucionárias de Chomsky está na linguagem: este é o grande elemento balizador da tese de Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 17 – grifo nosso) e de outros editores/organizadores da obra de Chomsky que advogam em prol de uma imagem de autor única:

To begin to gage the significance of his revolutionary ideas we have to consider that our language is central to everything we do. More than any other human attribute, language distinguishes us from all other animals; without language there would be no possibility of culture and cultural development.

Aqui Otero adentra num campo comum das teorias sociais, mais propriamente antropológicas, da definição daquilo em que consiste o maior fator distintivo do ser humano na natureza: a habilidade linguística, o apanágio da espécie humana, algo que os outros animais jamais foram capazes de desenvolver. Diante disso, compreender mais profundamente a linguagem, como Chomsky fez em seus trabalhos, seria conseqüentemente aprofundar o entendimento do que é o ser humano. E, ao adentrar nessa compreensão mais ampla do homem, Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 17 – grifo nosso) mostra como a linguagem nos faz entender nosso "lugar na evolução" para então também divisarmos nosso "lugar no presente e no futuro":

Since language is the most central human attribute, discoveries that result in deeper understanding of language can profoundly affect what we think of ourselves and of our place in the course of biological evolution and cultural development - particularly our place in the present and future social world.

Na expressão "*cultural development*", que se repete nos dois excertos citados acima, temos um diálogo claro com a área de atuação do ativista, onde de fato ele pode contribuir com o mundo, onde ele faz a diferença, no campo da cultura. E aqui vemos também de onde vem a relação entre as duas faces de

Chomsky: passa-se, assim, do início das notas preliminares voltado à "pessoa" do linguista e do ativista para a correspondência entre suas duas faces de autor - uma correspondência que justifica a ideia do autor "Chomsky único".

Compete-nos aqui frisar como Otero justifica conceitualmente a imagem do Chomsky único a partir do recurso à ideia de linguagem como o fator diferenciador da espécie humana, como o traço marcante na definição do que é o ser humano, conseqüentemente no papel das decisões da humanidade diante dos problemas da natureza e do desenvolvimento cultural – precisamente onde Chomsky atua, denunciando a destruição dos recursos naturais pelos interesses de Estado, mormente dos EUA, e lutando por um mundo mais democrático e livre, em busca de um real desenvolvimento cultural.

E o organizador (in CHOMSKY, 1999, p. 17-18 – grifo nosso) tenta mostrar não apenas uma correspondência entre a linguística e a política, mas uma relação de necessidade, uma base inextrincável: "*A deep understanding of language is thus a prerequisite to a deeper understanding of our humanity. Furthermore, the progress made in the psychology of language furnishes suggestive models for other aspects of cognitive psychology*". Com isso podemos observar que nos trabalhos do Chomsky linguista, desde o início de sua carreira, já haviam, segundo esse postulado de Otero, o delineamento, o embasamento do que compreenderia a atividade de Noam Chomsky ativista na década de 1960, bem depois de se ter estabelecido como linguista.

Em seguida, Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 18 – grifo nosso) delinea a unidade de Chomsky definindo o sentido de coesão do escritor em face de um "approach" e "style", que são marcas próprias do inscritor: "*It would make little sense to pretend that the author of the non-scientific studies is not the scientist. The approach and the style of argumentation is the same in both cases - and without parallel among students of society and ideology, to the best of my knowledge*". Destarte, vemos no inscritor o nó central da definição do elo dos dois autores - e aqui ainda há o postulado restritivo de Otero, da separação entre as faces de um "não-cientista" e um "cientista" - mas ele usa inclusive o termo "autor". Talvez não haja um excerto mais claro que este para mostrar uma tese totalmente oposta ao que vimos nos capítulos 3 e 4 do presente trabalho, de um Chomsky que divide seu tempo em dois tipos distintos de autoria, de um autor

que divide seu tempo entre dar palestras e escrever sobre linguística e participar de movimentos, entrevistas e escrever sobre política.

Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 18) continua sua interpretação da obra e da biografia de Chomsky exaltando diversos traços da “pessoa”; faz um paralelo maior de Chomsky ligando-o inclusive ao que apregoava o historiador romano Tito Lívio sobre o ditado popular acerca da “boa sorte” e do “bom senso”: "*Another thing to note about Chomsky is that he appears to be among those that have both good fortune and good sense, who, as Livy remarked, are not very many*". O leitor de *Language and Politics*, portanto, está diante de um autor que não se relaciona com os demais autores comuns de qualquer prateleira das livrarias, mas sim de uma mente rara, de poucos que possuem ao mesmo tempo a “boa sorte” e o “bom senso”.

Após mobilizada a instância da “pessoa” para acionar o *ethos* do “bom senso”, Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 18 – grifo nosso) destaca outros dotes especiais desse autor: "*Chomsky seems to have an uncanny sense of how things can be expected to turn out, and routinely anticipates what often takes others by surprise*". Essa expressão “*uncanny*” aparece de forma recorrente em outros paratextos de livros de Chomsky e pode ser usada para se caracterizar tanto a “pessoa” como o “inscritor”.

Mas há também, de acordo com Otero, um Chomsky que percebe o fluxo dos acontecimentos, que está muito à frente de seu tempo. É uma característica importante aqui pois cria-se, une-se à imagem do intelectual de destaque, de sua grandiosidade, de seu *status* de “pensador” - e isso é alinhavado desde a sua juventude, traça-se uma linha de continuidade entre o jovem Chomsky e o atual, que sustenta seus dotes, seu poder intelectual desde então. Nas palavras de Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 18 – grifo nosso):

His earliest understanding of the world and the people around him already showed a wisdom far beyond his years. His first known writings and statements clearly reflect his mature thought. One gets the impression that his deep understanding of things, particularly along the political dimension, has been with him from his earliest teens. His initial insights on the working of power appeared to be more sophisticated than those of most people at any age.

Temos aqui a ideia do gênio, do intelectual precoce. E foi esse traço do comportamento, do pensamento do jovem Chomsky que se manteve ao longo dos anos em sua autoria, uma capacidade “mística” de previsão e olhar para além dos fatos, de alguém que possui um “dom”. Para Otero: "*A chance meeting is often enough for him to have a pretty reliable intuition of what can and cannot be expected of someone - a gift that seems to have been manifest from the very beginning". (OTERO in CHOMSKY, 1999, p. 18 – grifo nosso). Essa diferenciação da “pessoa” é crucial para se ter uma visão do que se constrói a respeito da imagem do intelectual, de como ela se forma já grandiosa e superior aos seus contemporâneos. Esse "desde o início", de uma infância que tinha um *telos*, é o que marca o potencial desse autor, de sua “intuição” para o entendimento do mundo que se manifestaria em seus estudos de linguística e nos seus trabalhos de política.*

Deste ponto da nota preliminar, Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 19) adentra na descrição das entrevistas do livro, detendo-se sobre o gênero desses textos, sobre as suas “vantagens”, da facilidade e a forma mais simples de leitura de uma entrevista, o que quebra as possíveis barreiras entre o leitor e um texto corrido: "*I believe the dialogue form offers a number of advantages. It allows treating topics of some intricacy or even of a highly technical and substantial nature in an easily readable form. The interviewer stands there for us, in a way*". Esse comentário sobre o gênero nos leva a ponderar em que medida a cena genérica define o lugar dos textos na obra de um autor, definindo uma espécie de hierarquia entre os gêneros, com uns obtendo “vantagens” de leitura sobre os outros.

Além disso, as entrevistas possuem outro ponto positivo que é o entrevistado poder entrar em conteúdos mais delicados e resolver dúvidas que não são geralmente tocados em textos de outros gêneros, como artigos e livros. Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 19) aponta também que o próprio curso da entrevista pode mudar os rumos do tema, sugerindo problemas diferentes:

Informal conversations also have the advantage of allowing people to delve into current and sometimes controversial topics, and make it more natural to express opinions that, for a number of reasons [...] are not addressed in the articles and books of the interviewee. It also allows for some interaction of views: An answer can suggest a new or different question.

Esse trata-se de um comentário importante sobre a cena genérica, da sua relação com o leitor, das possibilidades de leitura, do aprofundamento do tema, de levar questões distintas sobre tópicos geralmente não abordados nos artigos ou ensaios etc. E Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 19) ressalta o que podemos dizer um traço do inscritor Chomsky transparecido nas entrevistas: há um tipo de entrevista de Chomsky que é particular que obedece a esse padrão de entrevistas: "*This is particularly true in the case of Chomsky's interviews. Many who read him or attend his talks are often surprised to discover that he can be at his best in his extemporaneous answers*". Temos então, por um traço típico do "inscritor", que os próprios rumos das questões e suas respectivas respostas engendram um novo curso para o texto e para o discurso do Chomsky nas suas entrevistas que, como apontado por Otero, é um caso particular de entrevistado, que sabe "surpreender" o leitor com respostas "inesperadas".

Esse rol de inúmeros momentos que possibilitam as entrevistas demonstra a dimensão da figuração do autor Chomsky como alguém altamente demandado, solicitado a participar de vários encontros para entrevistas que geram o material para muitos de seus livros: "*Significantly, most encounters took place after the latter 1970s, and their frequency seems to increase as time goes on – evidence that he is more and more in demand*". (OTERO in CHOMSKY, 1999, p. 19). Nisso vemos a função do autor-ator, daquele que não é apenas responsável por enunciar seus textos, mas que atua em diversas redes de sociabilidade. Convém aqui retomar o que Maingueneau (2010, p. 147) propõe sobre a ideia de figuração: "Associa-se a essa "regulação" um trabalho de "figuração" por meio do qual o ator se põe de algum modo em cena como escritor: viaja ou não, vive afastado no campo ou no centro de uma cidade grande, aparece na televisão ou oculta o rosto etc". E vemos claramente que Chomsky pratica uma difusão da sua imagem participando de vários espaços acadêmicos e também de encontros políticos os mais variados.

Sobre a abrangência dos textos do livro, eles são apresentados como exemplos que reforçam a imagem do autor Chomsky único: "*They cover questions of both science and ideology, showing, incidentally, how difficult it is to demarcate the spheres of "Chomsky's two worlds"*" (OTERO in CHOMSKY, 1999, p. 19 –

grifo nosso). Otero expõe a dificuldade de se separar os dois autores Chomsky, aos quais ele se refere na expressão "two worlds", embora entre aspas, justamente para denotar que não se trata de mundos distintos. Para reforçar esse argumento e estabelecer a imagem do Chomsky único, define-se os estudos da linguagem como um ponto de partida, uma espécie de “modelo” para se chegar a pesquisas de outra natureza, alcançando-se assim, em última instância, as implicações de uma “gramática gerativa” na concepção mais adequada da estrutura social. Como salienta Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 19-20):

A topic that comes up again and again (many times in this book) is the relationship between his discoveries about language and his libertarian social theory, with revealing differences in treatment; a related topic is the study of language as a model for the study of other cognitive structures, including perhaps a sort of “universal grammar” of possible forms of social structure and social interaction.

Há também um esforço de Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 20) em tentar criar um lugar de destaque para *Language and Politics* na obra de Chomsky, pois há temas e ideias tratados aqui de forma prévia, pioneira, que inauguram campos de fala de Chomsky no compêndio de um livro: "*Some of the ideas discussed in this book are not found elsewhere, on occasion the published information is elaborated or updated in his answers, and some defining themes (including major ones) first appear in one of these interviews*". Destarte, Otero advoga em favor da importância de *Language and Politics* como um livro que, não obstante seja o compêndio de entrevistas passadas, pode também assumir o papel de novidade, de atualização do pensamento chomskyano.

Vemos uma preocupação de Otero em mostrar que os capítulos foram editados para “ajudar o leitor”, ou seja, que as alterações possíveis nos textos originais das entrevistas devem ser perdoadas em nome de se garantir a “boa leitura”. Tem-se assim um modelo de leitor na prática de editoração do livro – e um leitor que está diante de um livro originário de entrevistas, por isso tal preocupação prefacial em explicar as decisões de mudança nos textos. De acordo com Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 20 – grifo nosso):

The texts have been edited as lightly as possible, often not at all (in those cases in which the questions were submitted and answered in writing, what was actually written has faithfully been reproduced), though some punctuation and paragraphing has been silently supplied when it seemed that it would help the reader.

Isso deixa evidente as intenções do editor no texto: o papel da regulação é importante e altera os textos originais para compor o texto final do livro, principalmente na coesão de formatos, mas não só: para também garantir, na ótica do editor, uma "boa leitura". Mas esse "*as lightly as possible*" mostra uma preocupação do editor que ultrapassa o texto e revela um fato do *ethos* editorial: minimizar as alterações ou fazê-las o mínimo possível, para que a ideia do "texto original", dos enunciados primeiros, seja mantida. É esse desejo de "preservação" do discurso do escritor que está por trás desse tipo de justificativa prefacial, numa espécie de ato de contrição que se explica pelas dificuldades no acesso do texto e na definição de um texto mais propício para o leitor - do contrário, por que esse fato, esse tipo de texto dentro da nota preliminar do editor se explicaria?

É uma prática editorial comum, trivial, mas que deve ser mostrada para se justificar tal conduta perante os leitores - os que ficam alijados do "texto original", que de fato foi proferido em um primeiro momento, alguns vinte anos antes da publicação do livro. Daí podemos fazer um questionamento sobre a "unidade do texto": mesmo depois de editado, de transcrito, de ter mudado de formato o texto permanece o mesmo? Michel Foucault (2008, p. 25-26) põe em xeque essa noção de "unidade": "Em outros termos, a unidade material do volume não será uma unidade fraca, acessória, em relação à unidade discursiva a que ela dá apoio? Mas essa unidade discursiva, por sua vez, será homogênea e uniformemente aplicável?" O que garante substancialmente a sua coerência limítrofe de objeto? Essas alterações não geram um novo texto? Portanto, evidencia-se o caráter móvel da escritura, de como o processo editorial não apenas interfere de maneira pontual, com notas, comentários, paratextos em geral mas nas partes essenciais que dizem sobre a consistência da obra.

Tal mobilidade dos textos e o papel desempenhado pelo editor em dar um sentido à sua fragmentação pode ser vista em como cada capítulo-entrevista de *Language and Politics*, com demarcação de título e subtítulo, além de linhas de

chamada conforme uma nova sub-temática é levantada, vem acompanhado de uma nota explicativa: o texto não se justifica por si, precisa de uma mediação para guiar a leitura do livro:

All the subheadings in the table of contents (regularly boldfaced, to the closest approximation, in the text), except for those in I5 and I30, have been supplied, as have the titles when a specific title was lacking (in a few cases, a non-generic title was modified or replaced, as indicated). The material in the Editor's Notes should help the reader to continue the dialogue. (OTERO in CHOMSKY, 1999, p. 20).

Novamente a preocupação com o princípio de “*help the reader*”, de garantir uma boa leitura. Essa é a participação direta do editor no livro, o que acontece não apenas nesse caso do nosso *corpus*, mas perpassa a grande maioria da obra de Chomsky, ainda mais quando nos deparamos com a tentativa de se criar a imagem de um “autor único”: sem a gestão dos textos e a devida construção paratextual essa imagem não vem à tona sozinha.

No final da nota preliminar, como de costume nesse tipo de gênero textual de cunho prefacial, vemos ocorrer os *acknowledgments*: Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 20) agradece a Noam Chomsky e novamente entra na edificação de uma imagem grandiosa para o autor: “*thought and actions*”, no século XX: “*I am sure I am not alone in recognizing that he has directly or indirectly inspired some of the best thought and action of the second half of this century, and no doubt will continue to be a major source of inspiration in years to come*”. A obra de Chomsky é pintada como “fonte de inspiração” para o século XX e para os anos futuros, e isso demarcado em sua dúplice escritura, no que diz respeito à esfera do “pensamento” e da “ação”, ou seja, da linguística e da política.

Otero também reconhece quem “trabalhou” no texto, no processo de transcrição: David Barsamian e Sendy Adler. Essa menção é importante pois não são senão amostras de como o livro é um objeto fragmentado, fruto de um processo de produção econômica, com divisão do trabalho, que demanda funções laborais distintas sem as quais o texto que o leitor tem em mãos não seria possível. Da mesma maneira agradece ao outro entrevistador, da segunda unidade do livro, Hannu Reime, que também transcreveu suas respectivas

entrevistas; como esse há também a menção a Robert Freidin na inscrição do texto e também na edição de alguns:

Robert Freidin went well beyond the call of duty when prompt help was needed to complete a text or to check one difficult to read, to provide me instantly with materials that were hard to find or obtain and with information not readily accessible, and, in particular, to send a wealth of comments on the first draft of the Introduction virtually by return mail. (OTERO in CHOMSKY, 1999, p. 20).

Fica claro aqui que há a participação de mais mãos na edição do livro, como Freidin, Barsamian, Adler, entre outros. Esse tipo de colaboração na escritura dos paratextos e na adequação dos textos, de detalhes que ficam olvidados ao leitor, merece um olhar acurado pois denota o percurso de produção do livro, alguns bastidores do trânsito dos textos, da adaptação do gênero entrevista para os propósitos de um livro sem traves, de leitura fluida, tendo em mente a constante preocupação em tornar a leitura “menos difícil”.

Após a etapa prefacial do livro, de exposição dos capítulos, das ordens, subtítulos, editoração etc., Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 20) descreve o que objetiva na Introdução – e vemos como ele deixa claro seu propósito de unificar as duas faces de Chomsky com suas ideias aqui expostas: *“The Introduction attempts to provide a unifying perspective on Chomsky’s thought and action, and their historical and practical significance for the transition through the “third emancipatory phase in history”*. São sessenta páginas onde ele desenvolve essa tese, onde ele mescla elementos das três instâncias de autoria da biografia e bibliografia de Chomsky para tecer a imagem de um autor único, onde suas obras se encontram num todo necessário.

A Introdução do livro é um misto de biografia de Chomsky com discussão de suas ideias: para corroborar a hipótese de que a imagem do “Chomsky autor único” nasce da mobilização da coerência da instância da “pessoa”, do elo entre o jovem que já pensava em política com o pesquisador também jovem que revolucionou a linguística. Evoca-se a unidade da “pessoa” na figura do menino Noam que já era um ativista, conforme Otero aponta. Ou seja, nessa tese que defende o Chomsky de uma face as práticas do ativista precedem as do linguista. E sua linguística, por isso, já nasce com uma influência desse ativismo, de uma

marca de dissidência. Essa imagem é replicada da primeira vez que Chomsky (1999, p. 133) a menciona, em uma entrevista de 1969:

I have been involved in politics, intellectually if not always actively, since early childhood. I grew up among the radical Jewish community in New York. This was during the depression and many of my immediate relatives were active in various left-wing and working-class movement. The first "political" article I remember writing was in a school newspaper, an article about the fall of Barcelona. The Spanish Civil War, of course, was a major experience from childhood which stuck.

Vemos, assim, Otero lançar mão de aspectos da "pessoa" como a gênese do pensamento do Chomsky político já na sua infância - e ele mostra que as ideias base da sua teoria linguística também já germinavam desde que ele era adolescente. Daqui em diante temos a primeira preocupação com o tema da política de Chomsky em relação de anterioridade à sua pesquisa linguística. Chomsky tenta mostrar que seus princípios morais que embasam sua luta política não são fruto da Guerra do Vietnã, a qual ele combatia contundentemente na década de 1960 e de onde ganhou importância como ativista, mas vem desde o artigo que ele escrevera na escola, aos dez anos, sobre a Guerra Civil Espanhola²². Portanto, a ideia de que a ação política é anterior na biografia de Chomsky às suas preocupações linguísticas é uma leitura feita pelo próprio Chomsky (1999, p. 133), ou seja, de que foram suas motivações políticas da juventude que o levaram aos estudos de linguística:

In fact, I more or less got into linguistics this way, through my connections with these political groups. I was very impressed by Zelig Harris who was the head of the Linguistics Department at the University of Pennsylvania, and I found I had political interests in common with him. He had a kind of semianarchist strain to his thought.

Por se relacionar, por fazer parte de uma rede de sociabilidade de judeus de esquerda na Pensilvânia, pela influência da sua família nesse campo das ideias socialistas, é que o jovem Chomsky tomou contato com linguistas e

22 Sobre esse primeiro artigo escrito por Chomsky ainda na infância, Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 22) aponta: "The first article he wrote was a political editorial in the school paper on the fall of Barcelona in late March 1939, a few weeks after his tenth birthday".

desenvolveu interesse por estudos nessa área. E ele cita Zelig Harris que, antes de ser linguista era alguém do círculo de amigos dos grupos de judeus que a família de Chomsky fazia parte. Isso é uma mostra de como o próprio Chomsky contribui para o conceito de “*ethos* do engajamento” desde a sua infância.

É recorrente a insistência no fator de influência dos anos iniciais de Chomsky em seus escritos posteriores; para Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 22) há uma explicação do ativismo de Chomsky como algo latente desde a infância “*He Always felt completely out of tune with almost everything around him. Until quite recently he was always either alone or part of a tiny minority ever since he had any political awareness – and he was politically aware since his childhood*”. O jovem Chomsky se sentia “fora de sintonia” com o que o circundava; isso nos traz o *ethos* do jovem pensativo, diferente dos demais, não adaptado à normalidade da sua idade – alguém que “desde a infância estava atento politicamente”.

O que nos chama a atenção é que Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 22) pontua que não só o ativista, mas o “Chomsky da linguística” já estava presente desde sua infância: “*When he was 11 or 12, he read proofs of his father’s edition of an outstanding medieval grammar of Hebrew, and he already fixed his attention on and retained something that eight years later was to guide him in the creation of the theory for which he is known and admired around the world*” Esse trecho nos mostra que há um “fio de Ariadne”, um princípio condutor que possibilita o “olhar”, a habilidade do menino Noam de observar e captar aspectos da linguagem que seriam essenciais para a sua teoria linguística na universidade anos depois. É a criação de um percurso biográfico para Chomsky, mostrando que há um *telos* em sua jornada determinando suas escolhas acadêmicas, na pesquisa em linguística, pelas suas preocupações políticas desde a infância.

Aquele *ethos* do “jovem taciturno”, “fora de sintonia”, é retomado por Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 22) para mostrar como se moldou moralmente a “pessoa” de Chomsky; quando da ocasião das bombas que os EUA lançaram sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki em 1945, Chomsky se sensibiliza demasiado com o fato: “*He just walked off by himself into the woods and stayed alone for a couple of hours. He felt completely isolated*”. Aqui mostra-se um traço do caráter desse jovem que não estava alienado, preocupado com questões fúteis do cotidiano dos estadunidenses médios, comemorando a rendição dos

japoneses após as bombas: era um jovem que se compadecia com os mais fracos, que se sensibilizava com aqueles vítimas das atrocidades de um Estado em guerra.

Esse posicionamento ao lado dos “mais fracos” fez do ativismo de Chomsky um compromisso com “os perdedores”: *"He was always on the side of the losers – the spanish anarchists, for example. [...] He had a dream, remote from the conscience of his 16-year-old peers, that he would bring about a libertarian socialist future"* (OTERO in CHOMSKY, 1999, p. 22). Marca-se assim a trajetória do ativista anarquista, utópico, a ideia do sonhador, o *ethos* de quem tem um sonho quando jovem e está sempre do lado de uma luta pelo bem, por uma sociedade libertária, embora não houvesse quaisquer sinais de que essa luta pudesse ser vitoriosa em um mundo como o nosso.

Manter-se do lado dos mais fracos torna-se uma necessidade incontornável, algo que transformaria o jovem Chomsky num visionário: *"To try to change the world around him – to endeavor to bring about a cultural revolution which set the long overdue new standards in the course of civilization that he envisioned"*. (OTERO in CHOMSKY, 1999, p. 23 – grifo nosso). Para Otero, então, a vontade de “mudar o mundo” de Chomsky nasce na juventude e perdura pelos longos anos de sua vida intelectual; além disso, formou-se nessa etapa da vida de Chomsky uma base ética: *"What he already had firmly in place – perhaps the single most important thing he had going for him at the time – was a solid moral foundation of venerable roots"*. Esses traços de raízes morais serão um meio para se criar a imagem do Chomsky ativista e, depois, do intelectual engajado, que mesmo em um centro de inteligência símbolo do poder dos EUA como o MIT, pesquisando numa área que a um primeiro olhar está oposta às vertentes mais “sociais” da linguística, ele consegue descrever e compreender a condição humana e contribuir com as mudanças do mundo.

Indo mais longe ainda ao tentar dissecar os caminhos da juventude de Chomsky, Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 24) comenta a formação das leituras e faz comparações impossíveis de se provar: *"[...] and he was deeply immersed in the jewish cultural tradition. He probably did more reading in that area than any other until he was maybe 15 or 16, and the reading certainly had a strong influence on him"*. São especulações de um tipo de infância ideal para o tipo de

autor que ele tenta construir. Pensar em como Chomsky se formou culto, com um percurso rico de leituras na adolescência, certamente é algo aceitável, todavia, ao Otero mencionar que Chomsky provavelmente fez “mais leituras do que qualquer outro” temos uma demarcação superlativa da instância da “pessoa”, algo que Otero faz inúmeras vezes nesta Introdução, marcando um lugar de excepcionalidade, de genialidade de Chomsky que se funda na sua infância.

O papel da família na criação de Chomsky também é algo que Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 24) ressalta como importante, da influência intelectual de seus parentes: "*The next range of family (uncles and cousins) was in part Jewish working class. Some of his mother's relatives in particular were "dirtpoor". But they were intellectually rich*". Disso podemos ver que os pontos positivos para Chomsky de suas influências familiares não foram advindos de uma vantagem financeira, de riqueza material, uma vez que muitos de seus parentes eram pobres; mas vieram da riqueza intelectual que esse núcleo de imigrantes judeus lhe possibilitou.

Passando por diversas outras tentativas de entender a infância e juventude de Chomsky, Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 27 – grifo nosso) adentra na seara as ideias libertárias que influenciaram Chomsky, mostrando que se há uma forma de circunscrição, de delimitação temática de suas ideias, de filiação, podemos vê-la em Rousseau e Descartes:

If we restrict our attention to the libertarian Rousseau of the Discourse on inequality and see this work as an original development of Cartesian ideas (ignoring a crucial departure from them in his speculations on the origin of language), Chomsky can be seen, and has in fact been seen, as "a new Rousseau" or the Rousseau of our age. It is in any case clear that the roots of Chomsky's social thought are to be found in the Enlightenment.

Chomsky (1966) assume-se como um linguista cartesiano, filiado à matriz epistemológica do racionalismo e, portanto, devedor em grande medida do pensamento de Descartes. Todavia, essa ao afirmar que Chomsky é um “novo Rousseau”, Otero adentra um campo mais vasto, busca um patamar de destaque ainda maior: unindo a face do autor racionalista, pelos seus textos de linguística, e as bandeiras políticas do Iluminismo. Uma vez inserido na cronografia do Iluminismo, Chomsky é um continuador da missão do "esclarecimento". É nessa

ideia de *Aufklärung* que se insere a trajetória do Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 27 – grifo nosso) vai caracterizar como a união do intelectual com o ético: "*Enlightenment comes two related but very different dimensions: the intellectual and the ethical. An intellectual giant is usually referred to as a genius*". Otero tenta consolidar Chomsky nessa temporalidade distendida, nessa dimensão temporal onde a razão requer um posicionamento moral, uma "ética do compromisso", que só seria possível se concebermos Chomsky com suas duas faces unidas sob um mesmo signo de autor.

Na esteira dessa inserção de Chomsky na cronografia do pensamento Iluminista, que Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 33 – grifo nosso) caracteriza como uma "tradição profética", temos uma significativa descrição de como o "escritor" Chomsky da política surge nos círculos intelectuais de sua época, com o artigo "*The responsibility of intellectuals*":

*A key element in the prophetic tradition of the Enlightenment is the notion of individual responsibility, prominent already in Chomsky's very first "non-professional" article, "*The responsibility of intellectuals*", which gained him, virtually overnight, respect and admiration all over the world immediately after it appeared, expanded, in *The New York Review of Books* (23 February 1967)"*

Além de ilustrar a influência do pensamento iluminista como base moral do "esclarecimento" que define as ideias de Chomsky, essa citação retoma, discretamente, a oposição das duas faces de autor de Chomsky: destacamos aqui o termo "*non-professional*" que, embora usado entre aspas por Otero, nos remete ao que lhe é antagônico, ou seja, a um "artigo profissional". Quem é o Chomsky "escritor" do que podemos chamar de "artigos profissionais" em 1967 além do Chomsky linguista? Essa dicotomia recorrente das duas faces de Chomsky separadas é um problema que vemos interposto, ainda que de modo bem sutil, nos meandros da idealização do autor "Chomsky único".

A partir disso, Otero sustenta a ideia de que é com a publicação desse artigo sobre a responsabilidade dos intelectuais que Chomsky alcança uma fama repentina como um nome importante da cena política internacional, ademais em se tratando de um artigo que discutia os problemas candentes do final da década de 1960 com a condução pelos Estados Unidos dos crimes de guerra do Vietnã.

Como publicação que consolidaria esse posicionamento de Chomsky enquanto intelectual de renome, Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 34) comenta sobre o que significou para a imagem do “Chomsky ativista” as suas *lectures* em homenagem a Bertrand Russell:

If it was not already clear to the readers of Chomsky's first essay where the roots of his thought and action are to be found, by early 1971 it was even less difficult to discover. Just the fact that Chomsky was selected by Trinity College, Cambridge, to give the first memorial Bertrand Russell lectures is highly significant.

Dessa forma, retomando aqui alguns pressupostos tratados na seção anterior deste capítulo, as *lectures* dadas no Trinity College e posteriormente publicadas como *Problems of Knowledge and Freedom*, significariam um importante passo na definição política e intelectual de Chomsky, como um porta-voz de Russell, homem de ação e intérprete do mundo, mais que apenas um professor do MIT ou mais um escritor norte-americano crítico da Guerra do Vietnã.

E Otero também lança mão da “metáfora de Prometeu” usada por Chomsky na sua introdução ao *Problems of Knowledge and Freedom*, comentada na seção anterior deste capítulo, mas evocando o lugar que esse personagem mitológico ocupa para Marx como “patrono dos filósofos”. Novamente temos Russell comparado a Prometeu, um renovador do *ethos* prometeico da “desobediência”, da “irreverência” para com os “deuses”:

Since Prometheus is for Marx the patron saint of philosophers because he “would rather be chained to the rock than to be the obedient servant of the gods”, Russell, a philosopher himself, could be seen as “renewing this Promethean function in this life” – in sharp contrast with most philosophers, who “where not disobedient to the authorities of their time”. (OTERO in CHOMSKY, 1999, p. 35).

Essa breve ilustração da importância de Russell como modelo de pensador do século XX serve para situar a filiação de Chomsky a ele. E o significado disso para o papel de Chomsky na sua própria história intelectual é de um continuador de Russell, de alguém que também assume o risco de Prometeu de roubar o fogo dos deuses e levá-lo aos homens.

Seguindo esses passos, para Otero (*in* CHOMSKY, 1999, p. 36) Chomsky teria sido o criador da chamada ciência cognitiva: "*What is more important, by then he had singlehandedly created the first cognitive science and a new subbranch of mathematics (an extension of abstract algebra) closely related to computer science*". Assim como Russell inaugurara novos princípios da filosofia matemática em seu início de carreira, Chomsky também encampa um lugar de destaque nas ciências.

O nascimento da ciência cognitiva veio com a publicação de *Syntactic Structures*, o primeiro clássico chomskyano da linguística: "*The publication in 1957 of his very first book, Syntactic Structures, based on some of his class notes, had launched what is sometimes called Chomsky's revolution in linguistics, the main development in the emergence of cognitive science*". (OTERO *in* CHOMSKY, 1999, p. 36). Além disso, *Syntactic Structures* foi o marco para lançar Chomsky à fama, pois a partir dele Chomsky não sairia mais da cena acadêmica dos debates linguísticos e, avançando em diversas áreas do conhecimento, essa esfera da figuração lhe garantiria inúmeros livros e um respeito cada vez mais ascendente. Como aponta Otero (*in* CHOMSKY, 1999, p. 36-37):

Since then he has given countless speeches, taken part in numerous symposia and public forums, travelled extensively and written prolifically (he has published more pages in the last two or three years than most creative people in a lifetime, and their number is not the most remarkable thing about them). He has also attempted to do more than expose and explain the facts and help us to understand their significance.

Da atuação desse autor-ator, nesses procedimentos que Otero menciona, nas inúmeras formas de convenções acadêmicas que Chomsky é chamado a participar, criou-se uma posição de destaque para a sua fala, o que acarretaria depois sua longa produção textual, uma vez que grande parte da obra de Chomsky nasce de entrevistas, ensaios, artigos, *lectures* e palestras. E Otero o compara a outros autores no campo da proficuidade de escritura, dizendo que ele "escreveu mais" que seus pares. Nisso reside um modo de ser do "escritor": é grandemente produtivo; um conferencista que viaja, que põe presença de corpo, que ocupa os espaços: "*travelled extensively and written prolifically*". A temática da "obra extensa" é uma forma de se dar destaque ao autor pela instância do escritor

– essa será uma marca sempre ressaltada para ambas as faces do autor Chomsky.

Mas a extensão da influência de Chomsky quanto à chamada “revolução cognitiva” veio, para Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 45), em 1956, num simpósio sobre teoria da informação no MIT no qual Chomsky apresenta um *paper* com uma visão da linguagem pelo prisma da computação: “*That early paper was already an attempt to characterize language capacity on a computational model, that is, a model involving rules and representations which is capable of specifying an infinite range of sentences*”. Ao inserir o debate da linguagem no “modelo computacional” Chomsky teria iniciado a pavimentação do caminho para as ciências cognitivas. Ademais, Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 45 – grifo nosso) aponta esse feito do jovem professor Chomsky ao lado de grandes acontecimentos da história da ciência:

These new ideas constituted the first major step towards a scientific theory of the mind/brain – the mind being just an aspect of the brain, in this view. In a similar way, Mendelian genetics can be taken to be the first, crucial step towards molecular biology. Furthermore, Chomskyan linguistics represents a really new breakthrough for the natural sciences since Galileo and Newton: before Chomsky no one had even come close to extending the application of the natural science to the study of the mind/brain”.

A “revolução cognitiva” de Chomsky estaria à altura do que Mendel, Galileu e Newton fizeram pela história das ciências. Otero eleva Chomsky ao panteão dos maiores nomes da ciência de todos os tempos: com ele nasceria diversos ramos de estudo do cérebro e da mente que até então não existiam. E essa é uma imagem que se cria exclusivamente do “Chomsky linguista”, que ocupa esse patamar grandioso, de onde parte o *topos* do grande cientista.

Tal *topos* é retomado por Otero na Introdução com vários exemplos de frases de pessoas de alta qualificação no ramo das ciências afirmando o lugar de destaque de Chomsky, como Marshall Edelson (*apud* OTERO in CHOMSKY, 1999, p. 46), professor de medicina da Universidade de Yale: “*Chomsky like Freud is one of the great ones; he has changed entirely the study of mind*”. Além de Mendel, Galileu e Newton, Chomsky também é posto ao lado de Freud. Ou seja, Otero tenta de inúmeras formas mostrar o quão significativa é a teoria

linguística de Chomsky para o mundo, a ponto de a todo momento caracterizá-lo entre importantes pensadores da história da ciência.

Aprofundando mais ainda na descrição da relevância do Chomsky linguista, Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 47) o insere num patamar de magnitude não apenas das ciências, mas da “história da civilização”: *“In this light it is perhaps easier to begin to understand the immense importance of Chomsky’s achievement in the history of civilization”*. Diante de tal argumentação, o leitor é desafiado a aceitar uma imagem de autor de Chomsky que ultrapassa amplamente a multidão de outros autores contemporâneos, tornando a obra linguística de Chomsky uma leitura obrigatória.

Após feita essa digressão de engrandecimento da imagem do autor Chomsky da linguística e sua devida alocação no *topos* dos grandes pensadores, Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 48 – grifo nosso) busca fazer a relação linguística chomskyana com as matrizes do ativismo político – é aqui que a imagem do “Chomsky autor único” se cristaliza: *“Activists, like other people who are involved in education and social analysis, have much to gain if they keep an eye on what is happening in the sciences, particularly the most relevant sciences, and none is more relevant to the work of an activist than cognitive science”*. Portanto, toda a defesa que Otero faz do lugar da obra do “Chomsky linguista” para as ciências em geral deve ser vista como um apanhado lógico para se justificar as possibilidades de ativismo político.

Chomsky não simplesmente se destaca entre grandes cientistas de renome, mas o tipo de ciência que inaugura, o cognitivismo, é mais adequado, mais próprio para se construir um questionamento sobre “nós mesmos”, uma indagação acerca das “instituições e das “organizações sociais”. Isso Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 50) expõe da seguinte forma:

But since our understanding of ourselves has more direct implications for our social organization and the design of our institutions than the earth’s rotation, these revolutionary new ideas can make a much greater contribution than those of the Copernican and Galilean revolution to free us from the domination of false beliefs inherited from the past – as well as from ourselves”.

É uma imagem interessante que vemos ser traçada para Chomsky, pois não apenas ilustra o poder de uma teoria nova para os debates acadêmicos e para a comunidade científica das décadas de 1950 e 1960, mas cria uma comparação, um escalonamento quantitativo entre os tipos de teoria produzidos por outros cientistas: a teoria cognitiva, ou melhor, a “revolução cognitiva” de Chomsky seria mais importante que as feitas na física e astronomia por Copérnico e Galileu – pois, e é nesse ponto que reside a hipótese central deste capítulo da nossa pesquisa, a teoria cognitiva depreendida da linguística chomskyana nos faz compreender a nós próprios e a nossa sociedade. Ou seja, tem um potencial transformador, uma base fundante que impele ao ativismo político. Nesse ínterim, Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 51) ainda pontua:

The difference between the significance of chemistry and the significance of cognitive science is that the later contributes to our knowledge of ourselves, and to our understanding of culture and cultural development, including revolutionary social change, in ways that chemistry does not.

Cria-se uma separação em grau, em que tipo de ciência é mais propícia para se contribuir para o ativismo – é uma construção constante do “Chomsky autor único”. As propriedades humanas, do cérebro principalmente, que estão na teoria de Chomsky da nossa capacidade linguística como um fato biológico, nossa capacidade inata para gerar gramáticas e o potencial para a criatividade definem, segundo esse raciocínio de Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 51) apresentado na Introdução aqui analisada, um passo fundamental para se estabelecer um princípio de sociedade, um tipo de humanidade: *“This set of properties is sometimes referred to as “the creative aspect of language use”, a creativity which reflects the freedom of thought and conception, and also the consciousness of this freedom. A human being is therefore essentially different from a chimp”*. Em síntese, as ideias de Chomsky nos levam a compreender as profundezas do pensamento humano e de sua natureza criadora, bem como sua busca por liberdade, tudo o que nos diferencia dos outros animais.

São elos que Otero estabelece entre a teoria do Chomsky linguista e a sua atividade política, uma relação aqui apresentada como sendo mais do que necessária, mas racional. Esse modelo nos leva a uma concepção racional da

sociedade também. Ou seja, em última instância a linguística chomskyana leva a um ideal libertário – essa é a leitura que Otero faz da imagem do “Chomsky autor único”.

E Otero (*in* CHOMSKY, 1999, p. 52-53) produz cada vez mais argumentos em favor de se unir os pontos de vista morais e éticos, onde se situa a ação do intelectual Chomsky, com o cerne da sua teoria linguística, qual seja, da concepção da linguagem como algo inato do homem, no prisma do racionalismo: “[...] *our moral and ethical system owes much to some innate human faculty, but, as in the case of language (or vision and so on), the environment is relevant, as the existence of cultural (and individual) divergence and of stages in the course of civilization shows*”. Otero recrudescer essa posição conceitual de unidade da obra de Chomsky, de relação de dependência imanente entre a linguística e a política, que não podem ser faces antípodas de um mesmo autor.

Num momento de sua Introdução, Otero mobiliza algumas citações do escritor novaiorquino Brian Morton para mostrar como a imagem de Chomsky pode galgar degraus elevados no imaginário: “*If only for the role he played during the Vietnam war, Noam Chomsky should be honored as a national hero*” (MORTON apud OTERO *in* CHOMSKY, 1999, p. 38 – grifo nosso). Aqui vemos um tipo de imagem vaga, que não é recorrente em outros livros de Chomsky - talvez uma ideia diferente de herói, certamente, um “herói pela paz”, no sentido de Martin Luther King, por exemplo, mas que não atinge o mesmo grau de relevância para ser enquadrado nesse *topos*. Cabe lembrar que no início de seu texto Otero menciona que Chomsky mereceria um Prêmio Nobel - o “Chomsky dos prêmios”, outra imagem que é mais recorrente que a do “Chomsky herói nacional”.

Utilizando-se de outros comentários de Morton, Otero retoma a ideia do “escritor profícuo”: “*Chomsky is immensely productive. I’m reviewing two of his books because he came out with a second one before I could finish writing about the first. I can think of fifteen books he’s published on political subjects, and I’m probably forgetting a few*”. (MORTON apud OTERO *in* CHOMSKY, 1999, p. 38). Isso ilustra a relação de Chomsky com seus editores, produzindo o efeito no leitor de uma superprodução de escrita, de tantos textos que as editoras mal conseguem acompanhá-lo em seus trabalhos.

Uma última vez citando Brian Morton, Otero reitera a coragem de Chomsky e o papel que ele exerce, acima de todos os outros de seu tempo, na defesa de uma sociedade mais justa: “*No one had given himself more deeply to the struggle against the horrors of our time*”. (MORTON *apud* OTERO in CHOMSKY, 1999, p. 39). É o *ethos* do “engajamento”, que recoloca em cena o intelectual Chomsky, aquele que corre riscos criticando e enfrentando diretamente os poderosos.

Não bastasse todos esses atributos que tornam de Chomsky um exemplo claro de *auctor* (MAINGUENEAU, 2010), temos ainda o caráter “popular” desse autor – “ser popular” é outra marca do intelectual Chomsky. A propósito de um círculo de palestras de Chomsky no *campus* de Santa Barbara na da Universidade da Califórnia em 1988, Otero (in CHOMSKY, 1999, p. 41) ilustra essa ocasião:

A large crowd representing a gamut of ages and backgrounds stood for a considerable length of time in line to be able to get in (it was necessary to distribute tickets to control the situation) and many of them stayed until they heard, late in the evening, the answer to the very last of a number of questions that followed his talk and a panel discussion with political science students and faculty.

A presença de Chomsky em espaços públicos é algo expressivo, no sentido de que atrai multidões por onde passa, quer para falar sobre desafios à sua teoria linguística, quer para denunciar uma nova atrocidade cometida pelos Estados Unidos no Terceiro Mundo. E, nesse ponto, cada uma de suas faces contribui para aumentar seu prestígio e sua fama.

Em suma, a tese de Otero sobre a contribuição intelectual de Chomsky feita nessa Introdução nos é mais que um exemplo farto da criação da imagem do autor de uma face única, mas também é uma mostra de como se supervaloriza a obra de Chomsky, como ele é colocado no panteão das ciências enquanto uma das mentes mais brilhantes que já pisaram no mundo. É um constante engrandecimento desse autor, uma amostra da disputa dentro da história das ciências para se criar novos espaços de culto, de reverência, de ídolos.

Em síntese, a proposta de continuidade temática é tomada para explorar a unidade da obra na imagem do Chomsky único: quer-se provar, não pela contiguidade dos textos, mas pelo propósito temático, dos textos em si, das

ideias, que há uma continuidade, que é possível divisar uma unidade no objeto, uma coerência, um mesmo autor. E essas duas características não vemos na imagem do autor Chomsky duplo analisado nos capítulos 2 e 3 desta tese, onde não há continuidade expressa, nem pretendida, de temas, de ideias, tornando impossível uma unidade dos textos de um autor de faces opostas, inconciliáveis por afinidades de tipo de texto.

A análise desse caso do nosso *corpus*, principalmente quanto à Introdução de Otero ao *Language and Politics*, mostra-se demasiado importante para ilustrar o objetivo do presente capítulo, pois vemos nele mais que apenas uma biografia e uma leitura da produção bibliográfica de Chomsky. Temos, acima de tudo, uma construção mais completa, uma explicação para a hipótese do autor “Chomsky único” a partir de uma concepção de unidade da vida e da obra de Chomsky.

Existe uma função de poder na imagem desse duplo escritor que se une em um único autor: ela é muito mais forte do que a de vários outros teóricos ou críticos de nosso tempo. Chomsky seria o nome que encerra uma época, que põe fim a uma era dos intelectuais. O que poderia vir depois de Chomsky? Entramos na cultura academicista, na cultura dos especialistas, de “crise dos intelectuais”. É como se nada de tão original, de “dissidente”, pudesse surgir daqui em diante. A relação dos homens de cultura com a academia e o mundo da pesquisa se institucionalizou na transformação dos potenciais intelectuais em especialistas – e não há alternativas como Chomsky.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autor é igualmente o princípio de uma certa unidade de escrita, pelo que todas as diferenças são reduzidas pelos princípios da evolução, da maturação ou da influência. O autor é ainda aquilo que permite ultrapassar as contradições que podem manifestar-se numa série de textos: deve haver – a um certo nível do seu pensamento e do seu desejo, da sua consciência ou do seu inconsciente – um ponto a partir do qual as contradições se resolvem, os elementos incompatíveis encaixam finalmente uns nos outros ou se organizam em torno de uma contradição fundamental originária.

Michel Foucault, 1997, p. 53.

Ao nos determos sobre o problema da autoria por meio dos estudos discursivos, tendo como objeto de análise o autor Noam Chomsky, buscamos abordar nesta tese as formas pelas quais se constrói a imagem de um autor genérico, principalmente pelos ferramentais de gestão da obra, de figuração do escritor enquanto uma função-autor e pelas três instâncias de autoria – na dimensão biográfica, na escritura e nos modos de inscrever seus textos no mundo.

As questões elementares analisadas ao longo dos capítulos seguiram o princípio de que a obra de um autor é fruto de decisões editoriais que a regulam, as quais deixam rastros nas diversas formas de texto que envolvem os livros como objetos. Os nexos textuais que indicam o que é um autor não são dados de forma automática, como resultado necessário daquilo que ele escreve ou produz em outras modalidades de texto.

No caso de Chomsky, a maioria de seus livros sequer nasce de uma “escritura direta”, mas de enunciados orais, de aulas, de *lectures* e entrevistas. Há um modo de produção livreira que influencia demasiadamente quando tratamos desse autor: de um conjunto de entrevistadores, de transcritores, de organizadores dos seus textos, tudo compondo o *métier* editorial que privilegia um tipo de autor, que lida com imagens de Noam Chomsky que podem ou não ser veiculadas.

Desses determinantes editoriais, tentamos compreender também o que diz respeito mais diretamente à hierarquia dos textos de um autor como Chomsky, do espaço associado e do espaço canônico (MAINGUENEAU, 2006b): há um trânsito dos textos, que circulam, que passam de estatutos menores (como entrevistas, aulas ou *talks*) para lugares de maior aceitação, que podem integrar uma obra através de meios historicamente consagrados, como pelos livros. E isso nos demandou uma análise detalhada sobre paratextos, levando-nos a questionar a importância de todo o conjunto de informações sobre a origem e os caminhos textuais que versam no entorno do livro, não compreendidos apenas como “protocolos” editoriais.

Através de um estudo do nosso *corpus* vimos como justificar o lugar, a função e a origem dos textos que compõem um livro é um papel dos paratextos, uma expressão do *ethos* editorial, uma fala direta com o leitor sobre as razões do entorno do “conteúdo central” de um livro. Com efeito, a instância paratextual revela também as motivações editoriais, uma economia dos textos, de sua circulação, dos trabalhos por trás de um título, de leituras, comentários, reedições, reescrituras, mudanças de gênero, de formato etc. Ou seja, tudo o que nos dá as condições de produção desse discurso paratextual e propriamente de emergência do objeto livro que comporá a obra de um autor, passando a fazer parte de um espaço canônico, percorrendo um *telos* para dar um sentido à bibliografia de determinado autor.

Ao mesmo tempo, intentamos problematizar a ideia das “grandes unidades” (FOUCAULT, 2008) onde o “autor” e a “obra” se inserem. Vimos que a própria reprodução da obra do autor pode engendrar rupturas: uma edição de um livro composto por textos compilados vem acompanhada de paratextos e pode ser inserida em novos meios de circulação distintos daqueles em que se pretendiam as situações originais de surgimento dos textos. Por isso, editar textos dispersos de um autor como Chomsky possibilita novas interpretações de suas imagens, uma vez que reúnem condições discursivas outras para a sua (re)criação.

Ademais, a experiência individual do leitor, do contato com formas de textualidade mais dispersas, como um artigo numa revista impressa ou num sítio eletrônico, uma entrevista gravada em formatos diversos e em plataformas nem sempre acessíveis, é distinta da que se tem com os mesmos textos compilados,

em uma “obra reunida”. Isso nos leva a pensar na experiência do leitor com os textos de Chomsky, de como se percebe o texto do autor em diferentes meios que ele circula, como é publicado.

Assim, ao utilizarmos como objeto de análise livros que reúnem, por exemplo, entrevistas dadas por Noam Chomsky em diversas ocasiões de sua carreira acadêmica como linguista e enquanto ativista, nos propusemos a mostrar uma forma de lidar com esse tipo de *corpus* ao longo do desenvolvimento de uma pesquisa em linguística, configurando múltiplos *corpora* possíveis que a trajetória de um texto que passa de entrevista, edição de gravação e transcrição gráfica a capítulo de livro pode suscitar.

Todavia, há uma certa plasticidade das faces do autor Chomsky que vemos inscrita nos livros resultantes das compilações, tanto daquelas feitas logo em seguida às entrevistas e *lectures* como àquelas bem posteriores: existe um esforço editorial para se construir a imagem do duplo, do autor de duas faces, ou para dar sentido de totalidade às áreas de escrita desse autor, para enxergar uma continuidade, um fio de Ariadne que dê coesão ao “intelectual Noam Chomsky”: uma celebridade acadêmica de uma universidade de renome internacional como o MIT que se implica em assuntos de geopolítica, movimentos pacifistas etc.

Essa constatação nos leva a uma imagem de autor de Chomsky não comumente conhecida ou aceita, que se refere ao Chomsky “intelectual engajado”: seus textos, tanto versando sobre temas como a gramática gerativa quanto sobre a Guerra do Vietnã, seriam parte de um mesmo todo, se interpenetram, estão ligados por um princípio ou causa comum: é uma leitura dos “escritores Chomsky” da linguística e da política pela ótica da pessoa, uma leitura biográfica, como vimos no quarto capítulo. E tal imagem de um Chomsky “linguista ativista político” é disputada no todo da obra de Chomsky com as demais que o concebem como um autor de escrituras separadas de forma estanque.

E, ao mesmo tempo em que se apresentam como pertencentes a áreas distintas, editorialmente também vemos os diferentes textos de Chomsky concebidos como partes de um mesmo todo: cria-se uma unidade para os textos, tenta-se uni-los por meio de uma mesma publicação: a unidade possível está no volume, no objeto livro, na coesão criada por um título, explicada, justificada nos

paratextos. Mas é uma unidade que não se explica por si só: ela demanda um esforço editorial para legitimar o lugar aparentemente deslocado de certos textos, o sentido deles no todo: disso temos o conceito de “paratopia dos textos”, além de uma patente paratopia do autor.

E os textos paratópicos de Chomsky que figuram em um mesmo livro, unindo de forma paradoxal suas duas faces, são fruto de questões conjunturais, de um itinerário acadêmico: de um professor que se mistura ao político, de textos de Chomsky que emergem em um mesmo contexto, porém com propósitos distintos em sua origem enunciativa e acabam por serem publicados juntos – como demonstramos nos casos de *On Nature and Language* e de *Powers and Prospects*, discutindo o papel editorial, registrado nos paratextos, em dar um sentido à união de textos díspares ou da convivência de áreas tão distintas sob um mesmo nome de livro, sob a mesma chancela editorial.

Esse problema da paratopia do texto que vemos ao analisar a obra de Chomsky nos leva a perguntar: qual é o elo que garante a noção de “mesmo” e “igual” para se justificar uma obra? Qual continuidade existiria entre esses textos? De tema? De afinidade teórica? E as respostas se encaminham para uma “contiguidade de origem”, de situações de fala de um autor Chomsky que não pode ter sua *pessoa* dividida, embora os *escritores* da linguística e da política se separem: geralmente convidado para dar palestras e cursos ao redor do mundo, convida-se ao mesmo tempo o Chomsky linguista e o ativista, embora mas eles façam parte de figurações distintas, com o Chomsky linguista dando palestras uma semana e o ativista na semana seguinte, ou dividindo o campo de atuação entre manhã e tarde – é uma separação da *pessoa* que visa separar artificialmente os dois *escritores*, mas gera problemas editoriais de publicação futura dos textos produzidos nessas circunstâncias, de como lidar com esses dois autores Chomsky distintos.

Por essas múltiplas imagens ou distintas formas de autoria de Chomsky podemos considerar que o autor se faz num descontínuo, numa interrupção e numa constante adaptação: ele não existe como uma unidade intrínseca ao que escreve, ou a tudo o que produz de enunciado ao longo do tempo, subdividindo inclusive o tempo em vários tipos de texto. A descontinuidade patente de tipos de texto e até mesmo de gênero está em como ocorre a gênese desses textos,

separando-se o autor Chomsky conforme se demanda que o linguista ou que o ativista fale.

Dessa forma, podemos supor que existe, de fato, regimes de autoria variados com ideias/noções específicas de autor, de lugares-autor: que esse é um campo nebuloso onde não temos soluções, mas sim construções de autores. Com isso, intentamos testar a estabilidade do conceito comum de autor mostrando como Chomsky está inserido numa disputa discursiva, que as faces de autor que ele encerra dependem de uma lógica editorial, ancorados metodologicamente nos conceitos de regulação e dimensão, além das instâncias de autoria.

O desenvolvimento de uma perspectiva crítica nesta tese não se pretendeu um exercício de exegese, que desvende um sentido místico dos livros, mas sim uma ilustração de algo material que é o texto. Certas abordagens permanecem nos limiares de discussões sobre a “superioridade” deste ou daquele texto, sacralizando, em última instância, o autor. Seria a ideia comum da crítica que pensa o ato de escrever pela ótica de *deus ex machina*, algo extraordinário, gerando uma ideia de “autor-criador”, de “autor gênio”. É exatamente esse tipo de perspectiva que entra em xeque ao longo dos capítulos desta tese: não há grandiosidade nos começos, tudo nasce de uma forma comum, mesmo a obra de um autor que é uma celebridade, como Chomsky.

Intentamos, com o tipo de estudo empreendido aqui, utilizar algumas ferramentas discursivas para podemos questionar a estabilidade dos sentidos assumidos pelo que comumente se entende por “obra”, “autor”, entre outros conceitos que nos são úteis como instrumento de análise da dupla imagem de autor criada de Noam Chomsky. Todas as mutações, rupturas e desconstruções que essas noções básicas que circundam o universo dos livros nos fazem repensá-las como unidades do discurso que estão em constante movimento, o que leva a um olhar mais aprofundado sobre a própria noção de autoria.

Enfim, entendemos ser relevante ao desenvolvimento das pesquisas linguísticas no Brasil, especificamente ao campo dos estudos discursivos, analisarmos o percurso dos textos, das suas condições de emergência às formas que eles assumem na obra de um autor como Noam Chomsky, o qual é

geralmente conhecido, apresentado e debatido a partir de sua imagem de linguista, de suas teorias polêmicas sobre a linguagem.

Ao dialogar diretamente com teorias que circulam no meio acadêmico da análise de/do discurso, os objetivos traçados em nossa pesquisa visam posicionar a esfera canônica dos textos que compõem a obra de um autor num espaço de disputa hegemônica da escrita. E a imagem de autor situa-se nesse *intermezzo*, é consequência das escolhas e estratégias feitas pelos editores num processo de circularidade dos textos e de divulgação paratextual que funciona quer seja com um autor de renome internacional como Chomsky ou qualquer outro, conduzindo-nos ao entendimento da autoria como uma confluência de funções.

Em suma, reposicionar os sentidos em torno do conceito de “autoria” evidencia a importância dos estudos discursivos em produzir um olhar crítico sobre antigos paradigmas, discutindo lugares-comuns, opiniões acabadas e já cristalizadas no cotidiano, quer seja da academia ou do universo de leitores em geral. Destarte, isso nos conduz a um questionamento sempre novo sobre a concepção de autor, repensando sua consistência enquanto problema, à luz do movimento histórico que transforma e produz novas formas de discursividade.

BIBLIOGRAFIA

ACHBAR, Mark (Editor). **Manufacturing Consent: Noam Chomsky and the media.** Montreal: Black Rose Books, 1996.

ANGERMULLER, Johannes. **Why There Is No Poststructuralism in France.** The Making of an Intellectual Generation. London: Bloomsbury, 2015.

_____. **Análise de discurso pós-estruturalista.** As vozes do sujeito na linguagem em Lacan, Althusser, Foucault, Derrida e Sollers. Campinas: Pontes, 2016.

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro: princípios da técnica de editoração.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo: Anti-Semitismo; Imperialismo; Totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BARONAS, R. L. **Estudos discursivos à brasileira: uma introdução.** Campinas: Pontes Editores, 2015.

_____; ARAUJO, L. M. B. M.; PONSONI, S. **Análise de discurso: continuidades, calibrações, interfaces.** São Paulo: Editora Paulistana e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, 2015.

_____; MESTI, P. C.; Carreon, Renata. **Análise do discurso: entorno da problemática do *ethos*, do político e de discursos constituintes.** Campinas: Pontes Editores, 2016.

BARSKY, Robert. **Noam Chomsky: a vida de um dissidente.** São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2007.

_____. **The Chomsky Effect: A Radical Works Beyond the Ivory Tower.** Cambridge: MIT Press, 2009.

BARTHES, Roland. A Morte do Autor. In: **O Rumor da Língua.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

BENDA, Julien. A traição dos intelectuais. In: BASTOS, Élide Rugai; REGO, Walquíria D. Leão. (Orgs.). **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso.** São Paulo: Olho d'água, 1999, pp. 65-121.

BOBBIO, N. **Os Intelectuais e o poder: Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea.** São Paulo: Edunesp, 1997.

BORGES, Jorge Luis. **El hacedor.** Buenos Aires: Emecé, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário.** Lisboa: Presença, 1996.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: Editora Unesp, 2003.

CARVALHO, Walter Campos de. **Obra Reunida.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso.** Trad. coordenada por Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Brasília: UnB, 1994.

_____. **A aventura do livro. Do leitor ao navegador. Conversações com Jean Lebrun.** 1ª reimpressão. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora UNESP, 1998a.

_____. **História da Leitura no Mundo Ocidental**, São Paulo: Ática, 1998b.

_____. **Cultura escrita, literatura e história**. Trad. Ernani Rosa, consultoria e revisão técnica Ilza Jardim. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

_____. **O que é um autor**: revisão de uma genealogia. Tradução de Luzmara Curcino. São Carlos: Edufscar, 2012.

CHOMSKY, Noam. **Syntactic Structures**. London: Mouton, 1957.

_____. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge: M.I.T. Press, 1965.

_____. **Cartesian Linguistics**: A Chapter in the History of Rationalist Thought, New York: Harper and Row, 1966.

_____. **Language and Mind**. New York: Harcourt, Brace & World, 1968.

_____. **American Power and the New Mandarins**. New York: Pantheon: Pantheon Books, 1969.

_____. **Chomsky: Selected Readings** (edited by J. P. B. Allen and Paul Van Buren), London: Oxford University Press, 1971.

_____. **Problems of Knowledge and Freedom**. London: Fontana/Collins, 1972.

_____. **The Logical Structure of Linguistic Theory**. New York: Plenum Press, 1975.

_____. **Language and Responsibility**: Based on Conversations with Mitson Ronat (translated from the French by John Viertel), New York: Pantheon Books, 1979.

_____. **Turning the Tide:** U.S. intervention in Central America and the struggle for peace. Boston: South End Press, 1985.

_____. **On Power and Ideology:** The Managua Lectures. Boston: South End Press, 1987a.

_____. **The Chomsky Reader** (edited by James Peck), New York: Pantheon Books, 1987b.

_____. **Language and Problems of Knowledge:** The Managua Lectures. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1988.

_____. **The Culture of Terrorism.** Boston: South End Press, 1989.

_____. **Chronicles of Dissent.** Vancouver: New Star Books, 1992.

_____. **Powers and Prospects:** Reflections on Human Nature and Social Order. Boston: South End Press, 1996.

_____. **Language and Politics** (edited by Carlos P. Otero), Montréal: Black Rose Books, 1998.

_____. **New Horizons in Study of Language and Mind.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. **Understanding Power:** The Indispensable Chomsky (edited by Peter R. Mitchell and John Schoeffel). New York: The New Press, 2001.

_____. **On Nature and Language** (edited by Adriana Belletti and Luigi Rizzi), Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. **Problems of Knowledge and Freedom.** New York: The New Press, 2003.

_____. **The Chomsky-Foucault Debate:** On Human Nature (with Michel Foucault). New York: The New Press, 2006.

_____. **The Essential Chomsky.** New York: The New Press, 2008.

COURTINE, J-J.; PIOVEZANI, C. (Org.). **História da fala pública:** uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis: Vozes, 2015.

DARNTON, Robert. **The Great Cat Massacre and Other Episodes in French Cultural History.** New York: Basic Books. 1984.

_____. **Edition et sédition.** L'univers de la littérature clandestine au XVIIIe siècle (in French). Paris: Gallimard, 1991.

_____. **Censors at Work:** How States Shaped Literature. New York: W. W. Norton. 2014.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão.** Trad. Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras, 2019.

DIDEROT, Denis. **Carta sobre el comercio de libros.** Estudio preliminar de Roger Chartier. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

DOSSE, François. **La marcha de las ideas:** historia de los intelectuales, historia intelectual. València: Publicaciones Universitat de València, 2007.

EPSTEIN, Jason. **O negócio do livro—** passado, presente e futuro do mercado editorial. Trad. Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do Livro.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **O que é um autor?** Tradução de Antonio Fernando Cascais. Lisboa: Vega, 1997.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da lingüística**. Campinas: Pontes, 2004.

GENETTE, Gérard. **Paratextos Editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

JACOBY, Russell. **Os Últimos Intelectuais: a Cultura Americana na Era da Academia**. São Paulo: Edusp, 1990.

KOERNER, E. F. K. et al. **Noam Chomsky: a personal bibliography – 1951-1986**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Borges. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LYONS, John. **As idéias de Chomsky**. 4ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1983.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. **O contexto da obra literária**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

_____. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

_____. **Cenas da Enunciação**. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, diversos tradutores. Curitiba: Criar Edições, 2006a.

_____. **Discurso Literário**. Trad. de Adail Sobral. São Paulo: contexto, 2006b.

_____. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. **Discurso e Análise do Discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.) **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. v. 1 e 2. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos – 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

OTERO, Carlos P. **Noam Chomsky**: Critical assessments (ed. by Carlos P. Otero). London: Routledge, 1994, 4 vols.

_____. **Chomsky's Revolution**: cognitivism and anarchism. Oxford: Blackwell, 1999.

POSSENTI, S.; BARONAS, R. L. **Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise do Discurso do Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

ROBINS, R. H. **Brève histoire de la linguistique**: de Platon à Chomsky. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

RODRIGUES, Kelen Cristina. **Por uma análise do discurso literário**: funcionamento da autoria em Oscar Wilde e construção de imagem de autor.

Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Departamento de Linguística e Letras, Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

RUSSELL, Bertrand. **A Autoridade e o Indivíduo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SALGADO, Luciana Salazar. **Ritos Genéticos Editoriais: Autoria e Textualização**. São Paul: Annablume, 2011.

SARTRE, Jean-Paul. **O Existencialismo é um Humanismo**. Lisboa: Presença, 1960.

_____. **Em Defesa dos Intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994.

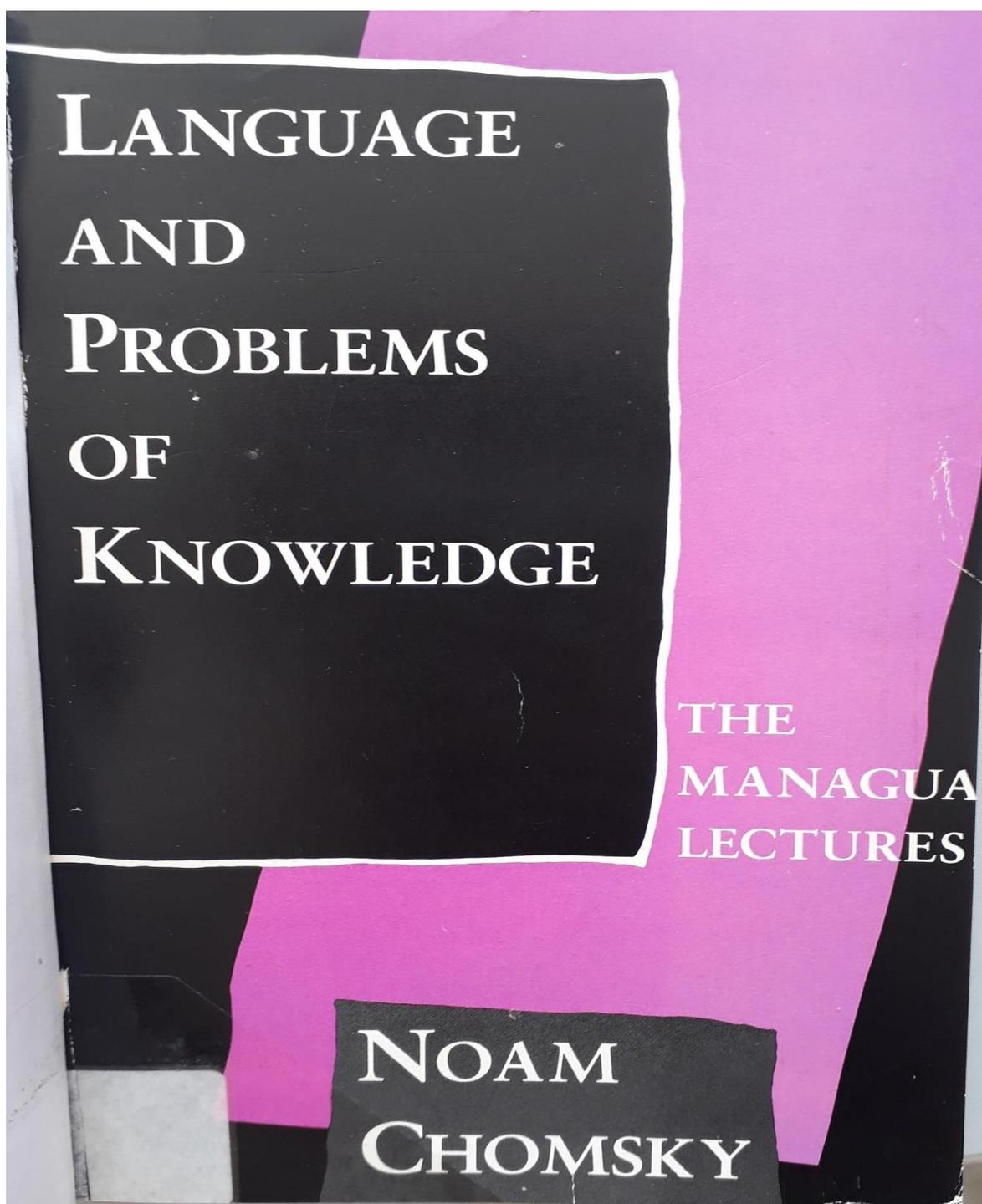
SCHIFFRIN, André. **O negócio dos livros: como as grandes corporações decidem o que você lê**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

_____. **O dinheiro e as palavras**. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Bei, 2011.

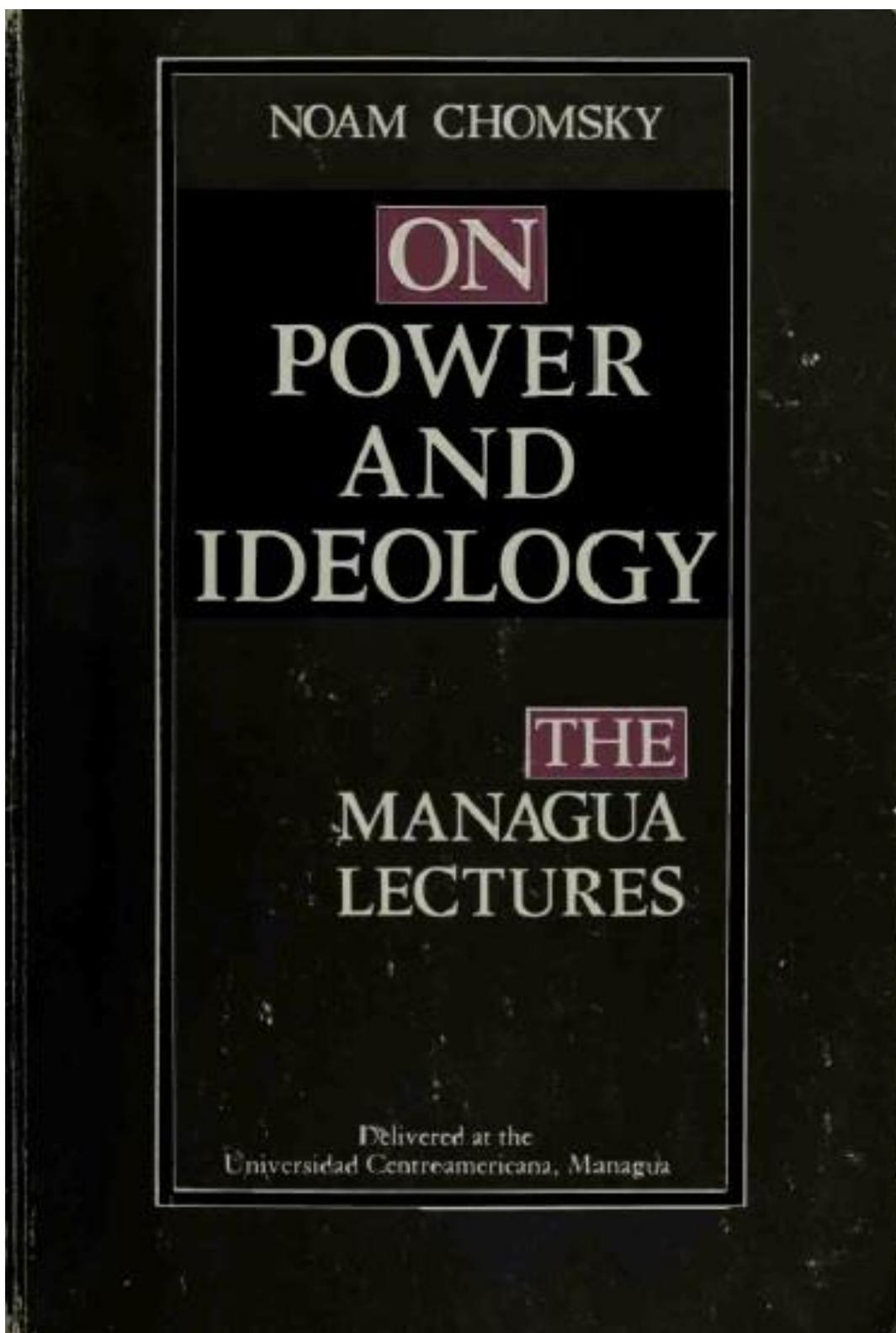
WINOCK, Michel. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ANEXOS

Capa do livro *Language and Problems of Knowledge*. In: CHOMSKY, Noam
Language and Problems of Knowledge: The Managua Lectures. Cambridge:
Massachusetts Institute of Technology, 1988.



Capa do livro *On Power and Ideology*. In: CHOMSKY, Noam *On Power and Ideology: The Managua Lectures*. Boston: South End Press, 1987a.



About South End Press. In: CHOMSKY, Noam. **Powers and Prospects: Reflections on Human Nature and Social Order.** Boston: South End Press, 1996.

About South End Press

South End Press is a nonprofit, collectively run book publisher with over 180 titles in print. Since our founding in 1977, we have tried to meet the needs of readers who are exploring, or are already committed to, the politics of radical social change.

Our goal is to publish books that encourage critical thinking and constructive action on the key political, cultural, social, economic, and ecological issues shaping life in the United States and in the world. In this way, we hope to give expression to a wide diversity of democratic social movements and to provide an alternative to the products of corporate publishing.

Through the Institute for Social and Cultural Change, South End Press works with other political media projects—*Z Magazine*; *Speak Out!*, a speakers bureau; *Alternative Radio*; and the Publishers Support Project—to expand access to information and critical analysis.

For a free catalog or information about our membership program—which offers two free books and a 40 percent discount on all titles ordered for one year—please write to: South End Press, 116 Saint Botolph Street, Boston, MA 02115, call 1-800-533-8478, or visit our web site at <http://www.lbbs.org>.

Other Titles of Interest from South End Press

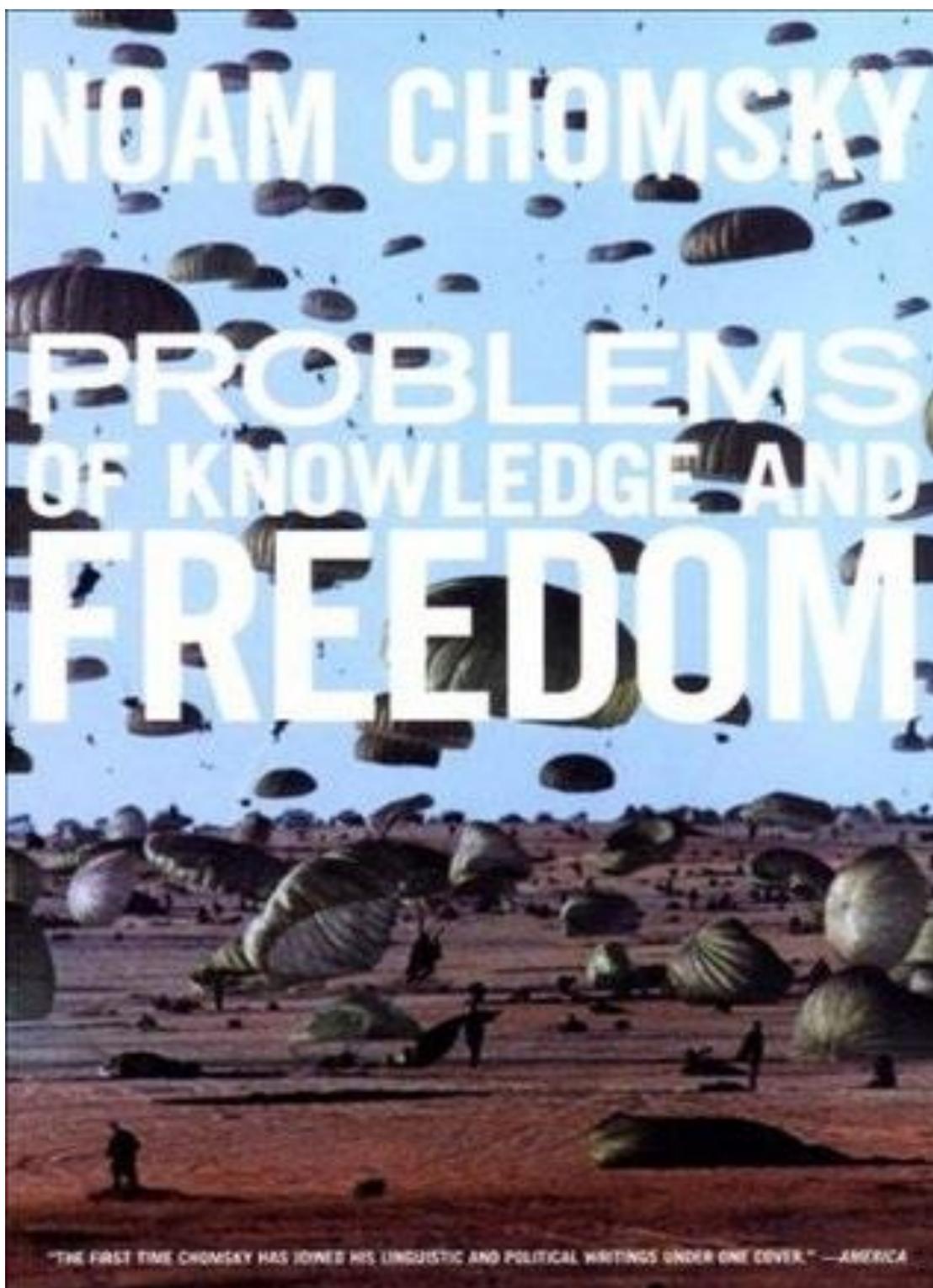
Year 501: The Conquest Continues
by Noam Chomsky

Necessary Illusions: Thought Control in Democratic Societies
by Noam Chomsky

The Culture of Terrorism
by Noam Chomsky

Triumph of the Market: Essays on Economics, Politics, and the Media
by Edward S. Herman

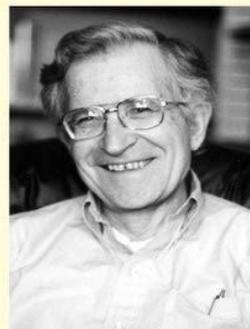
Capa do livro *Problems of Knowledge and Freedom*. In: CHOMSKY, Noam. *Problems of Knowledge and Freedom*. New York: The New Press, 2003.



Cantracapa do livro *On Nature and language*. In: CHOMSKY, Noam. **On Nature and Language** (edited by Adriana Belletti and Luigi Rizzi), Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

In *On Nature and Language* Noam Chomsky develops his thinking on the relation between language, mind, and brain, integrating current research in linguistics into the burgeoning field of neuroscience. The volume begins with a lucid introduction by the editors Adriana Belletti and Luigi Rizzi. This is followed by some of Chomsky's recent writings on these themes, together with a penetrating interview in which Chomsky provides the clearest and most elegant introduction to current theory available. It should make his Minimalist Program accessible to all. The book concludes with an essay on the role of intellectuals in society and government. *On Nature and Language* is a significant landmark in the development of linguistic theory. It will be welcomed by students and researchers in theoretical linguistics, neurolinguistics, cognitive science, and politics, as well as anyone interested in the development of Chomsky's thought.

Noam Chomsky is Institute Professor at the Department of Linguistics and Philosophy, Massachusetts Institute of Technology. He has written and lectured extensively on a wide range of topics, including linguistics, philosophy, and intellectual history. His recent works on linguistics include *The Minimalist Program*, and, also published by Cambridge, *New Horizons in the Study of Language and Mind*.



'Perhaps the most accessible introduction to Chomsky's linguistic thought available.' The Guardian

'With characteristic clarity and incisiveness, Chomsky elucidates the general nature and evolution of his Minimalist Program – arguably the most revolutionary proposal in the history of linguistics.'
Robert Freidin, Princeton University

Visit the website: www.cambridge.org/chomsky

Cover illustration: Hamish MacEwan, 'Untitled', (1996)

CAMBRIDGE
UNIVERSITY PRESS
www.cambridge.org

ISBN 978-0-521-01624-7



9 780521 016247 >

Contracapa do livro *Powers and Prospects*. In: CHOMSKY, Noam. **Powers and Prospects: Reflections on Human Nature and Social Order.** Boston: South End Press, 1996.

\$16.00

Politics / Philosophy

In this intellectual *tour de force*, Noam Chomsky brings together his latest thinking on topics ranging from language and human nature to the Middle East settlement and the place of East Timor in the New World Order. *Powers and Prospects* is the first collection of Chomsky's essays in recent years to address questions of linguistics, philosophy, ethics, and international affairs. Supported by a wealth of disturbing details and facts, Chomsky provides a scathing critique of government policy and media complicity, while offering an inspirational view of the potential for true democracy worldwide.

*"These are hardly happy times for most of the world,
apart from a privileged few in narrowing sectors.
But it should also be a time of hope and even optimism."*

—from the Preface

A world-renowned linguist and outspoken critic of U.S. foreign policy and corporate media, Noam Chomsky is Institute Professor of Linguistics at the Massachusetts Institute of Technology. His many books include *Year 501: The Conquest Continues*, *Necessary Illusions: Thought Control in Democratic Societies*, and *The Culture of Terrorism*.

Cover Photograph: Tracey Schramm
Cover Design: Nada Backovic

SOUTH END PRESS
Boston, Massachusetts



Abacadabra, by Eduardo Galeano. In: CHOMSKY, Noam. **Problems of Knowledge and Freedom**. New York: The New Press, 2003.

ABRACADABRA
by Eduardo Galeano

Here's proof that the big media in the United States aren't as omnipotent as they think they are. According to them, Noam Chomsky doesn't exist. But if so, his phantom exercises enormous influence across the world, and his voice—his counter-voice—manages to reach the young people of his own country, despite the censors, who would like to silence him.

He's condemned for heresy, for committing the sin of believing in freedom of expression. Freedom of expression? The big media would reduce it to freedom of pression: their own private domain. By denying Chomsky the right to speak, they actually do him credit. He's no domesticated intellectual, not just another member of that vast herd. With all the vigor of his powerful mind, this dangerous black sheep assails the prevailing mindlessness, and unmasks the hypocrisy of a power that practices global thuggery in the name of Democracy.

I suspect Chomsky is familiar with the key that opens forbidden doors. As a renowned scholar of linguistics, he ought to be. Abacadabra, the magic word used by people everywhere, comes from the Hebrew *abraq ad habra* and it means, "Keep spreading your fire until the end."

Montevideo, Uruguay, April 2003

Ficha catalográfica 1. In: CHOMSKY, Noam. **Problems of Knowledge and Freedom**. New York: The New Press, 2003.

Copyright © 1971 by Noam Chomsky.
All rights reserved.
No part of this book may be reproduced, in any form,
without written permission from the publisher.

First published in hardcover by Pantheon Books,
a division of Random House, Inc., New York, 1971
Published in the United States by The New Press, New York, 2003
Distributed by W. W. Norton & Company, Inc., New York

The two lectures included in this book were originally
published, in slightly different form, in the *Cambridge
Review*, Cambridge, England, in 1971.

ISBN 1-56584-809-8
CIP data available.

The New Press was established in 1990 as a not-for-profit alternative to the large, commercial publishing houses currently dominating the book publishing industry. The New Press operates in the public interest rather than for private gain, and is committed to publishing, in innovative ways, works of educational, cultural, and community value that are often deemed insufficiently profitable.

The New Press
38 Greene Street, 4th floor
New York, NY 10013
www.thenewpress.com

In the United Kingdom:
6 Salem Road
London W2 4BU

Printed in Canada

10 9 8 7 6 5 4 3

Ficha catalográfica 2. In: CHOMSKY, Noam. **On Nature and Language** (edited by Adriana Belletti and Luigi Rizzi), Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PUBLISHED BY THE PRESS SYNDICATE OF THE UNIVERSITY OF CAMBRIDGE
The Pitt Building, Trumpington Street, Cambridge, United Kingdom

CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS
The Edinburgh Building, Cambridge CB2 2RU, UK
40 West 20th Street, New York, NY 10011-4211, USA
477 Williamstown Road, Port Melbourne, VIC 3207, Australia
Ruiz de Alarcón 13, 28014 Madrid, Spain
Dock House, The Waterfront, Cape Town 8001, South Africa
<http://www.cambridge.org>

© Noam Chomsky, Adriana Belletti, Luigi Rizzi 2002

This book is in copyright. Subject to statutory exception
and to the provisions of relevant collective licensing agreements,
no reproduction of any part may take place without
the written permission of Cambridge University Press.

First published 2002
Reprinted 2003

Printed in the United Kingdom at the University Press, Cambridge

Typeface Quadraat 9.5/14 pt System L^AT_EX 2_ε [TB]

A catalogue record for this book is available from the British Library

ISBN 0 521 81548 7 hardback
ISBN 0 521 01624 X paperback